

Mundo do Trabalho Associado e Embriões de Educação para além do capital

Henrique Tahan Novaes
e colaboradores

BIBLIOTECA BÁSICA DO
MUNDO DO TRABALHO ASSOCIADO

Mundo do Trabalho Associado e Embriões de educação para além do capital

Henrique Tahan Novaes

Douglas Silva

Erika Alaniz

Fabiana Rodrigues

João Henrique Pires

Lais Santos

Maurício Sardá de Faria

1ª edição

Lutas anticapital

Marília – 2020

Editora Lutas anticapital

Editor: Julio Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Coordenador da Biblioteca Básica do Mundo do Trabalho Associado: Henrique Tahan Novaes (UNESP)

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Daniel da Rocha Corrêa Silva

Foto da Capa: 5º Mini Curso Questão Agrária, Cooperação e agroecologia

Impressão: Renovagraf

M965 Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital/Henrique Tahan Novaes ... [et al.]. –

Marília: Lutas anticapital, 2018.

356p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-53104-00-0

1. Economia do trabalho. 2. Cooperativismo. 3. Sociologia educacional. 4. Educação – Aspectos sociais. I. Novaes, Henrique Tahan. II. Silva, Douglas. III. Alaniz, Erika. IV. Rodrigues, Fabiana. V. Pires, João Henrique. VI. Santos, Lais. VII. Faria, Maurício Sardá

CDD 370.19

–
Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição – fevereiro de 2018

2ª reimpressão - maio de 2019

3ª reimpressão – setembro de 2020

Editora Lutas anticapital

Biblioteca Básica do Mundo do Trabalho Associado

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

Sumário

Apresentação do Livro.....	7
1 - Trabalho como necessidade vital e Trabalho alienado: uma introdução.....	15
2 - Os conselhos operários e os limites do cooperativismo: a contribuição de István Mészáros.....	41
3 - As comissões de fábrica: ensaio de autogestão no início da ditadura.....	67
4 - O esgotamento da fase “civilizatória” do capital e a necessidade histórica da educação para além do capital	103
5 – Um panorama do Trabalho Associado urbano no Brasil: a positividade e negatividade da autogestão no microcosmo produtivo.....	133
6 - Cooperação e Cooperativismo do MST de São Paulo: uma análise das ações do Estado capitalista que bloqueiam o potencial educativo do trabalho associado.....	157
7- O Trabalho associado como princípio educativo e a educação escolar: notas a partir das Fábricas Recuperadas brasileiras e argentinas.....	195
8 – O Centro Nacional de Formação em Economia Solidária: as contradições da educação autogestionária do Movimento de Economia Solidária.....	229

9 – A economia política da “Revolução Verde”, a Agroecologia e as Escolas de agroecologia do Movimento Sem Terra.....	263
10 - Notas sobre movimentos sociais e educação: desafios da luta entre capital e trabalho na realidade brasileira	287
Referências	311
Sobre o autor.....	355

Apresentação do Livro

A riqueza e a miséria do Mundo do Trabalho Associado e da Educação para além do capital na Era da Barbárie

Este livro reúne trabalhos realizados por mim e por mim junto os pesquisadores Douglas Silva, Erika Alaniz, Fabiana Rodrigues, João Henrique Pires, Lais Santos e Maurício Sardá de Faria. Parte desta pesquisa já foi apresentada inicialmente em congressos, o que é natural na nossa área, ou em capítulos de livros sobre temáticas específicas. Para este livro, os textos foram revistos e ampliados, suprimindo – na medida do possível e do necessário – repetições e concatenando partes para que o leitor tivesse em mãos um livro mais orgânico.

O livro reúne artigos ou capítulos escritos nos últimos 7 anos, como desdobramentos das pesquisas que realizei com apoio da FAPESP no mestrado e no doutorado (UNICAMP), além dos primeiros resultados da pesquisa financiada pela FAPESP para o biênio 2015-16 (Processo 2014/19013-8), como docente da UNESP-Marília.

Tudo leva a crer que entramos na Era da barbárie. O capitalismo não tem mais absolutamente nada a oferecer para a humanidade. Prova disso é o crescimento do analfabetismo e do analfabetismo funcional, a destruição ambiental, o crescimento do desemprego e subemprego em escala planetária e a destruição dos direitos do trabalho.

Os processos de favelização e condomi-nização. O roubo de terras, assassinato de posseiros, indígenas, quilombolas, também não podem ser esquecidos como fenômenos da Era da barbárie.

A mercantilização da educação, da saúde e dos poucos poros públicos que havia no Estado também simbolizam o fim da etapa “civilizatória” do capitalismo. Enfim, a mercantilização completa da vida. O capitalismo – ou melhor – o sociometabolismo do capital poderá demorar 500/600 anos para “cair” e isso dependerá de uma revolução sócio-política permeada pela luta incessante e coordenada dos mais variados movimentos sociais anticapital. Estará em jogo a superação da sociedade produtora de mercadorias e produtora de trabalho alienado.

A Era da barbárie abriu um novo ciclo de lutas pelos trabalhadores em todas as partes do globo terrestre. A mídia do capital não nos mostra, mas da China ao Uruguai, da Califórnia a Rússia estão eclodindo inúmeras lutas anticapital.

Direta e indiretamente os capítulos aqui apresentados são fruto das minhas pesquisas e de meus amigos sobre o Mundo do Trabalho Associado, da alienação e embriões de desalienação do trabalho por parte dos movimentos sociais latino-americanos. Também são fruto das minhas pesquisas sobre Produção Destrutiva, Agroecologia e embriões de educação para além do capital iniciadas na minha tese de doutorado.

Se é verdade que o trabalho associado é princípio educativo, significa que os trabalhadores ao se auto-organizarem para produzir, estão experimentando – *in statu nascendi* - novas relações sociais que antecipam em alguma medida uma organização do trabalho anticapital, sem deixar de reproduzir os

“defeitos” do modo de produção capitalista e se subordinar indiretamente ao capital.

Acreditamos que o trabalho associado tem um enorme potencial de educar os trabalhadores para uma nova forma de controle social e também traz consigo a necessidade de criação de espaços sistemáticos de escolarização e/ou qualificação que nos ajudam a sinalizar a educação do futuro.

A produção capitalista na Era da Barbárie, essencialmente destrutiva do ser humano e da natureza, tem se mostrado ineficaz e ineficiente para resolver o problema da fome mundial. Ao contrário, a “revolução verde” tendeu a aumentar a concentração da propriedade da terra, aumentou o desemprego no campo, levou a expulsão e deslocamento de camponeses, aumento das alergias e câncer e mais do que isso, gerou um nova fase da acumulação “primitiva” ainda não completamente narrada pela academia.

Movimentos sociais, intelectuais, partidos políticos e ONGs têm se pronunciado sobre a relação danosa estabelecida entre agronegócio, indústria de adubos sintéticos, agrotóxicos, sementes transgênicas, tratores e o Estado capitalista. A resistência por parte dos movimentos sociais ao avanço da “revolução verde” levou a criação de inúmeros assentamentos com princípios agroecológicos, feiras de comercialização, “políticas públicas” e mais que isso, a criação de centros e escolas de agroecologia. Essas experiências de educação, ainda pouco conhecidas na América Latina, nos levaram a estudar, e agora socializar, o que encontramos, principalmente no Paraná.

Para apresentar este debate, dividimos o livro em 10 capítulos.

O capítulo 1 realiza – de forma introdutória - o debate do trabalho como necessidade vital e a análise do trabalho alienado. Fizemos uma breve análise da ontologia do ser social, isto é, a diferença do ser humano para os demais animais. Na segunda seção, descrevemos o trabalho alienado nos marcos da sociedade do capital, onde o trabalhador estranha a si mesmo, o produto do seu trabalho, a sua relação com os outros seres humanos e com a natureza. Na terceira seção, realizamos um breve esboço da superação parcial da alienação do trabalho com base em nossas pesquisas a respeito dos movimentos sociais anticapital. Elas nos levaram a crer na necessidade de florescimento do trabalho associado e em espaços escolares para além do capital.

“Os conselhos operários e os limites do cooperativismo: a contribuição de István Mészáros” é o título do capítulo 2. Observamos que Mészáros advoga que os Conselhos de Trabalhadores devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada. Ele alerta que enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não mais deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo-o materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade. Da mesma forma, Mészáros nos mostra os limites do cooperativismo dentro de uma sociedade onde os centros estratégicos de controle estão nas mãos do capital.

O Capítulo 3 – “As comissões de fábrica: ensaio de autogestão em plena ditadura?” foi escrito por mim junto com o Prof. Maurício Sardá de Faria. Abordamos a formação de Comissões de Fábrica no Brasil dentro de um contexto de ascensão das lutas dos trabalhadores nos anos 1950-68. Nossa hipótese é que as Comissões de Fábricas se formaram como embriões de lutas autogestionárias no Brasil que rapidamente foram estranguladas pelo acirramento da ditadura militar em 1968 e em seguida pela reestruturação produtiva.

Debatesmos o esgotamento da fase “civilizatória” do capital e a necessidade histórica de projetos de educação para além do capital no Capítulo 4. Na primeira parte do capítulo caracterizamos a contrarrevolução mundial e o esgotamento da fase “civilizatória” do capital. Abordamos brevemente o crescimento do trabalho infantil, a violência do desemprego estrutural, o retorno do trabalho análogo ao escravo e por último, mas não menos importante, a violência do subemprego e do trabalho alienado.

Iniciamos a segunda parte do capítulo com uma breve abordagem sobre as manifestações da barbárie nas escolas brasileiras e a miséria da política educacional paulista para, em seguida, defender a necessidade histórica de uma educação para além do capital.

O capítulo 5 faz um panorama do Trabalho Associado urbano no Brasil, mostrando a positividade e negatividade da autogestão no microcosmo produtivo. Procuramos explorar as positivities e as negatividades do Trabalho Associado a partir das experiências das Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores, dos mutirões e das associações na construção civil, bem como nas

associações de catadores e cooperativas populares urbanas.

“Cooperação e cooperativismo do MST de São Paulo: uma análise das ações do Estado capitalista que bloqueiam o potencial educativo do trabalho associado” é o nome do capítulo 6. Ele foi escrito junto com João Henrique Pires e Douglas Silva. Observamos que o Estado de São Paulo é um dos Estados privilegiados da federação para a observação da reestruturação do campo e a (im)possibilidade de uma reforma agrária que tenha como objetivo a criação das condições gerais de desenvolvimento da cooperação, do cooperativismo e da agroecologia nos assentamentos. A primeira do capítulo faz um breve retrospecto histórico da economia política do campo no Estado de São Paulo, dando especial destaque a autocracia paulista. A segunda parte mostra os limites e as contradições da cooperação e do cooperativismo nos assentamentos do MST diante da nova ofensiva do agronegócio no Estado. Encerramos o capítulo com algumas considerações finais.

O Trabalho associado como princípio educativo e a educação escolar foi debatido no Capítulo 7. Para isso, resgatamos nossas pesquisas sobre as Fábricas Recuperadas brasileiras e argentinas e como estas experiências trazem o debate da educação, escola e qualificação para os movimentos sociais.

No capítulo 8 Erika Alaniz e eu trouxemos a experiência do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária para mostrar as contradições da educação autogestionária do Movimento de Economia Solidária.

O capítulo 9, chamado “Produção destrutiva, Agroecologia e Escolas de Agroecologia do MST”, foi escrito por mim junto com João Henrique Pires e Lais Santos. Nele realizamos uma

crítica a chamada “Revolução Verde”, mostramos as tentativas de construção de uma proposta alternativa de produção, a chamada agroecologia bem como a riqueza e as contradições das escolas de agroecologia.

“Notas sobre movimentos sociais e educação: desafios da luta entre capital e trabalho na realidade brasileira” é o nome do capítulo 10. Ele foi escrito por Fabiana Rodrigues e por mim. Nele traçamos algumas notas sobre a relação entre os movimentos sociais e a educação à luz da particularidade do capitalismo brasileiro. Parte-se do entendimento de que os movimentos sociais constituem expressão da luta de classes. No entanto, existem diferentes explicações teóricas para a existência e forma de desenvolvimento destes movimentos. Por isso, primeiramente foi apresentada uma breve síntese das diferentes teorias acerca dos movimentos sociais. E, em seguida, trabalhamos um entendimento específico acerca dos movimentos sociais, enquanto expressão das contradições entre capital e trabalho no modo de produção capitalista. Partindo desta compreensão, na terceira parte do texto foram discutidas as relações entre movimentos sociais e suas potencialidades educacionais na particularidade do capitalismo brasileiro.

Ao socializar nossa produção, acreditamos que o leitor terá em mãos os resultados de uma pesquisa coletiva sobre o Mundo do trabalho associado e os embriões de educação para além do capital. Boa leitura.

Henrique Tahan Novaes
Marília, outubro de 2017

1 – Trabalho como necessidade vital e trabalho alienado: contribuições para o debate da relação trabalho-educação para além do capital

Introdução

Este capítulo pretende refletir sobre o trabalho como necessidade vital dos seres humanos e sobre o trabalho alienado no modo de produção capitalista. Trata-se de um capítulo introdutório ao tema, voltado, sobretudo, para os trabalhadores da educação. Na medida do possível, tentamos simplificar o debate, mas, como o tema é complexo, isto não foi possível em algumas passagens.

Na primeira seção, fizemos uma breve análise da ontologia do ser social, isto é, a diferença do ser humano para os demais animais. Na segunda seção, descrevemos o trabalho alienado nos marcos da sociedade do capital, onde o trabalhador estranha a si mesmo, o produto do seu trabalho, a sua relação com os outros seres humanos e com a natureza. Na terceira seção, realizamos um breve esboço da superação parcial da alienação do trabalho com base em nossas pesquisas a respeito dos movimentos sociais anticapital. Elas nos levaram a crer na necessidade de florescimento do trabalho associado e em espaços escolares para além do capital. Encerramos o capítulo com algumas conclusões.

A ontologia do ser social: a diferença entre ser humano e os demais animais

Marx (1996) e Lukács (2010) se debruçaram sobre as particularidades dos seres humanos em relação aos demais animais e à natureza. Para eles, o trabalho é o fundamento do ser humano, a essência do ser humano. É o autêntico fundamento de uma comunidade humana (Infranca, 2005).

Para Infranca (2005), o trabalho é o fenômeno originário que permite a passagem do ser orgânico ao ser social. Marx distingue o ser humano dos animais ao levar em consideração os seguintes aspectos: diferentemente dos animais, o ser humano é a única espécie animal em que a atividade vital é consciente (Lukács, 2010), e é orientada a um fim (teleologia do trabalho)¹. Em outras palavras, o ser humano é a única espécie que consegue planejar (prévia ideação) antes de executar, só ele concebe o trabalho previamente antes de executar seu trabalho. Nas palavras de Marx (1996, p. 22):

[...] Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (Marx, 1983, p. 149-50)

¹ Para Lukács (2010), o trabalho é uma categoria especificamente humana. O metabolismo dos outros animais com a natureza é sempre uma adaptação passiva, geneticamente determinada em função das mudanças das condições do ambiente. Já o ser humano promove uma adaptação ativa. Nós criamos as condições materiais para a nossa própria reprodução.

Se os demais animais se reproduzem apenas por instinto, o ser humano consegue trabalhar conscientemente, produzir ferramentas, “regular” a natureza e, ao mesmo tempo, transformar-se. Além disso, só o ser humano se educa, só ele se desenvolve, só ele dá respostas para os problemas que surgem e só ele possui necessidades educacionais ilimitadas.

Inúmeros historiadores, estudando a questão do trabalho, procuraram realizar uma “arqueologia do trabalho”, isto é, verificar, ao longo da história, como os seres humanos conseguiram criar seus instrumentos de trabalho, os meios de produção da vida, que, concomitantemente, transformavam a natureza e se transformavam.

Para Marx (1996), o que diferencia o ser humano dos demais animais é que somente o ser humano é um “tool maker” (fabricador de ferramentas/instrumentos de trabalho). Além disso, ele observa que animais como as abelhas, castores e formigas erguem ninhos, habitações, etc.² Mas o animal:

[...] só produz o que é absolutamente necessário para si ou para os seus filhotes; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente; produz somente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas se produz a si, ao passo que

² Para uma introdução didática sobre a diferença do ser humano para os outros animais, ver o Filme *Ilha das Flores* (1989).

o homem reproduz toda a natureza; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre diante do seu produto. O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie e sabe como aplicar o padrão apropriado ao objeto; assim, o homem constrói também em acordo com as leis da beleza (Marx, 2004, p. 117).

Cabe, agora, observar que, para tentar desvendar a diferença do processo de trabalho capitalista das fases históricas anteriores da humanidade, Marx analisou o surgimento da Maquinofatura (1ª Revolução Industrial) – e procurou desvendar o fetiche da mercadoria através da demonstração teórico-histórica do processo de trabalho capitalista, evidenciando ser, ao mesmo tempo, processo de produção de valores de uso e processo de produção de mais-valia (mais-valor)³.

Reconstituir o processo de trabalho, de modo a verificar se nele há um processo de exploração do trabalho – seja através de mais-valor absoluto ou relativo –, é tarefa fundamental não só para entender os mecanismos de exploração-alienação no capitalismo, como para encontrar formas de superá-lo.

Trazendo este debate para os dias atuais, inúmeros pesquisadores e documentaristas têm denunciado a exploração do trabalho e o crescimento do trabalho análogo ao escravo nos ramos

³ Para saber mais sobre as manifestações da alienação antes da Grande Indústria, ver Mészáros (2006).

das confecções, da construção civil, assim como no ramo petrolífero, nos canaviais, etc. É muito difícil encontrar um setor que escape a esta tendência no capitalismo sob a hegemonia financeira⁴. Vasapolo (2005), Linhart (2007), Hirata (2002), Antunes (2008) têm mostrado o crescimento do trabalho infantil e do trabalho feminino nesta nova fase de acumulação flexível, impulsionada pela hegemonia do capital financeiro, na qual coexistem taylorismo-fordismo e toyotismo, trabalho complexo e trabalho análogo à escravidão, subemprego e desemprego, terceirização, em que os setores “modernos” e “atrasados” estão articulados.

O trabalho alienado

Como rotina, somos insultadas. Quando o patrão se enfurece, ele nos xinga de cadelas, porcas, vagabundas; temos de aguentar tudo isso com resignação, sem reagir [...] Oficialmente, trabalhamos das sete da manhã às três da tarde (com um salário inferior a dois dólares por dia), mas, com frequência, temos de fazer horas extras obrigatórias; algumas vezes – especialmente se há um pedido urgente a ser entregue – até as nove da noite. Por mais que estejamos cansadas, não podemos ir pra casa. Recebemos um pagamento extra de 200 rúpias (10 centavos de dólar) [...] Vamos a pé para a fábrica, de onde vivemos. Dentro da fábrica é muito quente. O

⁴ Ver, por exemplo, os filmes *A corporação* (2002), *Segunda feira ao sol* (2002), *China Blue* (2005), *Conterrâneos velhos de guerra* (1984), *Diamante de sangue* (2006) e *Ou tudo ou nada* (1998).

galpão tem um telhado metálico, e não há muito espaço. É tudo muito apertado. São mais de 200 pessoas trabalhando ali, a maioria, mulheres, mas há apenas um banheiro para toda a fábrica [...] Depois do trabalho, quando chegamos em casa, não temos forças para fazer mais nada, a não ser comer e dormir (Seabrook, 1996, apud Harvey, 2005, p. 88).

O relato das duas irmãs, acima citado, é um típico exemplo de trabalho alienado nos marcos da acumulação flexível, do “retorno” do trabalho análogo ao escravo.

É bastante conhecida a frase onde Marx (1996, p.77) observa que, “se o trabalhador pudesse, fugiria do trabalho como foge da peste”. O trabalhador só se sente junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. O trabalho ganha ares de trabalho forçado, compulsório, imposto, uma atividade odiosa, que gera sofrimento, um suplício. Não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (Marx, 2004; Antunes, s/d; Lima Filho, 1996).

Sob a égide do capital, o trabalho é fonte de sofrimento, tortura, mera atividade de sobrevivência sem nenhum sentido social (Lukács, 2010; Mészáros, 2002). Isto, porém, não significa que este tipo específico de trabalho seja eterno e esteja presente em todos os momentos da história da humanidade. Marx (2004) não só reconheceu a negatividade do trabalho no capitalismo, como observou que nós seres humanos podemos construir um novo modo de produção onde o trabalho esteja voltado para o nosso desenvolvimento integral e para a satisfação das nossas

necessidades⁵. Nesta sociedade, o trabalho não será mais alienado, sendo controle de acordo com as necessidades dos produtores livremente associados.

Daniele Linhart (2007) caracterizou a ambivalência - que estamos chamando de positividade e negatividade - de todos nós em relação ao trabalho em duas frases:

“- Não se pode viver sem trabalho: o trabalho dá sentido, valor ao tempo livre e à vida

- O trabalho nos impede de viver, de aproveitar a vida; ele estraga a vida; não se tem tempo suficiente para viver” (Linhart, 2007, p. 42).

Ricardo Antunes (s/d), na apresentação da coleção *Trabalho e Emancipação* da Editora Expressão Popular, chega a conclusões parecidas:

Na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, da humanidade e da felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Foi por meio do trabalho que os indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se dos animais. É célebre a distinção,

⁵ Para este debate, ver a parte do livro *Para além do capital* onde Mészáros lança a questão do “sistema comunal”. Na América Latina, José Mariátegui é um dos intelectuais que colocou com muita propriedade este debate a partir da positividade das sociedades incaicas e as transformações necessárias na América Latina para a construção do “socialismo indo-americano” sem necessariamente ter que passar pelo capitalismo. O livro *A luta de classes na Rússia* reúne praticamente os últimos escritos de Marx. Nele é possível perceber que para Marx as sociedades “primitivas” não devem ser destruídas pelo capital para alcançarmos o progresso. Elas poderiam “saltar” de um estágio pra outro sem necessariamente ter que destruir as antigas relações sociais.

feita por Marx, entre o “pior arquiteto e a melhor abelha”: o primeiro concebe previamente o trabalho que vai realizar, enquanto a abelha labora instintivamente. Essa marca tornou a história humana uma realização monumental, rica e cheia de caminhos e descaminhos, de alternativas e desafios, de avanços e recuos. Sem o trabalho, a vida cotidiana não se reproduziria. Contudo, por outro lado, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela se converte num esforço penoso, aprisionando os indivíduos e unilateralizando-os. Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho – que cria mas também subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, libera e escraviza – converte o estudo do trabalho no nosso mundo, de nossas vidas, neste conturbado século 21, cujo desafio maior é dar sentido ao trabalho humano e tornar a nossa vida fora do trabalho também dotada de sentido (Antunes, s/d)

Os sintomas da negatividade do trabalho podem ser vistos no horror ao trabalho degradante nos marcos da exploração capitalista, no desinteresse pelo trabalho, no absenteísmo, nos suicídios, na rotatividade e nas lutas e reivindicações por tempo livre, controle do trabalho, autogestão, etc.⁶

⁶ Para saber mais sobre os sintomas da alienação do trabalho no taylorismo, ver Braverman (1987); no toyotismo, ver Tragtenberg (2005), Oliveira (2006) e Antunes (2008). Dois filmes clássicos, dentre alguns outros, abordam a alienação do trabalho: *A classe operária vai ao paraíso* (1976) e *Os companheiros* (1964).

De acordo com Antunes (2008, p. 144),

O que deveria se constituir na finalidade básica do ser humano – a sua realização *no e pelo* trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído.

Ao mesmo tempo, a vida sem trabalho gera angústia. A trabalhadora e o trabalhador sem trabalho se sentem um pária, um nada. Afinal, qual o sentido da vida para uma trabalhadora desempregada? Para um jovem trabalhador que procura, procura e procura um emprego com carteira assinada e não consegue?

Um cineasta argentino captou muito bem a relação entre trabalho alienado – desemprego e expressou este drama humano com o seguinte título do filme *Me matam se não trabalho e se trabalho me matam* (Gleyzer, 1974). Por outro lado, uma vida cheia de sentido social no trabalho “produtivo” e fora do trabalho só pode se dar, de fato, na sociedade comunista.

Não são poucas as lutas que estão surgindo para a desalienação do trabalho, as quais – *in statu nascendi* – superam parcialmente o trabalho alienado, mas, evidentemente, enfrentam

Nem mesmo as indústrias de fluxo contínuo (cervejarias, petróleo, etc.) – onde a transformação da matéria não depende da habilidade e destreza dos trabalhadores – escapam a esta realidade.

limites para a sua total transcendência⁷.

Daniele Linhart (2007) faz inúmeras pontes entre a vida sem trabalho e a organização da vida nos séculos XIX e XX na seguinte passagem:

Ao reunir os trabalhadores em um mesmo local de trabalho, a industrialização capitalista destruiu seu ambiente doméstico e familiar. A estruturação do tempo e do espaço ocorreu em função dos horários e dos locais de trabalho assalariado. Esse processo produziu um vazio em torno das grandes concentrações de trabalho. A ausência de uma grande parte da população, durante o horário de trabalho, institucionalizou-se por meio da moradia (bairros dormitórios nas periferias, cidades operárias, casas populares, conjuntos habitacionais, entre outros) e da organização do lazer (a maioria dos espetáculos acontece após o horário de trabalho, ganhando ares de recompensa após o esforço; o “depois do trabalho” alterna-se com o trabalho). Nessas condições, não trabalhar, ou melhor, não exercer atividade em um local de trabalho, implica uma longa espera diurna, na maioria das vezes. Fica-se à espera de que as pessoas voltem do trabalho e que o mundo do lazer, ou simplesmente tempo “livre”, se anime (Linhart, 2007, p. 42-43)

Para Marx (2004), o fenômeno da alienação pode ser entendido em seus quatro aspectos: a relação do trabalhador consigo mesmo, com o produto do seu trabalho, a sua relação com

⁷ Ver, por exemplo, os artigos reunidos na coletânea organizada por Rodrigues, Novaes e Batista (2012).

os outros seres humanos e com a natureza (Mészáros, 2006; Agazzi, 2000)⁸.

Nos manuscritos econômicos filosóficos, Marx reconhece que a chave de toda alienação – religiosa, jurídica, moral, artística, política, econômica – é o trabalho alienado, a forma alienada da atividade prática do homem (Mészáros, 2006). No seu livro *A teoria da alienação em Marx*, Mészáros (2006) produziu uma excelente análise, recomposição e atualização do pensamento de Marx sobre este tema. Chamamos a atenção do leitor para o desenvolvimento didático dos quatro aspectos da alienação abordados por Mészáros: econômicos, debatidos no Capítulo IV, políticos, abordados no Capítulo V, ontológicos e morais, debatidos no Capítulo VI, e estéticos, decifrados no Capítulo VII.

Dito de outra forma, para Marx, o trabalho alienado reflete não só a relação do trabalhador consigo mesmo e com o produto do seu trabalho, como sua relação com os outros seres humanos e com a natureza. Nas palavras de Mészáros:

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente

⁸ No cotidiano, uma pessoa alienada é uma pessoa que não está a par do que está acontecendo, “lunática”, “alucinada”, “perturbada” ou “desinformada” em relação ao que se passa no mundo. A palavra também é usada quando se transfere um bem ou um patrimônio a outrem. Nos anos 1990, por exemplo, tivemos inúmeras campanhas “contra a alienação do patrimônio público”. Um carro está alienado a um banco enquanto não pagarmos todas as prestações. Machado de Assis explorou muito bem a ideia de alienação no sentido de “loucura” no conto *O alienista*, onde um médico, em nome da ciência, prendeu praticamente todas as pessoas “loucas” da cidade e, no fim, ele mesmo se interna.

destrutivo. Quando Marx analisou a alienação nos seus manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros. E afirmou enfaticamente que isso não é uma “fatalidade da natureza”, mas uma forma de auto-alienação.

Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a auto-alienação do trabalho (Mészáros, 2006, p.7).

Da mesma forma que Mészáros, Netto e Braz (2008) resumiram com precisão o debate da alienação do trabalho na seguinte passagem:

Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. Nessas condições, as objetivações, ao invés de se revelarem aos homens como a expressão de suas forças sociais vitais, impõem-se a eles como exteriores e transcendentais. Numa palavra: entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a

dominar o criador. Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico da alienação. E se trata mesmo de um fenômeno histórico porque, embora se configurando como um fato de grande perdurabilidade, verdadeiramente trans-histórico, as condições sociais em que ele se processa não são eternas nem naturais – são condições que podem ser superadas no curso do desenvolvimento histórico. (Netto; Braz, 2008, p. 44-45).

Deste ponto de vista, podemos concluir, nos termos de Mézáros (2006), que alienação política significa perda de controle das instâncias decisórias fundamentais e que a desalienação política significa a “devolução” do poder político aos trabalhadores. Em poucas palavras, o poder decisório fundamental foi alienado às grandes corporações, ao Estado capitalista (burocracia estatal, escolas, etc.), aos sindicatos burocratizados, etc. e aos Governantes que executam as funções vitais de reprodução do sociometabolismo do capital.

A alienação no *ato da produção* (processo de trabalho), a alienação no resultado do produto do seu trabalho e a alienação de si/da civilização humana foram exploradas por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, na *Questão Judaica*, e em *O Capital*. Lembremos que sua construção sobre o fetichismo da mercadoria busca justamente mostrar que a relação entre coisas na verdade é uma relação entre seres humanos que,

[...] escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. Nessas condições, as objetivações, ao invés de se revelarem

aos homens como a expressão de suas forças sociais vitais, impõem-se a eles como exteriores e transcendentos. Numa palavra: entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador (Netto; Braz, 2008, p. 42).

Para Marx (2004, p. 82):

Mas o estranhamento não se mostra apenas no resultado [produto do seu trabalho], mas também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio (*fremd*) ao produto de sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo?

Nas palavras de Netto e Braz (2008, p. 45):

[...] a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem.

Para ilustrar a alienação do produtor em relação ao produto do seu trabalho, nunca é demais lembrar que, para Marx (2004, p. 122): “O comerciante de minerais vê apenas o valor

mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral. Para o produtor de minerais, o mineral não tem sentido mineralógico algum”, ele é apenas um valor troca⁹. A alienação do processo de trabalho se dá basicamente com o surgimento do modo de produção especificamente capitalista, isto é, com o surgimento da Maquinofatura, onde o saber é expropriado pelo capital e transferido para um “sistema automático de máquinas”.¹⁰

A superação positiva da alienação do trabalho: a necessidade de florescimento do trabalho associado e a educação para além do capital

Para Mészáros (2002), a transcendência positiva da alienação do trabalho poderia se dar num processo longo e complexo de lutas para a modificação da atividade de trabalho, caracterizada pela promoção de “descontinuidades na continuidade” e dentro de um projeto revolucionário. Cabe frisar projeto revolucionário porque, defende o autor, uma mudança social profunda precisa de um salto qualitativo.

A necessidade de um “[...] controle social global consciente das condições de auto-realização humana” é imprescindível para que os seres humanos rompam “a tirania da base material” (Mészáros, 1993, p. 201). O autor confere aos

⁹ Para saber sobre os conceitos de valor de uso e valor de troca, ver Marx (1996), além de Netto e Braz (2004).

¹⁰ Como se trata de um capítulo bastante introdutório, não poderemos debater com profundidade todas as dimensões do trabalho e do trabalho alienado. Para um aprofundamento, ver Mészáros (2004), Netto e Braz (2008), Ranieri (2001), Musto (2014) e Iasi (2014).

Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel de levar a termo um “planejamento genuíno”. Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar, de forma racional, os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, suas preocupações cotidianas com moradia e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe (Mészáros, 2002; Ness; Azzellini, 2011; Martorano; Pinheiro, 2013). Nunca é demais ressaltar que nos Conselhos de Trabalhadores e em outras formas de mediação os trabalhadores estão se auto-educando para o exercício de novas relações sociais, portanto, eles fazem parte do complexo de educação para além do capital.

Para Mészáros (2002), enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente “devolvidas”, ocupadas e exercidas autonomamente pelos produtores associados, mas deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado (ou seja, um novo tipo de personificação do capital), o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (Mészáros, 2002, p. 601).

No que se refere aos embriões de desalienação política e econômica, poderíamos citar o caso das Fábricas Recuperadas (FR) (Faria, 2011; Henriques, 2013), onde há princípios de superação da divisão de trabalho capitalista entre os que pensam e os que executam, entre os que trabalham e os que controlam os meios de produção. Desenvolvemos algumas destas ideias com base em Novaes (2011 e 2013). Aqui, faz-se necessário retomá-las. Mesmo dentro dos limites de um processo de trabalho que envolve

inúmeras cadeias produtivas e inúmeras fábricas, as FRs tentam superar, dentro do seu microcosmo, a “hierarquia estrutural do capital” (Mészáros, 2002), tentam reunificar o *homo faber* e o *homo sapiens*. As decisões são tomadas em assembleias democráticas, os trabalhadores fazem rodízio nos postos estratégicos, há revogabilidade dos cargos.

São realizadas ações que permitem o aumento do conhecimento do processo de trabalho na fábrica, que nos levaram a afirmar que temos uma superação parcial da desalienação do trabalho, convivendo com elementos de preservação da alienação do trabalho.

Cabe lembrar que, no final dos anos 1920, Gramsci presenciou, em Turim, as lutas pela formação dos conselhos operários, levando-o a teorizar sobre o papel pedagógico dos conselhos operários para as lutas anticapital. Para ele, os conselhos de fábrica eram uma “escola maravilhosa”. Justamente de tal questão decorre o título desta seção: acreditamos que o trabalho associado é extremamente pedagógico, mas é óbvio que ele não esgota em si mesmo o papel da educação numa possível e necessária transição para além do capital.

Em algumas Fábricas Recuperadas (FRs), houve uma superação da divisão do trabalho capitalista na medida em que o conhecimento, que ficava retido nas mãos de alguns, passou a ser socializado. A dependência em relação aos “engenheiros-capatazes” e ao trabalho complexo, realizado por eles, foi modificada em alguma medida.

Nos casos mais avançados, esboça-se a superação do sistema salarial mediante o princípio: “[...] a cada um segundo as

suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades” (Marx, 2012, p. 216). Em outros casos, há uma maior aproximação das retiradas (“salários”) e a criação de fundos, seja para apoiar as lutas de outros trabalhadores, seja para permitir a alguns trabalhadores o acesso à universidade, seja para melhorar os rendimentos de fim de ano, etc. Deste ponto de vista, a superação embrionária do sistema salarial e a criação de fundos são respostas dos trabalhadores associados ao que Mészáros (2006) chama de alienação econômica.

Não deixa de ser importante destacar o caso de uma FR na Argentina, onde foi criado um fundo para melhorar a retirada dos trabalhadores que tinham maiores gastos com filhos. Isso nos lembra o princípio da “igualdade substantiva”, desenvolvido por Mészáros, fundamentado nos escritos de François Babeuf e Karl Marx. Para articular seu argumento, Mészáros recorreu ao seguinte parágrafo do socialista francês Babeuf. Vejamos:

A igualdade deve ser medida pela capacidade do trabalhador e pela carência do consumidor, não pela intensidade do trabalho nem pela quantidade de coisas consumidas. Um homem dotado de certo grau de força, quando levanta um peso de dez libras, trabalha tanto quanto outro homem com cinco vezes a sua força que levanta cinquenta libras. Aquele que, para saciar uma sede abrasadora, bebe um caneco de água, não desfruta mais do que seu camarada que, menos sedento, bebe apenas um copo. O objetivo do comunismo em questão é igualdade de trabalhos e prazeres, não de coisas consumíveis e tarefas dos trabalhadores (Babeuf, apud Mészáros, 2007, p. 42).

Certamente, este princípio não esgota os desafios colocados, mas acreditamos que ele ajuda a orientar as lutas dos movimentos que combinam a questão de classe e de gênero, de classe com a questão da geração e da etnia, materializando o princípio da igualdade substantiva. Sobre isto, devemos lembrar ao leitor um caso relatado pelos amigos do Coletivo Usina – um grupo de arquitetos e cientistas sociais que prestam assessoria aos movimentos sociais. Eles disseram que, em um mutirão, chegou-se a pensar em dividir o trabalho “igualmente” entre todos os membros. Logo, perceberam que havia pessoas idosas, infartados e trabalhadores/as com outros problemas que não poderiam exercer “igualmente” o trabalho pesado. Desta constatação, decorre o princípio de Babeuf citado anteriormente: “um homem dotado de certo grau de força, quando levanta um peso de dez libras, trabalha tanto quanto outro homem com cinco vezes a sua força que levanta cinquenta libras” (apud Mészáros, 2007, p. 42).

Ainda nos casos mais avançados, os trabalhadores cooperados das FRs fazem de tudo para não terem um estatuto diferenciado de outros trabalhadores, ou seja, lutam para que todos sejam cooperados. É importante destacar este fato porque veremos, a seguir, que uma parcela razoável das FR está contratando terceirizados, para nós, um sintoma da degeneração das mesmas. Isso nos permite afirmar que, nestas experiências, o trabalho associado torna-se princípio educativo.

Mesmo estando inseridas no sistema produtor de mercadorias, muitas experiências de trabalho associado dos movimentos sociais têm como projeto a desmercantilização da sociedade, isto é, uma sociedade sem lucros, sem acumulação de

capital, onde os bens produzidos satisfaçam as necessidades humanas¹¹.

Por último, mas não menos importante, cabe lembrar que a FaSinPat Zanón e, em alguma medida, a Flaskô – uma fábrica ocupada – estão juntando os trabalhadores “classistas”, o que pode ser interpretado como uma tentativa de unificação de parcelas da classe trabalhadora argentina que tem um propósito para além do capital. Já podemos adiantar que a FaSinPat Zanón é uma das poucas FRs que não sucumbiu à acomodação e à degeneração, ela permanece viva e sua luta é renovada a cada dia. Todos estes princípios exercitados diariamente nas FRs são pedagógicos e serão fundamentais na luta para a desalienação do trabalho.

Ao pensar nos desafios a serem enfrentados na constituição de uma educação emancipatória, Mészáros (2005) entende ser necessária a criação de organizações horizontais dos trabalhadores – com vistas a desalienar o trabalho –, atreladas a um processo escolar que supere as formas de internalização do capital. Somente com outro processo de internalização pode-se contribuir para a transcendência do que Mészáros (2002) denomina sociometabolismo do capital, o qual se reproduz em todos os planos da vida. Desse modo, não é suficiente a existência da propriedade coletiva dos meios de produção, até porque, como observou Marx (2009) na crítica a Proudhon, a produção de

¹¹ Pesquisas recentes na América Latina têm mostrado a insatisfação do povo diante do avanço do controle das suas vidas pelas corporações transnacionais, a expulsão das suas terras em nome do progresso e dos transgênicos, o lucro dos pedágios e o escândalo das privatizações, o absurdo do preço e da qualidade do metrô e do ônibus, o lucro dos bancos, dentre tantos outros. Ver, por exemplo, Sevá Filho (2013) e Pinassi e Mafort (2012) e os manifestos de alguns movimentos sociais anticapital.

mercadorias pode permanecer intacta, o sistema salarial, o papel dos gestores e a concorrência poderão se perpetuar sob novas formas. Não custa repetir que o que está em questão é o sentido do trabalho ou, em termos mais gerais, a retomada do controle do produto do trabalho, do processo de trabalho, de si e da civilização humana pelos seres humanos.

Até aqui, detivemo-nos nos aspectos políticos e econômicos da alienação. Mészáros (2006), Vázquez (2009) e Fátima Cabral (2012) atribuem um papel fundamental à educação estética para o desenvolvimento humano. Para a última, a indústria cultural promove a regressão do ouvido humano. Dentro do complexo de produção e reprodução da vida alienada, a indústria cultural promove arte conservadora, que gera lucros vultosos e dominação. Ela mantém seus consumidores alienados. Apenas para citar um exemplo: “para o ouvido não musical a mais bela música não tem nenhum sentido” (Marx, 2004).

Enquanto isso, a arte revolucionária, ao mesmo tempo que “desaliena” parcialmente o seu produtor, ajuda os seres humanos a desenvolver seus ouvidos, suas mãos, seus olhos. Parcialmente desalienados, porque – como vimos - a desalienação completa dos seres humanos só pode se dar na sociedade governada pelos produtores livremente associados.

Do ponto de vista da educação estética, uma das tarefas fundamentais das escolas ligadas a lutas emancipatórias é preparar as mãos, os ouvidos, o cérebro, os olhos, isto é, os sentidos humanos para produzir arte revolucionária e “captar” as grandes obras da humanidade. Lembremos que, para Marx (2004), deve haver uma emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos.

No que se refere ao espaço propriamente escolar, esboçamos nas páginas abaixo quais seriam os fundamentos de uma Escola do Trabalho Emancipado:

- a) O exercício da autogestão na escola: rodízio de funções, hábito coletivo e autogestionário. Este princípio tem como base a pedagogia da auto-organização/criação de novas relações sociais na escola, ou seja, a forma escolar forma. (Pistrak et al., 2009; Tragtenberg, 2006; Dal Ri; Vieitez, 2008; Freitas, 2009, Novaes; Castro, 2011; Nascimento, 2011);
- b) O exercício da autogestão do sistema educativo, passando por todas as esferas hoje alienadas dos professores, funcionários, alunos e “comunidade”. Sobre isto, basta lembrar o poder da administração central na conformação do currículo, da política salarial, do plano de carreira, da supervisão do sistema, na avaliação, etc.
- c) Realização de Trabalho Socialmente Necessário/Útil (Limpeza, Preparação da Comida, Jardinagem, etc.) (Pistrak et al. 2009; Shulgin, 2013);
- d) Preparação para a luta e inserção nas lutas do seu tempo (atualidade), ligando a escola com o seu meio social (Pistrak et al. 2009; Novaes, 2012);
- e) Utilização do “método” de complexos temáticos/estudo a partir da totalidade, tendo em vista a compreensão do sociometabolismo do capital sob uma perspectiva totalizante, dinâmica e contraditória, que combine totalidade e particularidade (Pistrak et al., 2009; Lukács, 2010);

- f) Educação estética: preparação para a compreensão e construção de cultura não mercadológica (Mészáros, 2006, cap. 13; Cabral, 2012; Hilsenbeck Filho, 2012; Vázquez, 2009);
- g) Educação física para o desenvolvimento do corpo humano;
- h) Estudo da história de um ponto de vista materialista e resgate da Teoria da Revolução brasileira (Rodrigues, 2013; Lima Filho, Macedo, 2011);
- i) Exercício do trabalho desalienado, isto é, a escola deve preparar para o trabalho coletivo e desalienado (Mészáros, 2002; Pistrak, 2002; Bruno, 2004; Vieitez; Dal Ri, 2001);
- j) Socialização do conhecimento historicamente acumulado (Lombardi, 2011; Saviani, 2008; Ramos, 2010), para que os trabalhadores possam compreender os “fundamentos científicos do trabalho”. Ao mesmo tempo, realização de um balanço da ciência do capital, isto é, como a ciência e a tecnologia não são neutras, realização de um *inventário* e *filtro* das forças produtivas e destrutivas criadas pelo capital e desenvolvimento de tecnociência para a emancipação humana, tendo em vista a desmercantilização completa da sociedade e o autogoverno pelos produtores livremente associados (Dagnino, 2008; Novaes, 2012; Caldart, 2013; Rolo, 2012).

Concluindo ...

Vimos nas páginas acima que, para o marxismo, a chave para a compreensão do capitalismo é o processo de trabalho, as relações de produção.

Dando um passo atrás, compreender as formas históricas anteriores e pensar outras formas de organização do trabalho são passos fundamentais para compreender a singularidade do ser humano (ontologia do ser social), bem como a possibilidade/necessidade de superação do trabalho alienado. Vimos que, dentro dos marcos do capital, seja no “capitalismo real”, seja no “socialismo real”, os trabalhadores não decidem o que produzir, como produzir, para quem produzir.

Mészáros (2004) acredita que a transcendência do trabalho alienado é o tema mais urgente neste novo milênio. Ele defende a necessidade de universalização do trabalho enquanto atividade vital do ser humano (positividade do trabalho). Certamente, quando ele se refere à universalização do trabalho, quer nos dizer que todos nós devemos trabalhar, desde que seja um trabalho não explorado, um trabalho que nos enriqueça como ser humano. Pressupõe que tenha características de uma atividade cheia de sentido, produtora de valores de uso voltados para a satisfação das necessidades humanas e não o trabalho embrutecedor, o trabalho degradante, produtor de mercadorias e voltado para a reprodução ampliada do capital. Mészáros (2002) também não se refere a um igualitarismo formal, mas à igualdade substantiva “[...] a cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” (Marx, 2012, p. 216).

Acreditamos que, somente através da luta unificada dos movimentos sociais anticapital (Rodrigues; Novaes; Batista, 2012) e dentro de um projeto revolucionário, poderemos transcender o trabalho alienado e a vida alienante.

Em oposição à ordem expansionista do capital, há a emergência de novas formas de organização da produção pelos trabalhadores, que têm o trabalho associado como princípio educativo e trazem consigo o debate de uma educação para além do capital.

Apenas uma educação que se norteie pelo princípio do Trabalho Associado/não alienado, na produção e na vida social como um todo, e se coloque a tarefa revolucionária de emancipação humana, por meio da reorganização da vida material e cultural, poderá superar o sociometabolismo do capital.

2 - Os conselhos operários e os limites do cooperativismo: a contribuição de István Mészáros

Introdução

Certa vez Gyorgy Lukács afirmou que o marxismo deveria ser refundado. Acreditamos que seu discípulo, István Mészáros, é um desses autores comprometidos com essa refundação. Para nós, ele tece uma crítica implacável ao “sociometabolismo do capital” e sua argumentação está fincada na compreensão e superação do trabalho alienado.

István Mészáros nasceu em 1930 na Hungria. Com 12 anos e meio já trabalhava como operário em uma fábrica de aviões de carga, tendo que mentir a idade em quatro anos para isso. Começou a trabalhar como assistente de Georg Lukács, em 1951, e seria indicado como seu sucessor na universidade de Budapeste, mas a invasão soviética de 1956 forçou-o a sair do país¹². Vive hoje na Inglaterra. Sua experiência como trabalhador e estudante na Hungria “socialista” foi determinante para a compreensão da educação como forma de superar os obstáculos da realidade (Boitempo Editorial, 2002).

Acreditamos que a “coluna vertebral” da teoria de Mészáros é a crítica à alienação do trabalho e o papel da autogestão na sua “transcendência positiva”. Mészáros é herdeiro – e ao mesmo tempo – um discípulo crítico do seu mestre, Gyorgy

¹² Para mais detalhes sobre a Revolução Húngara de 1956, ver Anweiler (2013), Lukács (2008), Mészáros (1958 e 2015) e Novaes e Nemirovsky (2016).

Lukács e, acima de tudo, um filósofo marxista e um dos teóricos que contribuiu para a refundação do marxismo na segunda metade do século XX.

A reflexão de Mészáros (2002) sobre a transição socialista se dá no âmbito da proposta que formula de uma mudança global que tem por objetivo a transcendência do “sociometabolismo do capital”. Sua teoria segue em busca das exigências qualitativamente mais elevadas da nova forma histórica, o socialismo pós-capital (e não pós-capitalista), onde o ser humano possa desenvolver sua “rica individualidade”.

Cabe adiantar que Mészáros (2002) usa a expressão pós-capital e não pós-capitalista porque, por exemplo, enquanto a experiência soviética, uma sociedade pós-capitalista, “extinguiu” a propriedade privada dos meios de produção mas se baseou numa forma de controle burocratizada, uma sociedade pós-capital extinguirá todas as determinações da produção de mercadorias, portanto, o controle do sociometabolismo estará nas mãos do trabalho.

Na apresentação do livro de Mészáros (2002), Ricardo Antunes observa que para este intelectual capital e capitalismo são fenômenos distintos e a identificação conceitual entre ambos fez com que todas as experiências revolucionárias vivenciadas no século 20, desde a Revolução Russa até as tentativas mais recentes de constituição societal socialista, se mostrassem incapacitadas para superar o sistema de metabolismo social do capital. O capitalismo seria uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas.

Ricardo Antunes (2002) também observa que Mészáros define o sistema de metabolismo social do capital como poderoso e abrangente, tendo seu núcleo formado pelo tripé capital, trabalho alienado e Estado – três dimensões fundamentais do sistema materialmente construídas e inter-relacionadas –, sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema¹³. Não tendo limites para expansão, o sistema de metabolismo social do capital mostra-se incontrolável.

Como poderemos ver ao longo das próximas seções, a teoria de Mészáros gira em torno da alienação do trabalho e a necessidade de superação da mesma. Para ele,

a alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação nos seus manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros. E afirmou enfaticamente que isso não é uma “fatalidade da natureza”, mas uma forma de autoalienação (Mészáros, 2006, p.5).

¹³ Para a crítica do Estado na obra de Mészáros, ver Mészáros (1996, 2002 e 2016). Cabe salientar também que este intelectual está preparando um novo livro para ser publicado pela editora Boitempo em 2018.

Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas, sim, o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a autoalienação do trabalho (Mészáros, 2002). Mészáros identifica 3 mediações de segunda ordem no sociometabolismo do capital: a divisão de trabalho alienante, a produção de mercadorias e a propriedade privada¹⁴.

Este capítulo foi estruturado da seguinte forma. Na primeira seção - que recebeu maior atenção - abordamos o papel dos conselhos operários na retomada do controle dos meios de produção. Na segunda seção observamos que Mészáros tece uma crítica implacável à sociedade produtora de mercadorias e vislumbra a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas (valores de uso). O debate das forças produtivas e forças destrutivas e a crítica de Mészáros à propriedade privada dos meios de produção (bem como a necessidade de criação de distintas formas de propriedade comunal) foram abordadas na quarta e quinta seções.

Por último, mas não menos importante, cabe ressaltar que inúmeros temas como o papel do complexo industrial-militar na reprodução do sociometabolismo do capital, a questão de gênero, o debate da igualdade substantiva, o indivíduo e sua classe, a

¹⁴ Para o debate das mediações, ver Pinassi (2009). Para o debate da alienação, ver também Lukács (2013), Lefebvre (1958), Schaff (1979), Antunes (2000), Netto e Braz (2008), Konder (2009), Séve (2012), Musto (2014), Novaes (2010) e Netto (2015). Para quem estiver iniciando o debate, vale a pena ler os capítulos de Mészáros (1981 e 2006) – aspectos econômicos, aspectos políticos, estéticos e ontológico-morais da alienação. Curiosamente, Konder (2009) também denomina os capítulos do seu livro de forma muito parecida.

questão nacional-internacional, o poder da ideologia, a educação para além do capital, o papel do Estado na sociedade de classes, a produção destrutiva, e a diferença entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária não serão abordados neste capítulo¹⁵.

Reconhecemos a dificuldade de interpretação da vasta obra de Mészáros. Para que o leitor tenha acesso às interpretações de alguns interpretes-discípulos, podemos citar, por exemplo, Ricardo Antunes (2005 e s/d), Caio Antunes (2012), Maria Orlanda Pinassi (2009), os capítulos do livro organizado por Ivana Jinkings e Rodrigo Nobile (2011) bem como nossa contribuição em Novaes (2010).

Na América Latina, a difusão da obra de Mészáros parece ocorrer mais no Brasil que em outros países. Na Venezuela, seu trabalho recebeu numerosos prêmios e é constantemente citado pelo controverso comandante Chávez. Seus livros *Mas Allá del capital* (2002) y *El desafío y la carga del tiempo histórico: El socialismo del siglo XXI* foram traduzidos para o espanhol em 2002 e 2009 respectivamente. O segundo livro recebeu o “Premio Libertador al Pensamiento crítico” no ano de 2008 em Caracas, depois de ter sido avaliado por um júri formado por pensadores sociais latino-americanos de esquerda.

¹⁵ Para estas questões, além da obra de Mészáros citada no final, ver também Pinassi e Mafort (2012), Cherubini (2009), Caio Antunes (2012), Rodrigues, Novaes e Batista (2012) e Ricardo Antunes (2005).

A devolução do poder aos trabalhadores: novo sentido ao trabalho, autogestão no microcosmo produtivo e planejamento socialista da produção

É preciso salientar, com ênfase, que a tendência a universalização da alienação na sociedade capitalista está longe de significar a inexistência de *contratendências* – ou menos ainda - a sujeição de todos indivíduos a ela (José Paulo Netto, 2015)

Para não ir mais longe, a necessidade da autogestão fez-se sentir pelos trabalhadores desde o primeiro dia em que foram colocados numa fábrica, à sua revelia.

No século XIX, em contextos defensivos, o cooperativismo e o mutualismo ganharam força como forma de resistência ao desemprego e como forma de construção embrionária de novas relações sociais, principalmente durante a Revolução Industrial na Europa.

É preciso lembrar que uma das primeiras motivações de criação das mútuas era para que os trabalhadores não fossem enterrados como cachorros. Já as Cooperativas de consumo permitiram aos trabalhadores consumir produtos de boa qualidade e a um preço acessível. Citemos, por exemplo, um especialista George Holyoake:

O que despertará mais interesse no escritor ou no leitor não é o brilhantismo da atividade comercial, mas, sim, o novo e aprimorado espírito que anima esse intercâmbio comercial. O comprador e o vendedor se encontram como amigos; não há

astúcia de um lado, nem suspeita do outro (...) Essas multidões de trabalhadores humildes, que anteriormente nunca sabiam quando estavam consumindo alimento de boa qualidade, que almoçavam diariamente comida adulterada, cujos sapatos estragavam antes da hora, cujos coletes eram enebados e cujas esposas usavam tecido comum impossível de lavar, agora compram nos mercados [armazéns cooperativos de Rochdale] como milionários e, no que concerne à pureza dos alimentos, vivem como senhores (Holyoake, 1933, s/nº).

Marx (1996) cita o jornal *Spectator* na parte onde este afirma que a experiência de Rochdale (Inglaterra) “mostrou que Associações de Trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas. Que Horror!” (Marx, 1996, p. 381).

Para Marx, a economia política burguesa colocava os capitalistas da época como sendo “imprescindíveis”, quase naturais e eternos, e o cooperativismo veio a mostrar na prática que a sociedade poderia ser organizada de uma outra forma, não deixando nenhum lugar visível para os capitalistas.

Em contextos ofensivos, a autogestão fabril em estágio embrionário ocorreu nas lutas dos anos de 1830-40, na Comuna de Paris (1871), quando os patrões abandonaram as fábricas e os trabalhadores se organizaram para colocá-las novamente em marcha. Nas palavras de um estudioso:

As oficinas da Comuna [de Paris] foram (...) modelos de democracia proletária. Os operários nomeavam seus gerentes, seus chefes de oficinas e seus chefes de equipe. Reservavam-se o direito de demiti-los se o rendimento ou as condições de trabalho não fossem satisfatórios. Fixavam seus salários e horários, as condições de trabalho; melhor ainda, um comitê de fábrica se reunia às tardes para decidir o trabalho do dia seguinte (Guillerm *apud* Guillerm e Bourdet, 1976).

Um novo ciclo autogestionário se iniciou na Rússia, em 1905 até os primeiros anos da Revolução de 1917, na Revolução Húngara de 1919, nos Conselhos de Turim e na Revolução Espanhola. Na Revolução Russa, os conselhos operários (*soviets*) cumpriram seu papel nos primeiros anos, mas foram estrangulados em função da burocratização crescente das decisões estratégicas da sociedade.

Um outro ciclo autogestionário ocorreu na Polônia e Hungria em 1956¹⁶ e terminou em 1974-75 (Portugal), não apenas através do controle das fábricas e coordenação da produção entre diversas fábricas, mas também a autogestão de escolas, estaleiros navais, hospitais, o controle da cidade pelos trabalhadores, a construção autogestionária da habitação, etc.

Na teoria de Mészáros, autogestão – no seu sentido macro – aparece como devolução do poder aos trabalhadores. Esta

¹⁶ Para saber mais sobre a participação de Lukács e Mészáros na Revolução Húngara, ver Mészáros (2015) e Novaes e Nemirovsky (2016).

questão nos remete ao debate ao debate contemporâneo sobre o tipo de participação do trabalhador associado numa fábrica e na sociedade em geral. Devemos distinguir o “participacionismo” ensejado pelo capital e a “participação autêntica”. A experiência histórica demonstra que o *participacionismo* proposto pelo capital não tem diminuído o poder da direção das empresas. Tampouco tem alterado o comando ditado pelo capital financeiro nesta nova fase do capitalismo (Tragtenberg, 2005).

Algumas teses tentam desvelar o novo discurso do capital sobre a participação dos trabalhadores na fábrica e seu contraste com a pedagogia engajada na emancipação humana. Para Hirata (1990), os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) não representam de forma alguma “uma produção controlada pelos trabalhadores, mas, sim, uma organização [informal] em pequenos grupos para discutir e resolver problemas diagnosticados no local de trabalho”. Para ela, os CCQs diferem das propostas autogestionárias “pela própria natureza e não só em grau” (Hirata, 1990, p. 136).

A busca da participação do trabalhador, o enriquecimento de tarefas, o CCQ, *Kanban*, *Kaizen*, são estratégias utilizadas pelo capital para atacar os sintomas e não as causas da alienação do trabalho. Já a autogestão não nasce desta “visão” de participação, mas, sim, das lutas históricas da classe trabalhadora nos séculos XIX e XX para levar a cabo a democracia na produção, a superação do Estado capitalista e a construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas.

Nesse sentido amplo, autogestão significa a retomada do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana (Mészáros, 2002).

Para Mészáros, o capital é expansivo, incontrolável e essencialmente destrutivo.

Na produção o problema central continua sendo a alienação do trabalho no sentido clássico do termo. Ela existe como função do capital e o trabalhador é, acima de tudo, dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder. O ponto crucial é que, quaisquer que sejam as melhoras advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, as condições de trabalho enquanto tais, isto é, o controle do ritmo, a concepção e o *status* do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores (Tragtenberg, 2005; Mészáros, 2002; Novaes, 2010).

Se as estratégias gerencialistas procuram “reduzir” a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam o cooperativismo e o associativismo dão um novo significado a participação “dentro” da empresa, via construção de conselhos autônomos, e adicionam a necessidade de participação “fora” do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade (assembleias de bairro, parlamento etc.).

Lembremos que para Tragtenberg, a “participação autêntica” é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (Tragtenberg, 1987, p. 30).

Mészáros provavelmente assinaria em baixo dessa citação. Bernardo (1986) destaca que participação em órgãos livremente eleitos, com rodízio de funções, teria uma função extremamente

pedagógica para os trabalhadores.

Para Mészáros (2002) a participação deve ser exercitada no microcosmo e no macrocosmo social dentro de um projeto de construção de uma economia comunal. A necessidade de participação autêntica, de rodízio e revogabilidade dos cargos são princípios vitais da autogestão. De que forma então Mészáros retoma o debate do planejamento socialista? Para ele:

Os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (Mészáros, 2004).

Lembremos que é nos escritos dedicados à Comuna de Paris (1871) que Marx afirma que:

Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades Cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunismo, o comunismo ‘realizável’? (Marx, 1996).

Como no lembra Mészáros “o verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de ‘personificações do capital’ (Mészáros, 2002).

Esse pensador social critica ainda os equívocos da esquerda cooperativista, pois esta não atentou para a necessidade de promover “ataques duplos” ao sistema sociometabólico do capital. É o “complexo global de reprodução sociometabólica” que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um “macrocosmo” qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de “microcosmos” qualitativamente diferentes (Mészáros, 2002).

Lembremos que, para Marx, “a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção”. Segundo Mészáros, a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante do que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (Mészáros, 2002). E ele prossegue:

A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloquente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expro-

priação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado” (Mészáros, 2002, p. 629).

Segundo Mészáros, a alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital como trabalhador avulso, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total (Mészáros, 2002, p. 629).

Nesse sentido, Mészáros acredita que a possibilidade de uma modificação – inclusive das menores partes do sistema do capital – implica a necessidade de “ataques duplos”, constantemente renovados, tanto às “células constitutivas” ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas produtivas particulares) com os “macrocosmos” autorregulantes e aos limites estruturais autorrenovantes do capital em sua inteireza (Mészáros, 2002, p.630).

Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar de forma racional os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, das preocupações cotidianas com moradias e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe (Mészáros, 2002). Entretanto, este autor faz algumas advertências, uma vez que os Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a panaceia para todos os problemas da Revolução. Contudo sem alguma forma de autoadministração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar se transformarão em crônicas, e podem inclusive trazer o perigo de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal (Mészáros, 2002, p. 457).

Mészáros nos lembra ainda que, quando da sua constituição espontânea, em meio as importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, “precisamente o papel de autoadministrador possível, a par da responsabilidade autoimposta – que está implícita no papel assumindo e é praticamente inseparável dele – de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada” (Mészáros, 2002, p. 457).

Para teorizar sobre a dialética da parte e do todo, além de sinalizar a necessidade de “ataques duplos”, Mészáros se apoia na crítica de Rosa Luxemburgo (1999) a Eduard Bernstein.

Para Rosa Luxemburgo, o problema das cooperativas não está na falta de disciplina dos trabalhadores, tal como advogava Bernstein. A contradição das Cooperativas é que elas têm que

governar a si mesmas com o mais extremo absolutismo. Nelas, os trabalhadores são obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo fracasso das Cooperativas de Produção, que ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

Mészáros advoga que os Conselhos de Trabalhadores devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada, porque o sistema do capital é um modo de controle global-universalista que não pode ser historicamente superado exceto, por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente (Mészáros, 2002, p. 599).

E conclui, observando que, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas de modo autônomo pelos produtores associados, e não mais deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo-o materialmente e, dessa forma, estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade (Mészáros, 2002, p. 601).

Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel na busca de um “planejamento autêntico”. Nesse sentido, para ele todas as funções de controle do sociometabolismo devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados, pois – na falta disso – o comando das determinações produtivas e distributivas da reprodução social continuará sob a égide do capital. Isso nos permite concluir que a construção da sociedade

comunista passa necessariamente pela luta por novas “mediações de segunda ordem”: retomada do controle do trabalho, diferentes formas de propriedade comunal¹⁷ e produção de valores de uso.

Até aqui concentramos nossa atenção no eixo deste capítulo: o papel dos conselhos operários em momentos defensivos e ofensivos bem como nos limites do cooperativismo nos séculos XIX e XX. No entanto, cabe interligar, ainda que muito rapidamente, a relação destes temas com a desmercantilização, a necessidade de reestruturação das forças produtivas e a crítica à propriedade privada dos meios de produção na obra de István Mészáros. Vejamos.

Desmercantilização da sociedade: a produção de valores de uso

O que penso que deveríamos ter em mente é que a questão básica não é a propriedade nem o controle dos recursos econômicos. A discussão básica é a desmercantilização dos processos econômicos mundiais. Cumpre salientar que desmercantilização não significa desmontei-zação, mas eliminação do lucro como categoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nesta direção, com todas as consequências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. Daqui a 500 anos, se trilharmos esse caminho, possivelmente ainda não o teremos percorrido totalmente, mas poderemos ter avançado nesta direção (Wallerstein, 2002, p. 36).

¹⁷ Para este debate, ver Benini (2012).

Para os herdeiros do legado marxiano, a superação da forma mercadoria sempre foi um tema seminal. Wallerstein nos chama a atenção para esse tema, usando o termo “desmercantilização”. Vale dizer que outros preferem o termo “desmercadorização” ou a expressão “produção de valores de uso”¹⁸.

No livro *Para além do capital*, Mészáros (2002) resgata as lutas dos trabalhadores tendo em vista a construção de uma “economia comunal”. Ele parte das propostas de Charles Babbage para o aumento da vida útil das máquinas, equipamentos e produtos, mostra seus limites e analisa o avanço do sistema produtor de mercadorias, essencialmente destrutivo e produtor de bens supérfluos e descartáveis (Antunes, 2005). Lembremos que para Marx:

(...) o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar o sentido humano correspondente à riqueza humana inteira do ser humano e natural (Marx, 2004, p.110).

Nesse sentido, a superação da alienação do trabalho em

¹⁸ Para o debate da desmercantilização em Mészáros, ver Novaes (2010).

sua totalidade dificilmente virá através de um simples movimento econômico, como uma espécie de vírus que vai crescendo no interior do sociometabolismo do capital sem a mínima resistência do capital. Aqui, o papel da política é decisivo, no sentido de luta, dentro de um projeto revolucionário, num longo processo histórico de convencimento e construção na prática de uma sociedade controlada pelos seres humanos, autogovernada, que não seja comandada por uma força estranha: o capital.

Ao falar do papel da política para a construção de uma sociedade para além do capital, Mészáros traça a diferença entre consciência de classe contingente e consciência de classe necessária e ao mesmo tempo recupera o conceito de totalidade. Para ele:

A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala de operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à “racionalização” capitalista.) (Mészáros, 2008, p. 89)

Lembremos também que para Pinassi (2009, p. 34), as classes trabalhadoras foram, e continuam sendo tão profundamente golpeadas e alijadas de uma autêntica percepção de classe dominada que, principalmente em situações de crise mais profunda, seu horizonte ideológico manifesta-se muito mais em função do contingenciamento histórico que de sua mais que necessária potencialidade revolucionária.

Para Mészáros, o capitalismo é um sistema mundial. Mesmo os fenômenos de conflito social de aparência puramente local têm de ser relacionados à totalidade objetiva de um estágio determinado do desenvolvimento socioeconômico. Sem um esforço consciente de interligar os fenômenos sociais específicos às tendências gerais e às características do capitalismo como sistema global, o significado desses fenômenos parece obscuro ou parece desproporcionalmente aumentado (Mészáros, 2008, p. 85).

Em prol de uma radical reestruturação das forças produtivas

Ao contrário da maioria dos autores marxistas do século XX, Mészáros não entende a tecnologia, a ciência etc. como sendo neutras e, por isso, acredita que antes ou quando “herdarem” as forças produtivas, os trabalhadores deverão preocupar-se em reestruturá-las radicalmente. Para ele, o poder liberador das forças produtivas “permanece como um mero potencial diante das necessidades autopropetadoras do capital” (Mészáros, 2002).

No campo mais específico da tecnologia, afirma que sua inserção é estruturada com o único propósito de “reprodução ampliada do capital a qualquer custo social”.

A sua interpretação sobre as forças produtivas também pode ser vista em sua obra *O poder da ideologia*, quando ele critica Habermas e dialoga com Raniero Panzieri. De acordo com Mészáros (2004, p. 519), Habermas “caricatura Marx” ao afirmar que ele “fala em forças produtivas neutras” (Habermas, 1986, p. 91). Pautando-se nas observações de Panzieri sobre a máquina e a racionalidade capitalista – além de outros autores –, Mészáros afirma que Marx sabia muito bem que “na utilização capitalista, não apenas as máquinas, mas também os ‘métodos’, as técnicas organizacionais etc. são incorporados ao capital e confrontam o trabalhador *como capital*: como uma ‘racionalidade’ externa” (Mészáros, 2004, p. 519). Assim, todo sistema é “abstrato e parcial, passível de ser utilizado apenas em um tipo hierárquico de organização” (Panzieri, 1980 *apud* Mészáros, 2004, p. 519). De acordo com Mészáros,

Marx jamais poderia considerar neutras as forças produtivas, em virtude dos seus elos orgânicos com as *relações* de produção; por isso, uma mudança radical nessas últimas, nas sociedades que querem extirpar o capital de sua posição dominante, exige uma reestruturação fundamental e um caminho qualitativamente novo de incorporação das forças produtivas nas relações socialistas de produção (Mészáros, 2004, p. 519).

No artigo “Mais-valia e planejamento”, Panzieri (1982) afirma que “frente à interligação de tecnologia e poder realizada pelo capital, a perspectiva de um uso alternativo (pela classe operária) da maquinaria não pode, evidentemente, basear-se numa

derrubada, pura e simples, das relações de produção (de propriedade), nas quais estas sejam consideradas como uma casca destinada a desaparecer, a um certo nível de expansão produtiva, simplesmente porque se tornou demasiado pequena. *As relações de produção estão dentro das forças produtivas*, e estas foram “moldadas” pelo capital. É isso que permite a perpetuação do desenvolvimento capitalista, mesmo depois de a expansão das forças produtivas ter atingido seu nível mais alto” (Panzieri, 1982, p. 25 – grifos no original e parênteses no original).

Mészáros (2002, p. 575), ao chamar a atenção para o fato de que as “condições materiais de produção, assim como sua organização hierárquica, permanecem no dia seguinte da revolução exatamente as mesmas que antes”, ressalta a questão-chave que estamos enfocando: as formas tecnológicas capitalistas, por possuírem uma alta inércia, fruto de um longo período de acumulação e fortes estímulos ao seu desenvolvimento, representam um significativo desafio para a mudança sociopolítica qualitativa. É por essa razão que, para ele, uma radical transformação dos meios e técnicas de produção é considerada como sendo “um problema paradigmático da transição”.

Segundo Mészáros, imediatamente após a “expropriação dos expropriadores”, não são apenas os meios materiais e tecnologias de produção herdadas que permanecem os mesmos junto com as suas ligações com o sistema de troca, distribuição e consumo dado, mas a própria organização do trabalho permanece profundamente encastoadada naquela divisão social hierárquica do trabalho “que vem a ser a mais pesada opressão herdada do passado” (Mészáros, 2002, pp. 596-597).

Mészáros, ao argumentar que as questões da divisão do trabalho, da alienação, do “avanço” das forças produtivas foram abordadas incorretamente, oferece um substrato poderoso para a crítica à maioria das interpretações sobre C&T do marxismo do século 20¹⁹. Talvez por concentrar a atenção na tomada do poder pela classe trabalhadora, na propriedade estatal dos meios de produção etc., e em outras tarefas imediatas relativas ao período de transição, a esquerda marxista reduziu a questão da tecnologia e da ciência a uma simples “apropriação” das forças produtivas engendradas no capitalismo pelo proletariado e a sua “melhor” utilização para a construção do socialismo.

Podemos afirmar, interpretando Mészáros, que a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico, e não pode ser resumida ao tema da tomada do poder. Tudo nos leva a crer que as transformações qualitativas não se dão como resultado de uma simples mudança política, mas são processos que envolvem um longo prazo de “revolução social” por meio de um trabalho positivo de “regeneração” (Mészáros, 2002, p. 865). Mas, seguramente, Mészáros não é um fatalista, nem acredita que estamos “num beco sem saída”, muito menos acreditaria que teremos que retornar para a Idade Média e começar tudo de novo.

Mészáros analisa o problema das forças produtivas, contextualizando-o dentro da história. Ele mostra os equívocos da esquerda que “esqueceu” este problema, mas também sinaliza as

¹⁹ Para Mészáros (2002, p. 527), um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital. Para o debate da produção destrutiva, ver Novaes et. al. (2015) e Pinassi e Cruz Neto (2012).

possibilidades históricas de “transcendência da autoalienação do trabalho” (Mészáros, 2002)²⁰.

O retorno do caracol e sua concha: a crítica à propriedade dos meios de produção

Uma questão que sempre é complexa no materialismo é a relação entre controle e propriedade dos meios de produção. Marx dizia que o cooperativismo poderia “reatar” o trabalhador aos meios de produção, ou o caracol à sua concha. Quando se referiu à mudança proporcionada pela manufatura, ele assim se expressou: “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital” (Marx *apud* Antunes, 2005).

Mészáros deu sua contribuição para essa complexa questão. Para ele, é preciso reconhecer que há limites claros à propriedade de trabalhadores num contexto onde não há generalização de expropriações e que a “expropriação dos expropriadores” deixa em pé a estrutura do capital. Apesar da necessidade de questionamento da propriedade privada e da propriedade estatal, Mészáros adverte que:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos

²⁰ Para saber mais sobre a posição de Mészáros no debate sobre as forças produtivas/destrutivas, ver Mészáros (2002), Dagnino e Novaes (2007) e Novaes (2007).

direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionalizações” e “privatizações” no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, quanto mais se se limitarem à sua minoria falida. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o “microcosmo” reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (Mészáros, 2002, p. 629).

Em outras palavras, ele acredita que a questão fundamental é o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (Mészáros, 2002, p. 628).

A “expropriação dos expropriadores” é apenas um pré-requisito, não significando quase nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados²¹. Isso pode ser visto, por exemplo, no caso da Revolução Russa, em que os meios de produção foram questionados, mas as relações de produção capitalistas se reproduziram sob nova roupagem. Para a primeira questão, talvez a resposta seja porque a obra de Marx sempre foi interpretada – a nosso ver equivocadamente – como uma simples

²¹ Ver também Korsch (2013).

questão de propriedade dos meios de produção ou como uma apologia à estatização dos meios de produção como forma de se chegar ao socialismo. O estalinismo interpretou a socialismo como propriedade estatal dos meios de produção e ignorou o debate sobre a transcendência da alienação do trabalho (Mészáros, 2002).

Para ele não se pode supor uma propriedade privada estereotipada, uma vez que a investigação histórica registrou uma grande variedade de formas. Da mesma forma, temos que descartar a ideia ingênua de uma propriedade comunal originária idílica e homogênea. A propriedade comunal deve também ela mesma ser concebida como apresentando tipos muito diferentes (Mészáros, 2006, p. 140). Mais precisamente:

Isso se aplica não apenas ao passado remoto, mas também ao presente e ao futuro. Postular uma propriedade comunal homogênea como superação das relações de propriedade capitalistas alienantes é a-histórico. As “relações de propriedade” constituem, evidentemente, um conceito-chave na análise da alienação; mas seria ingênuo supor que a negação direta dessas relações de propriedade específicas não produzirá algo igualmente específico. Assim, a questão da alienação não se resolve de uma vez por todas simplesmente negando as relações de propriedade capitalistas. Não devemos nos esquecer de que estamos tratando de uma série complexa de inter-relações, das quais as “relações de propriedade” são apenas uma parte (Mészáros, 2006, p.140).

Considerações finais

A luta pela construção de uma sociedade para além do capital deve abarcar todos os aspectos da inter-relação entre Capital, Trabalho e Estado. Um dos autores que certamente contribui para este debate é István Mészáros, com sua crítica a alienação do trabalho.

Procuramos mostrar sua contribuição no debate dos principais determinantes da alienação do trabalho e o papel da autogestão macrossocial nesse processo, sua crítica à propriedade privada-estatal, a necessidade da propriedade comunal, a necessidade do planejamento socialista da produção, sua crítica às forças destrutivas e a mercantilização. Esperamos com isso despertar o interesse do leitor para a obra de um dos principais marxistas da segunda metade do século XX.

3 - As comissões de fábrica: ensaio de autogestão no início da ditadura

Introdução

Este capítulo pretende abordar a formação de Comissões de Fábrica no Brasil dentro de um contexto de ascensão das lutas dos trabalhadores nos anos 1950-68. Nossa hipótese é que as Comissões de Fábricas se formaram como embriões de lutas autogestionárias no Brasil que rapidamente foram estranguladas pelo acirramento da ditadura militar em 1968 e em seguida pela reestruturação produtiva.

Para nós, as Comissões de Fábrica dos anos 1960-70 dificilmente podem ser compreendidas isoladas das lutas dos anos 1950 e 1960. Em função disso, narramos na primeira parte do capítulo a) as inúmeras lutas que ocorreram neste momento, dando destaque b) ao papel da “Arquitetura Nova” na crítica à Arquitetura convencional, além da denúncia da nossa miséria pelo “Cinema Novo”; c) a criação da Universidade de Brasília, d) as críticas e ações da União Nacional dos Estudantes; e) as campanhas em defesa do ensino público e da superação do analfabetismo nos anos 1950; f) as lutas pela Reforma Agrária; g) encerramos esta parte com a análise das Reformas de Base no Governo João Goulart e a ruptura histórica iniciada com o golpe de 1964.

Para Ribeiro (1997) vivíamos neste momento histórico o “florescimento científico e cultural que o Brasil começava a experimentar nos anos 1960 e que se viu drasticamente crestado”

pela opressão da ditadura civil-militar de 1964-1985.

Iniciamos a segunda parte do capítulo com um panorama da formação da classe trabalhadora brasileira e das comissões de fábrica até o final dos anos 1950. Em seguida, abordaremos o ciclo das Comissões de Fábrica, que vai de 1968 (acirramento da ditadura civil-militar) a 1978 (fase de distensão e abertura gradual). Encerramos o capítulo com algumas considerações finais.

Os anos 1950-60 no Brasil: ascensão das lutas dos trabalhadores e dos intelectuais

Ou se acha uma solução com medidas de financiamento maciço da produção que melhore o Nordeste, ou não chegaremos a 1º de janeiro de 1963 sem uma convulsão, talvez sangrenta. Quem não acreditar que ponha o calendário no bolso e espere para ver (Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte no início dos anos 1960)

Esta seção pretende retratar a ascensão das lutas dos trabalhadores e dos intelectuais nos anos 1950-1964.

A Revolução de 1930, conduzida por Getúlio Vargas, iniciou a industrialização do país, construiu a indústria nacional, trouxe melhorias nas condições de vida da população brasileira, criou direitos trabalhistas, construiu as empresas estatais, alfabetizou parcelas dos trabalhadores, enfim, constituiu a nossa república. Lembremos que o Brasil era e ainda é um país com uma brutal concentração da terra, da renda e do poder, com altas taxas de analfabetismo, subnutrição, péssimas condições de trabalho,

habitacionais e de transporte. De qualquer forma, os historiadores brasileiros afirmam que é no período 1930-1980 que o Brasil deixa de ser - em alguma medida - uma colônia de exportação e passa a ser uma economia com um projeto de desenvolvimento nacional. É preciso lembrar também que a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889) não trouxeram mudanças fundamentais na economia brasileira.

Em outras palavras, mesmo diante de uma “Revolução Conservadora” (Lima Filho, 2009) ou do que os gramscianos chamam de “Revolução passiva”, isto é, uma revolução incompleta que não liquidou o poder da oligarquia e onde as forças de esquerda não tinham força para realizar uma revolução completa, pairava no ar que o Brasil estava evoluindo e “poderia dar certo” (Ribeiro, 19997)²².

A “Arquitetura Nova” e o Cinema Novo

O Brasil vivia nos anos 1950-1960 um momento de florescimento científico e cultural. Para nós, este processo sofreu uma ruptura com a opressão da ditadura civil-militar de 1964-1985. No artigo “Arquitetura Nova”, escrito em 1967, Sérgio Ferro – militante deste movimento - expressa o impacto do golpe

²² Apenas para ilustrar a importância da temática “Revolução”, basta lembrar que o título dos livros de Caio Prado Júnior, um importante intelectual marxista era “A revolução brasileira” e o de Nelson Werneck Sodré “Introdução à Revolução Brasileira”. Muitos intelectuais chegam a dizer que é de 1950 a 1968 que vivemos o florescimento da crítica intelectual brasileira, em especial a compreensão das particularidades do nosso capitalismo e da nossa revolução. Ao mesmo, é nesse momento que encontraremos intelectuais completos, imersos nas lutas do seu tempo.

de 1964 nas esperanças depositadas pela arquitetura moderna no projeto nacional desenvolvimentista. A “Arquitetura Nova” havia nascido no início dos anos 1960, quando se vivia a esperança de uma sociedade mais justa, principalmente entre os jovens: “acreditava-se com mais ou menos intensidade e com variações de esquerda e de direita, que o país tinha saída” (Ferro, 2006, p.321)²³.

Nesse contexto de efervescência social, surgiram as ideias e propostas inovadoras no campo da pintura e da arquitetura. O ateliê de Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre era uma espécie de núcleo político, no qual produção artística e crítica aconteciam simultaneamente. Quem chegava lá para um café e bate-papo encontrava todo mundo sujo, coberto de tinta e produzindo à viva força – “as marcas do fazer”. Sérgio Ferro lembra que o “escritório era frequentado por pessoas de filosofia, teatro, música, literatura. Era um cadinho no qual tudo se cruzava, em uma espécie de projeto de criação de uma consciência nacional, de uma cultura nossa, que não fosse importada, Era um período de fertilidade extraordinária” (Ferro, 2001 apud Arantes, 2002, p. 52).

Da mesma forma, Glauber Rocha – um dos representantes do Cinema Novo, fazia uma denúncia da realidade nacional, marcada por fome e miséria. Para ele:

De Aruanda a Vida Secas [filmes representativos do Cinema Novo], o cinema novo narrou, descreveu, poetizou, discursou, analisou, excitou os temas da

²³ Para este debate, ver Arantes (2004); Koury (2003) e Kapp et. al. (2008).

fome: personagens comendo terra, personagens comendo raízes, personagens roubando para comer, personagens matando para comer, personagens fugindo para comer, personagens sujas, feias, descarnadas, morando em casas sujas, feias, escuras: foi essa galeria de famintos que identificou o cinema novo com o miserabilismo, hoje tão condenado pelo Governo do Estado da Guanabara, pela comissão de seleção para festivais do Itamarati, pela crítica a serviço dos interesses oficiais, pelos produtores e pelo público, este último não suportando as imagens de própria miséria. Esse miserabilismo do cinema novo opõe-se à tendência do digestivo, preconizada pelo crítico-mor da Guanabara, Carlos Lacerda: filmes de gente rica, em casas bonitas, andando em automóveis de luxo; filmes alegres, cômicos, rápidos, sem mensagens e de objetivos puramente industriais. [...] É uma questão de moral que se refletirá nos filmes, no tempo de filmar um homem ou uma casa, no detalhe que observar, na moral que pregar: não é um filme, mas um conjunto de filmes em evolução que dará por fim ao público a consciência de sua própria miséria. [...] O cinema novo é um projeto que se realiza na política da fome, e sofre, por isto mesmo, todas as fraquezas conseqüentes de sua existência (Glauber Rocha apud Koury, 2003, p. 97-98).

Segundo Koury (2003), as manifestações políticas e culturais dos anos 1960 refletiam a importância do papel do artista na formulação da crítica à realidade nacional, principalmente aos modelos de desenvolvimento e aos padrões de comportamento, e também o seu compromisso com a elaboração de projetos

alternativos. As antinomias da época – participação e alienação; opressão e liberdade - sinalizavam as polarizações do debate entre direita e esquerda, e as suas perspectivas de transformação da sociedade.

Nesse contexto, as ideias e as propostas de Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre – membros da “Arquitetura Nova” - expressas no processo de criação coletiva, práticas artísticas e textos escritos, foram ao mesmo tempo críticas e respostas aos problemas nacionais. Em suas obras, realizaram operações que, do ponto de vista material, adequavam-se às restrições econômicas do subdesenvolvimento e à falta de recursos, mas, do ponto de vista cultural, representavam o desafio de constituição de novos valores que viabilizassem um projeto audacioso de transformação (Koury, 2003, p.27).

Nesta esteira, o Teatro de Arena foi concebido como um teatro de baixo custo que trazia temas que ajudavam a “conscientizar” o povo brasileiro. Destacam-se os diretores e dramaturgos José Renato Pécora, Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri²⁴.

²⁴ Cabe mencionar que de 1900 a 1950 os trabalhadores realizaram um vasto trabalho no campo da cultura, com a criação de inúmeros jornais operários, uma produção no campo literário também considerável, além do teatro, música e cinema. Para Foot Hardman (2002), o processo de ruptura como o período inicial de autonomia operária e que levou à burocratização da vida sindical no governo Getúlio Vargas através do controle estatal, não está dissociado da questão cultural, propondo a existência de uma “simultaneidade (e provável correspondência) entre a burocratização do sindicalismo brasileiro, a emergência do Estado autoritário e a massificação crescente da ‘cultura popular’, sua transformação em ‘cultura de massas’, acompanhando o avanço da indústria

A criação e a destruição da Universidade de Brasília

Podemos dizer que a criação da Universidade de Brasília (UnB) trazia algumas inovações para o ensino superior brasileiro. Segundo Darcy Ribeiro, o que estava em jogo era a criação de “uma universidade de tipo novo, articulada de forma diferente, como deveria ser a universidade da capital da república” (Ribeiro, 1997, p.236). Lembremos que Brasília, a capital do Brasil, foi inaugurada em 1960.

Ribeiro acredita que o projeto da UnB empolgou a intelectualidade brasileira, principalmente a comunidade científica, tanto é que nossos principais cientistas aceitaram postos de coordenadores dos departamentos básicos da universidade.

De acordo com Ribeiro, “essa universidade deveria, simultaneamente, dar ao Brasil o domínio, em nível doutoral, de todas as ciências e das principais tecnologias. Esses eram os propósitos fundamentais da UnB, cuja tarefa seria diagnosticar criteriosamente os problemas brasileiros e procurar soluções concretas para eles” (Ribeiro, 1997, p.238).

Ribeiro acredita que o alcance maior do projeto UnB não estava dentro do seu terreno, mas sim no desencadeamento que ela trouxe. Para ele, houve no Brasil inteiro “uma verdadeira campanha pela reforma universitária, no curso da qual todos foram se dando conta dos graves problemas que atravessava a universidade brasileira, incapaz de superá-los se continuasse nos mesmos trilhos” (Ribeiro, 1997, p. 248).

cultural e o monopólio dos meios culturais de comunicação” (Foot Hardman, 2002). Ver também Lima e Vargas (1986).

O sonho de Ribeiro era que na UnB ninguém mais poderia ser perseguido em razão da sua ideologia. No entanto, isso teve uma brevidade já que:

exatamente nessa veia [não ser perseguido em função da ideologia] em que nossa querida UnB foi sangrada. Não por culpa dela, mas da ditadura militar que se implantou sobre o Brasil, estancando toda a vida cultural, perseguindo, torturando, exilando, matando. Toda a vida inteligente do Brasil se empobreceu drástica-mente com essa sangria. E efeito mais desastroso, porém, no plano acadêmico, foi impedir que os professores proscritos exercessem no Brasil sua função de multiplicadores culturais, através da condução de programas de preparação de novos corpos de cientistas. Perdemos, assim, além deles próprios, centenas de outros especialistas de igual capacidade, cuja formação ele teriam orientado e que nos eram indispensáveis (Ribeiro, 1997, p.260).

Segundo dados do arquivo histórico da UnB, em 1964, a ditadura instalada com o golpe militar traria anos difíceis para a UnB. Na verdade, a instituição brasiliense já era tida por setores extra-universitários como um foco do pensamento “esquerdista”, visão essa que só se acirrou com os militares. E, por estar mais perto do poder, foi uma das mais atingidas. Universitários e professores foram taxados de “subversivos” e “comunistas”. Comentava-se que havia uma tendência “marxista” na UnB, liderada pelos professores mais jovens e idealistas. O campus foi invadido e cercado por policiais militares e do Exército várias vezes durante o ano. No dia

18 de outubro de 1965, depois da demissão de 15 docentes acusados de “subversão”, 209 professores e instrutores assinaram uma demissão coletiva, em protesto contra a repressão sofrida na universidade. De uma só vez, a instituição perdeu 79% de seu corpo docente.

Para Darcy Ribeiro, não há dúvida de que esse fato será tido, no futuro, como um dos episódios mais trágicos da história cultural do Brasil. Sofremos, efetivamente, uma sangria científica e cultural equivalente à que ocorreu na Espanha de Franco, e que quebrou por décadas a criatividade do espírito espanhol (Ribeiro, 1997).

As críticas da União Nacional dos Estudantes nos anos 1960, os congressos de Salvador e Curitiba

No princípio da década de sessenta, a União Nacional dos estudantes (UNE) apresentou um abrangente conjunto de demandas que cobria itens como a reforma universitária e educacional, inflação, capital estrangeiro, imperialismo, política exterior independente, apoio a Cuba, solidariedade a grevistas, campanhas de alfabetização, reforma agrária e assistência técnica ao movimento de sindicalização rural.

Em 1961, a UNE tornou-se uma parte integrante do bloco nacional-reformista e eventualmente um importante componente da Frente de Mobilização Popular, que reunia todas as organizações e instituições políticas e culturais da esquerda trabalhista (Dreifuss, 2008).

Esses desenvolvimentos coincidiam com o crescimento da Ação Popular (AP) dentro do movimento estudantil, a partir da eleição para a presidência da UNE em 1961 de Aldo Arantes, um estudante goiano e líder da AP. Aldo Arantes foi sucedido por outro líder da AP, Vinícius Caldeira Brant, em 1962, e, em 1963, José Serra, também líder da AP, foi eleito presidente da UNE. Cabe ressaltar que a AP representava os estudantes católicos de esquerda.

A Declaração da Bahia, uma conclusão político-ideológica do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizada em 1960 em Salvador, representou um importante marco no desenvolvimento político do movimento estudantil. Pelas conclusões da Declaração, o Brasil era visto como “uma nação capitalista em fase de desenvolvimento” com “uma infraestrutura agrária sob controle de poderosos grupos estrangeiros” e um “Estado oligárquico” crivado por contradições que “indicavam a falência da estrutura liberal burguesa”. A solução que o documento propunha para tal estado de coisas era a “socialização dos setores fundamentais da economia”, um “fim” à alienação do proletariado, a “efetiva participação dos trabalhadores nos órgãos do governo” e a “criação pelo governo de condições para o completo desenvolvimento das organizações do proletariado”. Esses constituíam os alvos estratégicos do movimento estudantil. Contudo, eles reconheciam a falta de uma perspectiva tática que os ajudasse a realizar os seus objetivos. Em virtude disso, em 1962 foi convocado em Curitiba o II Seminário Nacional da Reforma Universitária.

Segundo Dreifuss (2008), a Carta do Paraná reuniu todas as conclusões políticas e ideológicas do encontro. Ela tornou-se um dos mais importantes documentos do movimento estudantil. Significativamente, a reforma universitária foi incluída parte da Carta que tratava do “esquema tático de luta”, como parte das Reformas Básicas, que começava a dar ampla margem de discussão ao bloco nacional-reformista, ao governo e mais tarde até mesmo ao bloco modernizante-conservador.

Essa proposta representava um ponto de partida para uma eventual aliança política de trabalhadores, estudantes e camponeses, vinculando o movimento para a reforma universitária a outras reivindicações populares. As organizações estudantis tencionavam criar uma “aliança de trabalhadores, camponeses, intelectuais progressistas, os militares democratas e outros setores da vida nacional” de modo a unir suas reivindicações e fortalecê-las. Eles fizeram da reforma agrária a bandeira de luta dos estudantes.

Por outro lado, esperavam que as transformações no sistema no sistema de ensino se tornassem as aspirações objetivas e subjetivas dos trabalhadores e dos camponeses. Essa idéia foi tão disseminada que a UNE procurou sintetizar aquelas reivindicações em seu programa de luta universitária como a necessidade de “expandir a aliança Estudante-Operário-Camponês” (Dreifuss, 2008, p. 300). Segundo Octávio Ianni, apesar dos estudantes da UNE promoverem reformas universitárias porque era lá que estavam seus interesses, eles compreendiam os limites da “situação universitária” e das possibilidades abertas por ela. Compreendiam que as relações sociais e políticas específicas no ambiente universitário eram também manifestações de relações políticas e

sociais mais amplas na sociedade nacional, estabelecendo assim ligações reais entre a reforma universitária e a transformação geral da sociedade.

O povo permanecia analfabeto: as campanhas pela alfabetização e a defesa do ensino público

A Revolução de 1930, como uma “Revolução Conservadora”, promoveu uma “Reforma Ampla” da educação, que criou um “tímido” sistema educacional público e justamente por isso não conseguiu colocar as maiorias na escola.

Para se ter uma ideia, nos anos 1950, 50% da população brasileira era analfabeta. É diante deste fato que surgem as propostas de Paulo Freire - um educador popular brasileiro bastante conhecido mundialmente.

A formação de um sistema público de educação fazia parte das lutas dos intelectuais, educadores, estudantes, centrais sindicais e parcelas da esquerda da Igreja e até mesmo de alguns setores industriais. Apenas para ilustrar o debate sobre a necessidade de uma Reforma Educacional num país que não havia colocado as massas na escola, lembremos apenas o envolvimento Florestan Fernandes e outros intelectuais na “Campanha em Defesa do Ensino Público” e o papel destes na criação do “Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público”, no ano de 1959 (Mélo, 2009).

As lutas no campo: o congresso da ULTAB e as Ligas Camponesas

Num país que nunca passou por uma Reforma Agrária, a luta pela terra sempre foi uma questão vital. Para citar apenas dois exemplos, o Quilombo dos Palmares e a revolta de Canudos levaram mais de 30 anos para serem dizimadas pelo Estado brasileiro. Nos anos 1950 e 60, presenciaremos a volta deste tema secular no Brasil. Poderíamos citar o surgimento das Ligas camponesas (Novaes, 2009), de muitos sindicatos rurais progressistas, a atuação do Partido Comunista Brasileiro no estímulo a lutas pacíficas e armadas no Brasil (Medeiros, 2005).

Neste momento foram criados inúmeros congressos regionais e nacionais da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil) que podem ser ilustrados pelo lema “Reforma Agrária na Lei ou na marra”.

Devemos lembrar também que Josué de Castro, deputado federal e posteriormente Presidente da ONU, cobrava do poder executivo ações “por uma reforma de base, que mude a infraestrutura econômica nacional”. Sua atuação combatia em especial a apropriação dos fundos públicos federais pelas oligarquias nordestinas que utilizavam o Estado capitalista para a manutenção da dominação na região e que criavam inúmeras ações que não tocavam nas estruturas da nossa sociedade.

Por parte das classes dominantes, havia um clima de temor e alarme neste período histórico. Apenas para citar mais um exemplo sobre o Nordeste brasileiro, “tão importante para a revolução brasileira como a denúncia do latifúndio, era a análise da capacidade de revolta dos sertanejos, isto é, da possibilidade de

encontrarem por si próprios um caminho de transformação” (Dória, 2007). Isso aparecia tanto nos filmes do Cinema Novo²⁵, nos escritos dos intelectuais da época e nas análises e nas ações das classes dominantes (Dória, 2007).

As Reformas de Base no Governo João Goulart (1961-1964)

As lutas sociais nos anos 1950-1960 ganharam força com a renúncia do presidente Jânio Quadros. Para Darcy Ribeiro um dos “pais” da Universidade de Brasília e ministro da casa civil do presidente João Goulart, este queria continuar o projeto de um Brasil em bases nacionais²⁶.

Entraram na agenda política os temas mencionados nas páginas acima: a necessidade da Reforma Agrária, a Reforma Educacional, a Reforma Habitacional (Maricato, 1987), a Reforma Sanitária, o controle do capital estrangeiro, enfim, temas que poderiam alavancar a superação dos problemas estruturais do país²⁷.

²⁵ Ver, por exemplo, “Deus e o Diabo na terra do sol”, de Glauber Rocha (1964).

²⁶ Para saber mais sobre este contexto histórico, ver também Dreifuss (1980) “State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965”, Gennari (1999), Moniz Bandeira (2001), Campos (2009) e Schwarz (2007).

²⁷ A ascensão das lutas no Brasil não pode ser desconectada da ascensão das lutas dos trabalhadores em outros países da América Latina. Podemos dizer que a América Latina como um todo vivia um período de efervescência social. Além disso, não podemos deixar de destacar que a ditadura civil-militar brasileira teve papel imprescindível nos golpes realizados em outros países da América Latina. Basta lembrar os inúmeros documentos já divulgados para o público sobre a “Operação Condor”.

A ruptura histórica: o golpe de 1964 e o aumento da Repressão a partir de 1968

O império norte-americano, a ala conservadora da igreja católica, os latifundiários, e a burguesia “nacional” arquitetaram o golpe que traria consequências profundas para as lutas dos trabalhadores. Para Octavio Ianni, a ditadura civil-militar (1964-1985), recompôs a hegemonia do capital no Brasil e inaugurou uma contrarrevolução que ganharia traços mundiais (Ianni, 2004; Fernandes, 2006; Schwarz, 2007)²⁸.

Por outro lado, Aarão Reis (1980) observa que as forças de esquerda não estavam suficientemente organizadas para resistir e menosprezaram a possibilidade de um golpe em 1964.

Há nitidamente uma ruptura histórica no Brasil, que destruiu a construção da hegemonia pela esquerda brasileira. Apenas para citar alguns exemplos, a sede da UNE foi destruída pela ditadura civil-militar em 1964 no dia do golpe. Como vimos, 80% dos professores da UnB pediram demissão, inúmeros

²⁸ Darcy Ribeiro, além de outros historiadores, observam que o suicídio de Getúlio Vargas adiou a intervenção militar no Brasil para 1964. Nas palavras dele: “A notícia do suicídio [de Getúlio Vargas] caiu em mim como uma bomba. Sobretudo a Carta-Testamento, o mais alto documento jamais produzido no Brasil. O mais comovedor, o mais significativo. Desde que eu o li, ele é para mim a carta política pela qual me guio. É isso para os brasileiros mais lúcidos. Só não o é para uma minoria que infelicita este país desde sempre, governando de forma corrupta, opressiva e mesquinha. Percebi instantaneamente, como de resto perceberam todos os brasileiros, que a campanha do “mar de lama” era uma armação da imprensa, subsidiada pelas grandes empresas estrangeiras, a fim de derrubar o presidente que estava criando a Petrobrás e que anunciava a criação da Eletrobrás, opondo-se a grupos estrangeiros poderosíssimos, o do petróleo e o da eletricidade” (Ribeiro, 1996). A Petrobras e a Eletrobras eram empresas estatais com um alto perfil nacional.

militantes foram assassinados e/ou tiveram que sair forçadamente do país. Glauber Rocha, um dos cineastas brasileiros mais geniais, mudou-se para Cuba. Paulo Freire foi para o Chile. Darcy Ribeiro foi para o Uruguai. Sérgio Ferro foi para o exílio em Grenoble (França). Florestan Fernandes para o Canadá. Luis Carlos Prestes, principal representante do Partido Comunista, foi para a Rússia.

Para nós, o golpe rompeu o processo histórico de ascensão das lutas dos trabalhadores e florescimento da teoria e ação dos intelectuais no Brasil. Apenas para citar as repercussões do Golpe em Pernambuco, um Estado importante do nordeste brasileiro, vejamos a descrição de Francisco de Oliveira:

O golpe de 1964 abateu-se com especial fúria sobre Pernambuco. Dizimaram a esquerda, o movimento de trabalhadores, o movimento católico político-intelectual, o movimento estudantil; exilaram parte importante das lideranças, foram-se o clima de debate e as iniciativas inovadoras, o Movimento de Cultura Popular e Paulo Freire, a reforma transformadora da Sudene. Ficou apenas a voz solitária de Dom Helder Câmara, que, aliás, empossou-se na arquidiocese nos primeiros dias pós-golpe com um discurso cuja coragem e dignidade deveriam fazê-lo figurar numa antologia dos grandes discursos cívico-políticos brasileiros. Nascia alia a Igreja da Resistência, que teve nele e em Dom Paulo Evaristo Arns seus momentos e expressões mais altos (Oliveira, 2008, p.85)²⁹.

²⁹ Miguel Arraes, governador de Pernambuco, foi para a Argélia em 1965.

A formação da classe trabalhadora brasileira e um panorama das Comissões de Fábrica brasileiras

A organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, como forma de resistência e luta contra as condições de exploração da força de trabalho, expressando de alguma maneira a capacidade coletiva de controle sobre o processo de trabalho, fez-se presente, no Brasil, tanto no campo das ideias - no seio de grupos militantes, intelectuais e organizações de esquerda -, como se apresentou através de experiências concretas de comissões ou conselhos de fábrica, controle operário, gestão operária ou autogestão de unidades produtivas pelos próprios trabalhadores.

Desde as primeiras referências à tradição mutualista e às “sociedades de resistência” (Simão, 1966) no Brasil, no período inicial de constituição da sua classe operária, com influência predominantemente anarquista ou anarcosindicalista, até o surto de comissões de fábrica nas décadas de 1960, 1970 e 1980, existe um longo percurso.

Neste momento, pretendemos apenas percorrer esse período assinalando o aparecimento permanentemente reiterado das comissões de fábrica enquanto forma de organização e de luta dos trabalhadores brasileiros no interior das unidades produtivas dentro da conjuntura na qual se processaram, suas características principais e as trajetórias dessas organizações de base operária nos seus embates com o patronato, o Estado e por vezes com o próprio aparelho sindical.

Sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil, o relato a seguir, de Rolando Fratti (s/d)³⁰, antigo militante sindical e político, proeminente dos anos 1930 aos 1970, aborda em linhas gerais esses primeiros passos da classe trabalhadora no Brasil, das suas organizações e orientações políticas, da seguinte maneira:

A classe operária no Brasil, pode-se dizer, nasceu no ano 50 do século passado [1850]. [...] Por que surgiu aí a classe operária, que causas determinaram isso? Em primeiro lugar a proclamação do país como colônia de Portugal em 1822 [Independência do Brasil] e, antes disso, também a abertura dos portos do Brasil a todos os países do mundo, obra de D. João VI que fugia de Portugal perseguido por Napoleão e se instalava no Brasil. Um outro fator foi a proibição do tráfico de escravos africanos em 1850, obra da então rainha dos mares, Inglaterra, que já não tinha interesse em manter a escravidão na América Latina. Interessava o desenvolvimento do capitalismo que redundaria enfim em vantagem para

³⁰ Trata-se de uma exposição proferida no Encontro Internacional da Oposição Sindical no Exílio, realizado em 1979 em Bruxelas, cujo tema era o movimento de oposição sindical no Brasil, organizado pelo Grupo de apoio no exílio. Esse Encontro, realizado nos dias 30 e 31 de março e 1º de abril de 1979, contou com a presença de representantes de organizações sindicais de 14 países, com o GAOS, Grupo de Apoio à Oposição Sindical no Exílio (dentre eles Fratti, exilado na Itália) e de dirigentes da Oposição Sindical do Brasil. Praticamente todas as intervenções dos três dias de encontro foram recuperadas (uma parte já está transcrita), e fazem parte de uma pesquisa realizada por Claudio Nascimento sobre este tema, na qual um dos autores deste capítulo pode colaborar na fase inicial de tratamento do material do encontro.

ela ou por outra no domínio da América Latina. Outro fator foi o início do ciclo da plantação de café. “Ora, todos esses fatores determinaram que a burguesia necessitava de mão de obra livre. Livre entre aspas, é claro. Já não lhe servia mais o escravo africano. Assim nasce a classe operária no Brasil. Em 1865 tem início a corrente migratória: poloneses, italianos, portugueses, japoneses, húngaros, espanhóis, entre outros países, que se trasladam para o Brasil. Com essa gente vai para o Brasil também o anarco-sindicalismo, que era a corrente político-ideológica que então dirigia o movimento operário na Europa. (...) Porque já tem operários e já tem operários e camponeses que faziam essa luta, nos seus países de origem.

“O mérito dessa corrente ideológica foi o de organizar o pequeno proletariado para as primeiras lutas. Os grêmios, nas pequenas fábricas; dos grêmios às ligas, que ligavam esses grêmios; as mútuas... Então os operários se socorriam entre si através das mútuas, jornais, organizam jornais. Só no decorrer do século XIX, nós temos o registro de treze jornais, organizados na maioria deles por anarquistas ou por socialistas libertários que era quase a mesma coisa. E outras correntes progressistas. (Fratti, s/d)

Neste período de formação da classe trabalhadora no Brasil, com a abolição da escravatura no final do século XIX, a imigração de camponeses e operários europeus e o início da

industrialização, encontramos as primeiras formas associativas às quais lançam mão os trabalhadores, tanto para socorrerem-se mutuamente como para resistir às duras condições de trabalho nas unidades produtivas. Os parâmetros iniciais dessas formas de organização são fornecidos em grande parte pela experiência que trazem na bagagem os imigrantes europeus. Assim, as mútuas aparecem dentre as primeiras formas associativas criadas pelos trabalhadores neste momento das lutas sociais no Brasil³¹.

³¹ Para Azis Simão, o aparecimento das mútuas em São Paulo se deve, “de um lado, aos efeitos econômico-sociais da incipiente urbanização e, de outro, em face deles, à retomada de modelos associativos já elaborados no processo de industrialização europeu” (Simão, 1966, p. 160). As sociedades de socorro mútuo possuíam como rótulo a realização de programas assistenciais, como médico, farmacêutico, auxílio doença, desemprego, invalidez, funerais etc. Sabe-se de pelo menos uma tentativa de Federação das mútuas em 1899, de vida curta. As ligas operárias surgem em seguida, já mais próximas do tipo sindical, assumindo o papel de sociedade de resistência e constituídas por ofício. Simão levanta a possibilidade de que, convivendo lado a lado, tenha ocorrido um “processo significativo de hibridização estrutural e funcional”, com as mútuas assumindo funções de defesa profissional e as ligas algumas funções assistenciais (Simão, 1966, p.162). O autor reproduz uma passagem do jornal *A Plebe*, que descreve o funcionamento dessas primeiras formas associativas dos trabalhadores: “As primeiras organizações operárias no Brasil foram por certo as ligas operárias que reuniam quase sempre indistintamente os operários de diversos ofícios e indústrias e tinham como objetivo, fora uma ou outra de caráter beneficente, a defesa dos interesses imediatos e comuns, a todas as classes, isto é, a melhoria de salários, e diminuição de horas e pouca coisa realizaram, porque lhes faltava a força necessária mercê do amorfismo que as caracterizava. Mais tarde, aparecem as sociedades de resistência, que já eram núcleos mais homogêneos surgidos dos primeiros centros ou ligas. São uniões de ofícios que ao se desenvolverem fundam pelo país sucursais ou filiais, diretamente dependentes da central estabelecida na grande cidade. Ao lado destas existem uniões autônomas mais ou menos beneficentes, ora apoiando greves, ora fazendo manifestações políticas.” (Simão, 1966, p. 160)

A distinção ideológica, no entanto, já se fazia presente no seio da classe trabalhadora brasileira, com o surgimento de múltiplas tendências que seguiam, em maior ou menor medida, as clivagens no movimento internacional. Simão (1966) destaca quatro grandes correntes deste período: os anarquistas, os socialistas, os comunistas e as câmaras ou bolsas do trabalho.

Quanto à posição dos comunistas, Fratti (s/d) nos apresenta a seguinte crítica, replicando uma análise semelhante dedicada aos anarquistas:

A grande revolução socialista de outubro, que teve uma repercussão mundial enorme, na Rússia, traz como consequência a criação do partido comunista em 1922, o qual vai ocupando gradualmente a influência no movimento operário que ia sendo deixado pelo anarco-sindicalismo. Um substitui o outro. Entretanto, também o PC nasce levando para o Brasil uma linha política que não correspondia às necessidades do povo brasileiro e do proletariado em primeiro lugar. Seja a linha traçada pela Internacional Comunista no seu segundo Congresso em 1920, que não permitia alianças de classe do proletariado, era a chamada de linha de classe contra classe; e tinha-se naquela época a crença de que o desenvolvimento levaria a um crescimento tal da classe operária que ela seria a força predominante no país e conduziria o país ao socialismo sem a necessidade de fazer frente, aliança com outras forças. Muita errada a linha em se tratando principalmente de um país dependente.

De todo o modo, na década seguinte, ao lado das Federações operárias, o tema que entra em cena é a organização nos locais de trabalho, através dos comitês de fábrica ou representações sindicais nas empresas. De acordo com Rago (1985), o aparecimento deste tema na imprensa operária entre 1918 e 1922, refle o processo de ocupação de fábricas no “outono quente” de Turim, na Itália, e coloca para os trabalhadores brasileiros a necessidade de organização e luta pelo controle do processo de trabalho, tendo em vista a tomada das fábricas e a reorganização do processo produtivo.

A partir da criação dos comitês de fábrica, uma nova forma de organização da produção pode ser experimentada e imaginada, com cada comitê enviando um representante para o conselho de indústria, que gera por sua vez um comitê executivo no âmbito da cidade ou região, com comitês distritais funcionando nos bairros. Trata-se, nas suas linhas gerais, de uma antecipação do que seria utilizado em larga escala na Espanha republicana de 1936-39.

No plano organizativo, todos os representantes teriam mandato imperativo, contando-se com a possibilidade de revogação a cada instante. Rago cita o movimento italiano, mas também poderia ter influenciado neste modelo a experiência dos *Soviets* na Rússia, tanto em 1905 como em 1917, dados os contatos e relações intensas que as principais lideranças operárias brasileiras mantinham com o movimento socialista ou comunista internacional.

Desde então, os comitês ou comissões de fábrica constituem, como as definiu Valdemar Pedreira Filho (1997, p. 39): “uma prática associativa de luta e de organização

historicamente reiterada pelas bases operárias brasileiras, ao longo dos constantes conflitos industriais que marcaram a sua própria formação enquanto classe.” A pesquisa de Pedreira Filho rastreia historicamente a experiência brasileira de comissões ou grupos de fábrica desde 1907, muito embora tenha verificado que apenas no movimento grevista de 1919 as iniciativas pelas comissões de fábrica ganharam vulto e significado.

De todo modo, é importante assinalar desde já que, mesmo nesse período, as lutas levadas à diante pelas comissões ou comitês de fábrica constituíam, de certa maneira, desdobramentos das formas associativas dos trabalhadores realizadas nos bairros operários, centros de cultura social, grêmios, seções sindicais, grupos clandestinos de empresa, etc. No surto grevista de 1919, por exemplo, coincidindo com a onda anticapitalista do imediato pós-guerra na Europa, o movimento foi coordenado por um “Comitê”, criado inicialmente entre as organizações sindicais para a realização do Primeiro de Maio. Com a generalização do conflito, foi formado um “Conselho Geral dos Operários”, a partir de um membro destacada por cada comissão de fábrica ou de oficina existente. A repressão se abateu fortemente sobre o movimento, com dezenas de prisões, impondo a derrota da greve.

As greves de 1919, e os resultados do III Congresso dos Operários Brasileiros, realizado no Rio de Janeiro em 1920, formaram o pretexto para que medidas repressivas se estendessem no início da década de 1920, a começar pela segunda Lei Adolfo Gordo, que estabelecia a possibilidade de expulsão do país dos trabalhadores estrangeiros envolvidos em agitações. Em meio às medidas repressivas e de contensão dos conflitos sociais crescentes, o movimento operário, até então de orientação majoritária

anarco-sindicalista, vê crescer no seu interior o peso da vertente comunista que se projeta em todos os cantos a partir da Revolução de Outubro, levando à criação do Partido Comunista do Brasil em 1922, na trilha da Terceira Internacional.

Nesse período, foi de inspiração comunista a criação do Bloco Operário Camponês (BOC), lançado em 1927 no início do governo Washington Luis³².

Os anos 1930 foram marcados pela criação da legislação trabalhista, em especial a estrutura sindical corporativista, com a criação do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) da era Vargas, visando “harmonizar” as relações capital-trabalho como ingrediente para o surto industrializante do país. Com a ditadura do Estado Novo (1937-45), uma nova onda repressiva abateu-se sobre o movimento operário brasileiro e suas organizações, nesta época já sob forte influência comunista.

Um novo surto importante de comissões de fábrica vai ser verificado entre os anos 1946/47 e durante a década de 50. Vimos no início dos anos 1950 um movimento ascendente dos trabalhadores. Na “greve dos 300 mil” em 1953, o movimento coloca firmemente em causa a estrutura sindical ao rejeitar o acordo proposto pela justiça do trabalho. Durou quase um mês, com prisões, conflitos com a polícia e ameaças de todo o tipo. Nesse movimento, as “Comissões de Greve”, estruturas supra-sindicais que surgiram no processo de luta, ultrapassam as

³² Washington Luis ficou conhecido na história brasileira por cunhar uma frase que expressa muito bem o que a nossa classe dominante pensa do seu povo: “Questão social é questão de polícia”.

estruturas sindicais na condução das ações e mobilizações, atuando através da realização de assembleias de massa e a criação de da “Comissão Intersindical de Greve, formada por várias comissões de greve supra-sindicais de cada categoria” (Couto, 2003). Para além dos resultados econômicos proporcionados (em torno de 70% de aumento), o saldo da greve foi a experiência de uma organização de classe que coordenou o movimento no enfrentamento ao patronato e ao Estado, impondo na prática a necessidade de uma organização supra-sindical antagônica ao espírito da legislação sindical em vigor.

E assim as comissões de fábrica e comissões intersindicais foram se fazendo na prática, protagonizando processos de greve em conjunturas de ascensão das lutas sociais no Brasil, e sofrendo a repressão que é marca da nossa formação social capitalista autocrática e dependente.

Cabe mencionar que novas frações de classe vão ingressar na cena política em torno das questões operárias, como o surgimento da Frente Nacional do Trabalho (FNT), nos anos 1960, juntamente com a atuação da Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica Operária (ACO) e vertentes dissidentes do PCB.

É desde campo que surgirão as lideranças da comissão de fábrica da Cobrasma, em Osasco (cidade importante da Grande São Paulo), que de atuação clandestina na empresa desde o início dos anos 1960 resulta na greve de 1968, com a ocupação da empresa, que afronta tanto a política de arrocho salarial como o próprio Regime Militar, resultando na intervenção policial na empresa e no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (Couto,

2003; Ibrahim, 1986)³³.

Enquanto a classe trabalhadora no Brasil e em boa parte da América Latina ingressava nos “anos de chumbo”, a Europa viu crescer, durante os anos 1960 e a primeira metade dos anos 1970, um movimento generalizado de lutas autônomas, levadas à diante em ambos os lados da “cortina de ferro”. As greves generalizadas, “espontâneas” e “selvagens” sacudiram regimes e o sistema capitalista com milhões de jornadas de trabalho perdidas, mediante múltiplas formas de luta e resistência no interior dos locais de trabalho, resultando em centenas de empresas ocupadas e controladas por longos períodos pelos próprios trabalhadores.

Esse “caldo” certamente repercutiu na ascensão das formas de luta autônoma em nível mundial, apontando para uma filiação histórica desses acontecimentos com as lutas autônomas realizadas após o segundo pós-guerra em várias países, situados em ambos os lados da cortina de ferro. Ao recuperar esse movimento, João Bernardo lembra que, nesse período, o campo das lutas anticapitalistas esteve “à beira de vencer”, no seguinte sentido:

Ao longo desses trinta anos [1950-80], e em quantidade crescente, greves e outros movimentos de contestação apareceram e foram prosseguidos fora dos aparelhos sindicais e alheios às instituições oficiais de negociação. Revelando-se capazes de manter o controle sobre as lutas, sem alienar sua condição aos dirigentes dos sindicatos, os

³³ Não podemos deixar de destacar a pequena quantidade de estudos que comparam e contrastam as comissões de fábrica brasileiras com o *Cordobazo* (1969-1976).

trabalhadores começaram, em casos cada vez mais frequentes, a ocupar as empresas e a fazê-las funcionar sob sua autoridade, remodelando assim progressivamente as próprias relações de trabalho e pondo em causa os critérios a que obedece a produção. Nessas lutas, os trabalhadores não se limitavam a reivindicar o exercício do controle, mas aplicavam-no na prática. Não se tratava já de simples aspiração, mas de uma modalidade efetiva de atuação. Multiplicavam-se em todo o mundo o número dos que recorriam àquelas formas inovadoras: na Europa do Leste, desde as insurreições operárias da República Democrática Alemã e na Hungria durante a década de 50, até a Polônia do começo da década de 80; na Europa Ocidental, em movimentações cada vez mais amplas, que culminaram na França no final da década de 60, poucos anos depois na Itália, e em Portugal em 1974-75; no Canadá e nos Estados Unidos, em episódios suficientemente significativos para renovarem a totalidade dos temas políticos em discussão entre as camadas mais jovens; na Revolução Cultural, que durante vários anos abalou os fundamentos da sociedade chinesa, na década de 60; e também em vários países da América Latina (Bernardo, 1997, p. 2)

As comissões de Fábrica (1968-1978) diante da ditadura civil-militar

A “Revolução Mundial” não deixaria de repercutir no Brasil no final dos anos 1960. Certamente o florescimento dessas

lutas em âmbito mundial levou ao acirramento da ditadura civil-militar em 1968, com o decreto do Ato Institucional número 5. Após a repressão sofrida pelos trabalhadores da Cobrasma em Osasco/SP, tanto quanto pelos trabalhadores da Braseixos em Contagem/MG, e frente ao aprofundamento repressivo do regime militar, a reorganização dos trabalhadores vai se dar de forma molecular, a partir dos locais de moradia até a rearticulação dos grupos de fábrica nos anos 1970, reagrupando suas forças até o momento em que se poderia movimentar novamente, com a explosão de greves operárias iniciadas em 1978, a partir do ABC Paulista, quando se dá um novo surto de comissões de fábrica³⁴. A partir de um longo e paciente trabalho de organização realizado por grupos organizados sobre a influência da Igreja e de dissidências comunistas, foram se forjando os grupos clandestinos nas empresas, com pequenas ações e sabotagens que sinalizavam uma possível retomada das greves e lutas operárias. Cabe lembrar que do ponto de vista das classes dominantes, já vivíamos no final dos anos 1970 o processo de abertura “democrática” lenta, gradual, controlada e sem rupturas (Fernandes, 1986).

A ideia da organização autônoma dos trabalhadores nos locais de trabalho como condição necessária para a efetividade das lutas e para a conquista de uma nova estrutura sindical, inspirada nas experiências dos trabalhadores da Cobrasma e da Braseixos em 1968, foi propagada pelo Movimento de Oposição Sindical de São Paulo, principalmente nos setores metalúrgicos e químicos. Mas será na região do ABC Paulista, em maio de 1978, que o

³⁴ Para saber mais sobre essas lutas, ver os filmes “Braços Cruzados Máquinas Paradas” e “ABC da greve”, ambos com legendas em inglês.

movimento ganhará terreno e desencadeará o ciclo de lutas operárias que marcará o início da distensão do regime em direção à “redemocratização” do país. Lembremos que no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 eclodem inúmeras lutas que irão culminar na criação do Movimento Sem-Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, criação do Partido dos Trabalhadores, lutas por habitação popular, lutas nas universidades públicas, etc.

Em 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Scânia paralisam as atividades e permaneceram dentro da fábrica, tendo como reivindicação principal o reajuste salarial. A partir daí, as paralisações por fábrica generalizaram-se tanto no ABC Paulista, palco das grandes montadoras automobilísticas no país, como evoluíram para outros setores e regiões do país (Antunes, 1992; Sader, 1988).

As comissões formaram o elemento dinâmico e propulsor do movimento grevista: realizaram assembleias gerais no interior das unidades produtivas para decidirem os passos a serem dados, e envolveram o Sindicato para a conclusão dos processos de negociação.

A partir de certa altura, o patronato passou a centrar seu foco de intervenção e repressão aos membros das comissões de fábrica, uma vez que muitas comissões haviam conquistado alguma institucionalização enquanto canal de interlocução dos trabalhadores com as direções das empresas. E o próprio “novo sindicalismo” que surge a partir do ABC Paulista deixa de referendar a criação das comissões de fábrica, sob o argumento principal de que estas acabavam expondo as lideranças de base à repressão patronal, no que passaram a defender as comissões sindicais de base, formada por dirigentes sindicais que atuam nos

locais de trabalho e que dispunham da estabilidade legal conferida aos membros das direções sindicais. Além disso, houve quem acusasse as comissões representavam uma forma de “paralelismo sindical”.

Sobre a amplitude da ação das comissões de fábrica, seus significados na experiência do movimento operário brasileiro, encontramos na obra de Maurício Tragtenberg uma chave para o entendimento das comissões enquanto manifestações da autonomia operária. Nessa reflexão, Tragtenberg recupera o debate realizado por representantes do marxismo heterodoxo, como Pannekoek, Gramsci, Gorter etc. (Tragtenberg, 1981). Opondo a prática das Comissões às provenientes da estrutura sindical corporativista, Tragtenberg compreende o sentido pedagógico profundo das experiências de luta através das comissões de fábrica, na medida em que:

Pela prática por meio da participação na Comissão de Fábrica aprende o operário que na fábrica existe uma divisão de trabalho a que ele deve obedecer, fora da fábrica aprende que *política* é para ser praticada nos partidos, *reivindicações econômicas* nos sindicatos, o *saber* está confinado às escolas, e a TV e o rádio definem o que tem e o que não tem valor cultural. Sua própria vida é dividida em fragmentos estanques. É a prática de sua luta pelas comissões que lhe dá elementos para posicionar-se no plano político, econômico e cultural. Ele aprende por meio da ‘escola de luta’.

Ela lhe ensina que, ao lutar por salário (economia), enfrenta a hierarquia fabril (o poder), auto-organiza-

se e desenvolve sua consciência político-social e cultural. São *partes* de um *todo*. (Tragtenberg, 2011, p. 23-24)

Nesse processo de auto-organização, os trabalhadores criam suas próprias organizações horizontais, formando uma “comunidade de luta” que controla tanto o próprio processo de desenvolvimento das lutas como a sua finalidade. Evita-se, assim, que as relações de dominação e opressão vivenciadas fora dos locais de trabalho seja transferida para as organizações que pretendem “representar” os trabalhadores, em processos verticalizados que refazem a divisão entre “dirigentes” e “dirigidos”.

Tragtenberg realizou um imenso esforço para divulgar, através de artigos nos jornais, livros e revistas, as experiências de comissões de fábricas no Brasil, surgidas durante o ciclo grevista iniciado em 1978, como as comissões criadas na Ford, Máquinas Piratininga, Asama, Massey Ferguson, Aliperti, Barbará etc. Dessas lutas, Tragtenberg lembra a linha da Associação Internacional dos Trabalhadores, quando afirmava que “a libertação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”. Essa libertação não pode ser delegada às “vanguardas” de plantão, uma vez que depende da iniciativa e envolvimento de todos os implicados. Da comissão de fábrica da Ford, por exemplo, a conclusão a que se chega é a seguinte: “trabalhador, se ninguém trabalha por ti, que ninguém decida por ti.” Trata-se de uma comissão autêntica, desatrelada dos empresários e do sindicato, pois a comissão não tem dono, ela é dos trabalhadores que lá labutam.

Ao comentar a experiência da comissão de fábrica da Asama, assinala Tragtenberg (2011) que ela se diferencia das demais na medida em que sua criação visa corrigir as injustiças ocorridas com os trabalhadores, exigindo aos patrões melhores condições de trabalho e de vida. O órgão máximo da comissão é a Assembleia Geral, e o sindicato figura nos estatutos como “órgão consultivo”. Os mandatos dos seus representantes são revogáveis a qualquer momento.

Em síntese, a importância que Tragtenberg confere às Comissões de Fábrica e às lutas autônomas dos trabalhadores se deve ao entendimento de que

A auto-organização operária no local de trabalho e a democratização das relações de trabalho constituem a base de qualquer democracia no plano da sociedade global, pois a existência do despotismo fabril com a democracia formal, além dos muros da fábrica, é uma profunda contradição. (Tragtenberg, 2008, p. 87)

Considerações finais

As comissões de fábrica representam práticas associativas mais avançadas de luta dos trabalhadores no interior das unidades produtivas, recorrentes durante quase todo o século XX. No processo dessas lutas, os trabalhadores podem resolver pela ocupação das instalações e, num estágio ainda mais avançado, reiniciar a produção autonomamente. Mas os casos de ocupação com retomada da produção só serão considerados como

possibilidade na estratégia do movimento dos trabalhadores nos anos 1990, quando a crise do mundo do trabalho provoca o surgimento das chamadas Fábricas Recuperadas, no Brasil e em outros países (Faria e Novaes, 2011).

De vida efêmera, é verdade, as comissões ou comitês de fábrica sofreram sempre o ataque implacável do patronato, e muitas vezes eram mal “compreendidas” e boicotadas pelas lideranças sindicais.

Trata-se de organismos de base operária que remontam às antigas tradições associativas dos trabalhadores, inspirados por um sentimento de destino comum, de comunidade de práticas que cooperam e resistem no interior do processo de produção do capital, de produção de mercadorias. Em algumas conjunturas, as comissões emergem a partir da ação de grupos clandestinos no interior das grandes empresas, ou articulados nos espaços das associações sindicais. Institucionalizam-se durante os conflitos como órgão de representação dos trabalhadores nas empresas, mantendo relações ora de complementariedade ora de conflito com a representação sindical.

Sobre o sentido histórico dessas práticas autônomas de luta dos trabalhadores no interior do capitalismo, entende João Bernardo que

As comissões de fábrica, dando corpo à solidariedade combativa dos operários no local de trabalho, constituem a principal expressão da capacidade de auto-organização dos trabalhadores. O proletariado assume-se aqui, verdadeiramente, como sujeito histórico. Deixa de ser mero

tema de reflexão acadêmica, ou a caução moral a que se remetem os ziguezagues das orientações partidárias, para se tornar o sujeito atuante de sua própria história. As etapas do movimento operário, suas transformações e rupturas, consistem, afinal, no percurso das formas de organização interna adotadas pelo proletariado no confronto com o capitalismo. O choque entre estas instituições criadas na luta e as instituições da ordem reinante tem ditado a evolução das formas de contestação e ao mesmo tempo o perfil assumido pela sociedade em que vivemos. (Bernardo, 1997, p. 15)

A imensa experiência realizada pelos trabalhadores brasileiros no âmbito da organização nos locais de trabalho, especialmente através da criação de comitês ou comissões de fábrica, além de ter contribuído decisivamente para acelerar a transição “democrática” brasileira, exigiu do patronato e do Estado a adoção de novas estratégias de gestão da força de trabalho e de regulação das relações de classe no seio da sociedade brasileira, que podem ser ilustradas pelo avanço de técnicas de “participação” toyotista, “engajamento” dos trabalhadores, “vestir a camisa”, dar sugestões, “trabalhar em equipe”, “ser pró-ativo e voluntário” temas conhecidos pela literatura da sociologia do trabalho.

No momento em que as lutas sociais iniciavam seu momento de refluxo nos anos 1990, com a cristalização das relações institucionais dos sindicatos nas negociações das condições de trabalho, as comissões se veem sob o fogo cruzado, sendo atacadas pelo patronato e disputadas pelas direções sindicais

cada vez mais pragmáticas e com muitos interesses na reprodução dos seus fundos de pensão. No final dos anos 1980, já estava em estágio avançado o processo de assimilação das comissões de fábricas no interior das maiores empresas do país (Bruno, 1992), integradas enquanto organismos de representação no interior das empresas, no espírito da co-participação alemã.

De organismos inspirados nas experiências dos conselhos de fábrica russos, italianos, húngaros, etc., enquanto vertente de um socialismo autogestionário, as comissões de fábrica viraram de ponta cabeça e foram integradas ao sistema produtor de mercadorias enquanto espaços de diálogo capital-trabalho e arena para a resolução de conflitos.

Certamente que a existência de comitês ou conselhos de fábricas representam um avanço em direção a formas mais democráticas de gestão em espaços marcados pelo despotismo e o autoritarismo. Mas, nas condições atuais, ficam incapazes de apontar para algo além do capital.

4 - O esgotamento da fase “civilizatória” do capital e a necessidade histórica da educação para além do capital

Introdução

Este capítulo pretende socializar nossas últimas pesquisas sobre o esgotamento da fase “civilizatória” do capital e a necessidade histórica de uma educação para além do capital.

Na primeira parte do capítulo pretendemos caracterizar a contrarrevolução mundial e o esgotamento da fase “civilizatória” do capital. Para isso, iremos abordar brevemente o crescimento do trabalho infantil, a violência do desemprego estrutural, o retorno do trabalho análogo ao escravo e por último, mas não menos importante, a violência do subemprego e do trabalho alienado.

Iniciamos a segunda parte do capítulo com uma breve abordagem sobre as manifestações da barbárie nas escolas brasileiras e a miséria da política educacional paulista para, em seguida, defender a necessidade histórica de uma educação para além do capital.

A contrarrevolução mundial e o esgotamento da fase “civilizatória” do capital

Estamos vivendo momento histórico de contrarrevolução mundial. A regressão histórica que perdura na América Latina, desde as ditaduras militares, colocou os trabalhadores na defensiva.

As décadas perdida e vendida financeirizaram a economia, privatizaram os bens públicos, desindustrializaram estes países, aumentaram o subemprego e o desemprego, promoveram processos de realocização e terceirização, concentraram a renda, aumentaram o analfabetismo funcional e segregação da já segregada sociedade brasileira, que pode ser representada nos extremos de condomínios e das favelas, chamadas agora pelo nome de *comunidades*.

No Governo Lula, vivemos um novo pacto de dominação, um pouco mais sofisticado, uma vez que ele traz novos ares “desenvolvimentistas” num contexto de alta hegemonia do capital financeiro. As políticas keynesianas – principalmente aglutinadas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – o novo *PAC-to* de dominação, elevaram em alguma medida o crescimento da economia brasileira, diminuíram parcialmente o desemprego, a pobreza extrema e absoluta, além de uma melhora tímida na distribuição da renda que permitiu a parcelas do nosso povo o acesso ao consumo fetichizado e à habitação. Para a diminuição da pobreza extrema, foi confeccionado um programa determinante para a reeleição de Lula em 2006 – o Bolsa família.

No entanto, a segregação e a desigualdade no Brasil diminuíram tão pouco que o país ainda figura entre as economias com renda mais concentrada do mundo, ao lado de Serra Leoa, Burkina Fasso e outros países. Problemas estruturais como acesso ao emprego formal, à moradia, saúde, educação não foram resolvidos.

Evidentemente que o nosso capitalismo - sob hegemonia financeira e com alguns traços keynesianos não toca numa questão fundamental - as elevadas taxas de exploração dos trabalhadores

nas fábricas e os processos de acumulação primitiva, principalmente na Amazônia e em partes do centro-oeste.

Desse ponto de vista, o Governo Lula, apesar de algumas melhorias em termos de crescimento da economia e na geração de emprego, nosso capitalismo permanece alicerçado na alienação do trabalho, onde os trabalhadores não têm controle do processo de trabalho, do produto do trabalho, de si e da civilização humana. Trabalha-se simplesmente para sobreviver. Num outro plano, a reestruturação do capital no Brasil está gerando inúmeras fusões e aquisições de grandes corporações, em geral induzidas pelo BNDES.

O avanço do agronegócio e a cana de açúcar sendo a nova “salvação da lavoura”, para usar um termo do campo, os traços do Brasil colonial se aprofundam, trazendo consequências enormes para os movimentos sociais do campo.

Junto ao crescimento do poder do agronegócio na determinação dos rumos da nação, João Bernardo e Luciano Pereira (2008) observaram o comando exercido pelos fundos de pensão no livro “Capitalismo Sindical”.

Nos últimos 40 anos, podemos dizer que se conformou o Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado máximo para o capital, principalmente para o capital financeiro. Temos o Estado máximo e rápido para a punição exemplar dos movimentos sociais e o Estado mínimo, sem rédeas que controlem a reprodução do capital financeiro. Temos o Estado *leopardo* para o socorro aos bancos, para “acalmar” os investidores das bolsas de valores e o Estado *lento* para a construção de políticas públicas para os movimentos sociais.

Não poderemos aqui fazer um inventário da contrarreforma do Estado, mas cabe destacar os processos de privatização/mercantilização de bens públicos, a perda do controle da moeda, o aumento dos presídios, a contrarreforma direta e indireta da educação pública, dentre inúmeros outros processos.

Na Itália, Berlusconi a cada dia faz declarações cada vez mais estarecedoras. Para citar apenas uma, afirmou que as mulheres devem se casar por dinheiro (Folha de São Paulo, 10/10/2007). No Brasil, o *capitalismo real* enfrenta também suas contradições. Para citar apenas uma, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) instaladas no Rio de Janeiro e a recente invasão da ocupação do Complexo do Alemão pelo Estado, mostram a face da miséria do nosso capitalismo e explicitam os problemas estruturais da nossa sociedade que dificilmente podem ser resolvidos pelo mero crescimento da economia “ornitorrinca”³⁵: barracos nanicos, quentes, empilhados um em cima do outro em lugares impróprios, alguns deles com muitos dos bens do “fetiche do consumo” (TV LCD, etc.), jovens desempregados ou na melhor das hipóteses subempregados, escolas com péssima infraestrutura e professores mal preparados, muito aquém das necessidades educacionais do capital e muito longe de conseguirem educar os jovens para a luta coletiva, para o enfrentamento da ordem e para a construção de uma sociedade para além do capital.

³⁵ Francisco de Oliveira (2007) afirma que o Brasil é um animal esquisito, um ornitorrinco.

Em perspectiva histórica, a “Revolução conservadora” de 1930 (Lima Filho, 2006) rapidamente foi substituída por uma contrarrevolução. O “Circuito fechado” (Fernandes, 2004), tornou-se agora circuito fechado e em curto circuito com a contrarrevolução de 1964.

Prado Jr. (1977), um dos historiadores da revolução brasileira, sinaliza a “incompleta” libertação dos escravos no ano de 1888. Na literatura, Lima Barreto retratou o período de transição entre o Brasil escravagista e monarquista e o Brasil republicano e com trabalho “livre”. Se antes os escravos viviam na senzala, e os senhores na Casa Grande, com a “libertação” dos escravos e a ausência de políticas públicas para resolver o problema do negro por parte da classe dominante, começam a surgir as favelas. De 1930 a 1980 o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo, gerando emprego e renda para algumas parcelas da população.

Nos anos 1980, a miséria aumenta em função do baixo crescimento do país, da crise da dívida externa, da financeirização da economia que não gera emprego, etc. Alguns autores chamam este período pelo nome de neoliberalismo, reestruturação produtiva ou acumulação flexível. No que se refere ao Estado, destacam que este se tornou um “Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, principalmente para o capital financeiro” (Novaes, 2012). Recorrendo mais uma vez aos filmes, Michael Moore, em “Capitalismo uma história de amor” (2009) nos mostra a crise do financiamento da habitação nos EUA e a abertura imediata dos cofres do Estado para socorrer o capital financeiro, onde trilhões de dólares arrecadados com impostos dos

trabalhadores do mundo todo foram drenados para salvar bancos, seguradoras, corporações e fundos de pensão. Os altos cargos das grandes corporações retiraram milhões de dólares para seu benefício próprio enquanto o Estado máximo socorria *Wall Street*, comandada por fundos de pensão, seguradoras, investidores individuais bilionários, etc. Podemos citar – neste pequeno espaço – três casos emblemáticos: a seguradora AIG, o Banco Citibank e a GM, fábrica de automóveis, que se tornou provisoriamente “estatal”. Curiosamente, um ano e meio depois, os ativos outrora “tóxicos” foram para as mãos do Estado, tornando a GM uma das maiores empresas “estatais” do mundo durante um breve tempo. Depois da recuperação da empresa, o Estado, generosamente, devolveu os ativos “saudáveis” e o controle da empresa para seus acionistas. Este é o melhor dos mundos para os acionistas e um belo exemplo de uma das máximas do Estado capitalista: socialização dos prejuízos e acumulação privada da riqueza.

Com o estrangulamento das lutas dos trabalhadores dos anos 1960, o capital recompôs sua hegemonia. Seja através de golpes militares em todas as partes do mundo, seja através da ofensiva do capital rumo a campos e setores ainda não mercantilizados, o capital recuperou as rédeas da luta capital-trabalho. Não podemos deixar de mencionar também o papel do complexo militar e suas “guerras preventivas” no Iraque, Afeganistão, Líbia ... e a nova geopolítica do petróleo, elemento ainda vital para a produção de mercadorias.

O projeto “civilizatório” do capital, ao se esgotar e adentrar na espiral da crise estrutural (Mészáros, 2002), torna-se “descivilizatório”, alimentando-se crescentemente da barbárie, esta última também estrutural (Minto, 2011). Mas, ao mesmo tempo

que o Estado financeirizado tenta controlar e cooptar os movimentos sociais, novas revoltas populares surgem em todos os cantos do mundo.

Na atual fase do capitalismo financeirizado, não há mais possibilidades de oferecer ao povo outras propostas que não uma escola de péssima qualidade para as maiorias, o desemprego estrutural, a prisão, a repressão para aqueles que tentam contestar a nova ordem ou no máximo o subemprego e o incentivo à abertura de pequenas empresas, onde os trabalhadores executam uma atividade extenuante, numa aparente *liberdade e independência*.

As manifestações da barbárie

O Crescimento do trabalho infantil

Vimos na seção anterior que a fase “civilizatória” do capitalismo terminou no final dos anos 1960. A partir daí, o capital vem negando sistematicamente as conquistas dos trabalhadores na primeira metade do século XX: limitação da jornada de trabalho, direito a carteira assinada, direito a aposentadoria e férias remuneradas, fim do trabalho escravo e infantil, direito a uma residência, direito a um sistema público de saúde, etc. Estas e outras tantas conquistas têm sido destruídas parcial ou completamente na nova fase do capitalismo, chamado por alguns acumulação flexível e por outros capitalismo sob hegemonia financeira.

Recentemente assisti um documentário sobre o crescimento do trabalho infantil na cidade de Nápoles (Itália). O documentário passou na TV5, e ali é possível perceber as “maravilhas” que o capitalismo financeirizado, mundializado e

reestruturado tem produzido. O jornal *Le Monde Diplomatique* também se debruçou sobre o crescimento do trabalho infantil nesta cidade. O vice-prefeito de Nápoles disse: “Claro, nós somos a região mais pobre da Itália. Mas não havíamos tido uma situação assim desde a Segunda Guerra Mundial (...). Com 10 anos, essas crianças já estão trabalhando 12 horas por dia, o que claramente infringe o direito de se desenvolverem.” O documentário mostra crianças trabalhando em Açougues, Cabeleireiros, no Tráfico de Drogas (Gomorra). Ganham 80 dólares por mês e este dinheiro faz falta para suas famílias.

Cerca de 600 milhões de crianças do mundo vivem na pobreza, 250 milhões, entre 5 e 14 anos de idade, trabalham em países do chamado Terceiro Mundo. 130 milhões deles não recebem qualquer tipo de educação. Vivendo a “pedagogia da rua”, estas crianças, filhas de trabalhadores, não tem qualquer possibilidade de desenvolvimento.

Os filhos dos trabalhadores que estão nas escolas, são analfabetos funcionais. Saem da educação básica sem saber realizar as contas elementares da matemática, sem saber interpretar um texto, são analfabetos geográficos e históricos. No Brasil, as crianças trabalhadoras estão nas granjas, fazendas, carvoarias, estão cuidando dos seus irmãos nas “casas” onde moram, estão nas fábricas e lojas, são “escravas” modernas, trabalhando como empregadas domésticas.

No Estado de São Paulo, considerado a “locomotiva da nação”, as avaliações colocam os alunos em 6º lugar dentre os estados da federação. Nossa hipótese é que o Estado de São Paulo está colocando em prática uma política educacional privatista, que dá continuidade a destruição dos poucos escombros da escola

pública criados no período 1930-64 e cria as condições gerais para a proliferação da educação mercantilizada, privada, voltada para o lucro.

Os filhos das camadas intermediárias da sociedade não vivem nas ruas, mas vivem em frente à TV, sendo bombardeados por propagandas explícitas e implícitas. Numa entrevista a TvFiocruz, o pesquisador Becker (2013) nos alerta que as crianças brasileiras passam 4 horas nas escolas, e 5 horas em frente a televisão.

Os poucos filhos de trabalhadores que têm acesso a escola de “qualidade”, certamente passarão pelo novo mantra pedagogia das competências, conforme veremos nas páginas abaixo.

Retorno do trabalho análogo ao escravo, a violência do subemprego, do desemprego estrutural e do trabalho alienado

Sob outra ótica, do ponto de vista da crise do *capitalismo real*, o esgotamento da fase “civilizatória do capital” fica patente quando observamos o desemprego e subemprego estruturais na atual fase do capitalismo com hegemonia financeira. Na Espanha, o desemprego atinge cerca de 40% dos jovens, que dificilmente encontrarão um trabalho decente neste novo século. Na Irlanda, Grécia e Portugal estamos vendo uma brutal crise da dívida. Na França e em menor medida em Portugal e Espanha, greves contra a reforma da previdência. No *Banlieu* de Paris, os filhos de imigrantes das ex-colônias francesas e os precarizados de outras regiões do país e até mesmo da Europa também não conseguem construir uma vida digna. Sarkozy, reforçando o Estado policial, promove a expulsão dos ciganos. Todas essas manifestações são

resultado da destruição parcial ou completa do Estado do Bem-Estar Social, momento histórico da Europa de máximo controle social do capital, baseado nas lutas dos trabalhadores e ao mesmo tempo nas necessidades do capital “produtivo”, por pleno emprego, moradia, aposentadoria, lazer e aposentadorias dignas que em alguma medida desmercantilizaram a sociedade.

Na Espanha, o desemprego atinge 23,6% das pessoas em geral e mais de 50% dos jovens com menos de 25 anos. Em segundo lugar vem a Grécia com 21%. Os últimos da lista são alguns países do norte da Europa, como a Áustria, com mais de 4%, e a Alemanha, com a taxa oficial de desemprego em 5,7%. Portugal tem agora uma geração em risco, os “precários inflexíveis” retratados no filme de Giovanni Alves, que não tem nenhuma perspectiva de futuro razoável. Nos EUA, os 99% da sociedade tentam encontrar novas formas de luta contra o capitalismo financeirizado.

A mais nova máquina de moer gente brasileira está se dando na construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau. Quase 100 anos depois da internacionalização da região, quando se deu a construção da “Ferrovia do Diabo” Rondônia assiste a uma nova obra internacional. A Usina Santo Antônio pertence ao grupo Tractebel, uma corporação franco-belga. As turbinas de Jirau estão sendo feitas por uma corporação chinesa – que ofereceu as turbinas com preços “baixíssimos” e pela Voith (alemã). A Odebrecht, conhecida corporação “brasileira, fica com a parte da montagem. Em Jirau, a construção da parte civil está por conta da Camargo Correa e a Enesa é a montadora da parte mecânica. O financiamento da obra envolve o BNDES, Santander, Caixa, Bradesco, Itaú-Unibanco e Santander.

O canteiro de obras destas Usinas deve ser caracterizado como uma organização bastante complexa. Ficamos com a impressão que o canteiro de obras também é uma verdadeira máquina de moer gente – o calor é insuportável, ausência de condições de trabalho adequadas, super-exploração do trabalho, ritmo de trabalho alucinante, trabalho noturno, engenheiros e encarregados pressionando por maior produtividade. Nos campos de concentração de Santo Antônio e Jirau, o único direito dos trabalhadores é o direito a morte por exaustão³⁶.

Depois de muitas lutas e denúncias contra as condições de moradia insuportáveis, os alojamentos dos trabalhadores foram climatizados e melhor adequados. Os trabalhadores vão do inferno e do calor inóspito ao ar livre e dentro das construções para o frio gelado do ar condicionado. Têm direito a descanso pós almoço, nos espaços para TV não climatizados ao redor dos refeitórios, mas logo são sugados até a alma. Sobre os refeitórios, não deixa de ser curioso destacar que “os engenheiros e peões comem no mesmo lugar e a mesma comida”, mas em horários diferenciados. Existem áreas de “lazer” e esporte para acalmar a massa de trabalhadores.

Os trabalhadores têm dificuldade de acesso a bebidas alcoólicas, mas fácil acesso a prostíbulos. Bancos, Hospitais, Salas de Culto, CIPA, Dentista, ABIN,.... Têm fácil acesso ao Sedex e ao Telefone Celular, mas não conseguem se teletransportar e se

³⁶ Qualquer semelhança é mera coincidência. No filme “Conterrâneos Velhos de Guerra”, de Vladimir Carvalho, ficam evidentes os maus tratos com os candangos, a comida estragada, o alojamento péssimo, Carvalho mostra a face oculta do canteiro de obras Brasília, fundamentado na super-exploração do trabalho, em suicídios, diarreia, repressão a greves e tudo mais. A cidade que era o exemplo do progresso não abrigada seus trabalhadores-construtores.

mandar do inferno. Um engenheiro nos relatou que no fim de semana, na obra de Jirau que “está no meio do nada”, os trabalhadores só não se matam porque não tem uma arma na mão. É a difícil rotina da vida de gado. A força de trabalho é constituída por migrações em massa do Pará, Maranhão, Rondônia,.... É a vida de gado de trabalhadores que fazem parte dessa massa, que passa nos projetos do futuro, que tanto caminha e dá muito mais que recebe. No Faroeste rondoniense, muitos trabalhadores deixam suas famílias. Trata-se de um povo migrante na sua própria terra, vivem 2 anos na Usina X, 3 anos na Usina Y. São desterrados na própria terra, como nos lembra Sérgio Buarque de Holanda, ou trabalhadores que só têm uma parte neste latifúndio chamado Brasil, uma parte designada para eles a 7 palmos abaixo do chão, como nos sugere João Cabral de Melo Neto.

É possível perceber a presença de muitas mulheres na produção, algo que não era tão presente em outras usinas hidrelétricas e todas as piadinhas “vai pilotar fogão”, “mulher não sabe montar nada”, “vocês não sabem fazer isso”.

Na obra encontramos máquinas pesadas e caras e padrões de exploração da força de trabalho degradantes da construção civil brasileira, em comparação com a forma como são utilizadas as máquinas, equipamentos e a força de trabalho europeia, ao menos até os anos 1980. Não queremos com isso ignorar a existência de polos avançados na economia brasileira (cervejarias, petroquímicas, etc.) mas salientar a convivência e a umbilical relação entre o polo moderno e o polo atrasado da nossa economia.

A ausência de condições dignas de trabalho, a luta por melhores salários, alojamento, transporte, as lutas por vacinação, “lazer”, direito a visita a família a cada três meses, dentre outros

fatores, levaram às revoltas na Usina de Jirau a maior revolta da obra. Depois das revoltas de 2012 – que levaram ao assassinato do trabalhador Josivan França Sá no dia 12/02/2012, os campos de concentração de Santo Antônio e Jirau contam com a presença ativa da Força de Segurança Nacional – uma “novidade” nas Usinas Hidrelétricas. A função estratégica desta é impedir a explosão de novas revoltas ou conduzi-las “adequadamente”. Segundo informações obtidas na Folha de São Paulo do dia 17/2/2012:

Preocupado com a violência em canteiros de obras de hidrelétricas e com a proximidade de dissídios coletivos, Paulo Godoy, presidente da Abdib [Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base], vai aproveitar a reunião de amanhã na Casa Civil para pedir reforço policial. A Abdib defenderá a necessidade de um plano de ação do governo federal ante repetidos casos de violência e incêndio em canteiros de obras de hidrelétricas.

Os casos mais recentes de vandalismo ocorreram nas obras de Ferreira Gomes (Amapá) e Colíder (Mato Grosso). Jirau, Santo Antônio e Belo Monte também tiveram instalações destruídas. "É difícil afirmar que sejam coordenados, mas é estranho que os eventos se sucedam, às vezes, gerados por boatos, como na Colíder", diz. "Precisamos também de um trabalho de inteligência para saber se há um comando ou se são esporádicos e regionais", afirma. "Pediremos que o governo federal avalie se os Estados têm condição de proteger os trabalhadores e as obras, que são bens públicos." Para ele, alguns

casos demandam uma força nacional, ao menos temporária. "Vêm agora os dissídios coletivos. Observamos que se espalham boatos de que pagamentos não serão feitos, de condição desumana em canteiros. São os mais avançados do país, diferentemente de outros pequenos, que podem ter uma condição precária.

A situação da classe trabalhadora terceirizada no Brasil

Nestas obras, há uma massa de trabalhadores terceirizados, bem típica do novo padrão de acumulação flexível, nas obras de Santo Antônio e Jirau. Eles fazem praticamente o mesmo trabalho, mas recebem um salário menor.

Lembremos que aos 26 anos de idade, Engels escreveu o livro "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra". Engels analisou todas as questões que envolvem o cotidiano do trabalho que vão desde as condições de trabalho nas fábricas, as leis que impõem a disciplina do trabalho, o problema da habitação, passando pelo transporte, o surgimento de instituições filantrópicas, o nascimento das escolas estatais para os trabalhadores e para a burguesia, a função das prisões, a alimentação dos trabalhadores, as lutas para a regulação do trabalho explorado, o avanço da maquinaria, entre inúmeras outras.

No Brasil, para não ir mais longe, desde as tentativas de faxina do stalinismo e do marxismo de tendência positivista, inúmeros pesquisadores, com maior e menor sucesso, têm tentando observar as condições de existência da nossa classe trabalhadora. Pesquisas sobre as mudanças no mundo do trabalho, sobre o papel dos sindicatos na nova morfologia do trabalho, o

peso do subemprego na nossa economia, a relação microeletrônica, TICs, trabalho e desemprego, o (res)surgimento do mundo do trabalho associado, o “retorno” do trabalho análogo ao escravo, as novas demandas de qualificação dos trabalhadores, o estudo sobre as condições de reprodução da vida (habitação, transporte, trabalho doméstico), o papel da indústria cultural e da nova sociabilidade engendrada pelos shopping centers, a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho nas fábricas, aliás, temas que foram considerados durante muito tempo como temas residuais. A fábrica era tudo, e o resto era resto.

Nesta esteira, raríssimos são os artigos e livros que abordaram a situação da classe trabalhadora no Brasil dentro de uma perspectiva totalizante. Seja em função da especialização acadêmica, seja em função das dificuldades e complexidade que esta abordagem envolve, estes trabalhos tenderam a observar uma dimensão da realidade dos trabalhadores, deixando de lado aspectos vitais para a compreensão da situação da nossa classe trabalhadora. A positividade da especialização reside justamente na possibilidade de aprofundamento de temas que eram observados de forma superficial pelas gerações anteriores, mas a negatividade reside também na dificuldade que nós, pesquisadores que buscamos uma análise mais totalizante, enfrentamos ao tentar compreender a realidade sem cair em justaposições. Se a realidade fosse uma mera soma das partes, bastaria então juntar, poderia pensar um leitor desavisado.

O livro de Eraldo Batista (2013) “Terceirização no Brasil e suas implicações para os trabalhadores” nos ajuda a compreender a situação da classe trabalhadora terceirizada no Brasil. Mesmo

sendo sintético, consegue abordar as principais questões que envolvem as condições de existência dos trabalhadores terceirizados. O livro abrange inúmeros setores e realidades dos trabalhadores terceirizados, retrata o surgimento da terceirização, seus principais determinantes, a forma que adquiriu nas fábricas, no Estado, nos serviços, as especificidades da terceirização nos setores que empregam muitas mulheres, o surgimento das falsas cooperativas, a modificação das leis que favorecem a precarização e exploração do trabalho. Uma pesquisa mais ampla deveria fazer as seguintes perguntas: onde e como vivem os trabalhadores terceirizados? O que comem? Comem nos mesmos lugares que outros trabalhadores? Frequentam o mesmo tipo de ambiente que os trabalhadores “formais”? Quais são seus dilemas diários? Como estão resistindo a nova desordem do capital? Terão aposentadoria? Acreditamos que estas e outras perguntas devem ser respondidas em obras que pretendem abordar a situação da classe trabalhadora terceirizada no Brasil.

Ser pró-ativo, vestir a camisa, trabalhar em equipe, dar o sangue, ser participativo, ser um trabalhador voluntário, tornar-se um “global player”, retirar as “gorduras” e tornar a produção enxuta, são as palavras que foram adicionadas ao novo dicionário do capital, principalmente nos setores onde predomina a acumulação flexível.

No entanto, se é verdade que o taylorismo-fordismo não morreu no Brasil, é preciso observar os setores de tendência taylorista, observar a permanência da acumulação “primitiva” e da mais-valia absoluta. Concordamos com Ricardo Antunes quando afirma que é possível verificar a coexistência do taylorismo e do toyotismo no Brasil contemporâneo.

O Brasil, talvez o maior exemplo de um país ornitorrinco, passou por uma Revolução burguesa conservadora e incompleta, que nem sequer conseguiu oferecer condições adequadas para a maior parcela da sua classe trabalhadora. Ao lado dos trabalhadores formais que conseguiram um lugar ao sol nos setores “avançados”, temos uma massa de miseráveis que serve como exército industrial de reserva permanente marginalizado do mercado de trabalho, como nos sugere Plínio de Arruda Sampaio Jr., ora entrando ora saindo da marginalidade, ou vivendo a duras penas na marginalidade, tendo que sambar e rebolar para sobreviver no nosso capitalismo ornitorrinco.

Na nova etapa do capitalismo brasileiro, agora sob hegemonia financeira e tendo como marco a acumulação flexível, ganha espaço o trabalhador terceirizado “total flex”, a cidade neoliberal e o novo apartheid social, os shopping centers, os condomínios que integram trabalho, lazer, residência e escola, o trânsito caótico nas metrópoles, as motos e o aperto dos três e metrô muito bem retratados pela música Rodo Cotidiano, do grupo O Rappa e os helicópteros das grandes metrópoles.

Com isso, as vilas operárias estimuladas durante a nossa primeira fase de industrialização, as políticas culturais que deram origem ao Sesi – dentre outras - perdem parcialmente sentido nesta nova fase do capitalismo brasileiro. Afirimo parcialmente porque, se nossa hipótese de que o taylorismo não foi substituído pelo toyotismo, mas sim que eles coexistem, não será difícil encontrar setores da economia que ainda recorrem às vilas operárias e vilas de engenheiro como fator de “integração”, controle e fiscalização da produção e reprodução da vida. Para citar apenas um exemplo,

em inúmeras obras do PAC, trabalhadores são aglomerados em alojamentos que permitem um maior controle das suas vidas “fora” do trabalho.

Num plano mais geral, diante da decadência ideológica da nossa classe dominante, é possível encontrar trabalho análogo ao escravo até mesmo no Estado de São Paulo. Bolivianos trabalhando até a exaustão e “morando” no local onde trabalham, terceirizados, ganhando um salário miséria, que não nos permite dizer que a mais-valia absoluta foi superada pela mais-valia relativa. Para deslocar para frente as contradições sociais que surgem deste padrão de acumulação destrutivo do ser humano e da natureza, assistimos as políticas de pacificação, a criação do bolsa família, a criminalização dos movimentos sociais e outras soluções que estão dentro da órbita do capital.

Um dos elementos não abordados pelo pesquisador Eraldo Batista, mas que permanece como desafio para este século XXI, é justamente a unificação das lutas e das alas dos terceirizados. Até onde sabemos, são ainda pequenas as ações neste campo. Predominam as lutas dispersas, corporativas e isoladas.

A abertura política com distensão, “lenta, gradual e segura”, levou as tentativas de democratização por parte dos movimentos sociais para o labirinto da democracia totalitária brasileira. Nunca antes falamos em democratização quando na verdade tivemos o aumento da ditadura nas fábricas, nas TVs, nas escolas, no comércio, nos serviços, que violentamente agridem trabalhadores terceirizados e não terceirizados no Brasil. A contrarreforma neoliberal levou o povo brasileiro ao nocaute. A degradação da classe trabalhadora brasileira, em especial dos trabalhadores terceirizados, chegou a níveis estarrecedores e

insuportáveis. Mesmo com a leve melhora do consumo da elite dos miseráveis, não acredito que a classe trabalhadora terceirizada e elevada a “classe C” esteja vivendo no paraíso. Ajudemos os trabalhadores a perceber isto o mais rapidamente possível. Ao contrário, a alienação no trabalho e em outras dimensões da vida, permanecem atuais.

Retornando ao caso das Usinas de Santo Antônio e Jirau, constatamos a dificuldade – mas não impossibilidade - de organização de lutas anticapitalistas num campo de concentração que moi trabalhadores a cada segundo e com alto controle do que fazem ou que poderiam fazer os trabalhadores. As corporações e a Força de Segurança Nacional têm o controle quase absoluto da vida dos trabalhadores – detecção de foragidos, “assassinos”, trabalhadores sindicalizados, hábitos de consumo, hábitos de higiene, se se encontram para atividades “subversivas” e onde. Como sabemos, as classes dominantes brasileiras têm o hábito de inverter o crime. Os honoráveis bandidos são convertidos em deuses e mentores do “progresso”, do “desenvolvimento do país”, e os trabalhadores convertidos em assassinos.

Os engenheiros nos relataram que, em função da enorme migração de trabalhadores para a região e diante da ausência de estrutura no Estado, as próprias corporações construíram creches, escolas, reformaram hospitais e entregaram para o Estado. Eles alegam a alta probabilidade de desvios e corrupção. Somos contra o controle de todas as esferas da nossa vida por parte das corporações, construindo casas, escolas, hospitais, etc. mas também não podemos deixar de reconhecer que o Estado de Rondônia se tornou um boa forma de roubo e acumulação de capital no faroeste rondoniense. Ao andar pela cidade de Porto

Velho, qualquer pessoa com um mínimo de curiosidade poderá rapidamente perceber a quantidade túneis e avenidas inacabadas, ausência de tratamento de água e esgoto que foram drenados para a construção das fortunas das elites regionais. A TV da região, de péssimo nível, controlada pelas elites regionais, tenta ocultar e dissimular diariamente os problemas do povo rondoniense.

Os “impactos” dessas obras não se resumem ao deslocamento em massa de trabalhadores para a região, mas também os impactos na fauna e na flora, mulheres grávidas abandonadas, deslocamento de atingidos por barragens, ribeirinhos, posseiros na maior parte das vezes sem seus direitos reconhecidos e passando a viver em locais que não reproduzem nem de perto as boas condições de vida que tinham. Em nome do “progresso” da região, de fazer “nascer uma nova Amazônia”, do “emprego para o desenvolvimento da região e do país”, “de atração de indústrias” as Usinas de Santo Antônio e Girau promovem na verdade a “auto-valorização do capital” cada vez mais financeirizado, super-exploram os trabalhadores e criam novas contradições, impedindo os trabalhadores da região de criar se integrar ao mundo por uma rota alternativa a proposta pelo grande capital.

Na obra de Jirau, a vila dos engenheiros fica a cerca de 20 km. Não deixa de ser curioso que alguns engenheiros moravam na obra, mas estão sendo retirados em função de possíveis sequestros, caso venham a acontecer novas revoltas. Na obra de Santo Antônio, os engenheiros moram em casas de luxo na cidade de Porto Velho, a cerca de 15 km do centro da cidade. Temos engenheiros vindo do Sudeste e Sul – trabalhando num ritmo alucinante em tempos de produção enxuta e entrega das obras

menor tempo possível. Não é difícil perceber, em comparação com outras usinas hidrelétricas, a intensificação do trabalho de boa parte destes engenheiros. Colados 24 horas por dia nos celulares, realizando inúmeras reuniões, baixando sarrafo para aumentar a produção, enfartando e enfartando seus encarregados, ficando loucos, estressados.

A Usina de Santo Antônio, que está sendo montada pela Odebrecht, uma das últimas corporações de capital “nacional” mas com seus tentáculos em muitas partes do mundo, recebe a visita dos seus principais gestores vindos da Bahia e Rio de Janeiro, que não moram e jamais morariam em lugares tão longínquos e “inóspitos”.

Na negociação para a construção destas complexas obras, não podemos deixar de destacar a revitalização de um trecho de 7 km da Ferrovia Madeira-Mamoré – a Ferrovia do Diabo, luta de uma pequena parcela da sociedade rondoniense, que teve como aliado o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a construção de um museu do Índio na Vila de Santo Antônio, diga-se de passagem, muito modesto para a importância que deveria ter. Alguns pesquisadores da UNIR (Universidade Federal de Rondônia) tentam salvar o que podem, mas muitos são intimidados ou cooptados pelas corporações.

Em 2006 foi finalizado o Presídio de Segurança Nacional de Rondônia, bem visível, ali ao lado da BR 364, a cerca de 40 km de Porto Velho. Mas para frente e para trás estão os campos de concentração visíveis para alguns, invisíveis para outros, de Santo Antônio e Jirau. Nossa hipótese é que estas obras fecham o quarto ciclo longo da máquina de moer gente chamada Rondônia – Ferrovia do Diabo, anos 1945-60, construção da BR 364. Que

lutemos para não haver mais um novo ciclo longo de mortes nos campos de concentração de Rondônia!

Na mesma esteira, o Porto de Suape, o novo Estádio do Grêmio, os estádios da Copa, e inúmeras outras obras do PAC seguem o mesmo padrão de exploração da força de trabalho: contratam força de trabalho, moem, jogam fora como se fossem mercadorias descartáveis, contratam novos trabalhadores, moem, jogam fora como se os trabalhadores fossem mercadorias descartáveis. Como falar em direitos humanos se nosso “povo não vive, apenas aguenta” como sugere a música de Milton Nascimento.

As manifestações da barbárie nas escolas e a miséria da política educacional paulista

As escolas brasileiras não estão blindadas ao avanço da barbárie. Os trabalhadores educacionais (professores) tornaram-se carcereiros, abrindo e fechando as jaulas (salas de aula). Outros professores tornaram-se domadores de tigres: desviando-se de cadeiras jogadas neles. Assassinato de alunos, lógica concorrencial entre os professores, governos federais e estaduais se negando a conversar com os professores em greve, material didático elaborado por corporações educacionais, cursos de extensão caça-níqueis, pesquisadores vomitando artigos um atrás do outro, doenças por excesso de trabalho, merendas de péssima qualidade, professores apanhando dos alunos, professores espancando alunos, utilização de ritalina a torto e a direito para sossegar os “leões” são sintomas da barbárie nas escolas e universidades.

O processo “descivilizatório” levou os pesquisadores Lima Filho (2012) e Minto (2011) a afirmarem que estamos vivendo a era da “economia política da deseducação”.

Sobre as escolas públicas decadentes, um recente filme chamado “Pro dia nascer feliz” (2007), de João Jardim, evidencia alguns destes dramas. Para citar apenas mais um filme, “Entre os muros da escola”, tenta retratar a complexidade da escola moderna e sua falência. Kuenzer (1998) observa que houve uma “polarização das competências” e que as escolas seguem esta tendência. Num polo bastante diminuto, escolas voltadas para a preparação do novo trabalhador flexível, participativo, que interaja com os demais, adaptado ao trabalho em equipe e que busque novas soluções, sempre do ponto de vista do capital. No outro extremo, escolas voltadas para jovens terceirizados, precarizados com baixos salários, como: empacotadores, operadoras de telemarketing, trabalhadores da cana de açúcar, dentre inúmeras funções com características tayloristas. Se os reformistas do período 1930-64 tinham um projeto republicano, com a polarização das competências, a escola de qualidade será para a pequena-burguesia dos miseráveis.

Podemos acrescentar ainda que as escolas que estão formando jovens para a *naturalização de desemprego*. Pesquisas mostram que em muitas regiões do Brasil, para não falar de outros países, a escola serve apenas consolar os jovens *inempregáveis*, transmitindo a mensagem que não há mais emprego para todos.

No Estado de São Paulo, poderíamos destacar os pilares da contrarreforma educacional: a) a privatização da política educacional, tendo como eixo o crescimento das universidades e

escolas privadas, b) a readequação das funções das universidades e escolas públicas para atender as necessidades do capitalismo financeirizado, c) a política de arrocho salarial dos trabalhadores educacionais públicos, d) a destruição das condições de trabalho e reprodução dos professores trabalhadores (ausência de um plano de carreira digno, ausência de aposentadoria digna), e) a enorme massa de trabalhadores educacionais temporários e eventuais, f) a legitimação do Conselho Estadual de Educação dominado por cargos vitalícios, não eleitos pelo povo e representando os interesses das corporações educacionais; g) a criação de cursos de enquadramento dos professores, diretores, vice-diretores, supervisores, etc. dentro do paradigma do gerencialismo (choques de gestão, gestão por resultados, desempenho, “eficiência”, avaliações quantitativas, etc.) e do paradigma das competências (trabalho em equipe, atitude pró-ativa, conhecimentos específicos, etc), h) bônus por resultados, para fazer com que os professores – atraídos por esta isca, produzam mais, i) a mudança do currículo, inserindo cursos de empreendedorismo, agronegócio, etc.

Como para a coalização política comandada pelo PSDB os trabalhadores públicos são “encostados”, “vagabundos”, “preguiçosos”, a técnica a ser utilizada deve vir das corporações: “engajamento” dos trabalhadores para aumentar a produtividade da fábrica escola. Ao mesmo tempo, as escolas devem buscar fundos para se sustentar. Dentro desta ótica, os diretores passam a cobrar o estacionamento, o cafezinho que aparece de forma muito bem abordada no filme *Entre os muros da escola*, como se estivéssemos num shopping que tem que ser lucrativo.

Como os governos da coalização comandada pelo PSDB não tem – como não poderia deixar de ser - uma solução para o

trabalho alienado, atacam as suas consequências, e nunca as causas da alienação do trabalho na educação. Estes e outros aspectos da educação em São Paulo tem nos levado a afirmar que estamos assistindo a consolidação da miséria ideológica da política educacional paulista (Novaes, 2013).

Se compararmos as tentativas de formação de um sistema educacional do início do Século XX com as políticas atuais, não é difícil perceber o rebaixamento programático das propostas contidas na política educacional paulista. Se a classe dominante tinha um projeto razoavelmente republicano na primeira metade do século XX, a nova classe dominante paulista tem um projeto imensamente privatista e destruidor dos poucos poros públicos que restam na “locomotiva da nação”.

A necessidade histórica da educação para além do capital

Inúmeros movimentos sociais latino-americanos já nos mostraram que outro mundo é possível e também que outra educação é possível. Lutas contra a extensão mercadológica, lutas por um outro currículo, outra gestão, outra relação trabalho-educação que escapem ao controle do Estado e sua pedagogia das competências – já foram realizadas na América Latina no século XX, principalmente na fase pré-golpes militares e a partir dos anos 1990, principalmente com a ascensão da proposta educacional do Movimento Sem-Terra.

No entanto, depois de 20 anos de conquistas, estas experiências – riquíssimas do ponto de vista qualitativo – não conseguem arrancar o céu dominado pelas corporações educacionais e pela educação estatal, cada vez menos pública.

Para Mészáros, vivemos hoje a encruzilhada do Socialismo ou Barbárie. Nunca antes o lema colocado por Rosa Luxemburg foi tão atual. Para nós, o capital não tem nada mais a oferecer a não ser políticas sociais epiteliais, que não tocam nos problemas essenciais dos trabalhadores. Bolsa Família, políticas de cotas sem uma real transformação do papel da universidade pública na sociedade de classes, Minha Casa Minha Vida, Políticas de corte keynesiano para gerar emprego e consumo de massas, só tendem a gerar uma sociedade alienada e produzir mais barbárie.

Dos cerca de 6 bilhões e meio de seres humanos, cerca de 5 bilhões vivem na pobreza ou na miséria. Não fazem parte da “sociedade do conhecimento”, não possuem internet, não tem habitação digna, água potável, trabalho não alienante e vivem em guerras civis invisíveis. Se esta tendência se mantiver, mais e mais seres humanos farão parte do que o capital considera como lixo humano, lumpen, pois somente causam problemas sociais, poluem as cidades, se reproduzem desenfreadamente.

Olhando o mesmo problema, mas por um ângulo distinto, a atual fase do capitalismo produziu verdadeira avalanche de teorias educacionais dentro da órbita do capital, que mudam tudo sem nada mudar. Nadando contra a corrente, pesquisadores como Dal Ri e Vieitez (2008), Freitas (2009), Caldart (2004), Tiriba (2001), Iasi (2006) dentre outros, tentam resgatar e atualizar o pensamento de pedagogos materialistas históricos e autogestionários. Diante disso, cursos como esse ao conectar teoria e prática, podem ajudar a resolver as contradições enfrentadas pelos movimentos sociais nas suas lutas anticapital.

Cabe ressaltar que teoria e a prática educacional nos movimentos sociais não é nova. Se tomarmos como marco histórico a Comuna de Paris (1871), perceberemos rapidamente que os trabalhadores ousaram e lutaram durante cerca de 70 dias para a construção de um novo mundo. Nesta experiência, pequena tendo em vista o intervalo de tempo, mas significativa em termos de *impacto* nos movimentos sociais do século XX, os *comunards* declararam “estamos aqui pela humanidade”, materializaram em alguma medida suas propostas e sinalizaram os novos caminhos para a humanidade, dentre eles algumas propostas educacionais. Todos os debates clássicos sobre autogestão das fábricas e da cidade, a necessidade de um plano econômico geral, a prática educacional para além do capital, a não burocratização das decisões executivas e legislativas, o internacionalismo operário, etc. aparecem na Comuna de Paris. No Brasil do final do século XX, podemos tomar como exemplo o MST e suas propostas educacionais formais e informais.

Por último, mas não menos importante, sabemos que o capital é uma relação social totalizante e nesse sentido deve ser superado em sua totalidade. Nesse sentido, os movimentos sociais anticapital deverão incorporar nas suas propostas o trabalho associado e a educação para além do capital. Sem estes pilares, suas lutas irão se perder em solução dentro da órbita do capital.

A compreensão da história a partir dos complexos temáticos/totalidade poderá se contrapor à *sociedade do desconhecimento* e o ensino fragmentado³⁷. A pedagogia da luta se

³⁷ Para Lukács, a totalidade, como categoria fundante da realidade, significa: “em primeiro lugar, a unidade concreta das contradições interatuantes; em segundo

contrapor a pedagogia da tolerância e do empreendedorismo. O estudo da história do ponto de vista materialista poderá superar o ensino da história proposto pelo capital e nos ajudar a desvendar os principais complexos causais do sociometabolismo do capital, as particularidades dos capitalismo dependentes, suas contradições e seu movimento. O estudo da agroecologia poderá desvendar os principais nexos causais da produção destrutiva e da ciência do capital, e realizar o ensino e a pesquisa de novas formas de produção de alimentos não envenenados e sem trabalho explorado. A escola unitária poderá superar a escola dual, a pedagogia das competências e a incompetência das pedagogias. Se é verdade que a escola isoladamente não irá resolver os problemas da humanidade, também não é verdade que ela não tem um papel específico. Para nós, a compreensão dos principais determinantes do sociometabolismo do capital, a história e a teoria do trabalho associado, a pedagogia da auto-organização e da luta, o método dos complexos temáticos/compreensão da totalidade, enfim, a educação para além do capital poderá nos ajudar a construir uma sociedade para além do capital.

A necessidade da luta revolucionária para superar a sociedade do capital deverá combinar a articulação das lutas imediatas com as lutas mais abrangentes, que atacam os centros nevrálgicos do capital. Deste ponto de vista, o direito a educação

lugar, a relatividade sistemática de toda totalidade, tanto para cima como para baixo (o que quer dizer que toda totalidade é construída por totalidades subordinadas a ela e também que, ao mesmo tempo, ela é sobredeterminada por totalidades de maior complexidade...); e, em terceiro lugar, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter-de-totalidade de toda totalidade é dinâmico, mutável, sendo limitado a um período histórico concreto, determinado” (Lukács, 1949 apud Netto, 2009).

para além do capital deverá ser articulado a luta pelo direito ao trabalho não alienado³⁸, com o direito a saúde desmercantilizada e a igualdade substantiva. O Direito a água – “águas para a vida e não para a morte” – como diz o Movimento dos Atingidos por Barragens, direito a alimentos não envenenados, sem agrotóxicos, pois estes causam câncer, destroem o sistema imunológico dos seres humanos e das plantas. O direito ao controle da cidade e do país, superando a forma “democrática” atual onde o capital financeiro, a dívida pública controlada por rentistas, as corporações do agronegócio e as empreiteiras dominam nossas vidas. O direito a construção de um mundo auto-governado pelos trabalhadores livremente associados, sem gestores, tecnocratas de esquerda e de direita. O direito a construção de um sistema comunal, onde os produtores planejavam o que produzir, como produzir e para quê produzir, planejamento este não permeado pelos ditames da mercadoria. Para finalizar, o direito a rebelião e o direito a insubordinação civil. Só assim será possível a efetivação dos direitos humanos, a construção de uma sociedade para além do capital e o desenvolvimento integral dos seres humanos.

³⁸ As cooperativas e associações demonstram a possibilidade e a necessidade de uma forma mais avançada de trabalho, ainda que as mesmas tendam a reproduzir todos os defeitos do modo de produção capitalista (Novaes e Christoffoli, 2013). É possível encontrar nas associações de trabalhadores a “riqueza e a miséria do trabalho” associado sob o manto do capital.

5 - Um panorama do Trabalho Associado urbano no Brasil: a positividade e negatividade da autogestão no microcosmo produtivo³⁹

Introdução: a crise estrutural do capital e os embriões de lutas anticapital na América Latina

Uma crise estrutural do capital que assola os trabalhadores de todas as partes do mundo desde os anos 1970 tem trazido consequências de grande alcance: falência da democracia totalitária do capital financeiro e irrupção de inúmeras revoltas contra esta “democracia”, processos precários de urbanização, favelização e “condominização”, concentração da renda e da terra, encarceramento em massa dos trabalhadores miseráveis, aumento do desemprego e da precarização estrutural do trabalho, além da intensificação do trabalho, do retorno do trabalho análogo ao escravo e do crescimento do trabalho infantil.

Esta crise estrutural do capital, que ganha traços de regressão econômica, política e social, trouxe consigo o ressurgimento do Trabalho Associado na América Latina. Em termos mais gerais, na América Latina como um todo, houve uma explosão de lutas principalmente para por fim às ditaduras na região e por demandas clássicas como terra, habitação, direito ao emprego e trabalho, além de serviços públicos de qualidade.

É neste contexto que surgiram muitas lutas com grande potencial anticapital, ainda que restritas a algumas regiões e setores

³⁹ Gostaríamos de agradecer as críticas realizadas pela amiga Ioli Wirth.

econômicos: lutas pela terra pelos camponeses e pelos trabalhadores urbanos sem teto; resistência das populações atingidas por barragens e grandes obras de infraestrutura, lutas pela auto-organização do trabalho, lutas pela quebra da hierarquia de gênero, geração e etnia. Lutas contra a expropriação do território indígena, contra o avanço das mineradoras e petroleiras e contra as corporações produtoras de alimentos transgênicos e envenenados, dentre outras.

Da mesma forma, lutas pela construção de decisões coletivas que superam a democracia formal, o abismo entre representantes e representados, e que questionam os parlamentos dominados por bancadas do capital ou por representantes vindo dos trabalhadores, mas que personificam o capital. Ao mesmo tempo, surgiram lutas defensivas pelos direitos civis e humanos, contra a mercantilização da educação pública, contra a privatização das empresas estatais, contra governos que espoliam a riqueza do país, inclusive levando a queda de presidentes na Bolívia, Argentina e Equador.

Este capítulo pretende recuperar parte deste debate, principalmente através da realização de um panorama do (res)surgimento do Trabalho Associado urbano no Brasil. Procuramos explorar as positivities e as negatividades do Trabalho Associado a partir das experiências das Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores, dos mutirões e das associações na construção civil, bem como nas associações de catadores e cooperativas populares urbanas. Encerramos o capítulo com uma tentativa de esboço dos pilares de uma sociedade para além do capital.

As Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores (ERTs)

As experiências brasileiras de Trabalho Associado ganharam terreno a partir dos anos 1990, numa conjuntura defensiva para os movimentos sociais latino-americanos. O presidente Fernando Henrique Cardoso (janeiro de 1995-dezembro de 2002) aprofundou o neoliberalismo brasileiro, cujo ritmo passou a ser ditado pela voracidade capitalista na sua vertente neoliberal de financeirização da economia: abertura comercial e liberalização do capital financeiro, baixo crescimento, processos de reestruturação produtiva (toyotismo), transição sem rupturas com a ditadura civil-militar, reformas do Estado que levaram ao enxugamento de certas funções sociais do Estado, ataque aos direitos sociais e trabalhistas, privatizações e desnacionalizações que aumentaram significativamente o desemprego e o subemprego estruturais.

Nesse quadro, a estratégia de recuperação de fábricas, que nos anos 1980 era representada por uma série de experiências isoladas, ganha fôlego, tendo como palco as unidades produtivas em crise, especialmente as empresas de gestão familiar. Na década de 1990, houve um aumento significativo das experiências brasileiras, seguindo-se uma estabilização do número de casos no início dos anos 2000. Atualmente, estão em funcionamento no Brasil 67 Empresas Recuperadas, envolvendo pouco mais de 10 mil trabalhadores.

As Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores (ERTs) foram objeto de estudo de diversas pesquisas no Brasil. Entretanto, a maior parte se seu deu via estudos de casos ou análises multicaseos que não se propuseram a gerar dados e teorias mais abrangentes

sobre o universo das experiências. Nos anos 2000, o estudo que investigou o maior número de casos de ERTs no Brasil foi o desenvolvido por Tauile et. al (2005), resultado de uma pesquisa financiada pela SENAES/MTE e que envolveu 25 experiências de ERTs brasileiras. Para além da sua quantificação, a pesquisa estabeleceu uma tipologia da autogestão a partir de critérios relativos a gestão, mercado, crédito, tecnologia, forma de propriedade e participação institucional. Os sete tipos ideais resultantes vão do “socialmente desejável” – a empresa dos trabalhadores em autogestão – ao “socialmente inaceitável” – a “coopergato ou terceirizada”. Esses tipos foram construídos através de características das ERTs pesquisadas, de maneira que materializam tendências encontradas nos empreendimentos.

Já nos anos 2010, a pesquisa coordenada por Henriques et al. (2013) , identificou a existência de 67 ERTs hoje em atividade no Brasil. A pesquisa foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e representa o primeiro levantamento de ERTs no Brasil realizado através de uma rede que abrange dez universidades do país.

Em Henriques, Faria e Novaes (2012) verificamos que o Brasil e a Argentina apresentam a maior parte dos casos existentes na América Latina. Nesses dois países, pode-se afirmar que as experiências existentes apresentam características semelhantes, especialmente quanto aos desafios enfrentados para retomar os processos de produção e a comercialização dos produtos e serviços em regime de autogestão. No entanto, esses processos se desenvolvem em conjunturas históricas e econômicas distintas, resultando em diferentes estratégias de recuperação e formas

distintas de articulação política das experiências de luta pela recuperação das fábricas. Fundamentalmente, trata-se de perceber que são diferenciadas as relações estabelecidas pelas ERTs com outros movimentos sociais de luta, tanto no âmbito territorial quanto nacional, resultando em níveis variáveis de legitimidade alcançados pelas experiências nos processos de luta pela manutenção dos postos de trabalho e da produção autogestionária. Aqui, cabe retomar as principais características das ERTs, em grande medida abordadas em Henriques, Faria e Novaes (2012).

- a) A distribuição regional mostra que a grande maioria se concentra no Sul e Sudeste do Brasil, áreas mais industrializadas do país – sobretudo na área urbana. Os principais setores econômicos são industriais (metalurgia, têxteis, calçadista, alimentício entre outros), além de extração mineral e de serviços.
- b) a quase totalidade das experiências resulta da recuperação de empresas familiares, sendo a falência ou estado pré-falimentar, em muitos casos, frutos de um processo de sucessão familiar malsucedido; não é raro encontrarmos fábricas fundadas no início do século XX, com maquinários com mais de cinquenta anos;
- c) via de regra, essas empresas já carregam no ventre um passivo trabalhista vultoso, sendo comum aos trabalhadores a vivência por longos períodos com salários em atraso e o não recolhimento pelas empresas dos direitos trabalhistas e sociais devidos durante meses e, por vezes, vários anos;

- d) na iminência do encerramento das atividades, os trabalhadores mobilizam-se para a reivindicação dos direitos trabalhistas e, nesse momento, surge a perspectiva de manutenção da fábrica em funcionamento com o afastamento dos antigos proprietários;
- e) em muitos casos, o sindicato assume o papel de protagonista ativo na organização dos trabalhadores, na apresentação e discussão das possibilidades para a manutenção da empresa em funcionamento, na negociação com os ex-proprietários e com os organismos públicos e privados para a busca de financiamento. Por vezes, o sindicato torna-se também corresponsável na gestão dessas empresas sob o controle dos trabalhadores;
- f) pode ocorrer de os trabalhadores abrirem mão dos seus direitos trabalhistas e verbas rescisórias contratuais em troca da propriedade coletiva dos meios de produção das empresas;
- g) na grande maioria dos casos, opta-se pela utilização da forma cooperativista, na ausência de um marco legal que reconheça as especificidades desse fenômeno no Brasil;
- h) é comum verificarmos a utilização do termo autogestão, que pretende abranger tanto as alterações ocorridas na forma de propriedade das empresas, como também as características democráticas que devem presidir a organização do processo de trabalho e a forma de gestão da cooperativa. Entretanto, a tendência geral das experiências pesquisadas no Brasil é a de manutenção da divisão do trabalho anterior, sendo as principais alterações referentes à divisão das retiradas (“salários”), do excedente

(“sobras”) e do processo decisório na fábrica que, em geral, se dá por meio de assembleias gerais. Isso leva à manutenção dos trabalhadores no interior dos lugares determinados pela divisão do trabalho no reinício das atividades, para laborarem agora num quadro em que a propriedade da empresa é coletiva e detida pelo conjunto dos associados da cooperativa;

- i) apesar de identificarmos mudanças na divisão das retiradas (“salários”), apenas uma experiência brasileira optou pela divisão igualitária. No Brasil também é muito comum encontrarmos casos em que as cooperativas param de associar novos trabalhadores e todos os novos integrantes passam a ser contratados;
- j) essa situação nova certamente impacta na motivação dos trabalhadores, pelo menos por certo período, e os torna mais inclinados para a realização das tarefas produtivas com maior empenho e zelo;
- k) nessas experiências, a “estratégia competitiva” pode lançar mão de mecanismos como a extensão da jornada de trabalho não remunerada ou mesmo a flexibilização da massa salarial para acompanhar as oscilações do mercado. Em outras palavras, na impossibilidade eventual do reprojeto da tecnologia existente ou de um investimento em novas tecnologias, essas empresas podem lançar mão de mecanismos característicos da mais-valia absoluta para a realização dos seus processos econômicos. Ao mesmo tempo, há muitos relatos entre os trabalhadores de ERTs de que a principal mudança com relação ao antigo trabalho é a diminuição do ritmo de

trabalho, o que em suas falas seria responsável pela significativa redução do número de acidentes. Segundo Henriques et al. (2013), mais de 70% das experiências relatam terem diminuído o índice de acidentes em suas dependências.

- l) as ERTs, por estarem imersas no sistema produtor de mercadorias, não conseguem superar isoladamente a produção fundamentada em valores de troca (Novaes, 2011; Pateo, 2013). A percepção dos trabalhadores sobre este tema é variada, mas talvez seja possível afirmar que já existe uma ala dos movimentos sociais latino-americanos com uma razoável percepção sobre a necessidade de produzir para a satisfação das necessidades humanas (valores de uso).
- m) após a reabertura da empresa em autogestão, o que se percebe é o gradual afastamento das experiências das demais lutas sociais da categoria e do próprio campo da economia solidária, assumindo-se cada vez mais o discurso que se trata de garantir a viabilidade do “negócio”. Isto é, há uma baixa “politização” das experiências, no que se refere ao seu isolamento em relação às demais lutas dos trabalhadores e discussão sobre o papel que pode representar na construção de uma sociedade “para além do capital” (Mészáros, 2002);

Sobre este último item, tudo leva a crer que os trabalhadores das ERTs estão muito mais no campo da “consciência de classe contingente” do que no “campo da

consciência de classe necessária” (Mészáros, 2006) 40. O distanciamento das ERTs brasileiras do movimento de “Economia Solidária” e de um movimento mais amplo para a construção de uma sociedade para além do capital permanece como desafio para esse campo, e certamente deve se manter na agenda de novas pesquisas. A pauta que prevalece é a da manutenção dos postos de trabalho, de receber a retirada no fim do mês, de retomar a vida cotidiana. Este é um problema muito parecido com o que enfrenta o MST nos dias de hoje, isto é, o estacionamento da luta ao se conquistar a terra. Ao invés da luta pela terra e pela recuperação das fábricas ser um meio tendo em vista a combinação da autogestão interna com o desenvolvimento de outras lutas anticapital e a busca de soluções abrangentes em todas as esferas do trabalho e da vida, a conquista da terra e da fábrica tornaram-se um fim, ainda que com algumas vitórias parciais.

Além disso, é preciso vencer a tendência à inércia do sindicalismo de se restringir às negociações para o cumprimento dos direitos trabalhista devidos, o que os inclina para a efetivação de saídas conservadoras para essas situações, e só raramente

⁴⁰ “A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala de operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à “racionalização” capitalista.” (Mészáros, 2008, p.89).

intentam a retomada da produção a partir da organização dos trabalhadores.

De forma geral, as experiências que surgiram desde os anos 1980 e, sobretudo, nos anos 1990 no Brasil, foram motivadas em grande medida pela crise profunda no mercado de trabalho, e procuravam evitar o fechamento das empresas e dos postos de trabalho envolvidos. Desde o início, não houve uma preocupação em constituir com as ERTs um modelo alternativo de organização do processo de produção que fosse além da geração de trabalho e renda e pudesse servir de parâmetro para novos tipos de luta nas demais empresas.

Outra dificuldade encontrada pelas empresas recuperadas diz respeito à “cultura” organizacional herdada da fábrica quando sob o controle do capital. Toda a concepção estética, a arquitetura panóptica, os espaços físicos, etc. foram delineados para a reprodução de relações sociais de dominação e exploração. Quando sob o controle dos trabalhadores, a não alteração dessa espacialidade laboral contribui para fazer ressurgirem relações sociais de desigualdade e fragmentação, como por exemplo, a separação completa entre o local da administração da parte produtiva. As novas relações sociais que surgiram no processo de luta deveriam abranger a remodelação do espaço fabril, aproximando os trabalhadores a fim de que possam dialogar o tanto quanto possível sobre os problemas enfrentados, mesmo durante o processo de trabalho.

Nascimento (2013) sugere a realização de “greves pedagógicas” nas experiências de autogestão, isto é, alguns momentos de interrupção da produção durante a semana de trabalho para discutir aspectos vitais da produção e reprodução da

vida, “greves” estas que ajudem os trabalhadores a parar para refletir sobre sua vida, seu trabalho e formas práticas de torná-lo um trabalho não alienado.

As entidades mais representativas das fábricas recuperadas no Brasil, ANTEAG e UNISOL ⁴¹, possuem origem no movimento sindical, embora esse tema também permaneça de alguma maneira estranho e distante das discussões estratégicas do movimento sindical. Notamos que, ao longo dos anos, essas entidades que surgiram para dar apoio ao processo de recuperação de fábricas, passaram a atuar com outros tipos de empreendimentos econômicos solidários. Na UNISOL, por exemplo, que hoje conta com 280 empreendimentos filiados, somente 10% são de ERTs (apenas 25).

Enfim, é possível observar as Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores sob diversos ângulos. A questão das assembleias democráticas e a formação de comissões rotativas para a administração dos problemas fabris traz consigo a possibilidade de criação de novas relações sociais no microcosmo produtivo, relações que não contam com capitalistas, gestores, tecnocratas. A questão da propriedade dos meios de produção traz consigo o debate da “expropriação dos expropriadores”. As novas formas de organização do trabalho, da produção e distribuição do excedente, nos ajudam a pensar formas de produção que em alguma medida superam o trabalho alienado. O reprojeto das máquinas e das técnicas de fabricação nos ajudam a teorizar sobre a não neutralidade da Ciência e Tecnologia e o papel dos pesquisadores-

⁴¹ Ainda há o Movimento de Fábricas Ocupadas, que luta pela estatização sob controle operário e hoje é representado pela fábrica Flaskô.

extensionistas nos leva a pensar no papel dos intelectuais na sociedade de classes. As relações de gênero nas ERTs e nas associações de catadores nos levam a pensar na relação imbricada entre classe social e gênero, muitas vezes desprezadas pelo marxismo do século XX (Henriques, 2013; Novaes, 2012; Wirth, 2013).

Os mutirões habitacionais e as cooperativas de construção civil: da FUCVAM a Comuna Dom Hélder Câmara

A dissertação de mestrado de José Baravelli (2005) relata a influência do cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo no período da “transição democrática” (anos 1980). Ele parte da reflexão das cooperativas da FUCVAM (Federación Uruguaya das Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mútua) e chega até a Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha (São Paulo).

O cooperativismo habitacional uruguaio ainda é uma referência para as lutas com características autogestionárias na América Latina, mas infelizmente pouco lembrado em temas de eurocentrismo. Lá, a FUCVAM foi foco de resistência à ditadura militar, tanto é que, não por acaso, foi o primeiro lugar onde os militares entraram no início da ditadura. Mesmo depois do golpe, os membros da FUCVAM persistiram nas suas lutas, criando a frente “unificadora e uruguaia”. Enquanto isso no Brasil, o ministro da Agricultura do regime militar era o presidente de uma das Cooperativas mais reacionárias da nossa história, a Cooperativa de Cotia (São Paulo).

Aqui, é possível contrastar as duas experiências. Na medida do possível, os uruguaio conseguiram pensar e criar novos espaços de moradia e de trabalho coletivo, num mesmo local. Mais que isso, conseguiram resolver o problema da moradia, da

propriedade coletiva, a geração de trabalho com alguns traços de desalienação, lazer, esporte e militância no mesmo espaço.

A importância da habitação social uruguaia também foi retratada num trabalho de João Marcos Lopes, um dos fundadores da Usina⁴², com Cibele Rizek. Um dos objetivos da pesquisa de Lopes e Rizek (2005) era apreender como o binômio mutirão/autogestão havia sido apropriado pelos movimentos sociais brasileiros. Assim:

desde as práticas autóctones de ajuda mútua para a roça da mandioca entre os índios (o “muxirão”) ou entre pequenos agricultores que se auxiliam na lida do campo, passando pelas formas urbanas espontâneas de cooperação para a construção da casa, parece que o mutirão vai, aos poucos, agregando

⁴² De acordo com informações obtidas no site da instituição, a “Usina foi constituída em 1990 por profissionais de diversos campos de atuação como um coletivo de arquitetura autogestionário. Nesses 20 anos, a Usina atua principalmente junto aos movimentos sociais objetivando a construção de experiências territoriais de outra ordem, que envolvam a capacidade de planejar, projetar e construir pelos próprios trabalhadores, mobilizando fundos públicos em um contexto de luta social e reforma urbana. A equipe da Usina tem intenção de superar a produção autoral e estritamente comercial da arquitetura e do saber, para tanto, busca integrar e engendrar processos que possivelmente subvertam a lógica do capital através da experiência espacial, social, técnica e estética contra-hegemônicas. A Usina já participou da concepção e execução de mais de 4.300 unidades habitacionais, centros comunitários, escolas e creches em diversas cidades e em assentamentos rurais, principalmente nos estados de São Paulo e do Paraná. Também atuou no desenvolvimento de planos urbanísticos, projetos de urbanização de favelas e auxiliou a formação e organização de cooperativas de trabalho. A Usina utiliza novas formas de organização tanto na sua própria equipe quanto externamente; procura instaurar novas práticas tendo como perspectiva a superação da tradicional divisão do trabalho e a separação entre os momentos de concepção, produção e apropriação social do espaço”.

elementos de uma retórica que se estende para além do simples acordo para organização do trabalho livre (Lopez e Rizek, 2005, p. 8).

Nas palavras de Lopes e Rizek (2005) o processo de provisão habitacional instaurado no Uruguai desde o final dos anos 60 – a Lei 13.728 (Ley Nacional de Vivienda), que encaminharia as recomendações já formuladas num *Plan Nacional de Vivienda* de 1962, foi sancionada em 1968 – acabaria compondo talvez a principal referência para a construção desse imaginário autogestionário de produção de moradias. A experiência uruguaia surgia, naquele momento, com uma carga política muito mais acentuada, principalmente pelo fato de vincular-se, operacionalmente, às organizações sindicais do país. É sabido, por exemplo, a resistência que as Cooperativas habitacionais exerceram durante todo o período em que se manteve o regime de exceção no Uruguai⁴³.

No entanto, eles advertem que este transplante mimético trouxe inúmeras dificuldades. Os procedimentos autogestionários para produção da moradia foram sistematicamente adotados por aqui sem qualquer avaliação de contexto e ajuste dos meios: o modelo uruguaio, ao ser transplantado, não se encaixou perfeitamente:

⁴³ Para um histórico da “entrada” do tema mutirão nos movimentos populares dos anos 1960, as influências que receberam do Uruguai e de arquitetos populares, o caso de favelas Fortaleza (1959), Rio de Janeiro (1965), Belo Horizonte (1979), São Paulo, ver Lopes e Rizek (2005).

lá, organização sindical; aqui, movimento popular; lá, um plano e uma lei que regula a produção autogestionária de moradia em todo o país; aqui, programas que não compõem sequer uma política habitacional local; lá, cooperativas que, juridicamente, permitem o mútuo coletivo, a propriedade comum e sua comercialização regulada; aqui, associações comunitárias que, mal e mal mantêm sua condição como agente promotor que apenas atua como mediador temporário entre o agente financeiro e o mutuário final (Lopes e Rizek, 2005, p.13).

A dissertação de mestrado de Eduardo Ewbank (2007) nos mostra a enorme dificuldade e complexidade na formação de cooperativas de construção civil no Brasil. De vida curta, as cooperativas de construção civil enfrentam inúmeras dificuldades em função do setor que estão inseridas: trabalhadores “acostumados” a ganhar por produtividade/metras, diferenciação da remuneração em função do trabalho a ser executado, valores individualistas do capital, enorme poder de contratação das empreiteiras, etc. Não podemos deixar de ressaltar as tentativas de formação de cooperativas entre arquitetos, mestres de obras e pedreiros, de “igual para igual”, na cidade de São Paulo.

Mesmo com o fracasso relativo destas experiências, o Trabalho Associado na construção civil ainda se coloca como um desafio tendo em vista a coerência de um processo de trabalho não alienante e o produto do trabalho: a casa, a creche, a universidade, a cidade como valores de uso.

Tivemos a oportunidade de acompanhar a formação da Cooperativa Treme-Treme, na Comuna Dom Hélder Câmara (CDHC), quando fomos monitores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (Castro et. al. 2010). A CDHC foi estudada recentemente por Sandro Oliveira (2010; 2-013), um dos integrantes do coletivo Usina e membro da Escola de Samba Unidos da Lona Preta da CHDC. Para ele, a experiência que nasceu da necessidade de garantir o direito a moradia a dezenas de famílias despejadas em 2005 de uma favela localizada no terreno da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e representa um espaço social contra-hegemônico em relação às determinações sociais do capital.

Enquanto um espaço projetado com participação popular e em construção conjunta entre as 128 famílias, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a assessoria técnica da Usina – centro de trabalhos para o ambiente habitado, sua existência em processo se contrapõe as tendências de autoconstrução, dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e de condomínios e loteamentos fechados de luxo, ao abrir precedentes para se pensar numa política pública com autogestão dos trabalhadores (Oliveira, 2010, p. 1).

A reflexão sobre os mutirões e cooperativas de construção civil traz consigo a crítica realizada pelos arquitetos a construção civil e as particularidades do nosso capitalismo. Conforme constatamos em Novaes (2011), a crítica do grupo Usina é tão completa que torna difícil o exercício da síntese. Em poucas palavras, podemos dizer que questionam as forças produtivas capitalistas, a propriedade dos meios de produção (seja a casa, a fábrica, etc.), a cidade como fonte de mais-valia e seu papel na

sociedade de classes latino-americana, a perda do controle do processo de trabalho, do produto do trabalho e do território tanto pelos arquitetos quanto pelos trabalhadores, a mercantilização da vida, a fragmentação do ser humano, o tipo de profissional formado nas Universidades e o papel que o mesmo exercerá na sociedade de classes, o mito do progresso e o papel das empreiteiras, além de uma crítica mais ampla ao modo de produção capitalista. Mesmo imersos no sistema produtor de mercadorias, estes intelectuais tentam desenhar uma atividade intelectual livre, com sentido social. Todos os membros da Usina se consideram, acima de serem arquitetos ou cientistas sociais, educadores populares que estão ensinando e aprendendo com as lutas populares ou com os movimentos sociais.

Segundo Pedro Arantes, “nosso fim é o socialismo, mas o que fazer antes...?”. Na medida do possível, estão arquitetando a revolução, para usar um termo da área. Estão pensando a complexidade de uma transformação radical, isto é, “que o coletivo arquitetado seja ao mesmo tempo de espaço de produção, consumo, educação, estética não alienantes”. Evidentemente que o Grupo Usina somente consegue criar enclaves no mar do sistema produtor de mercadorias, tentando buscar caminhos para um grau crescente de controle social sobre a vida num contexto de avanço da barbárie.

A Coleta e Triagem de Materiais Recicláveis: um campo para o Trabalho Associado?

Uma das consequências mais nefastas da crise estrutural do capital foi o aumento alarmante de pobres e miseráveis no globo

terrestre. Com o aumento da pobreza e da miséria, somado a uma das características do modo de produção e destruição capitalista, isto é, a produção intrinsecamente destrutiva do ser humano e da natureza, tivemos o surgimento de inúmeras associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis (Wirth, 2013; Fraga, 2012).

A academia brasileira vê com muita desconfiança a possibilidade do Trabalho Associado neste “setor” da economia. Tendem a ressaltar as condições desumanas do trabalho nos lixões, as péssimas condições de trabalho nas cooperativas e associações: galpões quentes, sujos e fétidos, o ritmo de trabalho intenso, etc.

Já uma outra parcela dos pesquisadores-extensionistas prefere estabelecer relações estreitas com os catadores a fechar os olhos para esta questão social. É aqui que surgem inúmeras ações de incubadoras de cooperativas, com graus variados de radicalidade crítica e prática, atuando junto aos catadores. A luta dos catadores levou ao surgimento de inúmeras “políticas públicas”. Basta lembrar que metade dos recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES – MTE) no ano de 2012 foi destinada aos catadores.

Marx possivelmente chamaria os catadores de lumpemproletariado - lumpem em alemão significa trapo, farrapo. Dentre as positivities do Trabalho Associado neste “setor”, podemos destacar as tentativas de organização do trabalho sob novas relações sociais: a construção de assembleias democráticas, as tentativas de construção da igualdade substantiva entre homens e mulheres na produção e administração, a alteração das formas de remuneração dos trabalhadores, o papel dos pesquisadores-extensionistas na relação estabelecida com o Movimento Nacional

de Catadores, os projetos de educação popular nas associações de catadores, inclusive com a formação de bibliotecas e alfabetização de muitos trabalhadores que foram deixados a própria sorte. Nesta esteira, algumas universidades estão tentando reprojeter as máquinas, além de ajudar a criar novas formas de organização do trabalho, menos alienantes⁴⁴. Por incrível que pareça, também é preciso destacar que para muitos destes trabalhadores que vivem a beira da miséria, o trabalho associado na coleta e triagem de materiais recicláveis representa um ganho em relação a situação vivenciada antes da entrada em cooperativas e associações (desemprego por longo período de tempo, mendicância, vulnerabilidade social, rigidez da jornada de trabalho, etc.).

Por último, mas não menos importante, da mesma forma que é possível haver o controle da “política pública” habitacional pelos movimentos sociais (Arantes, 2002; Lopez e Rizek, 2005), também é possível o controle da “política pública” de limpeza urbana pelos catadores (Wirth, 2013).

Dentre as negatividades, poderíamos destacar as condições inadequadas para a realização de um trabalho não alienante, o ritmo de trabalho intenso, as oscilações do mercado, o papel da indústria do alumínio no controle da cadeia produtiva, o papel dos atravessadores na cadeia produtiva, e a ausência de uma renda mínima para estes deserdados em sua própria terra,

⁴⁴ No campo estético, poderíamos destacar também o filme *Lixo Extraordinário*. Neste filme aparece o artista Vick Muniz, um dos artistas brasileiros que tira fotos dos catadores e monta “cenários” utilizando o próprio material de trabalho (o material reciclável). Aqui não importa tanto a mercantilização desta arte em leilões ávidos pela valorização do capital/financeirização do capital, mas o significado que esta arte tem para a humanidade.

deserdados que são empurrados para a miséria pela crise estrutural do sociometabolismo do capital.

Dentre as negatividades, poderíamos destacar também a cooptação deste movimento social pelas “políticas públicas”. Basta lembrar a participação do ex-presidente Lula em todos os encontros nacionais dos catadores, sempre no final do ano. Da mesma forma, a assimilação destas lutas pelas grandes corporações. Para registrar, a Coca-Cola estampa nas suas garrafas que “apoia” as cooperativas e associações de catadores.

Recentemente surgiu no Brasil um debate entre a incineração do lixo, estratégia típica da pequena burguesia, e a estratégia vinculada a economia política dos trabalhadores, isto é, tentativas de construção de novas relações sociais e uma nova concepção de reciclagem neste “setor” da economia que envolve recursos vultosos do orçamento das prefeituras. Basta lembrar que a coleta do lixo é a principal “consumidora” dos recursos dos municípios brasileiros. A coleta do lixo já matou muitos prefeitos no Brasil, enriqueceu muitos tecnocratas corruptos e muitos empresários que vivem do lixo.

Da mesma forma que as associações de catadores, temos outros ramos da pequena produção urbana onde o trabalho é predominantemente feminino: confecção de vestuário e setor têxtil, fabricação de móveis e produtos da madeira, etc. (Wirth, 2013)⁴⁵. Nestes ramos, temos algumas poucas associações avançadas em termos políticos e econômicos, a grande maioria

⁴⁵ Ver também Singer (2002), Quijano (2002), Schiochet (2012) e o Censo da Economia Solidária finalmente socializado em agosto de 2013. www.senaes.gov.br

seguindo aos trancos e barrancos, na luta diária pela sobrevivência econômica/pela manutenção das características autogestionárias e outras tantas em processo de degeneração.

Cumprir destacar mais uma vez o papel das mulheres nestas cooperativas e associações populares urbanas. Apesar do “fracasso” relativo em termos econômicos, estas cooperativas têm cumprido um papel fundamental no fortalecimento político de mulheres que antes tinham medo de seus maridos, que tinham pouca autonomia familiar e econômica. Nas cooperativas e associações, as mulheres encontram a força da luta coletiva. Passam a dialogar mais, passam a socializar seus dramas cotidianos e assim encontram respostas coletivas para seus problemas. Esta ressalva se faz necessária, pois muitas análises economicistas tendem a observar a pequena renda obtida por estas cooperativas, desconsiderando as vitórias políticas destas associações. Mas ao mesmo tempo não podemos deixar de observar a permanência de muitos dos traços do trabalho alienado nas cooperativas e associações populares.

Algumas conclusões: de embriões de Trabalho Associado a luta pela construção de uma sociedade para além do capital

As positivities do Trabalho Associado urbano esboçadas nas páginas acima, junto a outras pesquisa que estamos realizando no campo da agroecologia e da educação para além do capital (Novaes, 2012; Novaes e Santos, 20013) nos permitem traçar alguns dos pilares de uma Sociedade para além do capital:

a-) Autogestão no microcosmo produtivo: as lutas autogestionárias têm como princípio a construção de novas

relações sociais. Elas nos mostram que os patrões, dos gestores e tecnocratas são prescindíveis. Na autogestão, temos a hegemonia das assembleias democráticas, os conselhos são eleitos pelos trabalhadores, há rodízio e revogabilidade dos cargos, todas estas medidas anti-burocratização e que questionam perda do controle do processo de trabalho. São criadas formas de superação do sistema salarial e geralmente criados fundos para a destinação do excedente;

b-) Desmercantilização: é impossível existir uma sociedade para além do capital sem o questionamento da produção de mercadorias. Deste ponto de vista, a autogestão avança na medida em que os trabalhadores conquistam graus crescentes de controle da produção, tendo em vista a satisfação das necessidades humanas, isto é, a produção de valores de uso sem a concomitante produção de valores de troca. Nesta esteira, haverá a ampliação dos espaços públicos e da noção de “bem público”, como água, energia, transporte, saúde, terra, telecomunicações, educação, habitação, a cidade como valor de uso, etc.

c-) Autogestão no macrocosmo social: a autogestão no sentido amplo significa a superação do Estado capitalista, isto é, a supressão da burocracia estatal inamovível e das formas de dominação típicas da democracia formal. Neste caso, a luta pelo fenecimento do Estado capitalista é a luta pela criação das condições gerais de produção e reprodução da economia comunal, e não mais das condições gerais de produção e reprodução do capital. Para a reprodução da vida social não alienada, os trabalhadores necessariamente deverão reduzir drasticamente a sua jornada de trabalho (em processo de desalienação), tendo tempo para decidir os rumos do bairro, da cidade, do país, etc. e para a

eleição de representantes com cargos revogáveis. Enfim, terão tempo e poder para controlar as decisões fundamentais da sociedade. Da mesma forma, terão tempo e controle da composição e destinação dos fundos públicos (aposentadoria, escolas, etc.). Para finalizar, a autogestão no macrocosmo social traz consigo o debate do planejamento democrático da produção e reprodução da existência humana, isto é, a coordenação global da produção e reprodução da vida pelos produtores livremente associados.

d-) Educação para além do capital. Aqui, poderemos apenas delinear quais seriam os fundamentos da escola do trabalho emancipado: estudo da história de um ponto de vista materialista e da articulação particularidade/totalidade, apropriação e reprojeto da ciência e tecnologia tendo em vista a satisfação das necessidades humanas, educação para o trabalho associado/coletivo, educação para a luta /inserção das escolas nas lutas do seu tempo, a formação de valores do ser humano novo (Che Guevara). A educação para a produção de arte revolucionária e para compreensão dos clássicos da arte, além da Educação física socialista (Novaes, 2013);

e-) Universalização do trabalho emancipado: O trabalho será organizado através da igualdade substantiva, isto é, a cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades. No trabalho, o desenvolvimento do ser humano se dará em sua integralidade. No que se refere ao trabalho reprodutivo, a igualdade substantiva traz consigo a superação do patriarcalismo, isto é, a mulher cuidando da casa e dos filhos e o homem provedor.

f-) A propriedade real dos meios de produção pelos trabalhadores: para a autogestão avançar na sociedade, necessariamente os trabalhadores deverão questionar a propriedade privada dos meios de produção. Nas palavras de Marx, teremos a “expropriação dos expropriadores” ou o que chamamos de “retorno do caracol à sua concha”. A reconciliação entre os trabalhadores e os meios sociais de produção e reprodução material da vida social se dará em distintas formas de economia comunal (Mészáros, 2006).

g-) Por último, mas não menos importante, deverá haver a unificação das lutas anticapital para a superação do sociometabolismo do capital, através do convencimento político dos próprios trabalhadores de que outro mundo é possível e necessário.

6 - Cooperação e cooperativismo do MST de São Paulo: uma análise das ações do Estado capitalista que bloqueiam o potencial educativo do trabalho associado

Introdução

Desde os anos 1970 estamos presenciando uma ofensiva do capital. Em Novaes et. al (2015) delineamos as principais dimensões desta ofensiva: a) pressão para a livre circulação do capital financeiro resultando na reestruturação produtiva do campo e da cidade; b) inovações tecnológicas que intensificaram a produção e a diversificação das mercadorias; c) expansão do capital em direção a setores e campos ainda não sujeitos à plena mercantilização, como a saúde e a educação, com uma onda de privatizações, que elevou o ciclo da mercantilização a um novo patamar; d) implementação de processos de realocização e terceirização das corporações.

O Estado de São Paulo é um dos Estados privilegiados da federação para observação desta ofensiva, em especial a reestruturação do campo e a (im)possibilidade de uma reforma agrária que tenha como alicerce a cooperação, o cooperativismo/associativismo e a agroecologia nos assentamentos.

Este capítulo foi dividido em duas partes. A primeira parte faz um breve retrospecto histórico da economia política do campo no Estado de São Paulo. A segunda parte mostra os limites e as contradições da cooperação e do cooperativismo nos

assentamentos do MST diante da nova ofensiva do agronegócio no Estado. Encerramos o capítulo com algumas considerações finais. Cabe sublinhar que ele foi escrito para jovens que pretendem se tornar “técnicos” em Agroecologia. Procuramos simplificar alguns conceitos e análises sem cair em simplismos. Também gostaríamos de destacar que se trata de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar as características, a natureza e as contradições da cooperação e do cooperativismo do MST São Paulo. O capítulo que ora apresentamos, é o resultado parcial da pesquisa sobre as ações do Estado capitalista junto ao cooperativismo e associativismo.

Do complexo cafeeiro à expansão do Agronegócio no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo passa a ter destaque no cenário nacional no século XIX, com a consolidação do complexo cafeeiro e da indústria nascente (Cano, 2005). Para isso, a importação de mão de obra italiana e espanhola tornou-se fundamental (Martins, 2009). Não por coincidência, 15 dias após a abolição do tráfico negreiro as oligarquias brasileiras proclamam a lei de terras, em 1850.⁴⁶

⁴⁶ Clovis Moura (2014) também observa que na segunda metade do século XIX as lutas contra a escravidão já estavam num novo patamar, e isso modificou a história do negro no Estado de São Paulo. Para o caso de São Paulo, cabe destacar a história de Luiz Gama. Nasceu na Bahia, foi cativo, poeta e advogado. Viveu 42 anos em São Paulo e lutou pelo fim da monarquia e pela abolição do trabalho escravo no Estado de São Paulo. Morreu em 1882, 6 anos antes da abolição do trabalho escravo. Ver Moura (2014).

A consolidação do complexo cafeeiro levou a expansão das ferrovias no Estado de São Paulo, tendo principalmente três eixos de expansão. Para ilustrar, poderíamos citar a grande região de Bauru, Marília e Presidente Prudente. Em pleno Século XX vamos assistir a chacina de índios, desbravamento das terras, expulsão de posseiros, grilagem de terras e instalação de grandes propriedades para produção de café e algodão (Monbeig, 1984, Pereira, 2005). José Teodoro, um mineiro de Pouso Alegre, comprou as terras da região, gerando aglomerações urbanas que cresciam a medida que as ferrovias chegavam a região.

Com a crise da bolsa de valores de 1929 e a Revolução de 1930, entramos num outro momento histórico. Wilson Cano observou as “raízes da concentração industrial” no Estado de São Paulo. Foi aqui que surgiram os principais bancos, comércio e indústrias do país. O surgimento da indústria – ainda que tardio – levou a criação das condições gerais de produção e reprodução da mesma. Ele levou a criação de um tímido sistema educacional, criação do SENAI/SESI e das Escolas Técnicas Federais, criação da USP e das Faculdades Isoladas no interior (Saviani, 1998). Junto com estas, a criação de uma política habitacional centrada nas vilas operárias e no controle dos preços dos alugueis (Bonduki, 1999). Francisco de Oliveira (2004) também destaca a taxa de câmbio, subsídios e inúmeras políticas estatais favoráveis a industrialização. Com isso, os recursos vindos do café eram “drenados” para a consolidação do parque industrial. Carone (1981), por sua vez, sublinha o atrelamento dos sindicatos ao Estado como forma de evitar e enquadrar as demandas do proletariado nascente dentro dos marcos do capital.

Do ponto de vista político, Ianni (2009) observa que a elite paulista reagiu rapidamente à perda do controle do Estado para Getúlio Vargas. A Revolução de 1932 significou a tentativa das classes paulistas de retomada do controle do Estado. Ainda para Ianni (2009), de 1930-1955 tivemos um breve momento de florescimento de um capitalismo autônomo, que rapidamente se converteu num capitalismo associado, tendo os centros de decisão determinados fora do país. Para ele, o capital estrangeiro passou a determinar os rumos da nação, algo que ficou mais nítido a partir do golpe de 1964.

Lembremos que no período 1950-64, há um acirramento da luta de classes no país. Lutas do proletariado nascente por melhores salários e condições de vida num país com inúmeras marcas da escravidão, lutas por terra num país dominado por latifúndios, reforma urbana num país que trocou a senzala pela favela, reforma e criação de universidades atreladas ao desenvolvimento nacional.

Lutas pela expansão do ensino público e laico, como as puxadas por Florestan Fernandes e seus amigos, campanhas de alfabetização, com destaque para Paulo Freire. Campanhas como o “petróleo é nosso”, lutas para a formação do sistema Eletrobrás, dentre tantas outras. Glauber Rocha tornou-se o ícone do Cinema novo, Sérgio Ferro da Arquitetura nova, os alunos de Nelson Werneck Sodré da História nova. Estas lutas marcaram o cenário do momento mais bonito e delicado de nossa história. Uma aliança entre EUA, burguesia industrial, Igreja Católica, grandes latifundiários e parcelas dos empresários— com grande peso da elite paulista, levou a derrubada de João Goulart em 31 de março/1º de abril de 1964. Lembremos que nos anos 1960 o IPES-IBAD já

preparavam o golpe. Tivemos também inú-meras manifestações de rua como a pela “Tradição, Família e Propriedade”, campanhas de ódio aos “comunistas”, dentre outras (Dreyfus, 1981).

Os historiadores marxistas são unânimes em observar que a ditadura civil-militar representou uma grande ruptura histórica. A esquerda da USP, da UNB e tantas outras universidades federais foram dizimadas, as lutas por terra estranguladas, partidos e sindicatos de esquerda colocados na ilegalidade, exílios, tortura e morte do pensamento crítico, “escanteamento” da esquerda da Igreja Católica, fim das Ligas camponesas... (Fernandes, 2006; Novaes, 2012).

A reestruturação do campo paulista, isto é, a “modernização consentida” – segundo Florestan Fernandes - levou a instalação ou ampliação de grandes corporações produtoras de agrotóxicos, de adubos sintéticos e de tratores. Para que a “modernização” do campo se consolidasse foi preciso uma pesada mão do Estado para criar as condições gerais de expansão do campo: crédito baratíssimo para a compra de máquinas e equipamentos, assistência técnica para a implementação da “Revolução Verde”, financiamento da exportação, repressão dos sindicatos do campo, extermínio das guerrilhas, reforma ou criação de Universidade Estatais tendo em vista a adequação do currículo aos ditames da “revolução verde”, etc.⁴⁷

Dentro dessa história, poderíamos destacar a marcha dos gaúchos rumo ao oeste de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. A história não para aí, pois até mesmo

⁴⁷Para este debate, ver Delgado (1985), Tolentino (2011), Sampaio Jr. (2013) e Novaes (2012).

na Bolívia eles chegaram. Cenas de matança de índios, posseiros, grilagem de terras, controle da política regional pelos grandes fazendeiros, mais uma vez apareceram na nossa história.

Dentre do debate da reestruturação do campo, Nelson Werneck Sodré (1995) destaca as contradições do Proálcool. Para ele, se por um lado o Proálcool significou naquele momento a produção de energia nacional, por outro levou a concentração da propriedade e da renda. De fato, no frígido dos ovos, esta política levou a formação de grandes grupos de usineiros, com um enorme poder de decisão dos rumos do capitalismo brasileiro.

A explosão de inúmeras manifestações e lutas a partir da segunda metade dos anos 1970 levou a estratégia – por parte das nossas elites – de uma transição gradual, lenta e segura. Essa estratégia foi vitoriosa, levando a uma transição da ditadura para a “democracia” sem grandes rupturas, democracia esta cada vez mais comandada pelo capital financeiro. O controle dos postos estratégicos do Estado pelo capital limitou o poder do chamado “novo sindicalismo”, do PT e PMDB, da CUT, do MST, do ANDES, dentre outras instituições estas que tentaram recompor as lutas sociais clássicas de um país rasgado por inúmeras contradições sociais. Quando achávamos que iríamos vencer a transição segura, tendo como ponto alto a Constituição de 1988, a Globo elegeu Collor que, junto com as corporações cada vez mais transnacionalizadas e reestruturadas, jogou o povo novamente na lona. A maior parte das conquistas formalmente inseridas na Constituição foi negada na prática dos trabalhadores brasileiros. Para se ter uma ideia, nos anos 1980 o Pontal do Paranapanema torna-se um dos maiores palcos de luta por terra no Brasil. De um lado terras griladas por fazendeiros e corporações com conivência

do Estado e do outro o povo sem-terra.

Nos anos 2000, dentro do “Projeto Brasil Grande Potência ornitorrinca” do lulismo (Novaes, 2014), a cana de açúcar que já ocupava 50% do território do Estado de São Paulo passa a ocupar 80%. O Estado de São Paulo deixou de ser uma grande plantação de café para se tornar um grande canavial. A cana se tornou uma espécie de ouro “transparente”. Lembremos que Lula afirmou em 2005 que a cana seria a salvação da lavoura brasileira. Para se ter uma ideia, a rentabilidade do outro “transparente” levou a instalação de mais de 80 usinas em São Paulo, Goiás, Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul⁴⁸.

Mas é preciso salientar também que se até os anos 1970 a luta se dava contra “fazendeiros chapeludos” (como certa vez afirmou um membro do MST), a partir de agora a luta se dá contra fazendeiros e corporações transnacionais que passam a investir principalmente no mercado do álcool e do eucalipto, comprando ou controlando as terras paulistas e colocando a luta de classes num outro patamar, muito mais complexo.

O controle produtivo-econômico do agronegócio vai se manifestar nos aparelhos reprodutivos-políticos-ideológicos. No que se refere ao Judiciário, não são poucos os estudos que demonstram as mil e uma manobras para retardar a criação de assentamentos, que mostram o questionamento dos assentamentos já existentes e todas as possibilidades jurídicas para dificultar e bloquear o surgimento de assentamentos.

⁴⁸ Para saber mais sobre este debate, ver o capítulo de Angelo Diogo Mazin neste livro.

Na educação, Lamosa (2013) chama a atenção do Ensino do agronegócio nas Escolas de Ribeirão Preto. Acreditamos que a pedagogia do “desenvolvimento sustentável” ganha força, se colocando ao lado das pedagogias da “afetividade”, “tolerância” e “empreendedorismo”, muito difundidas pela Secretaria da Educação do Estado São Paulo, como parte do novo dicionário do capital.

Em análise preliminar do Currículo do Ensino Médio, concebido pelos intelectuais orgânicos do capital, é possível perceber a ausência de uma crítica radical a produção destrutiva, isto é, uma análise pouco adequada para a percepção e luta contra a transgenia, agrotóxicos, adubos sintéticos e seu pilar fundamental – o controle das terras pelo capital. Ao contrário, os cadernos do aluno e do professor falam em sociedade do conhecimento, evolução da ciência, pairando na mente dos jovens trabalhadores da escola pública a ideia de uma simples “escolha” entre produtos orgânicos e transgênicos. “Você decide”, desde que não lute contra as corporações donas das terras e os latifundiários e muito menos lute contra o pacote da “Revolução verde”.

Uma das particularidades do Estado de São Paulo é que o mesmo partido – o PSDB – comanda uma coligação desde 1994. A dita socialdemocracia paulista promoveu uma ampla contrarreforma do Estado, alicerçada em privatizações, mercantilização da educação e readequação do complexo de ensino superior e pesquisa, reforma das escolas técnicas, expansão do encarceramento em massa, das parcerias público-privadas e das organizações sociais (Sanfelice, 2010; Novaes, 2014).

Molina, Arelaro e Wolf (2015) também destacam o incisivo assédio de empresas monoculturas, vinculadas ao agronegócio, às escolas do campo⁴⁹. Esta situação, que se repete em muitos lugares, pode ser emblematicamente traduzida pelo texto que trata da situação das escolas do campo no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema. Neste município, a empresa denominada “Usina Odebrecht Agroindustrial”, a partir de diferentes estratégias de envolvimento do poder público municipal; de membros da comunidade; de lideranças e de agentes da escola, através do “Programa Energia Social para a Sustentabilidade Local”, tem conseguido se inserir nas escolas do campo da região disseminando e promovendo contra valores entre os docentes; os discentes e a comunidade, enaltecendo os “benefícios” do agronegócio para o território, dificultando a compreensão das imensas contradições que sob este modelo agrícola se escondem. Uma das mais perversas tem sido o convencimento da juventude das áreas de Reforma Agrária da região, de abrir da maior vitória alcançada com a luta pela terra, que significa o domínio deste meio de produção, convencendo esta juventude a vender sua força de trabalho a estas empresas monoculturas, conseguindo inclusive, que muitas famílias acabem arrendando seus lotes para estas mesmas empresas.

Ao mesmo tempo, se dá a criminalização dos movimentos sociais. Lembremos apenas a reação do Estado ao caso Cutrale-

⁴⁹ Não poderemos abordar neste capítulo as ações do MST relacionadas a escolarização, qualificação, formação de Técnicos em Administração de Cooperativas, dentre outros. Para este debate, ver Cerioli (1997), Menezes Neto (2001), Leandro (2002), Dalmagro (2003), Caldart (2004), Dal Ri e Vieitez (2008) e Vendramini e Machado (2013).

MST em Iaras, da tragédia do Pinheirinho, a repressão nas manifestações pelo Passe Livre em 2013 e as inúmeras ações de “pelourização” das demandas sociais nos últimos anos. A frase de um ex-presidente paulista Washington Luis torna-se novamente atual: “questão social é questão de polícia”. Para ilustrar, lembremos que foi um paulista – Domingos Jorge Velho – o encarregado da destruição do Quilombo de Palmares.

Do outro lado do front, Professores pedindo “menos bala e mais giz”, sem-teto lutando por “mais direitos e menos direita”, atingidos por barragens dizendo “água para a vida e não para a morte”. Como as frações do capital que comandam o Estado de São Paulo não tem mais no seu horizonte soluções republicanas, a solução recorrente é a solução policial (Novaes, 2014).

Para nós, é dentro deste contexto que devem ser analisadas as políticas mínimas para os assentamentos e máximas para as corporações financeirizadas, isto é, um projeto de *obstaculização* da reforma agrária e aniquilamento dos movimentos sociais anticapital. Para os assentamentos duramente conquistados, políticas estatais esparsas, lentas, inadequadas, desconectadas, difusão de uma visão utilitarista do cooperativismo e associativismo pelo Governo Federal e Estadual, agroecologia exótica, sem ser o pilar fundamental da política agrária.

Do outro lado do front, políticas de “inovação”, políticas para a expansão e instalação das usinas de açúcar e álcool, parques e polos industriais, especulação imobiliária em regiões estratégicas para o capital financeiro, como Campinas, Grande São Paulo, Ribeirão Preto, Araçatuba, Vale do Paraíba.

Diante deste cenário de ofensiva do capital, é pouco provável que a cooperação, o cooperativismo e a agroecologia possam florescer, conforme veremos na seção abaixo.

A concepção da cooperação pelo MST

As lutas e resistências ao trabalho escravo e contra as mazelas do monopólio da terra fazem parte da nossa história (Moura, 2010). Diversas experiências de resistência como o Quilombo dos Palmares (finalmente destruído em 1695), Canudos (1887), Cabanagem (1840), Contestado (1916) e Ligas Camponesas (1947 e 1964) foram duramente reprimidas pelo Estado brasileiro, representante do pacto das elites conservadoras-latifundiárias e com o capital estrangeiro.

Para se ter uma ideia, na região de Ribeirão Preto, surge a Liga Camponesa de Dumont, sob intermédio do PCB. Foi puxada por João Guerreiro Filho, Pedro Salla, Miguel Bernard e Vitório Negre militantes defensores dos interesses dos camponeses. Em 1947, após a entrada do PCB na ilegalidade, a casa da Família Guerreiro foi invadida e revistada (Welch, 2010, p. 131-32). Welch (2010) observa que o aumento da popularidade do PCB entre 1945 e 1947 e seu sucesso eleitoral levaram o governo a tornar o partido clandestino em maio de 1947 e as ligas foram gradualmente reprimidas. E continua:

Em 9 de maio, a polícia invadiu o partido na sede da UGT e confiscou uma longa lista de aparelhos políticos e material organizacional, inclusive seis convites vermelhos para os “Trabalhadores rurais de

Barrinha”, um estatuto para os “Trabalhadores assalariados agrícolas” e dois recibos mensais para membros da Liga Camponesa de Dumont. Dentro de um dia, a polícia invadiu a casa dos pais de Guerreiro e levou os materiais da liga que ele havia deixado lá. Seis policiais saquearam a casa do camponês Pedro Salla, mas não foi encontrado nenhum documento [...] (Welch, 2010, p. 145).⁵⁰

O surgimento do MST e de outros movimentos sociais que impulsionaram o processo de “redemocratização” do país nos anos 1980, através de ação direta dos trabalhadores e trabalhadoras (com a tática de ocupação do latifúndio improdutivo) recoloca a luta pela terra como algo ainda latente no cenário do Estado brasileiro, que mesmo reprimindo duramente essas lutas, não conseguiu conter a reorganização da classe trabalhadora no campo⁵¹.

Essa postura forte de luta e ocupação de terras por parte dos trabalhadores organizados, particularmente no MST, forjou a conquista de vários assentamentos destinados a reforma agrária. Os territórios conquistados sobre a influência organizativa do MST lutaram para se manter e progredir de forma mais ou menos independente, não subordinados ao agronegócio e ao grande capital. Considerando que os assentamentos estão imersos dentro

⁵⁰“Em setembro de 1949, no município de Tupã, uma reunião de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que tratava da realização de um Congresso de trabalhadores rurais da Alta Paulista, foi violentamente reprimida pela polícia. Morreram três comunistas e um policial no confronto. Apesar da grande repercussão nacional obtida naquele momento, o episódio foi relegado ao esquecimento na história da cidade” (Lima, 2009).

⁵¹Ver Martins (2004), Stedile (1999) e Rodrigues (2013).

de um espaço mais amplo e de cunho capitalista, os territórios conquistados não estavam e não estão imunes a ofensiva do capital e uma possível reconcentração dos assentamentos caso nenhuma ação de organização sócio produtiva alternativa fosse tomada (Christoffoli, 2012).

Após a conquista dos primeiros assentamentos ficou cada vez mais claro para a militância do MST que a questão da luta pela terra não podia se limitar apenas a conquista do assentamento, o capital não aceitaria cedê-lo sem resistência, sem que tentasse colocá-lo à sua lógica de funcionamento e quando não, retomar aquele território perdido. Destacamos o processo de capitalização do campo, incentivado via a revolução verde e todas as suas etapas durante a ditadura militar, que tiveram um grande impacto na organização produtiva do Brasil e pode-se considerar que os trabalhadores sem-terra não estavam imunes a esse processo de industrialização dependente e de mercantilização do campo brasileiro.

Nessa conjuntura, o Movimento indicou além da ocupação e conquista de territórios a necessidade de organizar e potencializar a produção nas áreas de assentamento já conquistadas, a postura tomada foi o “desenvolvimento da cooperação como forma de ação estratégica em vista do avanço do capital sobre as áreas reformadas, mais também como ensaio para a organização futura da agricultura numa sociedade socialista (Christoffoli, 2012, p. 171).

Destaca-se que num primeiro momento - entre 1979 e 1983 - a organização da luta pela terra teve grande influência da igreja católica, nessa dinâmica se difundia uma lógica de “Terra de Deus, terra de irmão”, assim, não se pensava numa organização

produtiva na perspectiva de resultados econômicos, mas numa perspectiva mais de divindade ligada a lógica da igreja (Mateus, 2015)⁵².

Organizados em unidades familiares com pequena escala produtiva, baixa intensidade do uso de capital, tecnologias intensivas em trabalho, “baixo” desenvolvimento das forças produtivas e quase nenhuma inserção nos mercados, se tratava de uma economia de subsistência complementada pela inserção no mercado de uma ou duas linhas de crédito (Christoffoli, 2012, p. 172)⁵³.

A concepção era de que todo mundo deveria trabalhar junto, dividindo o que tem, e trabalhar mais pensando na subsistência. Nessa dinâmica criaram-se pequenas associações, não com um objetivo econômico, mas com a finalidade de construir uma comunidade camponesa católica. No entanto, o crescente movimento de massa no campo e a abertura política nos anos 1980, levou o MST a um envolvimento político, de luta, ocupações e conquistas que transcende a concepção da igreja, levando o MST a discutir sua própria concepção de cooperação (Mateus, 2015).

Christoffoli (2012) salienta que as primeiras experiências de associativismo, apesar de vital para a sobrevivência dos trabalhadores, não conseguiu alcançar níveis elevados de abrangências, muitas iniciativas foram inviabilizadas pelas dificuldades impostas pela burocracia estatal e principalmente pela

⁵² Ver também Stedile e Fernandes (2005).

⁵³ Ver também Cerioli e Martins (1999) e Martins (2004).

lógica de produção capitalista (acesso a capitais, tecnologias e gestão).

As dificuldades enfrentadas nesse primeiro momento da organização associativa e/ou cooperativista dos trabalhadores, seja pelo limite da concepção dos próprios trabalhadores ou pelo processo de regularização fundiária feita pelo Estado sem considerar a viabilidade econômica e de sustentação das famílias, acarretou a constituição de assentamentos empobrecidos, gerando com que muitos trabalhadores buscassem assalariamento externo para completar a sua renda.

Considerando as experiências desse primeiro momento que teve como base grupos coletivos e semicoletivos, e posteriormente de estudos das experiências de países socialistas (Cuba, China, Alemanha Oriental, Bulgária) passa a ser concebido no MST um referencial de organização cooperativa de cunho “socialista”, tendo por base a exploração coletiva dos meios de produção e trabalho, nesse sentido, inicia-se através de pequenos grupos coletivos que posteriormente passam a grandes cooperativas totalmente coletivas, a organização de cooperativas englobando assentamentos inteiros denominadas de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA)⁵⁴.

João Bernardo (2012) descreve que diante de um cenário onde a política agrária mais penalizava o pequeno agricultor, o MST se lançou a conceber cooperativas. Era necessário encontrar meios e condições que possibilitasse ao trabalhador ter acesso a

⁵⁴Como este debate foi explorado por Christoffoli (2015), Vazzoler (2004) e Azevedo e Christoffoli nesta coletânea, além de Chiarello e Eid nesta coletânea, não iremos nos deter no tema.

recursos financeiros, técnicos e condições favoráveis de produção e comercialização.

O salto de qualidade na concepção do Movimento seria socializar tudo, todos os “fatores de produção”: terra, capital e trabalho. Nesse cenário o MST passa a uma nova fase, com base na experiência cubana o Movimento avança no debate e ação pensando na concepção de um sistema cooperativista para o Brasil, um sistema nacional com a função de atender demandas das diferentes realidades dos assentados no país.

A organização das cooperativas associada a consolidação de agroindústrias tinha por objetivo a inserção dos produtos da reforma agrária no mercado, acreditava-se que através dessas ações ocorreria uma qualificação da produção e conseqüentemente uma evolução social e econômica das famílias assentadas.

Destaca-se que nesse momento o MST lutava por uma reforma agrária do tipo clássica. Para Toná (2011), o Movimento acreditava que havia interesse da classe dominante, e conseqüentemente a possibilidade de inserção dos camponeses na produção capitalista, com interesses complementares entre esses e a indústria.

O MST criou no final dos anos de 1980 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e já no início dos anos de 1980 o número de cooperativas agropecuárias nos assentamentos do Movimento aumenta consideravelmente.

Este processo levou a formação da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) em 1992, a partir de aproximadamente 55 cooperativas de produção e comercialização e de 7 centrais cooperativas estaduais. Junto a isso foram organizadas mais de 40 CPAs,

“muitas inteiramente coletivistas, verdadeiras ilhas socialistas não só quanto à organização do trabalho, mas também quanto a certos aspectos da vida doméstica como, por exemplo, o uso de refeitórios e creches” (Bernardo, 2012).

As cooperativas de produção fundadas pelo MST tinham personalidade jurídica para que pudessem se inserir no circuito mercantil, a sua organização busca a autonomia dos assentamentos além do planejamento da produção e a criação de vias diretas de comercialização, eliminando os tradicionais atravessadores [intermediários], ou seja, a ideia era ter o controle sobre toda a cadeia produtiva (Bernardo, 2012).

Apesar da euforia os desafios e as contradições imposta pela lógica capitalista foram grandes:

[...] o desconhecimento e a desconfiança camponesa frente a essas formas coletivas resultaram num reversão parcial das experiências, inicialmente fracionando-se em grupos semicoletivos e finalmente na desestruturação completa de diversas iniciativas complexas de cooperação. A defasagem entre a proposta concebida pelo movimento, de coletivos autogestionários totais, a falta de apoio estatal, o preparo técnico insuficiente e as contradições derivadas da consciência organizativa artesanal dos camponeses foram fatais para muitas dessas experiências e forçou um recuo tático do movimento (Christoffoli, 2012, p. 175).

Não se pode ignorar nessa conjuntura, a própria ação estatal colocou vários empecilhos e dificuldades para se concretizar

a proposta do Movimento, a falta de compreensão e aparato jurídico institucional para viabilizar a autogestão e a coletivização dos meios de produção e do trabalho agia como um forte agente inibidor e também contrário a proposta do MST⁵⁵.

Diante disto, através principalmente da Concrab que passa a concentrar as ações ligadas a cooperação a partir de 1994, os esforços passam a ser direcionado na constituição de cooperativas regionais de prestação de serviços e não mais aos coletivos autogestionários. Esse modelo permitiu maior flexibilidade para a organização e aglutinação de famílias assentadas que produzem individualmente em seus lotes.

Em meio a essa conjuntura a concepção de cooperação no MST busca transcender a simples questão de produção ou mesmo de organização jurídica burocrática, ela também deve potencializar uma formação política ideológica necessária para que os assentados participem em lutas e reivindicações solidárias a outras categorias que não só a do trabalhador do campo.

Para Christoffoli (2012, p. 55), atualmente, a concepção de cooperação do MST tem uma perspectiva que traz o

55O governo Collor por exemplo, restringiu os créditos e assistência técnica para a pequena agricultura, extinguiu o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário esvaziou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, e recorreu à Polícia Federal para reprimir o MST, mandando invadir secretarias estaduais, apreender documentos e prender e instaurar processos judiciais contra as lideranças este período de repressão provocou uma queda de quase metade no número de ocupações, que passaram de 80 em 1989 para 49 em 1990, uma queda de praticamente metade no número de famílias mobilizadas, que passaram de 16.030 para 8.234 no mesmo período. Nesta conjuntura difícil, tendo de sobreviver na defensiva e contando sobretudo com os próprios recursos, o MST concentrou-se no desenvolvimento das cooperativas de produção (Bernardo, 2012).

desenvolvimento econômico e social desenvolvendo valores humanistas e socialistas. Ele acredita que ela não deve se restringir apenas aos objetivos organizativos, políticos e econômicos, ela também deve ser compreendida como uma ferramenta de luta construída coletivamente de forma que deve contribuir com a organização dos trabalhadores (as) assentados em núcleos de base, como também a formação prática de militantes (trabalhadores e trabalhadoras) para a luta política, econômica e cultural

Cooperação do MST de São Paulo diante do Estado capitalista

Como ressaltado no tópico anterior, no decorrer dos anos 1980 crescem as ocupações de terras como tática para forçar o processo de reforma agrária. No Estado de São Paulo - durante o período do governo Montoro (1983-87) - foram 3 ocupações, na região de Itapeva, região de Campinas/ Sumaré e no Pontal do Paranapanema. Na época foi criado o Instituto de Ações Fundiárias (IAF) órgão estatal que estabeleceu o diálogo com o MST e outros movimentos sociais do campo. Hoje o MST conta com cerca de 150 assentamentos no Estado de São Paulo.

Em paralelo ao que já vinha ocorrendo no MST como um todo, a discussão interna do Movimento já buscava superar aquelas primeiras concepção e organização associativista e/ou cooperativas fundadas na perspectiva da igreja, e já se vislumbrava a formulação de cooperativas ou associações para a qualificação da produção e acesso ao mercado com o objetivo de melhorar a renda das famílias assentadas.

Além de criar o IAF, durante o governo Montoro também foi criado outros instrumentos que já não existem mais, tais como linhas de crédito e equipes de assistência técnica aos assentamentos. A perspectiva era de avançar com a reforma agrária no estado de São Paulo e, para isso, foi financiado um parque de máquinas através da Caixa Econômica Estadual para viabilizar a criação de associações de máquinas e serviços.

Podemos utilizar como referência a experiência de um assentamento da cidade de Pirituba que, diferente do processo existente na conjuntura atual, naquele momento o assentamento não foi dividido em lotes individuais, mas sim, organizado em glebas coletivas compostas entre 10 e 15 famílias que recebiam apoio e assistência da associação de máquinas e serviços. Nesse sentido, já se encontra em fase de desenvolvimento a concepção própria do Movimento para a cooperação, o qual buscou criar um sistema cooperativista no Brasil, um sistema nacional que buscava certa autonomia do Movimento e ao mesmo tempo um controle e qualificação da cadeia produtiva.

Com a mudança do governo Montoro para o governo Quéricia aparecem os problemas para o avanço da reforma agrária no estado e incidem diretamente para a descontinuidade do então novo sistema cooperativista. Não se trata aqui de dizer que os problemas eram exclusivos da troca de governo, mas, de pontuar que a mudança do governo influenciou de forma incisiva no processo. Com a troca de governo, inicia-se um combate ao diálogo com as organizações sociais da classe trabalhadora, ocasionado, principalmente, substituição de toda a equipe responsável e com o ingresso de uma nova equipe que opunha-se ao MST no Estado de São Paulo e, indiretamente, a combatia a

experiência do Movimento que primava pela autogestão e organização coletiva dos assentamentos.

Tanto na conjuntura estadual como no cenário federal, com a entrada do governo Collor de Melo e a iniciativa de políticas de cunho neoliberal somadas aos limites de formação interna do próprio Movimento, muitas CPAs entram em crise, muitas delas sucumbindo de forma definitiva. Das poucas restantes no estado São Paulo destaca-se a Coopava em Itapeva (Santos, 2015)⁵⁶. Em meio a isso, o MST recorre, em nível nacional, a uma postura cuja a finalidade era que o Movimento para não se deixasse abater completamente pela crise. Para tal, foram criadas cooperativas regionais de prestação de serviços e comercialização, com o intuito de atender as demandas e fortalecer a organização dos assentados regionalmente.

Se olharmos os avanços e recuos do MST é possível constatar que há uma oscilação diretamente ligada a forma como os Governos reprimem, reagem e se antecipam às ações dos movimentos sociais anticapital. Nos momentos em que o debate da reforma agrária avançou e que o governo, de alguma medida cedeu, ou seja, quando a entidade governamental criou alguns mecanismos pra de fato avançar na reforma agrária as experiências avançaram. Já em períodos em que o governo retrocedeu, as experiências entraram em crise.

⁵⁶Como a experiência de Itapeva será abordada no capítulo de Selma Santos no volume III desta coletânea, optamos por não aprofundá-la. Ver também Vazzoler (2004).

Como exemplo salientamos o governo federal de Fernando Henrique, que procurou conduzir os aspectos econômicos da reforma agrária, de modo a isolar politicamente o MST e desarticular sua base social. Para tanto, criou em 1998 o Banco da Terra, com o objetivo de substituir as ocupações pelo acesso à terra através dos mecanismos do mercado.

João Bernardo (2012) aponta que a estratégica mais marcante tomada por Fernando Henrique Cardoso no confronto com o MST consistiu no apoio à agricultura familiar e na promoção da relação direta das famílias camponesas com o mercado, em detrimento da relação coletiva efetuada mediante as cooperativas de assentados.

Esta ação acarretou um bloqueio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, Procerá, que acabou extinto em 1999, mas que fora substituído já em 1995 pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf, cuja denominação é elucidativa. “No ano seguinte o Pronaf deixou de ser apenas uma linha de crédito e converteu-se em programa governamental. Tratava-se de desarticular as cooperativas de produção, desviando o crédito para a agricultura familiar” (Bernardo, 2012).

A substituição do Procerá pelo Pronaf colocou às CPAs em enormes problemas de financiamento e de certa forma forçou o MST a deixar de privilegiar a formação das cooperativas com âmbito mais complexo e passou a apresentar propostas de cooperação ligada as formas convencionais de comercialização que não pautam o conjunto dos processos de trabalho, desde então a direção do MST passa a dar prioridade às cooperativas de prestação de serviços.

Ao iniciar a nova linha de promoção da agricultura familiar mediante os créditos do Pronaf, Fernando Henrique Cardoso obteve um notável triunfo estratégico, numa presidência que de resto não se assinalou por grandes êxitos. Como em tantos outros aspectos, o governo Lula prolongou as orientações do governo anterior. As verbas do Pronaf quadruplicaram entre as safras de 2002-2003 e 2006-2007 (Bernardo, 2012).

Cooperação e cooperativismo no MST de São Paulo

Poderíamos ilustrar nossos argumentos com a experiência do Assentamento Reunidas (Promissão), da COCAMP do Pontal do Paranapanema e do Assentamento Sepé Tiarajú.

Segundo Santos (2007), a Fazenda Reunidas foi o centro da disputa social pela terra na região. No ano de 1983 começou a ser cogitada a possibilidade de desapropriação da fazenda para fins de Reforma Agrária, o que se concretizou com I Plano Nacional de Reforma Agrária. O Assentamento Reunidas localiza-se no município de Promissão, interior do Estado São Paulo, a 450 km da Capital e surge em meados dos anos 1980, contemporâneo às reformulações do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e cujas discussões locais sobre reforma agrária e democracia resultaram na formulação de uma demanda concreta: a desapropriação da Fazenda Reunidas. Em junho de 1985 a Fazenda Reunidas aparece na relação dos imóveis que poderiam ser considerados prioritários para Reforma Agrária no Brasil.

Ainda de acordo com Santos (2007), no dia 30 de junho de 1986 foi assinado pelo Presidente Sarney o decreto-Lei no 92.876 desapropriando a Fazenda Reunidas. Em 1987 é efetivada

a Emissão de Posse em nome da União e inicia-se o cadastramento e acomodação das famílias. Em princípio foram selecionadas 800, além de um Grupo de Campinas, que havia acampado com 350 famílias e do Grupo das 44 famílias que já estavam acampadas há mais de um ano. Logo depois o Grupo dos 44 recebeu a autorização de uso da terra da fazenda para seus determinados fins.

Os trabalhadores que ocuparam a Fazenda Reunidas vinham de diversas cidades, tais como: Lins, Getulina, Promissão, Ubarana, José Bonifácio, Sabino, Birigui, Penápolis, Campinas e região. Esses trabalhadores viveram diferentes histórias, marcadas inclusive pela experiência do trabalho assalariado, em alguns casos temporários e outros permanentes ou mesmo pela experiência de meeiro, arrendatários e parceiros (Santos, 2007).

Em junho de 1988, algumas famílias selecionadas começaram a ser assentadas, sendo agrupadas por municípios de origem. Nessa fase, grande parte das famílias recém assentadas construíram seus barracos de lona ou pau-a-pique divididos em agrovilas, forma encontrada para organizar socialmente o assentamento.

Essas agrovilas eram organizadas por região de origem dos trabalhadores, assim, a distribuição das famílias ficou da seguinte forma: 101 famílias pertencentes à Agrovila dos 44; 78 famílias à Agrovila Birigui; 98 à Agrovila Lins ou Central; 12 famílias pertencentes ao Grupos dos Doze; 80 famílias à Agrovila José Bonifácio; 74 à Agrovila de Campinas; 83 à Agrovila Penápolis; 31 famílias localizadas na agrovila do Cintra; 30 à Agrovila São João; e por fim 42 famílias pertencentes à Agrovila São Pedro. Totalizando 629 famílias distribuídas em 8 agrovilas, cada famílias foi assentada em 19,36 hectares, exceto a Agrovila de Campinas,

pelo processo de ocupação da terra, cada família teve direito a 17 hectares de terra em média.

Santos (2007) divide a constituição do Assentamento Reunidas em três momentos. O primeiro é fruto da ação organizada dos trabalhadores da região de Promissão, cuja orientação foi mediada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, quando 44 famílias iniciaram no ano de 1986, um acampamento à beira da Fazenda Reunidas, objetivando pressionar o governo para desapropriação da área. No momento seguinte, em 1987, após a emissão de posse da Fazenda em nome da União (29 de outubro de 1987), trezentos e cinquenta famílias advindas da região de Campinas/SP chegaram à Fazenda Reunidas, à beira da BR 153, e formaram outro acampamento, chamado Padre Josimo Moraes de Tavares. Essas famílias estavam desde 1985 sendo organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e por um grupo das Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs da região. E o último momento, em julho de 1988, são assentadas pelo Governo Federal, as famílias selecionadas pela comissão de seleção, que foram organizadas nas cidades da região.

A base da organização social do assentamento eram as agrovilas, que podem ser comparadas aos bairros dos centros urbanos, e são divididas conforme a cidade de origem da família assentada. Nas agrovilas existe uma área destinada à construção de moradias, escolas, posto de saúde, centro comunitário e áreas de lazer (Santos, 2007).

Quanto ao processo de formação do assentamento, no Reunidas não foi discutido e elaborado um Programa, projeto, ou Plano de Desenvolvimento do Assentamento junto às famílias assentadas e nem elaborado um diagnóstico da área do Projeto de

Assentamento para finalmente preparar propostas que contemplassem uma visão de futuro do assentamento com programas produtivos, ou seja, sistema de produção a ser implantado e análise de viabilidade econômica e observação dos aspectos sociais. Dado o atraso na implantação do projeto, a falta de infraestrutura e a indefinição da divisão dos lotes, as primeiras famílias acionadas pela comissão de seleção vieram para o local apenas com o objetivo de ocupar a área. No início da década de 1990, a grande maioria desses assentados passaram a residir no assentamento sem suas famílias. Os camponeses construíram seus barracos e fizeram pequenas plantações que eram cuidadas apenas por eles, com auxílio ocasional de outro membro da família.

Santos (2007) observa que ainda não existiam financiamentos para investimento, tão pouco se tinham recursos para investir em qualquer atividade produtiva. A escolha das atividades produtivas estava muito mais vinculada às linhas de crédito que poderiam vir a ser disponibilizadas do que na aptidão ou viabilidade econômica destas atividades.

No que se refere ao fator “organização interna dos assentados”, entre as primeiras experiências de organização dos produtores assentados, destacam-se os “grupos de tratores”. Essa organização inicial foi resultado da liberação do crédito de investimento no final da década de 1980, na qual mais de 400 famílias tiveram acesso a esse financiamento para aquisição de tratores e implementos que foram distribuídos entre os grupos de 10 famílias em todo o assentamento. Por isso então o nome: grupo de tratores. Essa experiência de trabalho em grupo durou duas safras, os grupos foram desarticulados, e desde então, há uma forte predominância do trabalho familiar (Santos, 2007). Para ela, “o

que se percebe é que existe um problema cultural em relação às organizações. Há predominância da propriedade individual e uma cultura do assentado ser seu próprio patrão, para os assentados a formação de uma organização implica na perda da liberdade de produzir e de crescer com a sua família” (Santos, 2007).

Ainda segundo a autora, a experiência da Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares – COPAJOTA foi a que mais contribuiu para desenvolvimento das organizações dos trabalhadores no Assentamento Reunidas. A partir dela surgiram mais quatro organizações⁵⁷.

Em 1995, a COPAJOTA tinha 15 estufas cultivando alface, tomate, pimentão colorido, pepino e vagem, com uma produção semanal de mais de 150 caixas; já na pecuária leiteira, eram 90 cabeças com a produção diária 400 litros de leite. O adiantamento das sobras era mensal e o valor por família girava em torno de dois salários mínimos (R\$ 200,00), isso sem contabilizar a produção para autoconsumo. Os novos investimentos tinham como única fonte de recursos os financiamentos do PROCERA e FEAP. Isso se refletiu em 1998, com um alto grau de endividamento. A cooperativa já não conseguia continuar com

⁵⁷Segundo Santos (2007), “a COPAJOTA representou diversos avanços para seu período, 1992 a 1998, porém também foi a experiência que apresentou graves problemas de organização interna, de gerenciamento e políticos. O modelo de organização interna era baseado nas experiências do Sul do país, principalmente Rio Grande do Sul. A distribuição das sobras era através das horas trabalhadas e não pelo aporte de capital, ou seja, o trabalho prevalecia sobre o capital. Em 1994, essa forma foi fortemente questionada por parte dos associados, pois esses queriam que a distribuição das sobras fosse por titularidade do lote, ou seja, dividido em parte iguais por família e não pelas horas trabalhadas pelos sócios, resultando na saída de 17 famílias e mais de 30 sócios, foi o primeiro ‘racha’ da cooperativa”.

suas atividades produtivas, acumulavam-se as parcelas dos financiamentos, os empréstimos e compras realizadas no comércio. No ano de 1999 a cooperativa paralisa todas suas atividades. Só em 2004, retomou-se novamente o processo de individualização e renegociação das dívidas do PROCERA, FEAP e Finsocial para regularizar a situação de inadimplência dos seus associados. Essa experiência de organização tem uma contribuição de extrema importância, tanto nas discussões sobre as diversas formas de organização dos trabalhadores, modelo de produção, planejamento e gerenciamento, formas de distribuição das sobras, quanto em relação ao seu papel do no desenvolvimento do assentamento (Santos, 2007)⁵⁸.

Ribas (2004) analisou o caso da COCAMP, no Pontal do Paranapanema. Ela foi fundada em 28 de dezembro de 1994, por 291 sócios, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema. Entre o final de 1994 e ao longo de 1995, a cooperativa esteve voltada, exclusivamente, para atividades vinculadas à organização de sua documentação. A partir de abril de 1996, a cooperativa passou a ter um setor físico, estruturado a partir do funcionamento de seus projetos agropecuários e agroindustriais.

Ribas (2004) afirma que a gênese da COCAMP está ligada ao processo de territorialização do MST no Pontal do Paranapanema, pois a partir da conquista dos assentamentos rurais, este passou a articular a luta pela terra com a necessidade de gestão política e territorial dos assentamentos (organização da produção, comercialização, construção de casas, saneamento básico, etc.).

⁵⁸Para saber mais sobre o Assentamento Reunidas, ver também Leandro (2002).

Ribas (2004), assim como quase todos os demais pesquisadores aqui citados, observa que as primeiras experiências sobre a organização cooperativa desenvolvidas pelo MST consistiram nos grupos coletivos, grupos de ajuda mútua, baseados nas práticas da Igreja Católica. Posteriormente, incentivaram outras experiências com os grupos de máquinas e com as associações. Já no final da década de 1980, o MST iniciou suas experiências com pequenas cooperativas, as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA's), caracterizadas por uma gestão inteiramente coletiva dos lotes e da produção.

Para ele, a partir desses tentames, a direção do MST entendeu que havia uma necessidade crescente de potencializar uma cooperação em massa. Essa redefinição resultou na criação da Cooperativa de Prestação de Serviço (CPS's) e a partir dessas novas experiências iniciaram-se as discussões sobre as cooperativas regionais, sendo que, em 1993, surgiram a COANOL, em Laranjeiras/PR e a COAGRI, em Sarandi/RS. Em 1994, no Pontal do Paranapanema, surgiu a COCAMP, que resultou de uma série de discussões para atender grupos de famílias dos assentamentos já existentes (Gleba XV de Novembro, Água Sumida, Santa Rita, Che Guevara, São Bento e Rosana). A COCAMP possui atualmente um quadro de 2.220 cooperados que estão distribuídos por 12 municípios do Pontal do Paranapanema (Ribas, 2004).

O Assentamento Sepé Tiarajú localiza-se entre os municípios de Serra Azul e Serrana-SP, na região de Ribeirão Preto-SP. Em abril de 2000, 100 famílias ocuparam uma área de, aproximadamente, 790 hectares da antiga Usina Nova União, em terras tomadas pelo governo do Estado de São Paulo dos usineiros,

a título de pagamento de dívidas e tributos sociais⁵⁹. Em agosto de 2003 o Incra comprou a área e em 20 de setembro de 2004 oficializou o início do processo de assentamento de 80 famílias, distribuídas em quatro agrovilas, na forma de um PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável (Scopinho, 2006).

A presença do MST na região colocou em debate modelos organizativos para os assentamentos rurais. Para o movimento, um assentamento torna-se um espaço para a construção de novas relações sociais na medida em que se estrutura a partir de um processo organizativo que leva em conta tanto a dimensão econômica e as estratégias de sobrevivência das famílias quanto as dimensões relacionadas ao convívio social e a participação política e comunitária. Isto é importante para não reproduzir as relações sociais vigentes no mundo rural brasileiro que, de acordo com os dirigentes, ocorrem porque o trabalhador, por força das circunstâncias, organiza o seu tempo e a sua vida em torno de estratégias de sobrevivência imediata da família limitando a sua participação política à reivindicação de salários e/ou melhores preços para os

⁵⁹ Scopinho (2006) observa ainda que as mudanças advindas com a internacionalização da economia aceleraram a reconfiguração da base produtiva provocando forte impacto na oferta de empregos no estado de São Paulo. Nas regiões de economia agroindustrial como a de Ribeirão Preto, a intensificação da mecanização agrícola através do uso de colheitadeiras mecânicas provocou desemprego estrutural na agricultura, especialmente a canavieira. O desemprego, tanto urbano quanto rural, aliado à ausência de alternativas de geração de renda e à omissão do Estado no que se refere à situação dos desempregados, obrigou esta população a sobreviver precariamente do trabalho informal nas periferias das chamadas “cidades-dormitório” de boias-frias ou a migrar sazonalmente para as regiões de monocultura. O desejo de participação social e política revelou as mais inequívocas evidências da possibilidade de enraizamento, porque dizia respeito à vontade de participar, real e ativamente, não só daquela coletividade, mas também de ajudar na construção de outras (Scopinho, 2006).

seus produtos. Do ponto de vista do MST, os assentamentos assim organizados podem se constituir em espaços de resistência econômica e política para os trabalhadores rurais (Scopinho, 2006).

No Sepé Tiarajú o principal desafio do processo organizativo era como convergir a diversidade sociocultural no sentido de realizar um projeto de assentamento, coletivamente construído com base na cooperação e na agroecologia, com viabilidade socioeconômica e ambiental, sem negar as tradições, costumes, necessidades e interesses dos assentados. Para Scopinho (2006), a convivência e o diálogo foram estratégias importantes para compreender as características, o pensamento e o cotidiano de trabalho e de vida das famílias.

No assentamento, desde os tempos de acampamento, a produção sempre foi “agroecológica”. Por falta de recursos para comprar insumos, sementes e máquinas de grande porte e por orientação do MST, os acampados tiveram que resgatar antigas técnicas ou inventar um jeito de produzir que prescindisse de tecnologia “avançada”. Sempre chamou a atenção dos visitantes a biodiversidade de plantas e de animais existente nos pomares e jardins improvisados no entorno dos barracos que, aos poucos, trouxeram de volta para a Fazenda Santa Clara algumas espécies de pássaros e de pequenos animais (Scopinho, 2006).

Dentre as principais vantagens apontadas sobre a cooperação, Scopinho (2006) destacou as relacionadas às melhorias na organização, no sistema de planejamento e na gestão da produção. Os assentados percebiam as vantagens de natureza social trazidas pela cooperação, no sentido de facilitar as relações sociais, políticas e culturais e melhorar as condições de vida.

Entenderam ainda que a utilização racional dos recursos diminui os custos de produção porque juntos podem comprar insumos e providenciar a logística necessária para produzir. Revelaram-se tanto os sentidos idealizados e abstratos que iam desde o aumento da autoestima dos assentados e a minimização do isolamento (Scopinho, 2008).

Segundo Scopinho (2006), para os que não tinham experiência com o trabalho rural, a cooperação significava ainda um espaço de convivência que favorecia a formação para o trabalho através do aprendizado de formas cooperadas e agroecológicas de trabalhar a terra, que criava a possibilidade de melhor conhecer as pessoas que convivem na comunidade, de discutir problemas comuns e planejar a produção e a vida com menor margem de erro, de melhorar as condições de vida, de ter mais dignidade e proteção social a partir da inserção e da convivência em um grupo organizado, possibilitar a discussão sobre as questões políticas e sociais que interessam aos assentados tais como a conjuntura política nacional e os rumos da reforma agrária, as causas do êxodo rural, a ausência ou a inadequação das políticas públicas para o homem do campo.

Para Scopinho (2006), este aprendizado aumentaria as chances de participação e de interferência nas decisões políticas no âmbito local, regional e nacional e ajudaria na criação e manutenção de estruturas organizativas para viabilizar a cooperação e a formação. Em suma, para os assentados a cooperação poderia ser um novo caminho para o enraizamento ao contribuir para criar condições para a sobrevivência econômica, social e política da comunidade.

Ainda segundo a autora, os sentidos contraditórios da cooperação estavam presentes nos valores individuais e na forma como os assentados percebiam a sua própria condição nas relações que estabeleciam uns com os outros no cotidiano do assentamento. No Sepé Tiarajú, muitos assentados viam a cooperação como uma imposição do MST e do Incra e as suas respostas eram controladas pelo medo de perder a oportunidade de ser assentado. Por este motivo, procurou-se aprender que sentidos eram atribuídos pelos assentados à cooperação em termos de vantagens e desvantagens percebidas ao experimentá-la no cotidiano do assentamento, principalmente, a partir da experiência de trabalhar coletivamente.

No assentamento foram mencionadas algumas desvantagens oriundas de diferenças individuais, a crença que o trabalho cooperado poderia ser semelhante, em caráter hierárquico, ao modelo assalariado. A percepção dessas diferenças individuais remete para uma questão crucial no ideário de cooperação, que é a noção de justiça na distribuição do trabalho e seus resultados. Duas questões importantes estão envolvidas. A primeira diz respeito à ideia da falta de padronização da tarefa e do comportamento dos trabalhadores, que é uma exigência característica da heterogestão para garantir a diminuição dos custos de produção, o aumento da produtividade do trabalho e da qualidade do produto.

Para esta pesquisadora, o princípio de igualdade inerente ao ideário cooperativista teria a desvantagem de não padronizar e não homogeneizar. Consequentemente, a segunda questão remete à percepção de que faltavam mecanismos de distribuição equitativa dos resultados do trabalho que, de acordo com os assentados,

estariam relacionados à falta ou não cumprimento dessas regras. Ao mesmo tempo em que se sentiam autônomos e possuidores de mecanismos próprios para eliminar as desigualdades sociais, viam-se como assalariados e não percebiam diferenças entre a dinâmica de funcionamento do coletivo de trabalho construído no assentamento e a das turmas de empreiteiros à que pertenceram enquanto estiveram na condição de “boias-frias” (Scopinho, 2006).

Em síntese:

Embora, de modo geral, os assentados fossem contrários à ideia da formação de uma cooperativa, a cooperação era uma ação social muito presente no cotidiano das famílias e nos pequenos grupos de trabalho que se formavam e se desmanchavam, na medida da necessidade. Pode-se dizer que no Sepé Tiarajú predominava a cooperação espontânea, orgânica de acordo com a necessidade. Mais do que a propriedade de um pedaço de terra e renda, os assentados esperavam obter no Sepé Tiarajú moradia, trabalho e segurança física e psicológica, possibilidade de participação social e política (Scopinho, 2006).

Acreditamos que o Governo Lula e Dilma no plano federal, bem como o Governo do PSDB em São Paulo, bloquearam a reforma agrária em seu sentido amplo. No entanto, foram criadas algumas políticas simbólicas pelo Governo Federal, dentre as quais poderíamos destacar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Programa “Terra Forte”.

Essas políticas são formalmente criadas, mas não há vontade política para a disseminação das experiências de agroecologia, de cooperação e cooperativismo, como vimos nas páginas anteriores. Para isso acontecer, deverá haver a unificação das lutas anticapitalista na América Latina e a superação do Estado capitalista que sustenta o agronegócio.

Vejamos uma notícia veiculada pelo site do MST: “Assentados conquistam 1º agroindústria do Terra Forte em Andradina - São Paulo”

As famílias assentadas e acampadas da região de Andradina (SP) serão as pioneiras da primeira agroindústria financiada pelo Programa Terra Forte no estado de São Paulo. A Coapar receberá cerca de R\$ 12,8 milhões para investir na construção da agroindústria. Para Lourival Plácido de Paula, presidente da COAPAR, a assinatura do acordo significa o reconhecimento do trabalho realizado há anos nos assentamentos. A região de Andradina tinha como base a pecuária de corte, mas com o desenvolvimento dos assentados e de sua produção, os trabalhadores rurais foram migrando para a produção leiteira. “A industrialização é o elemento necessário para agregar valor à matéria prima produzida pelos assentamentos. Esperamos contriuir cada vez mais com as cooperativas e com o desenvolvimento da Reforma Agrária”, disse o Ministro do Desenvolvimento Agrário de São Paulo, Laudemir Muller.

O Programa Terra Forte, lançado em 2013 pela presidenta Dilma Rousseff, tem o objetivo de apoiar projetos de agroindustrialização da Reforma Agrária. Segundo Delveck Matheus, da direção nacional do MST, o programa é resultado de anos de luta dos movimentos sociais do campo, e se consolidou por meio de uma ação conjunta entre os movimentos, a Secretaria Geral da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A assinatura desse acordo é importante para dar vazão a antigas reivindicações das famílias assentadas.

O presidente nacional do Incra, Carlos Guedes, reconheceu que “esse é um projeto de cada homem e cada mulher. Cada assentado que luta diariamente pelos seus direitos e pelo reconhecimento de sua terra. É um passo, não o fim da caminhada. E o nosso papel é investir e apoiar ações que priorizem o crescimento sustentável dos assentamentos. Esse é um sinal de que os trabalhadores rurais estão no caminho certo”.

Com 46 assentamentos e mais de 4.500 famílias, Andradina é a única cidade do país a ter uma Secretária Especial da Reforma Agrária. Para o prefeito municipal da cidade, Jamil Akio Ono, o investimento feito na região por meio da cooperação irá beneficiar toda a cidade.

A agroindústria será erguida no distrito industrial de Andradina. Com a liberação efetiva da verba, o prefeito espera que as construções sejam iniciadas no início de

2015. O termo de cooperação é o primeiro de um total de 33 projetos qualificados pelo governo federal. Destes, 23 foram aprovados e aguardam liberação de recursos. O plano que tem uma duração de cinco anos não prevê data limite para o repasse de verba (MST, 2015).

O bloqueio da reforma agrária neutralizou a criação de ações mais avançadas no campo da organização produtiva e distributiva dos assentamentos. Se é verdade que o PAA e PNAE contribuíram para a melhoria da renda dos assentamentos, também é verdade que estes programas deram um cunho utilitarista e economicista ao cooperativismo e associativismo.

Para piorar, na falta de criação das condições gerais de produção tendo como fundamento o trabalho associado e a agroecologia, é natural que nos poucos assentamentos criados no Estado de São Paulo predomine o salve-se quem puder. Cada família sai em busca da produção no seu pedaço de terra, na tentativa de arrancar da terra sua sobrevivência imediata. Os recursos para infraestrutura e habitação não saem, e com isso a experiência de vida coletiva e de trabalho coletivo vivenciados nos acampamentos ou em experiências anteriores tendem a cair por terra.

Cabe salientar também que nos últimos 10 anos o MST São Paulo teve enorme dificuldade de mobilizar as massas para a luta pela terra, por novas formas de organização do trabalho e da vida. Essas mudanças decorrem em grande medida da atenuação do desemprego nos Governos Lula-Dilma, ao Programa Bolsa família e outras políticas sociais que mudaram o cenário dos últimos 10 anos.

Considerações finais: as Ilhas de assentamentos cercadas pelo Mar Verde de Cana e Eucalipto

Florestan Fernandes, no seu livro clássico “O circuito fechado”, procurou mostrar no final dos anos 1960 que as burguesias latino-americanas deram uma resposta clara as lutas populares. Ao invés de incorporar e absorver as demandas clássicas por terra, melhores salários e condições de vida, acesso a educação pública, etc., responderam fechando o circuito de demandas e pior que isso, estrangulando as lutas sociais, inclusive com torturas, assassinatos e ações com uso de força e violência extrema.

No atual momento histórico, a reação das frações do capital instalado no Estado de São Paulo são claras: impedimento de uma Reforma Agrária, autocracia/repressão violenta às manifestações populares, levando a uma espécie de “circuito fechado” e em curto circuito, a medida que mais e mais demandas latentes aparecem na sociedade.

Com isso, é possível perceber quem os poucos assentamentos que conseguem furar o bloqueio do circuito fechado e agora em curto circuito tornam-se ilhas cercadas pelo mar verde de cana e eucalipto. Um bom exemplo do arranjo de descaso das elites que comandam o Estado de São Paulo e o Governo Federal é o caso do assentamento Maracy. Situado na região de Cabrália Paulista-Agudos, no centro oeste paulista, ele é o reflexo do que a nossa classe dominante deseja ao povo brasileiro. “Querem terra? Aí está, fiquem com um assentamento cheio de tocos!”.

7 – O Trabalho Associado como princípio educativo: notas a partir das Fábricas Recuperadas brasileiras e argentinas

Introdução: O avanço da barbárie no final do século XX e início do século XXI

Este capítulo pretende abordar a educação escolar e não escolar nas Fábricas Recuperadas (FR) latino-americanas, especialmente no Brasil e Argentina.

Para atingir nosso objetivo, fizemos um breve balanço do momento histórico atual, para depois tentar diferenciar as lutas anticapital das lutas pontuais. Na terceira seção fizemos um breve retrospecto da primeira fase das lutas das Fábricas Recuperadas (daqui em diante FR) caracterizada por extrema criatividade, embriões de desalienação do trabalho e resgate dos princípios autogestionários. A quarta seção aborda a acomodação das fábricas na ordem do capital, a cooptação pelo Estado ou a degeneração das mesmas no mercado capitalista. Os projetos de educação profissional nas FR, as demandas de conteúdo e forma escolar sinalizados pelas FR foram expostos na quinta seção.

Nesta introdução, gostaríamos de começar o capítulo com a seguinte pergunta: por que lutar para a construção da sociedade dos produtores livremente associados é necessária e urgente?

Acreditamos que no século XXI a ordem do capital só irá produzir barbárie, na ausência de uma reversão da barbárie pelos trabalhadores. A destruição parcial ou completa do Estado de Bem

Estar Social na Europa e a continuidade do Estado de Mal Estar Social no resto do mundo são consequências de uma sociedade irracional. Para dar alguns exemplos, o Papa – que renunciou - não tinha cara de papa, Berlusconi promovia festinhas *Bunga-Bunga* e tem explícita relação com a máfia, Sarkozy expulsou ciganos e promoveu reformas na previdência à revelia das manifestações de milhares de trabalhadores.

Vimos no Capítulo 3 que os jovens europeus estão desempregados. Na Inglaterra de 2011, os jovens protestaram contra a irracionalidade do capital e foram pedagogicamente punidos. A mídia do capital e o Governo inglês insistem em classificá-los como “vândalos sem causa”, obviamente desconsiderando as razões sociais da revolta. Dívida pública estratosférica, neofascismo, desemprego, subemprego, retorno da fome e da miséria na Europa são as palavras recorrentes numa região que conseguiu criar um capitalismo com rédeas e parcialmente desmercantilizado, mas ainda assim dentro da órbita do capital. Estamos nos referindo ao período 1945-1973.

O capitalismo sob hegemonia financeira, a turbo-mercantilização e o retorno da acumulação “primitiva” levaram Otávio Ianni (2000) a dizer que estamos vivendo uma contrarrevolução mundial. Esta ofensiva do capital só pode sobreviver através do aumento da repressão, de guerras “preventivas”, da criminalização dos movimentos sociais, dos assassinatos de lideranças, tal como os que ocorreram recentemente na Amazônia.

Numa ponta o Estado promove a “pelourização” dos movimentos sociais e na outra uma imensa drenagem de fundos públicos para socorrer as crises mundiais. Para citar um exemplo

latino-americano, a sociedade argentina reagiu ao processo de financeirização da sua economia no ano de 2001, que ganhou força a partir do duro golpe de 1976, que jogou as forças populares argentinas no chão. No ano de 2001, eles lutaram e disseram “Basta! Fora todos!” Era um sinal de cansaço das reformas neoliberais e da neocolonização da sociedade argentina. No entanto, a revolta popular e de parcelas da classe média em 2001 rapidamente se transformou numa proposta neodesenvolvimentista sob o manto da família Kirchner. Hoje temos uma Argentina dominada por corporações multinacionais, credores da dívida pública, fundos de pensão, bancos e o setor exportador de carne e couro, todos eles promovendo direta ou indiretamente a superexploração do trabalho, seja com carteira assinada ou através do subemprego. O país até cresce, mas aumentou o fosso entre as classes dominantes, de um lado, e as camadas intermediárias da sociedade e os trabalhadores, do outro.

No Brasil, a integração de parcelas dos trabalhadores à sociedade de consumo de mercadorias descartáveis e a geração de emprego precário somente aprofundam a alienação dos trabalhadores. Se Fernando Henrique Cardoso foi uma ave de rapina que liquidou o patrimônio público e destruiu a nação, o *PAC-to* de dominação da dupla Lula-Dilma é mais sofisticado, pois gera emprego e neutraliza as lutas dos movimentos sociais. FHC representava os interesses de curto prazo de um capital voraz, Lula e Dilma representam o capital que aprendeu com os erros dos anos 1990 e retoma estratégias de dominação de longo prazo, dando parcela mínima da renda aos miseráveis, criando o que Paulo Lima Filho e Macedo (2011) chamara de “pequena burguesia dos miseráveis”.

É na década de 1990, em troca do “apoio” internacional para a realização dessas políticas e da estabilização monetária, que a América Latina receberá grandes fluxos de capital financeiro de curto prazo. (DOS SANTOS, 2000). A “resposta” dada à crise de investimento dos anos 1970 em diante foi chamada pelos cientistas sociais de modelo neoliberal. Uma solução apontada pelo neoliberalismo para a crise de acumulação de capital foi a redução gradativa da atuação do Estado para o exercício de certas funções, que carregavam algum interesse “público”. Entre outras, foi naquela época que para efetivar essa máxima, o Estado produtor de bens e serviços foi taxado de “ineficiente” e dessa pressão surgiram inúmeras privatizações. Alguns autores latino-americanos resumiram a questão na seguinte expressão: Estado Mínimo para os trabalhadores e para a soberania nacional, Estado Máximo para o capital, principalmente para o capital financeiro. Os poros ou lacunas não mercadológicos foram fechados através das privatizações diretas e indiretas de universidades públicas, empresas estatais (minério de ferro, petróleo, gás, telecomunicações, etc.).

A adoção de políticas de ajustes estruturais na América Latina, na década de 1990, aprofundou a desindustrialização, destruiu empresas estatais, desmantelou a estrutura salarial e trabalhista e na perda de direitos sociais e da proteção social adquirida (SVAMPA; PEREYRA, 2003), levando ao aumento do desemprego, do subemprego, da indigência social e da dependência tecnológica (DOS SANTOS, 2000). Cabe ressaltar que esta reorganização do capitalismo mundial foi um dos principais fatores que levou a falência de muitas empresas brasileiras e ao surgimento das FR.

Azpiazu e Basualdo (2001), ao analisar os impactos das mudanças da década de 1990, observam que houve na Argentina um aprofundamento dos processos de concentração e centralização de capital, o que resultou na reconfiguração do poder econômico neste país. A maioria das 200 maiores empresas está nas mãos do capital estrangeiro seja em função da aquisição de empresas públicas, seja através da associação aos pequenos grupos “nacionais”. Para estes autores, são os conglomerados locais e estrangeiros, principalmente em função dos processos de privatização, que se consolidaram como o núcleo hegemônico de poder econômico na Argentina, adequando o Estado às suas necessidades.

Tal como nos informa a tese de doutorado de Isabella Jinkings Mello (2008), as transformações recentes do capitalismo mundial apontam para movimentos simultâneos de privatização e desregulamentação da vida social e econômica, de ataque aos direitos democráticos e de fortalecimento dos aparatos coercitivos do Estado, caracterizando um Estado cada vez mais penal. A adoção de políticas de segurança de “tolerância zero” nos EUA é expressiva destes movimentos constitutivos da globalização do capital, sob o predomínio do neoliberalismo, que convertem amplos segmentos sociais em deserdados das condições básicas à sobrevivência.

Cada vez mais distanciado das políticas sociais e comprometido com o capital transnacional, contratando, nas palavras de Aécio Neves, “ONGs, Oscips e Apacs” para a “elaboração de diagnósticos”, para a realização de “oficinas profissionalizantes [...] e, com empresas privadas, na oferta de vagas de trabalho [alienado] para presidiários e ex-detentos”, o

Estado neoliberal apresenta-se crescentemente fortalecido em seus mecanismos repressivos, fenômeno que alguns autores analisam como a “emergência do Estado Penal” em substituição ao chamado Estado de bem-estar social europeu e o Estado com leves características públicas na América Latina (Novaes, 2012).

Nesse sentido, o Estado cumpre uma função fundamental ao “forçar” a privatização das políticas públicas que outrora estavam sob seu comando. Essa parece ser a proposta do governador Aécio Neves, do Prefeito Kassab e dos Governadores de São Paulo, ao colocar sob a esfera da rentabilidade do capital, disfarçado sob a roupagem de Parcerias Público-Privadas e ONGs, os presídios de Minas Gerais, e o ensino, no caso de São Paulo. Certamente esta tendência se encontra em outros governos no Brasil, inclusive encabeçados pelo PT.

Junto a isso, o Estado mantém sua função de criação de cursos profissionalizantes para que os presos voltem a trabalhar “normalmente”, vendendo sua força de trabalho, obviamente sem voltar a desobedecer a “ordem”. Na mesma esteira, incentiva cursos de empreendedorismo – tema muito em moda nos anos 1990, culpabiliza o indivíduo pelo desemprego e propaga a pedagogia da qualidade total.

No Governo Lula, curiosamente o Brasil canavieiro-escravagista do século XVI-XVII torna-se a nova “salvação da lavoura”. Ao mesmo tempo, retoma a construção de usinas hidrelétricas de grande porte, usinas estas onde o canteiro de obras traz condições de trabalho e de vida insuportáveis. Basta ver as denúncias dos trabalhadores nos canteiros de Santo Antônio e Jirau (Rondônia).

Mas, a salvação da lavoura da “empreiteirocracia” brasileira também se deu através de uma política anticíclica bastante sofisticada, o *Programa Minha Casa Minha Vida*, que atende as necessidades de empresas “brasileiras” de médio porte, mas também investidores internacionais ávidos pela reprodução do seu capital financeiro. Construtoras, grandes incorporadoras, aliadas a donos de terras próximas as cidades que querem transformar hectare em metro quadrado e urbanistas que ocupam postos-chave no Estado constroem o espaço do *apartheid* brasileiro neste século XXI, tudo em nome da reprodução ampliada do capital. Por último, mas não menos importante, cabe destacar que em 2010, 44% do orçamento do Governo Federal estava comprometido com a dívida pública, o capital rentista mais importante no Brasil. (Novaes; Benini, 2012). Francisco de Oliveira chamou este animal esquisito que é o Brasil pelo nome de ornitorrinco. Prefiro dizer que somos agora uma grande potência ornitorrinca.

Ainda nas palavras do referido autor, estamos vivendo a hegemonia às avessas, pois “Os dominados ou seus representantes podem assumir o comando moral do país desde que não toquem nos fundamentos econômicos da dominação.” (Oliveira, 2003, p. 7), Este é o cenário do Brasil do século XXI que os movimentos sociais anticapital deverão se defrontar, tema da nossa próxima seção.

Algumas diferenças entre as lutas anticapital e as lutas pontuais

Antes de caracterizarmos as Fábricas Recuperadas, pretendemos diferenciar as lutas pontuais que ocorrem aqui e acolá

das lutas anticapital promovidas pelos movimentos sociais classistas ou pelas lutas antissistêmicas. Darcy Ribeiro (1996) certa vez afirmou que o Brasil é um país em permanente guerra civil. Desde seu “nascimento”, a cada dia explodem lutas pontuais que nem sequer sabemos que estão acontecendo (por água, habitação, creches, transporte público, emprego, terra, etc.), muitas vezes silenciadas pela mídia do capital. Para nós, estas lutas decorrem da nossa característica ornitorrinca, de um capitalismo que só pode se reproduzir de forma bárbara.

As lutas pontuais podem ser acomodadas dentro da ordem e dos chamados “direitos da cidadania”. Elas podem ser abrigadas na forma de concessões pelo Estado capitalista e tendem a restringir suas demandas a questões específicas/corporativas (salário, demandas no bairro, etc.). Já as lutas antissistêmicas, ao contrário das lutas pontuais, contestam os pilares do capital e em alguma medida vivenciam, ainda que de forma embrionária, o que seria uma sociedade para além do capital. Elas dão origem a novas relações sociais no microcosmo social em questão.

Nas linhas abaixo, daremos alguns exemplos de lutas anticapital. As lutas das Mulheres Camponesas no Rio Grande do Sul se dão no campo da igualdade substantiva. Elas contestam a hierarquia familiar na medida em que as mulheres “não querem lavar o cuecão dos maridos” e restabelecer o patriarcalismo no assentamento. Ao mesmo tempo e de forma umbilicalmente ligada à questão de gênero, aparecem questões ligadas ao trabalho, à propriedade privada, os transgênicos e os agrotóxicos (ataque direto às corporações transnacionais).

As lutas da FaSinPat (Fábrica Sem Patrão) Zanón estão criando novas relações sociais no microcosmo fabril. Os

trabalhadores praticam o classismo, recuperaram o sindicato ceramista, dominado durante muito tempo pelos sindicatos pelegos e tentam expandir as lutas classistas na Argentina dilacerada. No caso da Zanón, eles têm como princípios inúmeros pilares anticapital: rodízio e revogabilidade de cargos, unificação e internacionalização das lutas dos trabalhadores, modificação das relações de gênero na fábrica, uma nova relação com os intelectuais e professores, as tentativas de desmercantilização da produção e superação da organização do trabalho taylorista-toyotista. Trata-se, enfim, de uma afronta ao trabalho alienado, nos limites estreitos do atual contexto de avanço da barbárie e com inúmeras contradições. (Novaes, 2010).

De uma forma mais tímida, pois aqui estamos num terreno mais complicado, alguns movimentos sociais contestam outras dimensões do sistema produtor de mercadorias e criam soluções para a desmercantilização. Isso pode ser visto nas tentativas de produção de valores de uso, com graus crescentes de controle social, em alguns movimentos de luta pela habitação no Uruguai que tentam construir a casa de uma forma distinta, mas também gerar trabalho e renda no local das habitações.

Ainda no campo das lutas anticapital, algumas editoras latino-americanas têm tentado enfrentar a desmercantilização e a venda de livros descartáveis. Se nos anos a 1960 tivemos a criação da Editora da Universidade de Buenos Aires e os Cadernos do Povo Brasileiro, nos anos 1990 surge a Expressão Popular. Intimamente conectada com a sede de livros de conteúdo crítico e desmercantilizados surge a luta do MST por uma educação para além do capital, que supere a miséria intelectual promovida pelas políticas educacionais de dominação brasileiras.

As Escolas Itinerantes, os Centros de Agroecologia mais avançados, a Escola Josué de Castro e a Escola Nacional Florestan Fernandes retomam nossa história do ponto de vista crítico e procuram entender as particularidades do nosso capitalismo ornitorrinco. Praticam pedagogias que insiram as escolas e universidades nas lutas dos trabalhadores, que preparem para o trabalho coletivo, para a realização do trabalho socialmente útil e para a gestão democrática, que teorizem e ajudem a resolver os problemas concernentes à produção de alimentos saudáveis e desmercantilizados, além da criação de hábitos autogestionários e da compreensão da realidade social dentro da sua totalidade. Em última instância, buscam a superação do trabalho alienado dos professores e dos trabalhadores.

As lutas do CEMOP (Centro de Memória Operária e Popular), a Flaskô - fábrica de cultura desmercantilizada, as lutas pelos babaçuais livres, as lutas de algumas Fábricas Recuperadas na América Latina pelo controle do processo de trabalho e instalação de assembleias no chão de fábrica e a contestação da propriedade dos meios de produção e tentativas de criação de novas relações sociais nos assentamentos do MST também tocam em questões vitais para os movimentos sociais anticapital do século XXI.

Sobre a última questão, Iasi (2011) afirmou recentemente numa palestra no 5º EBEM que os capitalistas deveriam “devolver aos trabalhadores os meios de produção para que suas vidas sejam poupadas”. A “expropriação dos expropriadores” (Marx) ou “O retorno do caracol à sua concha” (Novaes, 2011b) é uma tarefa urgente, mas atenção: pode deixar a alienação do trabalho inabalada (Mészáros, 2002). No entanto, a falência do “socialismo

real” nos mostrou que mesmo com inúmeros avanços no início, a experiência degenerou. Para Mészáros (2007), a URSS criou uma “sociedade pós-capitalista e não pós-capital”. Os trabalhadores contestaram os meios de produção, mas um corpo separado dos trabalhadores – a burocracia do partido - controlava as decisões estratégicas da sociedade: como produzir, o que produzir, para quem produzir, reproduzindo o capital sob nova roupagem. Nessa experiência, o sentido social do trabalho não foi alterado. Dizendo de outra forma, a produção de mercadorias permaneceu intacta. (Lima Filho; Macedo, 2011).

O Trabalho Associado como princípio educativo nas Fábricas Recuperadas: algumas positivities

Nas corporações capitalistas, há uma nítida divisão de trabalho entre os que pensam e os que executam, entre os que trabalham e os que controlam os meios de produção. Nas FR, mesmo dentro dos limites de um processo de trabalho que envolve inúmeras cadeias produtivas e inúmeras fábricas, elas tentam superar dentro do seu microcosmo a “hierarquia estrutural do capital” (Mészáros, 2002, p.22), tentam reunificar o *homo faber* e o *homo sapiens*. As decisões são tomadas em assembleias democráticas, os trabalhadores fazem rodízio nos postos estratégicos e há revogabilidade dos cargos. Desse ponto de vista, há um processo de desalienação parcial, no sentido de “devolução” do poder aos trabalhadores, ao menos no microcosmo produtivo.

A devolução parcial do poder aos trabalhadores nas fábricas, isto é, a autogestão no microcosmo produtivo é, muito

possivelmente, uma das lutas anticapital mais importantes no século XXI.

Cabe lembrar que no final dos anos 1920, Gramsci presenciou em Turim as lutas pela formação dos conselhos operários, o que lhe levou a teorizar sobre o papel pedagógico dos conselhos operários para as lutas anticapital. Para ele, os conselhos de fábrica eram uma “escola maravilhosa”. Justamente disso decorre o título desta seção: acreditamos que o trabalho associado é extremamente pedagógico, mas obviamente ele não esgota em si mesmo o papel da educação numa possível e necessária transição para além do capital, conforme veremos na seção sobre educação profissional.

Nas Fábricas Recuperadas (FRs) foram realizadas ações que permitem o aumento do conhecimento do processo de trabalho na fábrica, que nos levam a afirmar que temos uma superação parcial da alienação do trabalho, convivendo com elementos de preservação da alienação do trabalho. Disso podemos depreender que o exercício da autogestão no microcosmo carrega consigo a necessidade de não burocratização dos sindicatos e das lutas mais amplas.

Em algumas FR, houve uma superação da divisão do trabalho capitalista na medida em que o conhecimento, que ficava retido nas mãos de alguns, passou a ser socializado. A dependência em relação aos “engenheiros-capatazes” e ao trabalho complexo realizado por eles foi modificada em alguma medida. Aqui também é importante lembrar que na Revolução dos Cravos (Portugal), se a maior parte dos engenheiros fugiu com os patrões, alguns poucos ajudaram a superar a organização taylorista do trabalho em função de uma filosofia de vida. Se lutassem por

salários, certamente não ficariam nas fábricas tomadas pelos trabalhadores.

Nos casos mais avançados, se esboça a superação do sistema salarial, através do princípio: a cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades. Em outros casos, há uma maior aproximação das retiradas (salários) e a criação de fundos, seja para apoiar as lutas de outros trabalhadores, seja para permitir a alguns trabalhadores o acesso à universidade, seja para melhorar os rendimentos de fim de ano, etc.

Não deixa de ser importante destacar o caso de uma FR na Argentina onde eles criaram um fundo para melhorar o “salário” dos trabalhadores que tinham maiores gastos com filhos. Isso nos lembra o princípio da “igualdade substantiva” desenvolvido por Mészáros a partir dos escritos de Babeuf e Marx. Para articular seu argumento, Mészáros recorreu ao seguinte parágrafo do socialista francês Babeuf que citamos nos primeiros capítulos. Vejamos novamente:

A igualdade deve ser medida pela capacidade do trabalhador e pela carência do consumidor, não pela intensidade do trabalho nem pela quantidade de coisas consumidas. Um homem dotado de certo grau de força, quando levanta um peso de dez libras, trabalha tanto quanto outro homem com cinco vezes a sua força que levanta cinquenta libras. Aquele que, para saciar uma sede abrasadora, bebe um caneco de água, não desfruta mais do que seu camarada que, menos sedento, bebe apenas um copo. O objetivo do comunismo em questão é igualdade de trabalhos e prazeres, não de coisas consumíveis e tarefas dos trabalhadores. (Babeuf, *apud* Mészáros, 2007, p. 42).

Certamente esse princípio não esgota os problemas vivenciados pelos movimentos sociais anticapital, mas acreditamos que ele também ajuda a orientar as lutas dos movimentos “feministas” mais avançados e de outros movimentos sociais de geração e de etnia que tentam implementar o princípio da igualdade substantiva. Sobre isso, devemos lembrar para o leitor um caso relatado pelos amigos do Coletivo Usina (um grupo de arquitetos e cientistas sociais que prestam assessoria aos movimentos sociais). Eles disseram que num mutirão chegou-se a pensar em dividir o trabalho “igualmente” entre todos os membros. Logo perceberam que tinham pessoas idosas, infartados, e trabalhadores/as com outros problemas que não poderiam exercer “igualmente” o trabalho pesado.

Ainda nos casos mais avançados de FR, os trabalhadores associados fazem de tudo para não terem um estatuto diferenciado em relação aos terceirizados, ou seja, lutam para que todos sejam cooperados. É importante destacar este fato porque veremos nas páginas abaixo que uma parcela razoável das FR está contratando terceirizados, para nós um sintoma da degeneração das mesmas.

Por último, mas não menos importante, cabe lembrar que a FaSinPat Zanón e em alguma medida a Flaskô estão juntando os trabalhadores “classistas”, o que pode ser interpretado como uma tentativa de unificação de parcelas da classe trabalhadora argentina que tem um propósito para além do capital. Já podemos adiantar que a FaSinPat Zanón é uma das poucas FR que não sucumbiu a acomodação e degeneração no mercado capitalista, ela permanece viva e sua luta renovada a cada dia. Todos estes princípios exercitados diariamente nas FR são pedagógicos – o que nos permite afirmar que o trabalho associado é um princípio

educativo. Também nos permitem afirmar que estas lutas serão fundamentais para a desalienação do trabalho e ganham traços de lutas anticapital.

No Brasil temos cerca de 68 FR nos setores metalúrgico, têxtil, calçados, etc. principalmente no Rio Grande do Sul e São Paulo. (HENRIQUES et. al, 2013). Na Argentina, temos mais 200 FR de menor porte que as brasileiras mas, com um maior grau de radicalidade nas suas lutas. É evidente que as FR cumprem um papel mais qualitativo do que quantitativo, como salientou o professor Dermeval Saviani (2012). Ao contrário do que esperavam muitos, não tivemos uma enorme expansão de experiências.

A tendência à acomodação das Fábricas Recuperadas dentro da ordem do capital: algumas negatividades

Nas pesquisas que realizamos nas FR, mesmo com todas as positivities no microcosmo produtivo, não conseguimos encontrar um documento que aponte para um horizonte para além do capital, isto é, uma teoria e uma prática condizente que aponte para uma sociedade para além do capital.

A grande maioria das FR entrou num ciclo “bem comportado”, onde os trabalhadores parecem estar “contentes” com a melhoria do faturamento, da produção, do salário, características já assinaladas pela história do movimento cooperativista como “pequeno-burguesas” ou reformistas.

Dizendo de outra forma, tudo leva a crer que a maioria das FR está “contente” com o que conseguiram até o momento. Diga-se de passagem, algo que se reproduz mais ou menos de forma

parecida nas parcelas dos trabalhadores brasileiros que foram “integrados” no mercado de consumo de massas. A alienação se perpetua pela ótica do trabalho realizado – sem sentido social – mas também se materializa no consumo fetichizador.

Isso não significa, entretanto, que o aprendizado gerado pelas lutas dos trabalhadores no final do século XX e início do século XXI possa ser desprezado. Nos anos 1990, diante da crise do desemprego e subemprego na América Latina, do aumento da miséria e da fome, as FR cumpriram um papel importantíssimo. Elas se configuraram não só como formas de resistência, mas também de construção de “alternativas” diante da fuga de patrões e falência das fábricas. Num momento pelo qual se dizia que não havia alternativas, que só era possível a reestruturação produtiva, as contrarreformas neoliberais, o avanço da turbo-mercantilização, estas lutas foram fundamentais.

Lembremos também que para Pinassi (2009, p. 34), as classes trabalhadoras foram, e continuam sendo tão profundamente golpeadas e alijadas de uma autêntica percepção de classe dominada que, principalmente em situações de crise mais profunda, seu horizonte ideológico manifesta-se muito mais em função do contingenciamento histórico que de sua mais que necessária potencialidade revolucionária.

Movimentos sociais como o dos *piqueteros* na Argentina, Movimento Sem-Terra (MST) no Brasil, União dos Movimentos de Moradia (UMM), dentre outros, têm encontrado dificuldade de realizar lutas antissistêmicas, autônomas em relação ao Estado, ao mercado/corporações. Para nós, a dificuldade de independência em relação ao Estado não é uma exclusividade das FR. Repetimos, é algo difícil, mas não impossível de ser exercitado neste século

XXI. O atual contexto de ofensiva do capital cria dificuldades, porém não impossibilita, a existência de prática anticapital.

Para Antunes (2010), mesmo constatando um enorme refluxo dos movimentos sociais, há “forças sociais potencialmente revolucionárias”. Segundo o referido autor, as experiências do século XX não foram capazes de derrotar o sociometabolismo do capital. Elas foram incapazes de romper com a lógica do capital. Para ele, as lutas podem até começar no espaço nacional, mas tem que se expandir. Ainda para este autor, se um dos pés do tripé - trabalho fetichizado, Estado e capital- se mantiver, o sistema se recupera. Ele observa que há na América Latina a volta do debate do socialismo. Ao menos o tema está posto e relembra que 10 anos atrás era motivo de chacota.

Por outro lado, esta dificuldade também decorre de uma crise teórica profunda, que abalou inclusive o marxismo. Neste sentido, um bom arsenal teórico que precisa ser analisado com mais calma neste século XXI é o oferecido por István Mészáros, um dos poucos intelectuais marxistas que seguiu as trilhas deixadas por K. Marx. Ao lado de Mészáros, outros pensadores sociais mais antigos que não sucumbiram ao pensamento estalinista poderiam ser citados: R. Luxemburg, G. Lukács, A. Gramsci, J. Mariátegui, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. No campo da autogestão: K. Korsch, M. Adler, M. Tragtenberg, João Bernardo e Claudio Nascimento também nos deram contribuições fundamentais.

Sem o avanço dessa teoria para além do capital na América Latina, os movimentos sociais anticapital dificilmente conseguirão avançar numa prática para além do capital.

Ao mesmo tempo, se os trabalhadores não avançam em práticas anticapital, os intelectuais continuam “perdidos” no mar

das fórmulas para mudar o mundo pós-modernas.

Em livros e artigos recentes, procuramos mostrar que as FR têm uma enorme dificuldade para driblar os monopólios e os oligopólios. Se no início do século XX as cooperativas e associações enfrentavam uma enorme dificuldade de sobrevivência em mercados monopolistas e oligopolistas, imaginemos então o problema no contexto atual, numa sociedade totalmente submetida ao capital financeiro.

Em poucas palavras, por estarem umbilicalmente ligadas a cadeias produtivas dominadas por monopólios e oligopólios “financeirizados”, as FR tendem a reproduzir os parâmetros de produção “dados” pelo mercado. Como nos lembra José Ricardo Tauile (2002, p. 109), “o mercado é implacável”. O contato direto com o mercado cria uma tendência de superexploração do trabalho, retorno da diferenciação salarial, processos de terceirização, portanto a imposição de diferenças entre cooperados e não cooperados. Não se trata de uma lei férrea, mas de uma força razoavelmente poderosa que as FR isoladamente não têm conseguido vencer.

Enfim, as FR tendem a degenerar no capitalismo e isso pode ser visto a partir do surgimento de: a) novos patrões, gestores ou tecnocratas nas cooperativas e associações, isto é, a formação de uma nova tecnocracia que recompõe a superexploração do trabalho e burocratiza as decisões; b) o aumento da diferença salarial nas diferentes funções; c) diminuição ou ausência de laços com outras FR ou movimentos sociais; d) a busca de fundos públicos sem questionamento do papel do Estado capitalista na reprodução da sociedade de classes; e) a busca de fundos públicos para o aumento da qualificação e das atitudes dos trabalhadores

necessárias à sobrevivência no mercado, tendo em vista única e exclusivamente a melhoria da produtividade da cooperativa ou associação, tal como qualquer outra empresa.

Projetos de Qualificação para Fábricas Recuperadas

Nesta seção, gostaríamos de assinalar os processos sistemáticos de qualificação e educação escolar das FR. Com isso, tentaremos mostrar as contradições nas demandas de qualificação dos trabalhadores das FR. As primeiras demandas de qualificação surgem em função da pressão da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão), entidade que lamentavelmente deixou de existir ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. As suas ações ocorreram articuladas as atividades desenvolvidas no interior do PLANFOR, uma das políticas de qualificação do governo neoliberal na ótica do “salve-se quem puder”. No governo Lula, as políticas de qualificação e escolarização das FR e outras experiências de cooperativismo e associativismo se deram dentro das ações do PNQ/Proesq e também através da criação dos Centros de Formação em Economia Solidária. (Alaniz, 2012).

Em geral, tivemos cursos de carga horária pequena voltados para as cúpulas das FR tendo em vista a socialização das estratégias de sobrevivência das “empresas” no mercado capitalista. Em menor medida, cursos para os trabalhadores do chão de fábrica.

Estes projetos de qualificação foram demandados diretamente por entidades de representação das fábricas e mediados por gestores públicos que trabalham na Secretaria Nacional de Economia Solidária (Ministério do Trabalho e Emprego), num

primeiro momento pela ANTEAG, e posteriormente também pela Unisol-CUT, outra entidade que aglutina FR.

Num país que passou por uma revolução burguesa incompleta e conservadora, num país que nunca construiu um sistema escolar que alfabetizasse as massas, não é preciso dizer que os trabalhadores das FR têm baixa escolaridade, e no máximo uma qualificação taylorista.

A imensa maioria deles formou-se e qualificou-se no próprio trabalho, nos processos de luta e cooperação entre capital e trabalho no cotidiano fabril, algo bastante típico de um padrão taylorista, no qual a fábrica é uma “agência educativa” poderosa, que ao mesmo tempo educa e deseduca os trabalhadores (Silva, 2005, p.2). Outros foram (de)formados em cursos de qualificação que socializam os conhecimentos técnicos e internalizam os valores do padrão taylorista hegemônico nos anos 1980 marcados pela hierarquia, respeito, subordinação, cooperação e consentimento com o patrão e chefes, conhecimento técnicos para o trabalho na metalurgia, na indústria têxtil, calçados, etc.

Temos no Brasil poucos pesquisadores que se debruçaram sobre o debate escolar e não escolar nas FR, além do debate da qualificação. Devemos resgatar as pesquisas de Erika Alaniz (2007) realizadas no mestrado que resultaram no livro *Qualificação Profissional: um estudo das práticas educacionais em uma empresa de autogestão* e além de sua tese de doutorado, defendida em 2012, que reflete sobre os projetos educacionais elaborados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES-MTE), em especial os Centros de Formação em Economia Solidária.

Além destes, merecem destaque os trabalhos de Candido Vieitez e Neusa Dal Ri (2001) sobre o projeto educacional da

Anteag e Dal Ri e Vieitez (2008), que procuraram observar o projeto pedagógico da ANTEAG e do MST. Tiriba e Fischer (2010) que se debruçaram sobre os saberes do trabalho associado.

Nos cursos da ANTEAG, a primeira coisa que nos chamou a atenção foi o nome dado aos cursos: “MBA em Autogestão”, para nós uma contradição em termos. Fica a pergunta: por que deram este nome ao curso? Não havia outra palavra para simbolizar o que pretendiam ou o nome é coerente com os propósitos do projeto? A entidade queria fazer com que ex-trabalhadores do chão-de-fábrica e dos setores administrativos se tornassem “executivos” e gestores?

A ANTEAG também criou algumas cartilhas, mais voltadas para os trabalhadores de chão-de-fábrica. Este material chegou até nossas mãos na época de criação das “cartilhas” da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp, no momento em que estávamos fazendo o curso de formação da Incubadora. Marilena Nakano foi uma das educadoras contratadas, em 1998, pela ANTEAG para a preparação do material utilizado.

Na Argentina, devemos destacar os “bachilleratos populares” que utilizam os espaços das FR para dar aulas de Educação de Jovens e Adultos - EJA para trabalhadores de todas as idades dos bairros da região da FR base. Estes cursos têm grande autonomia em relação ao Estado e são dados por intelectuais-militantes de diversas agremiações argentinas. (Elisalde; Ampudia, 2011).

A Unisol (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), ligada a CUT, contratou trabalhadores-cooperados para transmitir seu conhecimento específico para outras

cooperativas, técnicos do SENAI para resolver problemas pontuais, advogados com experiência na área de cooperativismo e associativismo para dar cursos sobre conselho fiscal, etc.

Segundo Alaniz (2007), nas organizações de trabalho associado há uma “nova configuração do poder”, que poderíamos chamar de poder autogestionário. Para ela, o grau de democratização das relações de uma determinada organização condiciona a ampliação ou não da qualificação de seus trabalhadores, muito embora nem sempre haja a apropriação efetiva dos espaços decisórios pelo coletivo.

A ampliação da qualificação profissional ocorre na medida em que novos atributos intelectuais, comportamentais e afetivos passam a compor o perfil do coletivo dos trabalhadores, decorrentes das relações sociais ainda embrionárias que começam a se estabelecer a partir do momento em que agem sobre a gestão da organização nos seus fundamentos. (Alaniz, 2012). Segundo esta autora, ao se ampliar a qualificação do coletivo dos trabalhadores abre-se também maior possibilidade para se aprofundar a democracia direta tendo em vista a auto-organização nas relações de trabalho, pois na medida em que os trabalhadores se apropriam de conhecimentos acerca da gestão, maiores condições eles terão para interferir no processo decisório:

Na empresa de autogestão, a qualificação transcende a parte técnica e deixa evidente que a qualificação remete à forma como se estabelece a relação social na fábrica. A qualificação para a empresa de autogestão torna-se central, já que a gestão coletiva requer que todos participem do processo decisório, com a

capacitação de todos os cooperados para optarem pelas melhores estratégias, visualizarem as possibilidades de investimentos futuros, possibilitando a cooperativa o desenvolvimento e sobrevivência no mercado. (Alaniz, 2007, p. 274-275).

Para esta pesquisadora, o conceito de qualificação profissional está intimamente imbricado à dinâmica das novas formas de relações de poder que apontam como possibilidade nas organizações de trabalho associado. Ela conclui que o modelo de qualificação capitalista não é adequado às necessidades do trabalho associado. Também poderíamos acrescentar que as instituições existentes não têm dado respostas suficientes frente aos desafios enfrentados.

Para Alaniz (2007) a educação também se coloca como uma questão fundamental, sendo necessária que ela permita aos trabalhadores criarem formas de organização e tecnologias adequadas à natureza do trabalho coletivizado. Por isso, o sistema formal de educação, seja pelos conteúdos que ensina, seja pela fragmentação do conhecimento do mundo do trabalho, ou, ainda, seja pela hierarquia da organização do trabalho pedagógico, tende a não satisfazer as necessidades da produção que se quer constituir de forma autogestionada.

Dal Ri e Vieitez (2008) destacam também outra dimensão: a formação política ou formação para a autogestão. Embora esta dimensão seja crucial para a sobrevivência das organizações sob os pressupostos do trabalho associado e da democracia, pouco se tem observado em termos de “investimento” educacional para este fim.

Esses pesquisadores constataram que existem poucos recursos destinados para a sistematização das práticas educacionais que surgem no processo de trabalho associado. Alaniz (2007) observou que apesar da ANTEAG ter desempenhado esse tipo de formação junto às fábricas que assessorou, na Cooperjeans – empresa que estudou - os cursos localizaram-se mais nos conselhos administrativo e fiscal e raras vezes se dirigiram ao coletivo dos trabalhadores, o que parece ser um problema ou um limite grave.

Para ela, o aprendizado da auto-organização do trabalho já se inicia quando os trabalhadores assumem coletivamente sua organização. Todavia, a presença de elementos herdados da “cultura” de relações de trabalho anterior se sustenta em bases objetivas ao se reforçar esses elementos pela contingência de estar inserida num sistema produtor de mercadorias, fator que funciona como força centrífuga que se afasta do objetivo do autogoverno.

Alaniz (2012) também nos lembra, a partir da leitura de Dal Ri e Vieitez (2008), que é imprescindível que as organizações de trabalho associado rompam com o imediatismo de apenas gerar “trabalho e renda” e busquem se atrelar à luta mais ampla dos movimentos sociais classistas, caso contrário, haverá a tendência a um refluxo dessas iniciativas de auto-organização. Nesse sentido, segundo os referidos autores,

[...] a educação política, fundada na crítica ao capitalismo e na proposta de sua superação mediante o socialismo ou a democracia real, constitui-se em uma das forças capazes de induzir as OTAs [Organizações do Trabalho Associado] a participarem do movimento social dos trabalhadores.

Paradoxalmente, nas OTAs que examinamos, seja diretamente *in loco*, seja indiretamente mediante o exame da literatura, não pudemos isolar um único exemplo no qual esteja suficientemente clara a ação da educação política formal como catalisador da participação das OTAs no movimento geral dos trabalhadores. Nas OTAs, é comum encontrar algum tipo de atividade educativa mais ou menos formalizada, tais como cursos de alfabetização, de ensino fundamental, cursos técnicos de curta duração e vários outros. Já os cursos voltados para o estudo e difusão da autogestão democrática estão praticamente ausentes nas OTAs. Atividade educacional desse tipo foi desenvolvida, por exemplo, pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG). No entanto, os cursos destinados esclarecer o que é autogestão ou a cooperativa, quando ocorrem estão centrados no trabalho associado e em seu desenvolvimento econômico. A necessária conexão entre o TA e as lutas mais gerais dos trabalhadores geralmente encontram-se ausente. (Dal Ri; Vieitez, 2008, p.25).

Nas OTAs examinadas, não encontramos cursos de educação política dignos de nota que tivessem como foco uma visão de largo espectro do capitalismo ou as lutas atuais ou históricas da classe trabalhadora (Dal Ri; Vieitez, 2008, p.31).

“O SENAI não nos serve”: notas de uma educação e “qualificação” para além do capital

Nas pesquisas que realizamos, que tiveram como foco a observação da preservação e superação da alienação nas FR, indiretamente pudemos observar duas tendências de demandas dos trabalhadores em relação à qualificação/educação.

Uma primeira tendência – a mais conservadora de todas – solicita uma maior participação de órgãos como o SEBRAE – nas FR para promover a assistência “técnica” e a qualificação dos trabalhadores. Esta tendência, apesar de minoritária, ganhou força com a UNISOL – que não partilha exatamente dos mesmos princípios do SEBRAE, mas advoga a sobrevivência das FR no mercado capitalista e, portanto, demanda um tipo de assistência “técnica” muito próximo ao das fábricas convencionais. Em última instância, propostas como estas caem no fetiche do Estado e da assistência técnica nos parâmetros do capital, justamente ao acreditar que os órgãos estatais de assistência técnica, de qualificação e educação servem para os interesses dos trabalhadores. Não negamos as contradições destas instituições e a existência de alguns técnicos bem intencionados, no entanto, é pouco provável que elas contenham o conteúdo e a forma educacional necessários para uma educação para além do capital.

Uma segunda tendência, mesmo sem saber elaborar em termos teóricos a complexidade do problema levantado e sem conseguir encaminhar “soluções” na prática cotidiana, afirma que o “SENAI não nos serve”. Estes trabalhadores tendem a negar a educação e a qualificação capitalistas, mas ainda não têm os elementos necessários para a superação teórica e prática deste

problema. Temos aqui um belo campo de pesquisa e de desenvolvimento teórico para os próximos anos que apenas poderemos esboçar nas páginas abaixo.

É bem provável que se estes trabalhadores vierem a lutar por mudanças educacionais substantivas, irão criar experiências de educação profissional que aliem trabalho não alienante e qualificação para a produção e reprodução da vida em bases autogestionárias. Como papel imprescindível para a emancipação dos trabalhadores, acreditamos que as pesquisas já realizadas na América Latina e outras que poderão surgir deverão resgatar e atualizar o debate da educação para além do capital, interrompido em alguns momentos da história do século XX, e que vem sendo resgatado por algumas vertentes do marxismo. Ele também deverá ser retomado com o intuito de colocar em perspectiva histórica a imprescindível necessidade de construção de uma sociedade para além do capital neste século XXI.

Nesse sentido, a aberração stalinista – antimarxista - provocou graves danos para o avanço da teoria e da prática educacional para além do capital. Ao mesmo tempo, o avanço do fascismo na Europa também teve consequências parecidas. Pesquisas recentes mostram que a subida de Stalin ao poder levou aos assassinatos, envenenamentos ou exílio de inúmeros intelectuais comprometidos com a emancipação humana. Para citar alguns, M. Pistrak, V. Shulgin, Krupskaya, Lunacharski, etc. (Freitas, 2009).

No Brasil, o golpe civil-militar de 1964 e outros golpes militares que varreram a América Latina hispânica interromperam um ciclo de ascensão das lutas dos trabalhadores. Deste ponto de vista, é urgente neste século XXI retomar a contribuição da

pedagogia socialista e seu papel numa transformação radical, que transcenda o trabalho alienado. Na mesma linha, de vital importância resgatar a teoria da revolução brasileira e sua atualização, a partir das mudanças ocorridas no capitalismo brasileiro nos últimos 40 anos. (Rodrigues, 2013).

Se a negação da educação capitalista “O SENAI não nos serve” foi identificada por alguns trabalhadores e, sob outro prisma, por intelectuais latino-americanos, o mesmo já não pode ser dito sobre o que colocar no lugar da escola estatal, das escolas profissionalizantes e das universidades estatais. Isso nos leva às seguintes perguntas: em que medida a escola estatal pode ser reconfigurada num contexto de “economia política de deseducação”? (Lima Filho, 2012; Minto, 2011), isto é, de piora qualitativa das escolas estatais e das universidades destruídas ou mercantilizadas? Em que medida as escolas autônomas dos movimentos sociais devem ser desenvolvidas? Os movimentos sociais podem “puxar” a escola estatal para seus propósitos na ausência de uma revolução?

Em alguma medida, Iasi (2011) deu uma resposta para este problema numa palestra no 5º EBEM. Diante dos desafios atuais:

ou você desiste e vira pós-moderno ou você vai até a classe buscar as mediações políticas, educacionais e organizativas necessárias para construir o movimento de superação. Nesse trabalho, a educação formal e a não formal é essencial. Acredito, como Paulo Tumolo, que a educação formal é necessária, mas insuficiente. É essencial que a classe crie seus próprios espaços formativos, por que não é verdade que o conhecimento considerado como neutro nos

ajude em nossas tarefas pelo simples fato de ser conhecimento humano acumulado, bastando socializá-lo. O conhecimento é revestido de ideologia, direcionado para uma funcionalidade de reprodução e garantia da ordem. Os trabalhadores, na imagem gramsciana, devem fazer seu inventário, resgatar do conhecimento universal mais desenvolvido, bases para a constituição de sua autonomia de classe, desvelando os fundamentos políticos e os interesses de classe que perpassam o conhecimento e as formas educativas e essa é uma tarefa que passa pela socialização do conhecimento nos espaços formais, mas exige que saibamos construir nossos próprios espaços formativos, pois certos temas e formas educativas exigem espaços próprios e independentes. (p. 129-130).

Lima Filho (1999 e 2008), desde quando concebeu um projeto de Universidade Popular (PUP) para o Vale do Ribeira (SP) em 1999, projeto do qual fizemos parte, vem teorizando e tentando por em prática uma universidade criada desde o primeiro momento para a emancipação dos trabalhadores. Para isso, acredita que se deve começar pelos fins, pelos objetivos de uma Universidade Popular e pela escolha dos seus quadros. Uma Universidade Popular nestes moldes operaria uma “revolução regional” tendo em vista uma ação consciente e planejada sobre a reprodução social de modo a conquistar graus crescentes de autodeterminação.

Mesmo permeada por lutas que configuram a escola estatal brasileira, devemos reconhecer que o capitalismo sob hegemonia financeira destruiu a escola estatal. Não são poucas as pesquisas

que mostram o aumento do analfabetismo funcional, até mesmo na Europa. Se no período 1945-1973, a pressão dos trabalhadores e as necessidades do capital levaram a processos de universalização da educação com uma qualidade razoável, no período recente os projetos educacionais e de qualificação estão cada vez mais permeados pelas necessidades da “pedagogia da qualidade total” para um polo pequeno dos trabalhadores e uma pedagogia do analfabetismo, da pedagogia para o trabalho precário ou a pedagogia do desemprego para uma boa parcela da humanidade.

Uma boa maneira de enxergar esta crise civilizatória é através do mundo do trabalho, onde temos uma massa de desempregados, terceirizados e subempregados, e uma parcela menor tem carteira assinada, direitos trabalhistas, uma melhor qualificação, mas também não escapa da superexploração do trabalho. Essa é uma das faces do capitalismo sob hegemonia financeira, denominada por Mészáros como “crise estrutural do capital”, crise esta que não pode ser confundida com catástrofe.

A partir do que foi exposto nas linhas anteriores, ao menos no curto prazo e num contexto defensivo, acreditamos que os centros educacionais dos movimentos sociais classistas deverão resgatar alguns pilares da escola soviética pré-stalin, os adaptando e enriquecendo a partir das contribuições do materialismo histórico nos últimos 70 anos. Deverão resgatar o acúmulo teórico do marxismo latino-americano, seja no campo educacional ou no campo do pensamento crítico, além do marxismo internacional herdeiro do pensamento de Marx, para desenvolver uma teoria e prática para além do capital.

Num contexto ofensivo, tendo em vista um salto revolucionário permeado por ações no campo da contestação da

propriedade privada, do controle dos meios de produção pelos produtores livremente associados e pela desmercantilização, o campo educacional – escolar e não escolar - deverá trazer para si os seguintes pilares – já destacados no capítulo 1: o exercício da autogestão na escola: rodízio de funções, hábito coletivo e autogestionário. Este princípio tem como base a pedagogia da auto-organização/criação de novas relações sociais na escola; a realização de Trabalho Socialmente Útil nas escolas; a preparação para a luta; utilização do método de complexos temáticos/estudo a partir da totalidade tendo em vista a compreensão do sociometabolismo do capital dentro de uma perspectiva totalizante, dinâmica e contraditória, que combine totalidade e particularidade; atualidade: inserção da escola nas lutas contemporâneas da sociedade; educação estética: preparação para a compreensão e construção de cultura não mercadológica; educação física, para o desenvolvimento do corpo humano; estudo da história de um ponto de vista materialista e resgate da Teoria da Revolução brasileira; exercício do trabalho desalienado: intimamente ligado com a autogestão e a não separação entre concepção e execução, isto é, a escola deve preparar para o trabalho coletivo e desalienado; socialização do conhecimento historicamente acumulado e ao mesmo tempo a realização de um balanço da ciência do capital, isto é, como a ciência e a tecnologia não são neutras, realização de um *inventário* e *filtro* das forças produtivas e destrutivas criadas pelo capital e desenvolvimento de tecnociência para a emancipação humana, tendo em vista a desmercantilização completa da sociedade e o autogoverno pelos produtores livremente associados.

Considerações Finais

As respostas irracionais do capital a crise mundial contemporânea – que não pode ser confundida com catástrofe – nos colocam mais uma vez o desafio de construção da sociedade comunista no século XXI.

A história já nos mostrou que a autogestão é possível. Marx nos mostrou em diversos dos seus escritos que é possível construir uma sociedade sem classes sociais, sem patrões, que supere o sistema salarial e o Estado. Também dizia que as cooperativas e associações esboçam o que seria uma forma superior de produção, ainda que reproduzam todos os defeitos do modo de produção do capital.

A atividade de trabalho pode ter sentido social, pode se tornar trabalho associado, pode haver graus crescentes de controle da produção e reprodução da vida material e uma total desmercantilização da vida. Da mesma forma, a superação da hierarquia na fábrica e a urgente necessidade de coordenação global da produção pelos produtores livremente associados – dentro de um projeto revolucionário - são temas desafiadores para este novo milênio.

Acreditamos que a autogestão é possível e necessária enquanto proposta totalizante. Para nós, o problema dos trabalhadores latino-americanos não está circunscrito ao trabalho em sentido *stricto*. As “soluções” fragmentadas, segmentadas, departamentalizadas dispersas e difusas implementadas pelas lutas pontuais não servirão mais neste século XXI. Mas não podemos esquecer que o capital tenta cooptar direta ou indiretamente toda e qualquer forma de emancipação, trazendo-a para dentro da

ordem. Nesse sentido, basta um passo para que as estratégias de resistência dos trabalhadores sejam transformadas em empreendedorismo, da responsabilidade social, etc.

Por outro lado, a crise estrutural do capital, sua incontrollabilidade e avanço destrutivo tendem a criar novas lutas que oscilam entre a busca por direitos pontuais e a conformação de lutas anticapital que colocam em xeque os principais determinantes do sociometabolismo do capital (Mészáros, 2002). Nesta esteira, o trabalho associado é um princípio educativo fundamental, na medida em que supera – embrionariamente – o trabalho alienado. Ao mesmo tempo, já temos na América Latina inúmeras estratégias mais autônomas de educação que em alguma medida escapam ao controle do Estado e da “responsabilidade social” das corporações que podem ser inseridas no campo das lutas anticapital. Poderíamos destacar as Escolas Itinerantes do MST, as escolas zapatistas, os Centros de Agroecologia mais avançados do MST e a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes. Todas estas escolas têm cumprido um papel fundamental, ainda que insuficiente.

Vimos neste capítulo que esta insuficiência é resultante das contingências históricas e da ausência de uma teoria educacional para além do capital nos sindicatos, nos partidos, nos movimentos sociais que teorize o papel da educação escolar e não escolar, dentro de um projeto de superação da sociedade de classes.

No que se refere a ponta superior do nosso precário sistema educacional – a universidade pública, em nossa tese de doutorado, procuramos observar que existem alguns poucos “nichos” de pensamento crítico (Leher, 2008), mas eles sobrevivem como reféns na cidadela inimiga: conseguem até sobreviver e criar

alguma relação mais profunda com os movimentos sociais, mas não têm o poder para ajudar os trabalhadores numa possível e necessária transição para além do capital. (Novaes, 2012).

As lutas educacionais do século XXI deverão necessariamente criar sistemas paralelos e independentes do Estado e, ao mesmo tempo, revolucionar o sistema educacional estatal. No entanto, aqui teremos um enorme problema a ser equacionado, pois o sistema estatal está constituído principalmente por trabalhadores educacionais vindos de universidades particulares, por trabalhadores escolares temporários e eventuais trabalhando em duas ou três escolas, por professores sem condições de trabalho e aposentadoria, que tendem a reproduzir a ideologia dominante.

8 - O Centro Nacional de Formação em Economia Solidária: as contradições da educação autogestionária do Movimento de Economia Solidária

Introdução

Este capítulo pretende refletir sobre as contradições da educação autogestionária do Movimento de Economia Solidária. Para isso, nos apoiamos na experiência do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES - Nacional).

Nos últimos anos, inúmeros movimentos sociais criaram suas estratégias de educação formal e não formal. Poderíamos destacar o Núcleo de Educação Popular 13 de maio, as Escolas Sindicais da CUT, o Instituto Josué de Castro (MST), as inúmeras escolas itinerantes e de Educação Básica do MST, as Escolas de Agroecologia do MST e a Escola Nacional Florestan Fernandes. Na Argentina, os *bachilleratos* nas Fábricas Recuperadas e a Escola de Formação Política Latinoamericana “José Carlos Mariátegui”, no México as escolas zapatistas, no Equador na Universidade Intercultural das Nacionalidades e Povos Indígenas, dentre outras.

O Centro Nacional de Formação em Economia Solidária se insere nesta tendência, mas possui algumas especificidades que pretendemos delinear. Para isso, na primeira parte do capítulo, fizemos uma breve análise do Movimento de Economia Solidária e das experiências de Trabalho Associado, pois o CFES Nacional foi criado para produzir/reproduzir os valores e as qualificações necessárias para o florescimento da Economia Solidária. Já cabe

adiantar a nossa restrição tanto ao termo quanto ao projeto político-educacional das principais correntes da Economia Solidária.

Na segunda parte, iremos nos deter em algumas dimensões da formação para Economia Solidária no CFES Nacional para apontar as contradições existentes num centro educativo com expressão nacional. O intuito dessa abordagem é vislumbrarmos as potencialidades, mas principalmente observar os limites dessa proposta formativa em direção ao enfrentamento do sistema do capital.

Na terceira parte do capítulo retomamos o debate da positividade do trabalho associado para afirmar que acreditamos que ele é um princípio educativo. Em seguida, nesta mesma seção tecemos algumas linhas sobre a necessidade histórica da educação para além do capital e delineamos alguns dos seus pilares.

O Movimento de Economia Solidária e o Trabalho Associado

Diante da ofensiva do capital contra o trabalho, com repercussão na diminuição do poder de barganha da esquerda tradicional organizada em sindicatos e partidos, contraditoriamente, emergem novas formas de contestação dos trabalhadores e *excluídos* do mercado formal aos mecanismos de opressão subjacentes aos processos de expansão do capital.

Contrariando as teorias do “fundo do poço”, as quais difundem que não há alternativa ao capitalismo (SILVER, 2005), as novas ondas de contestação e os movimentos sociais podem ser representados, de um lado, pela diversidade dos movimentos anti-

globalização que propõem atacar os organismos mundiais do capital, entre eles o de Seattle em 1999 e o Fórum Social Mundial; de outro, pelos movimentos que se pautam na auto-organização dos meios de produção e da luta pelos trabalhadores. Ainda que não possamos atrelar de modo direto esses últimos às lutas autonomistas ocorridas em diferentes momentos históricos, em decorrência da sua especificidade e diversidade, podemos dizer que se constituem numa forma de resistência ao capital que tem na auto-organização dos trabalhadores seu fundamento.

No Brasil, a partir de meados da década de 1980, há a emergência de novas formas de associação dos trabalhadores com base na organização coletiva dos meios de produção por meio do que denominam autogestão. Essas experiências emergem tanto com a recuperação de fábricas falidas e em processo falimentar pelos trabalhadores, como também de outros processos sociais de caráter comunitário que se afirmam pela forma cooperativa das relações de produção e comercialização. Neste último caso, uma das experiências pioneiras se deu a partir dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), muitos deles assessorados pela Cáritas brasileira⁶⁰. Das experiências dos PACs surgiu o termo Economia

⁶⁰ A Cáritas foi criada no Brasil em 1956, pela ação de Dom Helder Câmara durante a 3ª Assembleia da CNBB. Sua atuação foi fortemente influenciada pelas mudanças com o concílio Vaticano II, iniciado em 1962, que previa a mudança de concepção e presença da igreja mais sintonizada com a miséria do mundo e do Brasil (Borghetti, 2007). Nesse momento, a atuação da Cáritas esteve marcada pelo trabalho assistencial de atendimento à população miserável com destinação de donativos. A partir da década de 1960, as entidades membros da Cáritas aproximam-se da teologia da libertação e da pedagogia libertadora freireana por meio da ação voltada à conscientização dos miseráveis nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). Na década de 1980, a Cáritas foi importante articuladora e fomentadora das experiências de subsistência voltada para população pobre nos

Popular Solidária, expressão empregada por esta instituição.

A emergência da Economia Solidária, no Brasil, representa uma dessas experiências de associativismo constituídas por setores marginalizados da população e sujeitos à precarização do mercado de trabalho. Cruz (2006) salientou que as iniciativas de Economia Solidária são similares nas quatro cidades do cone sul - Buenos Aires, Montevideu, São Paulo e Porto Alegre – e caudatárias dos *novos* movimentos sociais, sendo que sua história de luta inicia com a oposição ao golpe militar e ligam-se aos *excluídos* da classe trabalhadora tradicional.

Arantes (2002) e o coletivo Usina (2012) observaram o surgimento de mutirões a partir dos anos 1980 que têm como princípios: a auto-organização do trabalho, a tentativa de amenização da exploração do trabalho, a produção de casas como valores de uso e não de troca, o papel dos arquitetos como intelectuais que não separam concepção de execução e estão a serviço dos movimentos sociais. Cabe sublinhar também que são raríssimas as cooperativas de construção civil no Brasil, isto é, temos poucas experiências de geração de trabalho associado no campo da construção civil (Ewbank, 2010).

Observando mutirões na cidade de São Paulo, Arantes (2002) aponta que o mutirão autogerido não é apenas uma alternativa para os sem-teto, mas um espaço para a experimentação

PACs (Projetos Alternativos Comunitários), sendo que estes foram substituídos, entre as décadas de 1980 e 1990, pela Economia Popular Solidária. Bertucci e Silva (2003, p. 15) dizem que o enrijecimento das entidades financiadoras de cooperação internacional conduzem a Cáritas a buscar novas formas de financiamento por meio de convênios com o poder público e depender mais dos fundos das campanhas de fraternidade.

do que pode vir a ser um desenho emancipado das casas e da cidade. Como salienta Sérgio Ferro (2006), o fato da construção ser um processo mais simples que o industrial a torna um laboratório para os trabalhadores exercitarem o controle da produção e se prepararem para transformações de natureza emancipatória. Mas a contradição dos mutirões autogeridos é que eles constroem um valor de uso, isto é, casas que conseguem escapar do espaço de produção e consumo de mercadorias. No entanto, ainda não conseguiram engendrar formas de se emancipar do trabalho assalariado-precarizado, seja porque estes homens e mulheres trabalham numa fábrica aonde vendem sua força de trabalho, seja porque trabalham no mercado informal fazendo bicos, ou porque estão desempregados.

Ainda que com graus crescentes de controle sobre o próprio trabalho, permanece como desafio para estes movimentos sociais e para os intelectuais que lhes assessoram inventar numa escala mais ampla o trabalho desalienante-não estranhado na construção civil.

Principalmente no Acre (Floresta Amazônica), surgiram inúmeras associações de seringueiros nos anos 1980. As associações de seringueiros tentam utilizar os recursos da floresta de forma adequada e tendem a ser distintas das formas de produção destrutiva. As associações de seringueiros tentam sobreviver a duras penas neste comércio injusto e em alguma medida tem um projeto político distinto dos empresários da madeira, já que tentam construir novas relações sociais e não vivem do roubo da madeira ou da exploração inadequada dos recursos da natureza com vistas aos lucro.

Nos estados do Maranhão e Tocantins, surgiram inúmeras lutas pelos Babaçuais Livres. O Babaçu é uma planta da família das palmáceas (Arecaceae), dotada de frutos drupáceos com sementes oleaginosas e comestíveis das quais se extrai um óleo, empregado sobretudo na alimentação, remédios, além de ser alvo de pesquisas avançadas para a fabricação de biocombustíveis. Os fazendeiros da região tentaram impedir o acesso das trabalhadoras e camponesas aos babaçuais e, com isso, surgiu uma das lutas sociais mais bonitas no Brasil, puxadas principalmente pelas mulheres. Já existem algumas cooperativas e associações que estão industrializando, em pequenas fábricas das associações, os produtos do babaçu, dentre os quais sabonetes⁶¹.

Wirth (2010) e Fraga (2012) destacam o surgimento das cooperativas e associações de catadores e de reciclagem como um dos fenômenos mais importantes do neoliberalismo e, acrescentaríamos, da crise estrutural do capital e da regressão social. Num país que não gera muitos empregos com carteira assinada, que concentra renda, que gera uma quantidade imensa de material reciclável, tornou-se mais ou menos natural que inúmeros trabalhadores encontrassem nos materiais recicláveis uma forma de sobrevivência.

No que diz respeito ao trabalho associado no campo, Christoffoli (2000; 2012), além de Dal Ri e Vieitez (2008) destacam também o surgimento do Movimento Sem-Terra (MST) em 1984, como um dos principais movimentos sociais que trouxe o debate e a prática do trabalho associado. O MST tem

⁶¹ Para saber mais sobre as cooperativas e associações surgidas em torno da luta pelos babaçuais livres, ver Tavares (2008).

uma razoável variedade de formas de organização da propriedade e das decisões, mas é possível identificar ao menos três tendências: a) a produção dividida em unidades individuais/familiares, com algum grau de decisão coletiva no assentamento; b) a formação mista, que combina propriedade coletiva e propriedade individual, mas com inúmeros momentos de decisão coletiva; c) a formação de cooperativas onde a propriedade, o trabalho e as decisões são totalmente coletivos⁶². Cabe sublinhar que o MST tem encontrado dificuldade de induzir o surgimento de cooperativas totalmente coletivizadas.

Também é preciso destacar que desde 2001 o MST elegeu a agroecologia como um dos seus pilares fundamentais. No entanto, uma boa parte dos assentamentos ainda se utiliza das técnicas oriundas da *revolução verde* ou estão sobrevivendo a duras penas, na luta diária para arrancar da terra seu sustento. Na outra ponta, temos a Bionatur e algumas experiências mais avançadas que combinam trabalho associado e agroecologia⁶³.

⁶² Para saber mais sobre as diferentes formas de organização da produção no MST, ver Christoffoli (2000 e 2012).

⁶³ A Bionatur deve ser entendida como uma prática que tem características de desmercantilização ou de *comércio justo* das sementes crioulas. De acordo com informações obtidas no site do MST, a Bionatur é uma cooperativa de produção de sementes agroecológicas. A experiência da Bionatur: “que começou nos assentamentos do MST em Candiota e Hulha Negra, no sul do Rio Grande do Sul, representou o fim da dependência em relação às empresas e a entrada no sistema de produção agroecológico. No início, antes da fundação da Bionatur, as famílias assentadas vendiam sua produção de sementes de hortaliças para as empresas da região. Como não conseguiam muitas vezes vender para as empresas, os agricultores começaram a passar as sementes para outros agricultores. A Bionatur é um instrumento para mostrar à sociedade que a Reforma Agrária dá certo. Além disso, para os agricultores assentados, a Bionatur é "a porta de entrada" para o modelo agroecológico. A Bionatur conta com pelo menos 230

Depois deste breve retrospecto do ressurgimento do trabalho associado, cabe destacar que a inclusão ou não dos movimentos sociais acima caracterizados no campo do Trabalho Associado ou da Economia Solidária varia em função da visão político-ideológica dos pesquisadores. Paul Singer (2011), por exemplo, incluiria todos os movimentos sociais acima mencionados dentro do campo da Economia Solidária. Dal Ri e Vieitez (2008), por sua vez, adotam um critério mais restrito, trazendo para o debate o conceito de Trabalho Associado. Para estes, além da necessidade de realizarmos uma crítica ao termo Economia Solidária, um outro limite desta é justamente a ausência de uma visão e um programa de modificação radical da sociedade e não apenas de modificação das unidades produtivas.

Atualmente, o conceito Economia Solidária é utilizado de forma bastante abrangente e sem muita precisão em relação às experiências que o integram, conforme indica Cruz (2006). Em geral, refere-se às experiências de auto-organização dos trabalhadores em diversos setores da produção e apresenta potencial variado de oposição ao capital. Nos Fóruns de Economia Solidária, participam artesãos, pequenos *empreendedores*, cooperativas e associações do campo e da cidade, as quais têm graus variados de críticas ao sociometabolismo do capital.

famílias produzindo sementes livres de agrotóxicos, em 20 municípios do Sul do Brasil além de Minas Gerais. A rede já desenvolveu técnica para produzir 117 variedades de hortaliças, 15 de adubação verde e 10 culturas essenciais para o auto-sustento das famílias. As sementes possuem certificação de produção agroecológica junto ao Ministério da Agricultura e são comercializadas em praticamente todos os Estados do Brasil. A Bionatur agora é coordenada pela Cooperativa Agroecológica Terra e Vida (Conaterra), desde junho de 2005” (MST, 2010).

A partir de 2003, no contexto do governo Lula, algumas das organizações da Economia Solidária passam a ser *protagonistas* das políticas públicas, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Este grupo de poder na sociedade civil passa a pressionar o Estado para a criação das condições gerais de produção e reprodução da Economia Solidária, diga-se de passagem, sem a devida autonomia frente ao Estado capitalista. Ele é fruto da reivindicação de diversas frentes dos movimentos sociais de Economia Solidária no espaço do Fórum Social Mundial (FSM), mas também como uma estratégia do governo Lula de aumentar a governabilidade sobre os movimentos sociais e, posteriormente, no Governo Dilma.

Ao adentrar no campo das políticas públicas, especificamente no que se refere à política de formação profissional, a Economia Solidária foi incluída entre os grupos prioritários no Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por entender que a formação é uma atividade fundamental a esse movimento social, dedica maior parte das suas ações a ela, bem como forja seu próprio projeto de formação por meio da criação de seis Centros de Formação em Economia Solidária⁶⁴.

⁶⁴ Os CFES estão distribuídos nas cinco regiões do país: Norte - coordenado pela Universidade Federal do Pará, Nordeste – coordenado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Sul- coordenado pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS); Sudeste – coordenado pelo Instituto Marista de Solidariedade; Centro-Oeste – coordenado pela Escola de Formação Centro- Oeste da CUT (ECO/CUT), e uma sede nacional em Brasília- coordenado pela Cáritas Nacional, responsável pelas ações nacionais e pela articulação dos CFES regionais.

O Centro Nacional de Formação para Economia Solidária (CFES Nacional)

Reconstituiremos alguns aspectos da análise realizada por Alaniz (2012) sobre a política de formação do CFES Nacional, com intuito de pensarmos quais os elementos existentes nessa experiência que permitem vislumbrar as contradições de um processo formativo que, ainda num estágio embrionário, propõe-se ser alternativo a proposta de formação profissional oficial, que tem como referência o mercado de trabalho e a produção capitalista.

De acordo com a Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica (2010, p.9), o CFES destina-se especificamente à formação de formadores, educadores (as), gestores públicos em Economia Solidária, membros de conselhos de políticas públicas de emprego, desenvolvimento territorial sustentável de Economia Solidária e áreas afins, além do desenvolvimento, sistematização e socialização de metodologias e materiais didático-pedagógicos.

O CFES foi introduzido pela SENAES como estratégia política de fortalecimento do movimento de Economia Solidária, de acordo com os gestores da secretaria e membros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (Alaniz, 2012). O CFES nacional é coordenado pela Cáritas Brasileira, a qual tem incidência significativa na definição e execução das políticas introduzidas pela SENAES⁶⁵.

⁶⁵ Nunca é demais lembrar que a influência da Igreja Católica no Estado, nas políticas públicas brasileiras e principalmente na educação, não é nova. Paiva (1989) destaca as propostas de Paulo Freire dentro do projeto conciliador e nacional-desenvolvimentista dos anos 1950-60. Além disso, também é

A influência da Cáritas nessa secretaria pode ser percebida por meio do papel estratégico que a entidade ocupa na coordenação nacional e executiva do FBES - principal interlocutor da SENAES-, pela presença no Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES) e na coordenação de três projetos expressivos da SENAES, sendo eles: o Brasil Local, considerado o projeto que absorve relevante percentual de recursos da secretaria, o Fundo solidário e os CFES. Cabe salientar também que um membro da Cáritas ocupa uma secretaria estratégica no quadro de gestores da SENAES.

Entretanto, a atuação do CFES Nacional tem frustrado as expectativas criadas com a sua implantação. De acordo com os dados apresentados por Alaniz (2012), esperava-se que o CFES nacional se constituísse em centro de referência na discussão em Economia Solidária, com potencial teórico e de aprofundamento das experiências de formação e difusão de metodologias próprias às especificidades desse movimento social. Essa dimensão projetada para o CFES Nacional com a sua criação é explicitada no relato abaixo:

[...] eu acho que o CFES Nacional não tem que ficar dando cursos, porque nós ficamos fazendo atividades porque estávamos começando, mas o Nacional tinha que ser um espaço para aprofundar a sistematização e não fazer curso, mas estava no projeto que se tinha que fazer processo formativo, o comitê metodológico

preciso destacar que a Cáritas representa uma ala reformista da Igreja Católica, muito distinta, por exemplo, dos *padres vermelhos* que estão na Pastoral da Terra e que ajudaram na constituição do Movimento Sem-Terra.

do CFES discutia essas coisas [...] O papel do CFES Nacional tinha que ser de qualidade na discussão pedagógica e ter uma equipe que desse conta disso. A equipe não foi pensada nesse sentido pelo que me parece [...].⁶⁶

A importância do aprofundamento teórico dos trabalhadores em processo de auto-organização foi objeto de discussões acadêmicas nas teorias que cogitavam o papel da vanguarda do partido e comissões de fábrica, como em Mandel (1974), bem como pelos teóricos que discutiram as experiências autonomistas, as quais, no seu processo de autogestão da produção e da luta, instrumentalizam-se de fundamentação teórica e prática para avançar na conquista da autonomia e ampliar o potencial de subversão do movimento social.

Apesar da dificuldade do CFES nacional constituir-se em centro de referência no aprofundamento teórico e na sistematização de metodologias próprias da Economia Solidária, notamos que a importância dessa dimensão esteve presente na ótica de alguns membros da SENAES na idealização desse centro. Nesse sentido, a compreensão de que a auto-organização da luta e do processo de trabalho não se faz sem o necessário aprofundamento teórico das experiências históricas dos trabalhadores e sem a reflexão e sistematização das práticas que o movimento desenvolve é um aspecto importante a ser considerado na atuação e avaliação do CFES Nacional.

⁶⁶ Informação fornecida pelo ex-membro da SENAES, do departamento de Estudos e Divulgação, em entrevista concedida em 10 de set. de 2011.

Embora tenha havido discussão política voltada às formas de produção e comercialização, o CFES nacional não avançou ou politicamente não tinha interesse em avançar nessa discussão no sentido de compreensão do movimento de economia solidária/trabalho associado, do seu potencial de ação diante dos mecanismos do capital, nas suas estratégias de luta e discussão do desenvolvimento tecnologias apropriadas para o trabalho associado, mesmo considerando o estágio incipiente dessas discussões. O relato abaixo expressa essa dimensão:

[faltam] ferramentas que a gente possa desenvolver com a comunidade [...] mas a gente entende que vem de acúmulo, a gente já teve uma referência a partir das discussões com os fóruns de Economia Solidária e até o ano passado a gente não tinha essa perspectiva de como desenvolver processos metodológicos de uma questão mais ampla. [...] Eu acredito que a gente precise ter um entendimento sobre o que é o sistema capitalista e nem todos dominam esse histórico, essa construção, especialmente os empreendimentos. Até mesmo para que eles possam se compreender como verdadeiros agentes de formação de uma sociedade de outro processo de sistema econômico. É claro que no dia a dia isso não interfere muito na produção, mas na construção de uma percepção política, enquanto agente social isso é importante pra se perceber no processo como transformador do ponto de vista econômico, do ponto de vista social [...] (PARTICIPANTE CFES NACIONAL, 2011 *apud* Alaniz, 2012, p. 228)

Podemos notar que a necessidade de formação política voltada para a compreensão de suas práticas de luta e do sistema do capital é percebida por alguns dos trabalhadores associados que participam das atividades no CFES⁶⁷. Além disso, os associados falam da necessidade de oferecer esses instrumentos para a base do movimento como condição para estabelecer suas estratégias de luta.

O fato de o processo formativo estar organizado em cursos e oficinas e não ser um processo permanente, no qual recorrem continuamente às organizações e os formadores de formadores do movimento de Economia Solidária, também é um dos fatores que dificultam o aprofundamento teórico. Nesse caso, a formação permanente (Mészáros, 2005), necessária aos processos de enfrentamento da ordem social e à construção das práticas autogestionárias, ainda não é uma realidade e nem se vislumbra possibilidade futura para se efetivar.

A organização dos CFES decorre do fato do programa de formação estar condicionado à política pública da SENAES no contexto da política vigente no governo Lula-Dilma.

Esse governo, embora contemple a Economia Solidária como alvo de políticas públicas em diferentes programas, tem um projeto político que pode ser caracterizado como um projeto de concessão política, já que tem como eixo central a reprodução do capital financeiro. Desse modo, a política pública de formação apresenta-se por meio de ações pulverizadas, pontuais e não permanentes, em conformidade com a lógica de edital organizado

⁶⁷ Para o debate da formação política nos movimentos sociais, ver Rodrigues (2013).

em períodos pré-determinados.

A impossibilidade de expandir significativamente as ações de formação para Economia Solidária é evidenciada quando consideramos o descompasso entre o orçamento da SENAES e a significativa demanda por ações formativas. Também no âmbito de outros programas, como o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), o recurso é bastante reduzido se comparado com as instituições privadas que oferecem formação profissional, como o sistema S, por exemplo, como mostrou Alaniz (2012).

Entendemos que o acesso ao conhecimento das estruturas de funcionamento do capital e das lutas travadas pelo movimento operário no decorrer da história, concomitante ao processo de organização do trabalho fundamentado no poder dos trabalhadores, são condições fundamentais para se avançar nas estratégias de enfrentamento das relações sociais capitalistas, na condução da organização do trabalho associado e para se colocar a tarefa de integração das lutas valendo-se de uma concepção ampla da vida social. Bernardo (2009) observa que esse saber é caro aos capitalistas, pois sua aquisição depende do lugar que ocupa na hierarquia social e é com base nesses saberes que essa classe se reproduz.

O CFES nacional contemplou a discussão política prevista no projeto político pedagógico que concorreu ao edital, no Termo de referência de implantação dos CFES (Brasil, 2007, p. 5-6) e no eixo três da I Conferência Temática (2010, p. 6 apud Alaniz, 2012). Apesar disso, a formação política é uma das principais carências destacadas por nós.

Outra dimensão da formação política é a construção de mecanismos voltados à integração das lutas dos trabalhadores. Observamos, em Alaniz (2012), que um momento importante da formação política foi a vivência na Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contudo, evidenciou-se o desconhecimento por alguns integrantes dos CFES Nacional da organização do MST e certo estranhamento quanto aos seus instrumentos de luta, o que nos ajuda a explicitar, mais uma vez, que a Cáritas representa uma ala da Igreja Católica que não quer a luta de classes, e sim a mudança social através da *humanização* dos seres humanos pelo diálogo.

É notório que ao mesmo tempo em que existe o afastamento em relação a esse movimento dos trabalhadores, ele é citado como parte do movimento da Economia Solidária, conforme os membros da SENAES, do FBES e nas atividades do CFES.

Notamos a dificuldade de unificação das lutas por meio dos processos formativos, principalmente porque essa dimensão é desconsiderada entre os objetivos e metas nos principais documentos oficiais de referência para a Economia Solidária. No 2º módulo do seminário de sistematização do CFES nacional (CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011), dos quatro centros de formação, dois deles, o CFES Centro-Oeste e o CFES Sul, indicaram que não há uma relação estreita entre os movimentos, embora façam parte das atividades de formação do CFES. No entanto, em alguns momentos, essa questão aparece no seminário do CFES nacional e é percebida como uma dificuldade que restringe a atuação do movimento em direção a uma postura mais combativa. (Alaniz, 2012).

A importância da unificação das lutas remete ao próprio poder combativo e de proliferação das organizações dos trabalhadores em escala ampliada, uma vez que o combate ao sistema orgânico e expansionista do capital não pode se fazer sem a corresponde expansão dos movimentos dos trabalhadores estruturados em práticas sociais abrangentes, autônomas e horizontalizadas. Bernardo (2009) observa que ao desenvolver as formas radicais de luta em relações coletivas e igualitárias e pelo inter-relacionamento social genérico que representa a conexão entre as lutas, a classe trabalhadora apresenta um modelo social alternativo ao capitalismo. O autor menciona que a luta permite aos trabalhadores entrar em contato com o fundamento do capitalismo, pois circunscritos na disciplina fabril num processo que subtrai seu tempo de trabalho, os trabalhadores não podem contestar globalmente o capital e não possuem compreensão genérica dos mecanismos econômicos. Só assim eles podem construir novas relações sociais.

O tema da integração das lutas aparece em alguns momentos do processo formativo de forma assistemática, entretanto, a reflexão sistemática e o aprofundamento do tema não têm acontecido. Isso indica pouco potencial para avançar na compreensão dos processos de resistência e unificação das lutas com base nas experiências históricas de auto-organização dos trabalhadores. Essa dimensão é condição fulcral na proposição de uma educação para além do capital.

Contraditoriamente, as discussões relacionadas ao fortalecimento dos empreendimentos de Economia Solidária não têm seguido a direção da problematização e aprofundamento das ações do próprio movimento na sociedade capitalista, ao contrário, tem

se estabelecido como horizonte para a atuação do movimento de Economia Solidária a perspectiva da discussão ecológica voltada para o desenvolvimento sustentado. Esse aspecto pode ser percebido nos documentos de referência para a SENAES e CFES Nacional (I e II CONAES 2006 e 2010; I e II Oficina 2006 e 2007; IV Plenária do FBES, 2008).

Ao se definir como horizonte da ação formativa o discurso reformador de *outro modelo de desenvolvimento* pautado na sustentabilidade ecológica, não se problematiza a questão da produção destrutiva e do trabalho alienado, e a proposta política de desenvolvimento, tipicamente criada pelo capital para *despistar* e amenizar a luta de classes, sem a questionar os fundamentos da exploração-alienação do trabalho.

Ao converter o *desenvolvimento sustentado* em meta e excluir o confronto com a lógica internacional do capital do horizonte do movimento dos trabalhadores em processo de formação contribui-se na difusão do discurso de aprimoramento das condições de vida no sistema e retira a radicalidade da luta e das organizações criadas e alimentadas a partir dela. Nessa direção, a perspectiva de formação para Economia Solidária, embora se utilize de termos como transformação social, autonomia e autogestão, tem em vista inserir-se no capitalismo com algumas adaptações para torná-lo menos *excludente*, ou ainda, conservar elementos do capitalismo que são imprescindíveis como a concorrência, a tecnologia para transpô-lo a outra sociedade mais sustentável. Dizendo de outra forma, o horizonte socialista que se fundamenta na crítica radical não pode ter a *sustentabilidade* dentro do sistema do capital como meta, ao contrário, entende que é incompatível

qualquer projeto humanizador ou preservacionista dentro dessa perspectiva que tem a exploração-alienação e o lucro como fundamento. (Alaniz, 2012)

Outro aspecto complementar à ideia de *desenvolvimento sustentado* está contido no conceito de *empoderamento*, terminologia amplamente utilizada nos documentos de formação da SENAES e do FBES. O termo vincula-se à capacidade dos trabalhadores incidirem na política pública em prol das ações de formação e fomento para os empreendimentos de Economia Solidária. O emprego desse termo nos documentos da SENAES retrata que a formação no CFES está perpassada pela tarefa de lutar por políticas públicas.

A luta por políticas públicas, que integra a ação formativa no CFES Nacional, está relacionada a sua própria constituição enquanto espaço destinado a operacionalizar e aprimorar essa política de formação. Além disso, reflete a posição assumida por parte significativa dos sujeitos, empreendimentos e instituições de assessoria que incidem sobre a política da SENAES.

Também a proposta de formação do FBES, em sintonia com as orientações da SENAES, salienta que alcançar políticas públicas é um objetivo a ser perseguido. Algumas de suas bandeiras sobre educação expressam essa dimensão: financiamento público a pesquisas e tecnologias para a melhoria da produção e outras temáticas da economia; fomento à criação e manutenção de Centros Públicos de apoio à Economia Solidária; inclusão da Economia Solidária na educação formal; campanhas e programas públicos de divulgação e comunicação da Economia Solidária; e programa nacional de assistência técnica em Economia Solidária. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008,

p. 24-29)

A questão é saber o que significa para a Economia Solidária ter como horizonte de suas lutas a conquista de políticas públicas. Basta lembrar que as experiências históricas de lutas autônomas, como a Comuna de Paris (1871), a Revolução Russa (1917), a Revolução da Ucrânia (1917), a Revolução Alemã (1919), Húngara (1919 e 1956) e Revolução dos Cravos (1974), com instauração de conselhos fabris, de bairros e comitês urbanos (Tragtenberg, 1986) desenvolveram-se de forma independente do Estado, inclusive opondo-se à sua forma de organização e a qualquer interferência dele na organização dos trabalhadores. Para Tragtenberg (1986) a degeneração do sistema soviético ocorreu por conservar o capitalismo de Estado, que mantém a centralização estatal sob o controle do partido e sindicato, esse fato recompôs a hierarquia na gestão do Estado e nas fábricas com o taylorismo e assalariamento. Nessa compreensão, a autogestão Iugoslava, que se caracterizou pelo formalismo das empresas, foi limitada porque manteve o aparelho político e o poder do Estado.

Podemos dizer que se a luta dos trabalhadores remeter à autogestão das propriedades coletivas isoladas e vislumbrar a participação na elaboração de políticas públicas no âmbito do Estado há forte propensão em arrefecer seu potencial combativo e reproduzir as relações sociais capitalistas. Não negamos a necessidade de acesso aos fundos públicos, mas é preciso sublinhar que a tendência histórica do século XX nos mostrou que os movimentos sociais tendem a degenerar ou serem cooptados na medida em que entram na estrutura estatal. Trata-se de um dos maiores desafios do século XXI, ter acesso e controle dos fundos públicos com a devida autonomia do movimento social.

Sobre este tema, Pinassi (2011) destacou duas tendências nos movimentos sociais contemporâneos. A primeira tendência possui as seguintes características: é geralmente assimilada pelo Estado ou pelas corporações capitalistas; tende a restringir sua luta a questões específicas/corporativas, gerando acomodação/integração do movimento social dentro da ordem do capital. Se isso acontecer, é bem provável que teremos um movimento social reformista e estamos no campo da consciência de classe contingente. Ao mesmo tempo, pode significar a força da classe dominante e sua capacidade de absorção e incorporação dos conflitos sociais tendo em vista a manutenção da sua hegemonia. O segundo grupo, constituído por movimentos sociais classistas, tenta dar continuidade às lutas anticapital e ver a realidade a partir da consciência de classe necessária. Neles, a criatividade não morre, os pilares das lutas anticapital – quebra da hierarquia estrutural do capital, igualdade substantiva, expansão e internacionalização da luta, superação do Estado capitalista, junção das lutas específicas com as questões baseadas no trabalho, etc. são exercitados e dificilmente o movimento social é cooptado pelo Estado, ainda que o movimento social tenha por objetivo o acesso aos fundos públicos.

Algumas considerações acerca da natureza e organização do Estado moderno nos ajudam a compreender as contradições postas para atuação do movimento de Economia Solidária quando elege a política pública como objetivo central a ser perseguido dentro de uma perspectiva de *desenvolvimento sustentado*. Marx (1993), ao discutir a questão judaica diz que não basta à política libertar-se da religião, sendo que transfere ao Estado político a condução da vida social. Desse modo, a política, como

fundamento da organização social enquanto expressão do conjunto de regras criadas pelos seres humanos na condução da vida coletiva, aliena-se dos homens que passam a estabelecer relações estranhadas consigo mesmo e com os outros para se localizar no Estado. Por essa razão, o autor diz que não há emancipação humana dentro do Estado moderno.

Mészáros (2002), em sintonia com Luxemburgo (2005) no que se refere ao caráter de classe do Estado, considera que o Estado é a única estrutura compatível com a estrutura do capital porque se constitui de modo semelhante no que se refere a suas estruturas básicas de comando: hierarquia e poder burocrático, além de exercer função reguladora do sistema de reprodução social. Nessa perspectiva, o Estado assume funções centrais no funcionamento permanente do sistema do capital em seu processo de expansão pelo aumento da produtividade, isso porque o Estado é uma estrutura totalizadora de comando político do capital destinado a complementar os elementos da reprodução material. São efeitos desse caráter complementar do Estado as ações voltadas para o consentimento às fusões, isenções fiscais e até o estímulo à formação do indivíduo consumidor, inclusive por meio de diversas políticas sociais que se destinam a regular o desequilíbrio gerado entre produção e consumo.

Diante das questões apontadas, torna-se bastante contraditório o objetivo perseguido pelas reivindicações da Economia Solidária que perpassam as discussões no processo de formação no CFES Nacional. Na ausência de mudanças significativas, é provável que o projeto político pedagógico do CFES Nacional tenha efeito corrosivo capaz de minar o potencial do movimento na proposição de uma educação e atuação emancipatória.

Uma expressão da contradição que perpassa a atuação do CFES Nacional como política pública no governo Lula-Dilma é a definição do objetivo da formação no centro. Para a política pública o objetivo da formação é a *inclusão social*, conforme as demais políticas em curso no governo, mas, para os membros do CFES e militantes da Economia Solidária, trata-se de transformação social, ou seja, de uma dimensão mais radical e contrária à ideia de inclusão na sociedade capitalista.

[...] Se a gente for pegar o que o projeto diz, ele vai falar em inclusão social, mas eu vejo que a gente está muito mais no âmbito da transformação social do que da inclusão – que era o que o termo dizia e a gente seguiu, todo o debate que a gente faz é contraposição, de pensar uma lógica de educação, de finanças, então é um projeto de transformação social muito além de criar um espaço de inclusão nessa sociedade que explora a todos e todas.⁶⁸

Esse fato evidencia as diferentes lógicas em disputa presentes na inserção da Economia Solidária na política pública, o que implica, neste caso, no alinhamento do projeto pedagógico às orientações mais amplas da política de Estado vigente. Se o movimento de Economia Solidária vislumbra que o processo de formação deveria subsidiá-lo ao enfrentamento da lógica do capital e ao aprofundamento da experiência de auto-organização, o Governo Lula-Dilma, em contraponto, vislumbra a inserção

⁶⁸ Membro da coordenação executiva da Cáritas Brasileira em entrevista concedida em 30 ago de 2011.

desses trabalhadores em alguma forma de trabalho capaz de gerar renda e consumo, num *país de todos*.

Essa perspectiva do Estado é coerente com a política econômica voltada para minimizar a pobreza para inserir parcela pauperizada da população em alguma esfera do consumo, bem como viabilizar à expansão do capital nessa nova etapa de mundialização das relações produção por meio da combinação do trabalho complexo com o trabalho simples. Nesse sentido, não cabe ao Estado objetivar ruptura na ordem social, pois é contrário a sua natureza, mas integrar a população marginalizada no circuito do capital. Diante da subordinação das políticas sociais ao processo expansionista do capital, trata-se não apenas de um problema conceitual e sim de uma questão objetiva, pois modifica o objetivo da formação adaptando-o às adversidades do movimento expansionista.

Desse modo, a formação no CFES Nacional apresenta certas contradições que podem tanto evoluir para uma educação capaz de construir mecanismos voltados para a contestação e tensionamento do sistema do capital em direção à construção do socialismo, como também adaptar-se à sociedade objetivando a inclusão social, hipótese esta mais provável.

Tendo em vista a intenção anunciada de fortalecer o movimento de Economia Solidária por meio do aperfeiçoamento dos processos de auto-organização e da projeção da Economia Solidária no cenário nacional como uma forma democrática de organização dos trabalhadores, a experiência de formação do CFES Nacional propõe-se atrelar trabalho e educação.

Ainda que permeado de contradições, a existência do CFES Nacional pressupõe aprofundar e dar continuidade ao

processo educativo iniciado na produção quando os trabalhadores assumiram coletivamente a gestão da cooperativa ou associação, posicionando-se como sujeitos e contestando a divisão do trabalho, que é um dos pilares centrais das organizações capitalistas, como abordaremos neste texto.

Em geral, o atrelamento entre educação e produção é uma característica peculiar da formação no âmbito do movimento social que organiza coletivamente a atividade produtiva, pois a sobrevivência material dos trabalhadores e a própria sobrevivência do movimento impulsionam a busca pelo aperfeiçoamento técnico-político tendo em vista a construção de relações de produção democráticas. Desse modo, o movimento dos trabalhadores precisa do processo educativo afinado a objetivos emancipadores como mecanismo de revigoramento do movimento e radicalização da luta.

Embora o atrelamento educação e produção seja uma condição fundamental no processo educativo, contraditoriamente, a análise da experiência de formação de formadores do CFES Nacional demonstrou que uma das dificuldades centrais do processo formativo é aprofundar o vínculo produção e formação nos cursos. Isso é evidenciado pelo fato de alguns membros e participantes do curso (Alaniz, 2012) indicarem que uma das dificuldades é assimilar as demandas dos empreendimentos e que, na maior parte das vezes, a formação não tem chegado à base. Isso faz com que a gestão participativa, afirmada nos documentos, é vivenciada no processo pedagógico, mas sem um vínculo profundo com as experiências associativas.

No que diz respeito à Autogestão da Pedagogia desenvolvida nos cursos de formação do CFES nacional, observamos que há a tendência de acentuar a participação plena no âmbito da atividade pedagógica. Isso porque as atividades nos cursos do CFES são organizadas conjuntamente com os participantes, a partir de uma proposta inicial da equipe coordenadora do curso. No decorrer do curso, todas as atividades tendem a ser divididas em equipes, as quais ficam responsáveis por uma parte da condução do curso.

Entretanto, a Autogestão da Pedagogia não pode limitar-se à atividade pedagógica, mas tem que pressupor o atrelamento a todos os processos sociais de decisão envolvidos na atividade de formação, de modo que o conteúdo da formação expresse as demandas das organizações produtivas no aprofundamento da prática democrática e das demais questões tecnológicas do trabalho associado e a participação na definição da política pública. Nesse caso, a participação na definição orçamentária e a definição dos conteúdos de formação escapam ao poder do coletivo. Os conteúdos sugeridos no Termo de Implantação dos CFES, embora pertinentes, são definidos sem partir das demandas do movimento social.

Além disso, os pressupostos teórico-epistemológicos que compõem o discurso pedagógico do CFES apresenta-se, de um lado, marcado por certo ecletismo pedagógico, em especial nos documentos da primeira e segunda oficina, nos quais se enfatiza pela inclusão de diferentes abordagens pedagógicas, entre elas, a pedagogia de Paulo Freire, pedagogia da alternância, o ideário neoliberal do “aprender a aprender” e a Pedagogia da autogestão ; de outro lado, há omissão das principais referências de educação

socialistas de tradição na esquerda do movimento dos trabalhadores, cujas experiências remetem aos educadores da revolução soviética, entre eles, Pistrak, Krupskaya e Makarenko.

Ainda que a opção pelas diferentes abordagens pedagógicas seja a de contemplar a diversidade do movimento de Economia Solidária, a utilização de algumas noções vinculadas ao pensamento hegemônico na educação com vista a adaptação social, tal como analisou Duarte (2004) sobre o lema “aprender a aprender”, é contraditório com o propósito de uma educação voltada para emancipação e que vislumbra a ruptura dessa mesma ordem social. Assim, não acreditamos que seja suficiente, por exemplo, o destaque da educação popular entre as diretrizes metodológicas, pois ou ela não se desenvolve em direção à oposição a ordem social ou ela é distorcida para se adequar ao discurso e aparecer sob a forma de multiculturalismo e respeito às diferenças.

Nessa perspectiva, acreditamos que a Pedagogia da Autogestão tende a encontrar pouco espaço para se desenvolver enquanto uma proposta pedagógica comprometida com a emancipação dos trabalhadores em decorrência do convívio com abordagens antagônicas e da ausência de direcionamento teórico que considere o conjunto das experiências educativas socialistas.

Com esses apontamentos, não queremos desconsiderar o caráter inovador dessa Pedagogia. A raiz do problema parece estar na falta de atrelamento dos empreendimentos produtivos com os processos de formação no CFES Nacional que, além de dificultar a captação da demanda por ações de formação vindas do movimento social, confere ao processo pedagógico uma tarefa a qual ele não pode cumprir. A II Conferência Temática de

Educação anuncia que o papel da metodologia na formação é unir teoria e prática, o que nos parece bastante contraditório se considerarmos que o objeto, que deve orientar a formação em Economia Solidária, é o próprio local de trabalho dos que estão em formação. Essa discussão em torno da metodologia é bastante presente nas instituições escolares, o que é compreensível porque se encontram apartadas do *locus* de produção na sociedade capitalista. Mas não deveria ser um problema para as organizações de trabalho associado. Nesse caso, há uma discussão pedagógica a ser superada na proposta de formação nos CFES.

Outro aspecto que merece destaque, com base nos dados coletados por Alaniz (2012), refere-se à dificuldade em se contemplar na formação discussões relacionadas em as tecnologias sociais, embora prevista no Termo de Implantação do Centro de Formação em Economia Solidária (2007).

Para atender aos propósitos do trabalho associado, as tecnologias devem ser reprojatadas, uma vez que, como traz Novaes (2007), não são neutras. Assim, todo processo de formação deve se desenvolver com base no aprimoramento da organização do trabalho, o que remete a repensar os modelos organizacionais, a técnica empregada, a organização da estrutura de poder no sentido de revê-la constantemente e aprimorar os processos participativos e decisórios, as relações interpessoais, os valores dos produtores e *consumidores*, o questionamento das especialidades e da divisão do trabalho alienante que se sustenta na divisão de saberes e se reproduz pelas diferenças de remunerações e o aumento da vida útil das máquinas, equipamentos e produtos. Para alavancar esse debate é fundamental a interlocução as experiências que têm aproximado os trabalhadores associados das

pesquisas em ciência e tecnologia desenvolvidos nas universidades, em instituições de assessoria e outros centros de pesquisa que se dedicam ao tema.

Alaniz (2012) observa a dificuldade em se contemplar a abordagem da Adequação Sociotécnica no CFES Nacional está relacionada diretamente à dificuldade orçamentária da SENAES e ao caráter provisório desse espaço de formação. O exercício de pensar em tecnologias sociais e aprofundar a discussão demanda processos contínuos, orgânicos e de integração com outras experiências nessa direção.

O conjunto desses aspectos indica que é prematuro nesse momento declararmos que “os processos educativos inspirados na Economia Solidária anunciam uma nova sociabilidade, uma nova sociedade, uma nova forma de produção da vida”, como defende a I Oficina Nacional de Formação-Educação em Economia Solidária (2006, p. 15).

Ou ainda, enveredar pelo discurso predo-minante no campo da Economia Solidária, no qual inclui o secretário da SENAES Paul Singer, ao considerar que essas experiências concretas indicam uma alternativa já em curso na constituição de um novo modelo de sociedade, em oposição à lógica hierárquica e de exploração do trabalho, ao defender que “[...] nós estamos de alguma maneira, fazendo a revolução social no país [...]”. (Alaniz, 2012).

Entendemos que é mais profícuo, nesse momento histórico de ofensiva do capital, explicitar as contradições dos processos de formação vivenciados no âmbito do CFES Nacional, com o intuito de que possamos contribuir para a compreensão do alcance dessa experiência e submetê-la à crítica radical de modo

que a avançar na discussão de uma educação que se proponha ir além do capital.

O trabalho associado como princípio educativo e a necessidade histórica da educação para além do capital

Depois da análise das contradições do CFES Nacional, tentaremos agora recuperar nossas pesquisas no mundo do trabalho associado, pois estas têm evidenciado que nessas experiências há embriões de um trabalho desalienante. Poderíamos citar o caso das Fábricas Recuperadas (FRs), onde há princípios de superação da divisão de trabalho capitalista entre os que pensam e os que executam, entre os que trabalham e os que controlam os meios de produção. Mesmo dentro dos limites de um processo de trabalho que envolve inúmeras cadeias produtivas e inúmeras fábricas, elas tentam superar dentro do seu microcosmo a “hierarquia estrutural do capital” (Mészáros, 2002), tentam reunificar o *homo faber* e o *homo sapiens*. As decisões são tomadas em assembleias democráticas, os trabalhadores fazem rodízio nos postos estratégicos, há revogabilidade dos cargos.

São realizadas ações que permitem o aumento do conhecimento do processo de trabalho na fábrica, que nos levaram a afirmar que temos uma superação parcial da desalienação parcial do trabalho, convivendo com elementos de preservação da alienação do trabalho.

Vimos nas páginas acima muitos limites e algumas positivities na atuação do CFES Nacional para pensarmos em uma educação que vá além do capital. No caso do CFES Nacional, há limites para que essa experiência se oriente aos propósitos

socialistas, entre elas estão: a conquista de políticas públicas como horizonte da atuação pedagógica; a dificuldade em contemplar a articulação das lutas dos trabalhadores no seu projeto de formação política; o insuficiente aprofundamento teórico nas lutas históricas dos trabalhadores com a função de repensar e orientar o movimento de Economia Solidária e a adesão às terminologias e expressões que traduzem posições reformistas ao pressupor o convívio no sistema capitalista, como é o caso do conceito de *desenvolvimento sustentado*. Tendo em vista tais contradições enunciadas, entendemos que as práticas de educação alicerçadas no movimento dos trabalhadores devem ser problematizadas em uma perspectiva totalizante tendo em vista o contexto de ofensiva hegemônica do capital contra o trabalho. Essa abordagem é um meio necessário para explicitar a complexidade envolvida no processo de formação sem cair em justaposições, bem como devem permitir compreender o nível de radicalidade das experiências educativas dos trabalhadores.

O trabalho associado, para se tornar um princípio educativo e evoluir em direção ao fortalecimento da luta anticapital e ao exercício da autogestão, necessariamente deverá questionar os pilares do modelo educacional vigente, que tem como fundamento a pedagogia das competências e do lema “aprender a aprender”. Ao pensar nos desafios a serem enfrentados na constituição de uma educação emancipatória, Mészáros (2005) diz ser necessário a criação de organizações horizontais dos trabalhadores – com vistas a desalienar o trabalho- atreladas a um processo educativo que se oponha às formas de internalização do capital. Somente com outro processo de internalização pode-se contribuir para a transcendência do que Mészáros (2002)

denomina sociometabolismo do capital, o qual se reproduz em todos os planos da vida. Desse modo, não é suficiente a existência da propriedade coletiva dos meios de produção, até porque como discutia Marx (2009) com Proudhon, sua natureza privada enquanto sociedade produtora de mercadorias permanece. A coletivização dos meios de produção, com base na auto-organização do trabalho, pressupõe constituir novos processos sociais atrelados às lutas mais abrangentes dos trabalhadores. A criação desses processos alternativos não se faz sem um processo contínuo de formação dos trabalhadores nos pressupostos da autogestão. Nas palavras de Mészáros:

[...] o que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente. (Mészáros, 2005, p.47)

Apenas uma educação que se norteie pelo princípio da autonomia dos trabalhadores, na produção e na vida social como um todo, e se coloque a tarefa revolucionária de emancipação humana por meio da reorganização da vida material e cultural pode contribuir para minar o sistema do capital.

Considerações Finais

Nas linhas acima, procuramos mostrar que em oposição à ordem expansionista do capital, há a emergência de novas formas democráticas de organizar a produção pelos trabalhadores, que tem o trabalho associado como princípio educativo. Entretanto, como procuramos mostrar, as organizações que trazem experiências de auto-organização têm intencionalidade, propósitos e potencial de subversão bastante distintos. Para nós, ser de propriedade coletiva não significa necessariamente que existam alterações qualitativas nas relações sociais estabelecidas na produção, bem como nos processos educativos em direção aos objetivos socialistas.

O CFES Nacional, apesar de algumas positivities, tende a produzir e reproduzir as pedagogias populares dentro de uma visão de *desenvolvimento sustentado e humanização do ser humano*, através do diálogo, assim como apresenta nos documentos oficiais discurso pedagógico eclético que abre brechas para a reprodução das novas pedagogias do capital.

Acreditamos que os centros educacionais do Mundo do Trabalho Associado deverão resgatar alguns pilares da escola soviética pré-stalin, os adaptando e enriquecendo a partir das contribuições do materialismo histórico nos últimos 80 anos. Deverão resgatar o acúmulo teórico do marxismo latino-americano, seja no campo educacional ou no campo do pensamento social crítico, além do marxismo internacional herdeiro do pensamento de Marx. Só assim conseguiremos desenvolver uma teoria e prática educacional para além do capital.

9 – A economia política da “Revolução Verde”, a Agroecologia e as Escolas de agroecologia do MST

Introdução

Este capítulo pretende refletir sobre a economia política da “Revolução Verde”, o debate da agroecologia e das escolas de agroecologia do MST. Para atingir o objetivo proposto, na primeira seção apresentamos uma análise crítica ao denominado fetiche da *revolução verde*, mostrando a concentração de terra nas mãos de poucos proprietários e de corporações transnacionais, o domínio da produção e distribuição das sementes, tratores, adubos sintéticos e agrotóxicos pelas corporações, além dos inúmeros problemas socioambientais ocasionados por ela: câncer, destruição do sistema imunológico, aumento do desemprego, endividamento dos pequenos produtores, etc.

Na segunda seção apresentamos a concepção de agroecologia do MST, conceito este que vai além dos significados de preservação do meio ambiente e/ou de produção orgânica. A agroecologia é um conceito político-econômico e cultural que mobiliza o MST, no sentido de forjar novas relações sociais que incluem: o trabalho associado; a utilização adequada dos agroecossistemas, a reconstrução da agricultura via reforma agrária popular, com gestão democrática e participativa nos sistemas cooperativados e agroecológicos de produção; a questão de gênero, a questão da desmercantilização e formação educacional para a agroecologia. A entrada da agroecologia na agenda do MST levou à criação de várias escolas “técnicas” de agroecologia, que são

brevemente apresentadas no final do capítulo.

A ofensiva do capital na agricultura e a produção destrutiva: a economia política da “Revolução Verde”

Desde os anos 1960 está havendo uma ofensiva do capital no campo denominada pelos seus ideólogos de *revolução verde*. O mesmo fenômeno é denominado por Novaes (2012) de *economia política do golpe verde*. A economia política do golpe verde configura-se a) pelo novo ciclo de acumulação primitiva (roubo e grilagem de terras, assassinato de lideranças, roubo do conhecimento indígena); b) pela concentração ou domínio da terra por corporações transnacionais⁶⁹; c) pelas fusões e aquisições no ramo das sementes e agrotóxicos, com domínio quase que completo da produção e distribuição das sementes e agrotóxicos por algumas grandes corporações dos países do Norte; d) por uma “revolução” biotecnológica (novos agrotóxicos e sementes transgênicos); e) na ausência de autonomia dos pequenos produtores, cada vez mais trabalhando para bancos e atrelados a corporações agroindustriais.

Segundo Costa Neto (1999), nos últimos 40 anos houve uma drástica reestruturação dos setores de produção de insumos e de transformação industrial, das instituições e mecanismos de financiamento e crédito, dos circuitos da comercialização e da estrutura de mercados. As instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica foram progressivamente adequadas a esse

⁶⁹ A economia política do agronegócio alterou significativamente o mercado de terras e a paisagem do Brasil, por meio de compra ou arrendamento de terras por corporações estrangeiras financeirizadas (Oliveira, 2010).

modelo, com vistas à formação de agrônomos, pesquisadores, especialistas, extensionistas e outros profissionais dentro da filosofia da *revolução verde* (Serafim, 2012).

Numa perspectiva histórica, Pinheiro Machado (2009, p. 1) observa que:

[...] desde Liebig, 1848, a indústria capitalista viu na agricultura uma excelente fonte de reprodução do capital e, a partir daí, as escolas de agronomia, de todo o mundo, não fazem outra coisa que ensinar os estudantes a aplicar fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e usar máquinas pesadas.

Gonçalves (2008, p. 20) define a revolução verde como um:

[...] pacote tecnológico que resultou na industrialização da agricultura brasileira e, consequentemente, no aumento da produção agropecuária, no aumento da exploração da mais-valia social e concentração do capital em suas várias frações, sobretudo a comercial, a agroindustrial, a industrial, a financeira e o fundiário. A organização e a difusão da 'Revolução Verde' foi amplamente 'regada' por significativas somas de recursos provenientes de fundos públicos, privados e de agências multilaterais de desenvolvimento, cuja implementação 'arrebentou' e continua a 'arrebentar' com as lógicas econômicas e organizativas ditas 'tradicionais', entre as quais as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, faxinalenses,

etc. Assim, elementos como a motomecanização agrícola (tratores, colheitadeiras, máquinas de beneficiamento, arados, grades, motos-bombas de irrigação, pulverizadores, aviões agrícolas), insumos petroquímicos (adubos, inseticidas, herbicidas, maturadores, antibióticos, micro-nutrientes, plásticos de uso agrícola em irrigação e proteção de lavouras), plantas e sementes ‘melhoradas’ (híbridas, reengenheiradas e transgênicas), bem como empresas agroindustriais, tornaram-se elementos estruturais em um espaço agrário em mutação. [...] Ademais, [...] subjuga o trabalho dos produtores rurais aos ditames das empresas agrocomerciais, cada vez mais organizadas e participantes de um comércio agrícola mundial oligopolizado e dominado pelas ‘tradings companies’ (Gonçalves, 2008, p.20).

A lógica do produtivismo, ou seja, o máximo lucro no menor tempo possível, sempre presente na história do capitalismo, exacerbou-se nos últimos 40 anos. Guiadas pelo tripé semente transgênica, agrotóxicos/fertilizantes sintéticos e máquinas pesadas, as corporações agroindustriais consolidaram uma estrutura de poder e dominação no meio rural.

Shiva (2001) denomina esta nova fase de mercantilização do capitalismo pelos termos de *novo colonialismo*, *biopirataria* e *biocolonialismo*. Para a autora, enquanto a biodiversidade e os sistemas de conhecimento indígenas satisfazem as necessidades de milhões de pessoas, novos sistemas de patentes e direitos de propriedade intelectual ameaçam apropriar-se dos recursos e processos de conhecimento vitais para os países periféricos, e convertê-los em monopólio vantajoso para as empresas do Norte.

As patentes estão, por isso, no centro do *novo colonialismo*. Além disso, o aumento da produtividade das agroindústrias deu origem a doenças, como, por exemplo, a vaca louca, a gripe aviária, a gripe suína, dentre outras.

É verdade que a ofensiva da “revolução” verde ainda não perdeu a sua hegemonia, mas também é verdade que seu avanço não se deu sem resistência. Na Argentina, no final de 2013, surgiu uma luta na pequena cidade Malvinas, na província de Córdoba. A Companhia Monsanto - indústria multinacional americana de agricultura e biotecnologia e líder mundial em produção de sementes geneticamente modificadas - pretende instalar em Malvinas uma das maiores plantas de produção de sementes transgênicas do mundo. Movimentos sociais, ONGs e grupos ambientalistas estão tentando barrar a construção dessa planta.

São muitas as consequências da economia política do golpe verde: concentração da terra; aumento do desemprego no campo; degradação dos solos; comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos híbridos; devastação de florestas e campos nativos; empobrecimento da diversidade genética dos cultivares⁷⁰, plantas e animais; contaminação da água e dos alimentos consumidos pela população; aumento das alergias, mortes ou invalidez⁷¹; e aumento da mercantilização e proletarização do campo, além do endividamento dos pequenos produtores e

⁷⁰ Ver, por exemplo, o caso do gene *terminator*, um gene que faz com que a semente colhida pelo agricultor se *suicide* quando se tenta semeá-la novamente.

⁷¹ Ver, por exemplo, o caso Sevin. A produção de Sevin (pesticida) no Bhopal, Índia, deu origem ao desastre causado pelo escapamento de gás que provocou a morte de milhares de pessoas e a incapacidade de mais de 400 mil. Além disso, o avanço das sementes híbridas já levou inúmeros produtores indianos ao suicídio.

fechamento de escolas do campo, dentre outras.

Bayer, Basf, Syngenta, Monsanto, Dow são algumas das grandes corporações que controlam o mercado de sementes transgênicas e de agrotóxicos no Brasil. De acordo com Folgado (2013, p. 1), desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. “As quantidades jogadas nas lavouras equivalem a cerca de 5,2 litros de veneno por habitante ao ano e, no entanto, o Brasil representa apenas 5% da área agrícola entre os 20 maiores países produtores agrícolas do mundo”. Isso significa que a produtividade do país não justifica a posição de liderança no ranking de uso de venenos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o uso inadequado ou excessivo desse tipo de insumo pode trazer graves danos à saúde humana e ao meio ambiente.

A especificidade do caso latino-americano está no fato de que reestruturação do foi implementada num processo de contrarrevolução iniciado pelas ditaduras militares, que recompuseram o poder das classes dominantes, em especial o das forças latifundiárias do passado, em associação com o capital estrangeiro e parcelas dos militares e industriais nacionais (Sampaio Jr, 2013; Novaes, 2012). Em outras palavras, os grandes proprietários de terras comandaram, junto com militares, parcelas da burguesia industrial, classes médias, Igreja Católica e a Agência Central de Inteligência (CIA-EUA), golpes que frearam o avanço das lutas dos trabalhadores na região.

Em termos mais gerais, nos anos de 1970 apareceram os primeiros sintomas da crise de acumulação de capital. Como resposta a essa crise, o capital promoveu uma ofensiva que poderia

ser assim sintetizada: a) pressão para a livre circulação do capital financeiro; b) reestruturação produtiva do campo e da cidade; c) inovações tecnológicas que intensificaram a produção e a diversificação das mercadorias; d) expansão em direção a setores e campos ainda não sujeitos à plena mercantilização, como a saúde e a educação, com uma onda de privatizações, que elevou o ciclo da mercantilização a um novo patamar; e) implementação de processos de mudança de localização e terceirização das empresas que praticamente desmontaram o poder dos sindicatos combativos da era do capitalismo taylorista-fordista; f) roubo de terras de pequenos produtores, índios, quilombolas, etc.

Entretanto, a dinâmica do capitalismo a partir dos anos 1970 passa a ser a superprodução destrutiva, atrelada a expansão máxima e ao lucro correspondente, e que engendrou sua autorreprodução alienante de forma ampliada (Mészáros, 2004). Ou seja, ocorrem alterações profundas, tanto no plano objetivo (econômico) da produção, bem como na reprodução das relações de classe, no plano subjetividade⁷². Nesse sentido, podemos verificar que a partir do avanço destrutivo do capital, suas facetas “civilizatórias”, tão propaladas pelos liberais, se esgotaram. No que tange aos movimentos sociais e as transformações no plano político, há uma crise das tradicionais expressões e representações de classe, que culminaram no surgimento dos chamados “novos

⁷² Para Mészáros: “O capitalismo, enquanto modo de reprodução social, é caracterizado pela contradição inconciliável entre a produção para o uso (correspondente à necessidade) e a produção para a troca, que em certo estágio do desenvolvimento se torna um fim em si mesma, subordinando todas as considerações do uso humano a sua lógica completamente perversa de autorreprodução alienante.” (MÉSZÁROS, 2004, P. 297)

movimentos sociais”, que tem como objetivo, não mais à crítica da lógica destrutiva do capital e a articulação de suas bandeiras específicas à luta de classes, e sim, a demanda pela ampliação no estatuto da “cidadania”.

Segundo José Paulo Netto (2008), as bandeiras dos “novos movimentos sociais” se restringem à luta pela inserção no Estado burguês, e não pela sua superação, enquanto instrumento de opressão de classe. Para ele:

As corporações imperialistas implementam a erosão das regulações estatais. Com a “desregulamentação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a sociedade “sociedade civil”, liberando-a da tutela do “Estado protetor” – e há lugar nessa construção ideológica, para a defesa da “liberdade”, da “cidadania” e da “democracia”. (Netto, 2008 p. 17)

Principalmente a partir dos anos de 1980, com o avanço destrutivo do capital e, conseqüentemente, a mercantilização de todas as esferas da vida, começaram a surgir diversos conflitos na América Latina em torno da terra, água, sementes, energia elétrica, petróleo, gás, educação, trabalho, dentre outros. No Sul do Brasil, por exemplo, a destruição dos viveiros da Aracruz (eucalipto) e as lutas da Via Campesina contra a *Syngenta Seeds* (multinacional suíça), podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento dos movimentos sociais na nova ofensiva do capital. Essas lutas ocorreram principalmente em reação a destruição das sementes crioulas, ao papel que a ciência e a tecnologia desempenham no sociometabolismo do capital e em função do controle que as

multinacionais exercem em todas as dimensões da vida dos trabalhadores. Em função de suas contradições, a economia política da reestruturação do campo que o industrializa e eleva a acumulação de capital há um novo patamar, faz surgir vários movimentos sociais que tentam apontar formas e percorrer caminhos antagônicos aos apresentados pelo agronegócio.

A agroecologia para o MST: para além da agenda verde

Para o senso comum a agroecologia aparece associada ao cuidado da natureza, à ecologia, à proteção do meio ambiente, produção de hortaliças e baixa escala. Mas, essa forma de consciência da realidade social tende a ser a forma necessária para a manutenção das relações de dominação (Mészáros, 2004). Para nós, a agroecologia teorizada pelo MST não se reduz à mera agenda ambiental.

Caporal e Costabeber (2002) observam que nenhum produto será verdadeiramente ecológico se a sua produção for realizada à custa da exploração da força de trabalho ou, mesmo que não faça uso de certos insumos, como os agrotóxicos, ou estiver utilizando novas formas de esgotamento do solo ou de degradação dos recursos naturais.

Para Gonçalves (2008) o que mobiliza o MST é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no país, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da reforma agrária, além de propor formas de gestão e participação do campesinato em sistemas cooperativizados e agroecológicos de produção.

Guhur e Toná (2013), integrantes da Escola de Agroecologia Milton Santos do MST (Maringá – PR), observam que se encontra em gestação uma concepção mais recente e ampliada de agroecologia, que tem como pilar político os movimentos sociais populares do campo. Essa vertente não vê a agroecologia como uma solução meramente tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola. A agroecologia é entendida como parte da estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à depredação da natureza. Nessa concepção a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional, como observado pela Via Campesina e pelo MST (Guhur; Toná, 2013, p. 66).

Os autores ainda afirmam que a agroecologia é vista como inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pela reforma agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. Dessa forma, a agroecologia se insere na construção de uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação da vida, sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro e passa a ser a *emancipação humana* (Mazalla Neto, 2014).

A entrada da agenda agroecológica no MST se deu de forma progressiva. Segundo Gonçalves (2008), a renovação da matriz tecnológica da produção agropecuária ganhou força a partir do ano 2000, quando o Movimento iniciou a difusão da ideia de que os acampados e assentados deveriam, primeiramente, garantir a segurança alimentar da família com produtos de qualidade,

diversidade e, sobretudo, livre de agroquímicos e de transgênicos.⁷³

Ainda de acordo com Gonçalves (2008), para o MST a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, técnica das famílias ajudaria a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseado em relações de dominação extremamente severas, como a presença das sementes transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais agrocomerciais (químico, alimentar e financeiro), que põem *na lona*⁷⁴ os agricultores.

Para o MST (2000, p. 50-51) a agroecologia significa o estímulo à prática

[...] agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica.

Em agosto de 2013 a permissão de uso de transgênicos no Brasil completou 10 anos. Nos anos 2000 foram realizadas

⁷³ Sementes que no Brasil eram cultivadas de maneira clandestina e buscadas no Paraguai e Argentina.

⁷⁴ A expressão faz referência à forma precária dos abrigos construídos nos acampamentos que são feitos com um tecido resistente chamado lona. Ainda, em português a expressão *na lona* significa um estado de rotura ou perda emocional, física ou econômica, principalmente em função do endividamento e encurralamento dos pequenos produtores.

inúmeras campanhas contra o uso de transgênicos e agrotóxicos no país, que incluíram ações como ocupação e destruição de viveiros, denúncias na mídia, produção de filmes e documentários, ocupação da sede de corporações, divulgação de relatórios de cientistas contra os transgênicos, adubos sintéticos, máquinas pesadas e agrotóxicos, campanhas entre movimentos sociais, pesquisadores de universidades públicas, setores da Embrapa, e ONGs. Vale destacar que o MST conduziu ou participou das inúmeras ações descritas acima.

No sentido de combater a reestruturação do campo e a revolução verde e difundir a teoria e a prática da agroecologia, o MST realizou até o momento treze Jornadas de Agroecologia, criou inúmeros cursos técnicos de agroecologia, ensino médio integrados, cursos de especialização, graduação e até mestrado. Ele também está difundindo a bandeira da agroecologia nas escolas de ensino fundamental e médio.

O conceito de agroecologia do MST é complexo e diferenciado da análise que reduz o termo à mera proteção do meio ambiente, pois introduz ou abrange vários elementos que incidem sobre o fenômeno. Carter e Carvalho (2004) citam questões adicionais, tais como cooperação, gênero, educação, juventude e meio ambiente.

Podemos levantar a hipótese de que a luta pela agroecologia vem acoplada ao que Mészáros (2002) chama de igualdade substantiva. Se o capital promove a igualdade formal, os movimentos sociais anticapital estão lutando pela construção da igualdade substantiva de gênero, etnia, geração e, principalmente, pela superação da exploração de classe. Não é por mero acaso que as mulheres do MST organizam lutas pela independência

econômica, não subordinação ao marido, se envolveram ao mesmo tempo questões de classe, de gênero e ambientais, numa interessante imbricação (Pinassi; Mafort, 2012, Tait, 2013).

No entanto, mesmo organizados no Movimento, o que proporciona uma prática de luta e conscientização política, os integrantes do MST continuam sendo membros da sociedade e, como tal, sofrem as influências da ideologia hegemônica.

No caso específico discutido aqui, sofrem também a influência e as pressões exercidas pelas grandes corporações transnacionais, que dominam a comercialização e a produção agroindustrial. Desse modo, nem todos os assentamentos do MST estão fundamentados na agroecologia. Por mecanismos diretos e indiretos, tais como a propaganda, que cria o fetiche da “revolução” verde, a influência de técnicos e agrônomos, ou por meio de instrumentos mais sutis, por exemplo, o atrelamento do crédito a aquisição do pacote da revolução verde, o capital cria as condições gerais para a produção estruturada nos moldes da “revolução” verde. Isso faz com que a forma *habitual* de produção agrícola fundamentada no uso de agrotóxicos, adubos sintéticos e tratores pesados seja utilizada em parte dos assentamentos dos movimentos sociais. No entanto, foi possível verificar que, mesmo nesses assentamentos, já há um esforço de, progressivamente, transitar para outras formas de produção. Porém, inseridos no mercado capitalista e num momento de ofensiva do capital, não é fácil contrapor-se à forma hegemônica.

Para o agronegócio o Estado proporciona crédito a juros baixos, subsídios, sementes, assistência técnica privilegiada, desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica aplicada, dentre outros mecanismos e incentivos para a produção requerida

nos padrões da revolução verde (MOURA, 2014). Ao mesmo tempo, as grandes corporações e o Estado tendem a desconfigurar e obstaculizar as condições gerais para a produção coletiva e associada de alimentos saudáveis.

Vários estudos destacam as dificuldades da assistência “técnica” para a agricultura familiar, que convive com profissionais precarizados, poucos “técnicos” por assentamento, péssimas condições de trabalho dos “técnicos”, equipamentos danificados, ausência de formação específica para a agroecologia e de estímulo às redes de comercialização, etc. Essa situação retrata uma das faces do Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro. Nos termos de Marx (1996), o Estado e os Governos criam as condições gerais para a produção e reprodução do capital e aniquila, subordina ou obstaculiza formas de produção alternativas que podem dar origem a um novo modo de produção⁷⁵.

Do ponto de vista do consumo, apesar da existência de redes de comercialização agroecológicas, um dos desafios para a agroecologia é o fato de seus produtos serem acessíveis, principalmente, às camadas média e alta da sociedade brasileira. Segundo informações prestadas pelo responsável do viveiro de mudas da Escola Milton Santos, os custos da produção de legumes e hortaliças orgânicas não são muito maiores do que as cultivadas com agrotóxico. O técnico pode ter razão quando se trata de pequenas plantações. Mas, sem dúvida, a produtividade muito

⁷⁵ Sampaio Jr. (2013) faz um bom balanço das ações dos governos militares para o fortalecimento do agronegócio, passando pelo período de “democratização”, chegando até no lulismo na seção “institucionalização da contrarrevolução e ajuste liberal”.

maior das plantações tratadas com os insumos, bem como o aspecto geral dos produtos, e os serviços dos intermediários que trabalham com os *nichos* de produtos orgânicos elevam sobremaneira os preços pagos pelos consumidores. Também é preciso lembrar que o preço final dos alimentos cultivados com agrotóxico, transgênicos e adubos sintéticos representam apenas a ponta de um *iceberg*. Se levarmos em conta todos os custos gerados pelo agronegócio ao SUS, aos consumidores que têm que comprar um remédio na farmácia por ter sido envenenado, os subsídios dados ao agronegócio, o preço global final dos produtos do agronegócio é caríssimo, ainda que na prateleira apareçam como mais “baratos”.

De qualquer forma, as denúncias e pressões exercidas pelos movimentos sociais, aliadas a uma maior consciência ecológica acabaram resultando em políticas públicas voltadas para a compra de alimentos orgânicos para escolas, creches, hospitais, sanatórios, etc. É o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Porém, mesmo nos municípios onde se aplica essa política, o volume de compra não chega a 10% do total.

Apesar de limitadas e tendendo a se tornar ilhas no mercado capitalista, as experiências de difusão das práticas agroecológicas e de comércio justo devem ser reconhecidas e divulgadas pelos movimentos sociais, como o caso, por exemplo, da Bionatur do MST localizada no sul do país, que vimos anteriormente⁷⁶.

⁷⁶ Seria importante destacar também o arranjo que tem permitido o melhoramento genético de sementes crioulas no Paraná e em Santa Catarina.

A criação das Escolas de Agroecologia

A agroecologia indica uma nova forma de produzir, como já exposto. Desse modo, o MST decidiu criar escolas, alternativas às escolas estatais, que formassem “técnicos” de acordo com às suas necessidades. Para criar as escolas o Movimento se apoiou na sua proposta educacional e nos anos de experiência, mas foi preciso contar, também, com o envolvimento dos seus educadores para a elaboração de um novo currículo voltado para a agroecologia.

Assim, a entrada da agroecologia na agenda do MST levou à criação de várias Escolas de Agroecologia, em diferentes estados do país. Há hoje no Brasil cerca de 30 Escolas de Agroecologia, a maioria concentrada na região Sul do Brasil, principalmente no Estado do Paraná. Há no Paraná cinco centros e/ou escolas de formação do MST que apresentam o debate e a formação para a agroecologia: Escola Iraci Salete Strozak, localizada no município de Laranjeiras do Sul e Escola Ireneo Alves dos Santos, em Rio

Torres-Rego (2015) e Luzzi (2007) sintetizaram os trabalhos de maior repercussão da AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia) do Contestado e Centro Sul do Paraná: resgate e multiplicação de variedades de sementes crioulas de milho, feijão, mandioca, arroz e batata; implantação de um banco de germoplasma crioulo em 2003 e de um laboratório de melhoramento genético em 2004 na Universidade Estadual de Londrina (UEL), subsidiando a realização de experimentos de avaliação de cultivares de milho crioulo pelos agricultores em conjunto com os pesquisadores da UEL; realização de feiras de sementes crioulas; experimentos em manejo ecológico de solos em parceria com o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Agrobiologia; criação de feiras de produtos agroecológicos; comercialização da erva-mate ecológica com a marca Sombra dos Pinheiros por uma associação de agricultores; criação de um consórcio de cinco organizações comunitárias para o beneficiamento e comercialização de grãos ecológicos com a marca comercial de Alimento Sagrado (Luzzi, 2007).

Bonito do Iguaçu, interligadas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO); Escola José Gomes da Silva localizada em São Miguel do Iguaçu; Escola Milton Santos em Maringá; e Escola Latino Americana de Agroecologia, no município da Lapa. Nesses espaços, os Cursos Técnicos em Agroecologia são oferecidos nas modalidades: Técnico em Agroecologia Ensino Médio Integrado; Técnico em Agroecologia - Educação de Jovens e Adultos; Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia; Tecnólogo em Agroecologia; Técnico em Agroecologia com ênfase em Sistemas Agroflorestais; e Técnico em Agroecologia com Habilitação para a Produção de Leite. Os cursos são realizados em parceria com instituições públicas de ensino, com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), certificados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Novaes, SANTOS, 2014).

Documento do MST-PR (2004 apud LIMA, 2011, p.87) apresenta os principais objetivos dos Centros/Escolas de Formação do Movimento no Estado do Paraná.

- Ser um espaço de formação para as organizações da classe trabalhadora;
- Ser um espaço para os encontros do Movimento Sem Terra e outras organizações, que buscam os mesmos objetivos de transformação social;
- Ser uma referência no desenvolvimento de experiências na área de produção agroecológica, apresentando resultados concretos para os

agricultores/as;

-Ser um espaço de desenvolvimento de valores humanistas socialistas, desenvolvidos através da vida coletiva;

-Aperfeiçoar o método de formação técnica e política e escolarização desde o ensino fundamental, como também no ensino médio e superior;

-Ser espaços de desenvolvimento de experiências científicas e tecnológicas, voltados à realidade camponesa;

-Ser um espaço de incentivo e vivência da cultura popular, resgatando especialmente cultura camponesa.

-Ser um espaço onde as pessoas possam conviver, educando-se, trabalhando, divertindo-se e construindo perspectivas de futuro.

Segundo Lima (2012), os fundamentos teóricos e metodológicos dos Centros/Escolas de Formação em agroecologia do MST/PR estão vinculados aos princípios filosóficos e pedagógicos da educação e da pedagogia do Movimento, cuja sistematização é fruto da reflexão sobre a sua práxis política educativa, a partir de três fontes fundamentais: a pedagogia socialista, a educação popular e o materialismo histórico dialético (SANTOS, 2015).

Lima *et al* (2012, p. 4) apresenta também a Proposta Pedagógica dos Centros/Escolas de Formação do MST/PR, dentre eles a da Escola Milton Santos, pontuando que esta proposta

[..] é alicerçada no acúmulo do trabalho e da experiência na formação de militantes e quadros no MST, que toma por base elementos do Projeto Político Pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e as experiências educativas realizadas no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC). Para a formação do Militante-Técnico-Educador em Agroecologia é preciso a apropriação das linhas políticas e princípios organizativos do MST em articulação com conhecimentos técnico-científicos, políticos e organizativos.

Observamos que, para a pedagogia do MST, à educação tem o compromisso político com a transformação social, em consonância com a organização e o fazer educativo. Sendo assim, a formação do sem-terra e as práticas educativas em agroecologia não se resumem às atividades desenvolvidas na escola, mas está forjada, também, nas matrizes da formação humana, dentre elas, “[...] o princípio educativo do trabalho, a práxis social e a história”. (Caldart, 2004, p.42).

Lima (2011, p.76) acrescenta que

As práticas educativas em Agroecologia têm como intencionalidade política e pedagógica um projeto educativo emancipatório que, para a realidade do campo, está associado ao direito à educação escolar e técnica. O entendimento é que, nos assentamentos conquistados pelas famílias Sem Terra, podem se construir alternativas coletivas no interior da práxis política organizativa do MST que inibam a reprodução das relações sociais capitalistas.

Dos princípios e ações da educação agroecológica do Movimento podem nascer *germens* de relações não capitalistas. Afirmam Lima et al. (2012, p.9) que “[...] a estrutura orgânica e o processo de gestão, por intermédio da auto-organização dos sujeitos, é a base que possibilita o planejamento, a organização e a realização do trabalho, que é desenvolvido por meio de relações de cooperação”. Dessa forma, a agroecologia é compreendida no MST como um princípio educativo que orienta os sujeitos, para e na construção de um projeto societário que supere o capital. Roseli Caldart (2013) sinaliza que hoje a agroecologia é a matriz produtiva do movimento, ao lado da cooperação, servindo de baliza para todas as escolas do MST.

A agroecologia no currículo das Escolas Profissionalizantes do MST

Do mesmo modo como ocorre em outros tipos de escolas do MST ou na qual ele tem influência, nas escolas de agroecologia tanto a organização escolar como os currículos são implementados de forma heterogênea. As Escolas de Agroecologia do MST tendem a ter um currículo orgânico e nas escolas estatais nas quais o Movimento tem influência esta agenda pode aparecer de forma menos substantiva.

O curso de agroecologia, assim como os de natureza similar não são apenas técnicos, típicos das ciências duras, com uma grande carga horária nas disciplinas da área de exatas e biológicas. Até porque nenhum curso é apenas *técnico*, nem mesmo os propalados cursos técnicos do Estado são neutros e sem

ideologia. Todo e qualquer curso é político e toda técnica traz em si política, ideologia e interesses de classe (Novaes, 2012; Dagnino, 2014).

Os cursos das Escolas de Agroecologia não são distintos, pois disseminam uma determinada ideologia na técnica que difundem. Pretendem realizar uma crítica à revolução verde e, de forma mais geral, ao sociometabolismo do capital. Ao mesmo tempo em que criticam a revolução verde difundindo pesquisas, documentos críticos à produção destrutiva, críticas às patentes, agrotóxicos, transgênicos, etc. Os cursos do MST colaboram para a construção da teoria e da prática, e contribui para a difusão dos princípios e fundamentos da agroecologia.

Ao passo que os cursos das Escolas Técnicas Estaduais e Federais são conservadores, com muitas disciplinas *técnicas* que não problematizam a relação Ciência, Tecnologia e Classes Sociais (DAGNINO, 2014), poucos conteúdos humanísticos e com um projeto pedagógico voltado ao adestramento da força de trabalho dentro do paradigma das competências/acumulação flexível; nas Escolas de Agroecologia do MST, apesar de algumas contradições e limites, é possível encontrar um currículo mais integrado entre ciências sociais e ciências duras, uma tentativa de apropriação do materialismo histórico e uma profícua relação entre teoria, com fundamentos científicos da agroecologia e crítica científica da revolução verde, e a prática, com experimentação agroecológica.

Contudo, também existem dificuldades nas Escolas de Agroecologia do MST. Guhur et al. (2012) observaram que a apropriação teórica por parte dos alunos ainda é baixa. Além disso, as Escolas de Agroecologia enfrentam muitas contingências: nem todos os professores são orgânicos ao MST, há problemas na

integração das disciplinas, com relativa fragmentação do conhecimento, poucos recursos para a manutenção das escolas, poucos pesquisadores das Universidades e Institutos de Pesquisa desenvolvendo pesquisas agroecológicas, dentre outras.

Considerações finais

Apesar da agroecologia para o MST ainda ser uma área em construção, observamos que para o MST, a agroecologia não se reduz à preservação do meio ambiente. Pelo contrário, o Movimento tem tentado incorporar outros elementos e dimensões, tais como: a cooperação; as questões de gênero; a desmercantilização, e o resgate e a sistematização do saber acumulado pelos camponeses, etc. Ao mesmo tempo, as Escolas de Agroecologia do MST nos desafiam a teorizar a crítica radical à produção destrutiva e ao trabalho alienado. Além disso nos desafiam a pensar formas de unir teoria e prática agroecológica, a experimentação da gestão democrática das escolas e dos sistemas educativos dos movimentos sociais. Nos ajudam a pensar também na criação de um currículo ao mesmo tempo crítico e mais abrangente, para além das divisões clássicas entre ciências sociais e ciências naturais.

Nesse sentido, a agroecologia enquanto um campo de conhecimento abrangente, que amplia os horizontes para além da homogeneidade epistemológica do positivismo acrítico e da rejeição a qualquer epistemologia pelo pós-modernismo, busca em suas práticas, a apreensão do caráter histórico dos fenômenos sociais e a identidade parcial entre o sujeito e o objeto. Ou seja, a teoria e a prática. Entretanto, a agroecologia, para além de um

campo específico de conhecimento, é também um modo de vida que objetiva a ruptura epistemológica com a fragmentação da realidade e o utilitarismo científico destrutivo da chamada “Revolução Verde”. Para além do “desenvolvimento sustentável” ou de variações do “ecocapitalismo”, a agroecologia dos movimentos sociais nos ajuda a pensar a reforma agrária, as formas alternativas de produção, comercialização e educação para além do capital no século XXI.

10 - Notas sobre movimentos sociais e educação: desafios da luta entre capital e trabalho na realidade brasileira

Introdução

Este capítulo tem por objetivo traçar algumas notas sobre a relação entre os movimentos sociais e a educação à luz da particularidade do capitalismo brasileiro. Parte-se do entendimento de que os movimentos sociais constituem expressão da luta de classes. No entanto, existem diferentes explicações teóricas para a existência e forma de desenvolvimento destes movimentos. Por isso, primeiramente será apresentada uma breve síntese das diferentes teorias acerca dos movimentos sociais. E, em seguida, será trabalhado um entendimento específico acerca dos movimentos sociais, enquanto expressão das contradições entre capital e trabalho no modo de produção capitalista. Partindo desta compreensão, na terceira parte do texto serão discutidas as relações entre movimentos sociais e suas potencialidades educacionais na particularidade do capitalismo brasileiro.

Teorias sobre Movimentos Sociais

A professora Maria da Glória Gohn apresenta em sua obra uma síntese das diversas teorias acerca dos Movimentos Sociais. Segundo Gohn (2012), as primeiras análises acerca dos movimentos sociais estão associadas à teoria da ação social, numa busca de compreender os comportamentos coletivos. Gohn

(2012) as denomina como clássicas e as insere no paradigma norte americano, pois foi nos Estados Unidos que apareceram estas abordagens. O enfoque desta explicação é o sócio psicológico, uma vez que é atribuída grande importância à reação psicológica, assim, a adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava. Alonso (2009, p.50) explica

[...] na sociedade de massa, operada via consumo e afinada com o padrão dominante de individuação, a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade ou, conforme Smelser, como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograriam canalizar. De uma maneira ou de outra, a explicação tinha pilares psicossociais, amparando-se em emoções coletivas, e tom sombrio, ressoando o contexto de avanço dos regimes totalitários.

Nota-se nesta teoria uma forte influência do pensamento de Durkheim e sua descrição acerca do estado de anomia, desregramento, estreitamente vinculado às consequências do crescimento desordenado da indústria, que poderia gerar relações precárias, com regras indefinidas, vagas. Desse modo, movimentos sociais seriam gerados em momentos de inquietação social, de incerteza, e seriam fruto de frustrações, de desconforto. A base desta análise é a crença numa ordem social estática, que necessita ser controlada. A falta de controle originaria os movimentos, que seriam um objeto estranho, exterior aos sujeitos históricos.

Nos anos de 1960 se desenvolve, também nos EUA, a

Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), que expressaria uma rejeição às teorias clássicas quanto à ênfase nos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos. A psicologia foi rejeitada como foco explicativo das ações coletivas. O contexto histórico em que aparece esta teoria liga-se à ascensão nos EUA dos movimentos que se baseavam nos direitos civis (etnia), em questões de gênero (feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo)⁷⁷ (Alonso, 2009).

A TMR constrói uma abordagem pautada no utilitarismo, imputando aos movimentos sociais uma lógica empresarial. A decisão de agir partiria de um cálculo racional entre benefícios e custos. Desse modo, a ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura), humanos (ativistas e apoiadores) e de organização. Esta teoria exacerba a racionalidade das mobilizações coletivas, procurando explicar o processo de mobilização e não se preocupando em destrinchar as suas razões relativas ao contexto social e político.

Maria da Glória Gohn (2012) destaca Charles Tilly como um dos mais importantes estudiosos americanos dos Movimentos Sociais. Para esta pesquisadora, Charles Tilly desenvolveu um trabalho histórico sobre as ações coletivas ocorridas na Europa em diferentes períodos, entre os séculos XVIII e XIX, buscando identificar quais pessoas, recursos e fins envolvidos nos

⁷⁷Segundo Alonso (2009, p.51): “McCarthy e Zald (1977) são os epígonos da Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), que fizeram perante as explicações das mobilizações coletivas em termos de emoções coletivas, exacerbando o extremo oposto: sua racionalidade. Contra o funcionalismo, defenderam que, longe de expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, movimentos, como o por direitos civis nos Estados Unidos, tinham sentido e organização.”

movimentos e apontou que o fator gerador básico das mudanças estaria no sistema político institucionalizado, que proporcionou espaços para uma cultura política democrática que configurou a moderna ação coletiva.⁷⁸

Há outras duas linhas teóricas importantes sobre os Movimentos Sociais. Uma delas é denominada de Teoria da Mobilização Política (TMP), surgida também nos EUA e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), desenvolvida na Europa. Estas teorias se destacam por representarem uma crítica à TMR, por ela se restringir aos aspectos organizacionais, bem como coloca-se contra as análises marxistas, tidas como economicistas e deterministas.

Na TMP, o enfoque volta-se ao desenvolvimento do processo político. Um dos seus autores mais representativos, Sidney Tarrow, desenvolveu o conceito de “estrutura de oportunidades políticas” (EOP). A EOP estaria relacionada com as dimensões formais e informais do ambiente político, ou seja, com os canais para a expressão de reivindicações que podem ser mais ou menos permeáveis aos reclamos da sociedade civil. Segundo Tarrow (2009, p. 99):

⁷⁸ Maria da Glória Gohn (2012, p. 64, 65), ao enfatizar o caráter histórico dos estudos de Tilly, esclarece: “Embora muitos autores incluam o trabalho de Chareles Tilly na teoria da Mobilização de Recursos (e eles têm suas razões para tal), achamos que deve haver uma diferenciação, já que ele possui características próprias, um estilo de abordagem que fez escola e uma abordagem essencialmente histórica. Outros autores relacionam o trabalho de Tilly ao paradigma dos Novos Movimentos Sociais, como Foweraker (1995). Discordamos desta posição porque o próprio Tilly destaca o caráter estrutural de suas análises e tece críticas à abordagem centrada apenas nas questões de identidade e na perspectiva microsossial. O que ele partilha com o paradigma dos NMS é a questão da solidariedade, particularmente a solidariedade comunal.”

O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidade para usá-los. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça. Os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político.

Já a TNMS salienta a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas e o processo de identidade criado. Trata-se de um modelo teórico baseado na cultura sem base classista, fundamentado em interesses difusos. Seriam grupos de pressão com o intuito de mudar suas orientações valorativas, dos costumes. O mundo do trabalho teria perdido a centralidade no capitalismo contemporâneo, de modo que os movimentos sociais teriam como foco não mais questões redistributivas, mas, sim, estariam empenhados numa luta simbólica em torno de qualidade de vida, realização pessoal ou direitos humanos.

Entre os principais expoentes desta teoria estão Alain Touraine (França) e Alberto Melucci (Itália). Segundo Alonso (2009), Touraine defende que após 1960 teria se configurado uma

sociedade pós-industrial, em que a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade, por isso os conflitos em torno do trabalho teriam se diluído e a dominação teria se tornado fortemente cultural. As novas mobilizações estariam relacionadas a luta por novas formas de vida, os novos sujeitos não seriam mais classes, mas, grupos marginais como: negros, índios, homossexuais, mulheres, jovens e teriam uma atitude de oposição⁷⁹. Melucci se dedicou a produzir uma teoria da identidade coletiva, elaborada por meio da ação coletiva em que há comunicação, produção e negociação de significados.⁸⁰

A partir das teorias apresentadas, desde as primeiras teorias formuladas, que viam inicialmente as ações coletivas como anomalias, fruto de irracionalidade, passando pela TMR que constrói uma abordagem pautada no utilitarismo, imputando aos movimentos sociais a lógica empresarial, depois a TMP que foca

⁷⁹ “Após os anos 1960 teria se configurado um novo padrão de sociedade, que Touraine, inicialmente, chama de “sociedade programada” e depois de “sociedade pós-industrial”, na qual a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade. Os conflitos do trabalho teriam se diluído, processados pelas instituições democráticas, como expansão de direitos, e pelas instituições capitalistas, como aumento de salários. A dominação teria se tornado eminentemente cultural, feita por meio do controle da informação por uma tecnocracia. Técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas” (Alonso, 2009, p. 60)

⁸⁰ Segundo Alonso (2009), na visão de Melucci: “Os novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas.”

nas oportunidades políticas conjunturais que determinariam as ações dos movimentos até chegar nas Teorias sobre os Novos Movimentos Sociais, poderíamos indagar: o que há em comum entre todas essas teorias?

Primeiramente, não são teorias que constroem explicações abrangentes tendo em vista a totalidade econômica e social. Pode-se afirmar que são explicações que compartimentalizam a análise e enquadram os movimentos sociais na ordem burguesa.

A teoria clássica nega completamente os movimentos sociais como portadores de um papel construtivo na sociedade, já as demais enxergam possibilidades de os movimentos sociais fortalecerem a democracia. Na TMR, o sucesso dos movimentos sociais está estreitamente ligado à disponibilidade de recursos: humanos e materiais. A TMP enfoca as oportunidades políticas, que podem ser criadas pelo próprio Estado e também podem ser obstaculizadas por ele, já que em ambientes repressivos haveria um refluxo dos movimentos sociais.

A TNMS fundamenta-se em diferentes autores, como Touraine e Melucci, que, embora tenham análises particulares sobre os movimentos sociais, possuem algo em comum: defendem que viveríamos numa sociedade pós-industrial, em que o conflito básico da sociedade não se daria mais entre capital e trabalho, mas, sim, no âmbito cultural. Portanto, retira-se de pauta a contradição essencial do modo de produção capitalista e as bases da exploração do trabalho. A grande questão passa a ser a luta por novas identidades e valores, desse modo, são abordados em primeiro plano, por exemplo, os movimentos identitários como o feminismo, o pacifismo, o ambientalismo ou os direitos da cidadania.

Movimentos Sociais e Luta de Classes

Em contraponto a essas abordagens, neste capítulo, percebemos os movimentos sociais como expressão da luta de classes. Os movimentos sociais podem ser compreendidos a partir do que se convencionou chamar de a “questão social” sob o modo de produção capitalista. Desde seus primórdios, em sua fase industrial concorrencial, a pauperização massiva da população constituiu uma das expressões imediatas do capitalismo. Sob o modo de produção capitalista, a classe trabalhadora, alijada da propriedade privada, cria quantidades de riqueza muito superiores ao que recebe sob a forma de salário, que restringe-se a garantir a sobrevivência e a reprodução da classe trabalhadora. O trabalho não pago coloca em funcionamento a acumulação de capital, gerando um desenvolvimento crescente das forças produtivas da sociedade. Este processo conforma a exploração do trabalho e provoca a luta entre as classes: de um lado aqueles que detêm e controlam os meios de produção e, de outro, aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho.

A busca por obter quantidades cada vez maiores de mais valia (trabalho não pago) é o que move a atividade humana sob este modo de produção, o que constitui uma irracionalidade, uma vez que as necessidades verdadeiramente humanas são renegadas, ao mesmo tempo em que se desenvolvem crescentemente as condições materiais para suprimi-las.

O que singulariza a exploração do trabalho nestas circunstâncias é que ao mesmo tempo em que cresce o pauperismo aumenta a capacidade social de produzir riquezas. Este processo é delineado por Karl Marx no capítulo vigésimo terceiro de “O

capital”, na *Lei Geral da Acumulação Capitalista* (Marx, 2013).

Deste modo, a “questão social” está vinculada ao traço próprio da relação entre capital e trabalho, que se distingue pela exploração e que constitui um corolário necessário ao desenvolvimento capitalista em todas as suas fases. Aqueles que se submetem à exploração não se mantêm numa condição cordata, em vários momentos da história se organizaram coletivamente de diferentes maneiras contra a situação em que se encontravam, no século XIX, poderíamos citar desde as ações de violência ludditas contra as inovações produtivas que desempregavam trabalhadores até a constituição das *trade-unions*, configurando uma ameaça real à ordem social estabelecida (Netto, 2015).

Portanto, os movimentos sociais podem ser compreendidos como expressão da contradição fundamental existente entre capital e trabalho.

Esta interpretação implica em um determinado trato teórico da “questão social” que consiste em sua vinculação com a problematização em torno dos fundamentos da ordem econômico-social estabelecida. A ordem burguesa é entendida por Marx enquanto um sistema mundial, com uma tendência histórica de tudo abranger, desde suas origens nas revoluções burguesas clássicas à incorporação de todas as regiões do globo, conforme descrito no Manifesto do Partido Comunista de 1848 (Marx, 2008). Isto não significa que haja um modelo universal de funcionamento do modo de produção capitalista nas diferentes realidades históricas.

Esta dinâmica histórica universalizante se expressa por meio das burguesias oriundas das revoluções burguesas clássicas sedentas por novos campos de acumulação. Neste quadro, cada

um dos objetos singulares, que podem ser, por exemplos, espaços nacionais, são envolvidos numa trama de relações de um modo de produção que a tudo incorpora e subordina. Tais singularidades conforme são incorporadas nessa dinâmica configuram particularidades, compreensíveis a partir de um conjunto de mediações. Somente assim seria possível entender formações econômico-sociais determinadas, particulares.

Deste modo, por estes fundamentos teóricos metodológicos, os movimentos sociais no Brasil são compreendidos como expressão da contradição entre capital e trabalho numa realidade particular, caracterizada por nossa extração colonial. A nossa história esteve marcada pela dupla articulação entre dependência e subdesenvolvimento. A dependência se expressa na dominação imperialista externa e no subdesenvolvimento caracterizado pela manutenção do atraso, como nas relações agrárias vastamente arcaicas, tal como Florestan Fernandes (2006) analisou em *A revolução burguesa no Brasil*.

Podemos adiantar que os desafios colocados aos movimentos sociais no Brasil vinculam-se a uma importante tarefa educacional que se relaciona, conforme Mészáros (2008), à auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar uma ordem social radicalmente diferente, consubstanciada na emancipação dos seres humanos de toda exploração. Por que esta tarefa educacional é fundamental? Porque, se estamos diante de uma ordem social que a tudo abrange e subordina, os desafios daqueles que vivem do trabalho somente podem ser compreendidos a partir de uma construção teórica que busque entender os problemas de nossa particularidade histórica, segundo as relações recíprocas estabelecidas com a totalidade. Assim, a

consciência de classe proletária consiste na consciência do trabalhador acerca do seu ser social enquanto enquadrado no antagonismo estrutural da sociedade capitalista:

Uma teoria objetiva da consciência de classe implica, acima de tudo, a avaliação de sua problemática nos termos da concepção marxiana global do capitalismo enquanto um sistema mundial real. Isso significa que mesmo os fenômenos de conflito social de aparência puramente local têm de ser relacionados à totalidade objetiva de um estágio determinado do desenvolvimento socioeconômico. Sem um esforço consciente de interligar os fenômenos sociais específicos às tendências gerais e às características do capitalismo como sistema global, o significado desses fenômenos permanece obscuro ou parece desproporcionalmente aumentado, e o mesmo se dá em relação às leis gerais – por exemplo, a lei da pauperização, da taxa decrescente de lucro etc., válidas apenas em termos qualificados globalmente – parecem ser, de outra forma, nada mais que especulações e abstrações. (Mészáros, 2008, p. 85)

Desse modo, o desafio educacional e teórico dos movimentos sociais, portanto, estaria em transcender os limites da consciência de grupo, dos grupos determinados de trabalhadores em direção a uma consciência global do ser social.

Movimentos sociais e educação política na realidade brasileira

Os anos entre as décadas de 1950 e 1960 foram caracterizados como pré-revolucionários por Octávio Ianni (1979), por termos vivido uma ascensão da organização e conscientização das classes exploradas nas cidades e no campo, nas ligas camponesas, junto às igrejas, nos partidos, dentre outros. Em várias obras da época se utiliza o termo “Revolução” para examinar o período, seja de obras de marxistas ou não. A título de exemplo poderíamos citar: *A revolução brasileira*, de Caio Prado Júnior (1968) e *A pré-revolução brasileira* de Celso Furtado (1962). Este foi o período de intensificação da industrialização do país, com a formação do proletariado e da burguesia.

Segundo Prado Júnior (1968, p.2): [...] “Revolução” em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais.” (p. 2)

No campo educacional um dos grandes desafios correspondia a como alfabetizar grande parte da população adulta para que pudesse votar e participar das decisões políticas, no processo de construção da democracia. Paulo Freire (2000) em *A educação como prática para liberdade*, no mesmo sentido dos autores citados no parágrafo anterior, dedica o primeiro capítulo a examinar: *A sociedade brasileira em transição*. Ele descreve uma sociedade fechada, sem povo, antidialógica, atrasada, comandada por uma elite superposta a seu mundo para uma sociedade em que

o povo poderia se tornar participante de todas as transformações vividas nas dimensões econômica, social, política e cultural:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (Freire, 2000, p. 90)

Paulo Freire desenvolve várias experiências de educação popular no período assinalado, a partir das quais concebe um método de alfabetização incrustado nas necessidades de conscientização do ser humano acerca dos problemas sociais em que está inserido, sobre suas responsabilidades e sobre seu papel no clima cultural da época em transição. Tratava-se de, por meio de um método de alfabetização, trabalhar pela superação de uma intransitividade da consciência – em que a apreensão dos problemas se situam apenas na esfera biologicamente vital. Passando por uma transitividade ingênua, ainda com limitada esfera de apreensão, com o intuito de chegar numa transitividade crítica, em que poderia ser elaborada uma educação dialogal e ativa, caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas, que seria a matriz de uma verdadeira democracia.

Paulo Freire (2000) destaca a estreita relação entre aqueles que passavam por seus grupos de alfabetização e o maior engajamento em movimentos sociais. A relação ganha ainda mais sentido se levarmos em consideração que a população abrangida por este método era justamente a que mais sofria as consequências da exploração e a total ausência de condições dignas de sobrevivência. É possível assinalar uma intensa conexão entre esta pedagogia - que tem o foco no sujeito e em suas possibilidades de conhecer e conscientizar-se acerca da realidade - com as lutas em torno de terra, melhores condições de trabalho e salários.

No início de 1964, o método Paulo Freire havia se tornado política de Estado, sob o governo do presidente João Goulart. Previa-se a instalação de 20.000 círculos de cultura, com o resultado de 2 milhões de alfabetizados até o final daquele ano. Uma das primeiras medidas da ditadura instalada foi abolir esta política e determinar o exílio de seu formulador.

Conforme Florestan Fernandes (2006), a Ditadura militar instalada em 1964 representou uma contrarrevolução burguesa, detendo os possíveis avanços democráticos e em prol da soberania econômica do país. A burguesia brasileira deixa claro seu caráter histórico nesses anos de chumbo, de subserviência aos interesses dos países do centro do capitalismo, reforçando os laços com o imperialismo; e de onipotência na relação estabelecida com as classes exploradas internamente.

Intensificou-se nesse período a forma como historicamente a “questão social” é tratada no Brasil, como caso de polícia. Os movimentos sociais, ligados às lutas trabalhistas, aos camponeses, aos estudantes foram barbaramente perseguidos, as lideranças torturadas e muitos exilados (Novaes, 2012). Entre

1964 e 1968, o principal movimento que serviu de aglutinador das forças de oposição à ditadura, foi o movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve importância significativa por conseguir se manter nas manifestações, apesar do cenário truculento que exterminou as possibilidades de organização dos sindicatos, circunstâncias que só se concretizaram para os estudantes após o AI-5 no ano de 1968 (Sanfelice, 2008)

Após os anos de chumbo, a Igreja Católica exerceu um papel importante na organização da resistência à ditadura. Setores da Igreja foram influenciados pela Declaração de Medellín, oriunda da II Conferência Geral do Episcopado latino-americano. Conforme esta declaração, a “salvação” é anunciada na instauração de condições de vida mais humanas e há uma ênfase na denúncia das estruturas sociais produtoras das desigualdades, exploração e miséria. Há também o incentivo à constituição de comunidades, que vão se consubstanciar nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Segundo Eder Sader (1988), em 1981, chegou-se a mais de 80.000 CEBs, com mais de 2 milhões de pessoas envolvidas. Essas comunidades congregavam grupos que, inspirados no Evangelho, passavam a debater suas precárias condições de vida, bem como possíveis propostas de superação dessa situação.

As CEBs estão na base dos movimentos sociais surgidos na década de 1980. Como foi o caso dos movimentos urbanos na Grande São Paulo: relativos ao Clube de Mães, que se colocaram em luta pela redução do custo de vida e também ao Movimento de saúde da periferia leste, que defendia mais postos públicos e saúde de qualidade. Num e noutro caso, esses movimentos tiveram um papel educativo bastante significativo. O Clube de Mães multiplicou atividades de educação popular em torno do custo de

vida. Nas reuniões se discutiam os significados, as causas e os interesses envolvidos. Temas específicos como a questão agrária e a dívida externa foram debatidos.

No Movimento pela saúde chama a atenção que a luta ganhou muita força depois da atuação dos médicos sanitaristas que desenvolveram atividades para esclarecer as famílias sobre doenças, circunstâncias de propagação e qual poderia ser o papel do Estado no atendimento público. Para Sader, são homens e mulheres tomando contato com as razões que determinam seus dramas sociais, conscientizando-se a respeito de sua condição (Sader, 2008).

O que se verificou no período foi um grande crescimento no número de movimentos sociais atrelados a pautas específicas, fundamentadas na luta por direitos que de certo modo alimentaram as lutas populares em torno da Constituição promulgada em 1988. De um lado, a estreiteza das reivindicações se justifica pelo contexto truculento e de desmantelamento das organizações políticas do período pré-ditatorial, de outro, há um elemento relacionado às questões teóricas atinentes aos movimentos sociais.

Nesse sentido, Virginia Fontes (2010) afirma que ao final da década de 1970 ocorre a volta de muitos intelectuais do exílio, influenciados pela produção sociológica internacional dedicada aos “novos movimentos sociais” que estabelecia uma forte crítica às abordagens que relacionavam as estruturas às classes sociais, considerando-as como não lastreadas na experiência imediata dos sujeitos, portanto, não suficientemente empíricas. Desse modo, teria havido um desdém a qualquer referência à totalidade e ao modo histórico de constituição dos sujeitos.

Assim, há a confluência de dois aspectos que colaboram para a compartimentalização das lutas. De um lado, a realidade concreta dos sujeitos em luta no período, que foram intensamente restringidos em suas organizações políticas e interditados à reflexão enquanto classes sociais. De outro, havia a forte influência dessa base teórica relacionada aos “novos movimentos sociais” que consolidava uma visão imediatista dos setores populares.

Nesse mesmo período surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – constituído formalmente em 1984, também sob forte influência das CEBs, de onde vêm suas principais lideranças. O MST coloca em pauta a reforma agrária no país, intensamente debatida e alvo de muitas lutas no período anterior ao golpe. O foco das lutas é o latifúndio improdutivo. As ocupações de terra se tornam uma das principais táticas de luta e também uma das principais bases de sua pedagogia, conforme Roseli Caldart (2004). Para a realização das ocupações havia um intenso esforço do movimento no sentido da formação política de sua base, esclarecendo sobre as bases legais que faziam a luta ser uma ocupação e não uma invasão de terra, fortemente calcado no Estatuto da Terra (1964) que previa a realização de reforma agrária em latifúndios improdutivos, bem como apontava para a necessidade de a terra cumprir sua função social (Rodrigues, 2013).

O MST tornou-se o maior movimento social do país com organização nacional e uma preocupação com a educação que é muito relevante e exemplar sobre os desafios colocados a um movimento social deste porte. Primeiro, porque a base social do MST que é excluída do acesso à terra, também é historicamente excluída do acesso à educação, por isso desde as primeiras

ocupações houve a necessidade de se pensar a questão da escola e da educação para as crianças dos acampamentos.

O MST toca num dos pilares da particularidade do capitalismo no Brasil: a concentração fundiária que alicerça a extrema exploração da força de trabalho no campo e nas cidades, por isso enfrenta toda sorte de violência, seja no campo ideológico, perpetrado pelos órgãos da mídia, seja por força policial ou por milícias privadas. A organização deste movimento requer que se compreenda muito bem quais são as partes e políticas em disputa, daí a relevância que assume a educação, seja, por exemplo, em sua dimensão escolar ou no âmbito da formação política.

Um dos traços de origem do MST, desde o início dos anos de 1980, consistiu na luta por escolas públicas dentro das áreas e assentamento e acampamentos. Segundo a educadora “[...] Organizar essa luta foi o objetivo principal da criação de um setor de educação no Movimento.” (Kolling, Vargas e Caldart, 2014, p. 95) Ao longo de sua história as elaborações acerca da educação se complexificaram, e foram estabelecidos princípios norteadores da luta, que podem ser sintetizados da seguinte forma: a) elaboração e implementação de um projeto próprio de educação; b) crítica e/ou negação do ensino oficial estatal; c) implementação da gestão democrática em suas escolas; d) formação dos próprios educadores; e) articulação entre ensino e trabalho produtivo (DAL RI, 2004).

Além da luta por escola pública, existe uma preocupação com a formação política dos quadros do Movimento. Na década de 1980, havia uma forte ligação do MST com a Comissão Pastoral da Terra(CPT) e o PT, os quais constituíram matrizes formativas para a militância na luta pela terra. Já nos anos de 1990

o Movimento idealizou escolas próprias de formação, capazes de lhe conferir maior autonomia, culminando nos anos 2000 com a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, no estado de São Paulo. Ela foi pensada para abrigar palestras e cursos de curta e longa duração de formação política para militantes de várias partes do mundo, especialmente da América Latina, bem como em cursos com menor autonomia, em parceria com parcelas da esquerda universitária.

Para aperfeiçoar a formação política, devemos destacar a criação da Editora Expressão Popular, com hegemonia do MST. Produzindo livros baratos, com viés crítico, sendo muitos deles no campo marxista, estes livros têm sido fundamentais para a formação de muitos militantes do MST e de outros movimentos sociais. No campo educacional, poderíamos destacar a publicação de alguns livros de Anton Makarenko, Moisey Pistrak e Viktor Shulgin. No campo da ciência política, a publicação de livros de Karl Marx, Antonio Gramsci, Friedrich Engels, dentre outros. Da mesma forma, é possível ter acesso a inúmeros dos clássicos da agroecologia, como Albert Howard, Francis Chaboussou, Andre Voisin, Miguel Altieri, Sevilla Guzmán, Pinheiro Machado, dentre outros.

Da mesma forma, inúmeras místicas realizadas pelo movimento tem um enorme potencial educativo, na medida em que ajudam os camponeses a compreender o nosso capitalismo, a exploração dos trabalhadores e camponeses, as contradições da juventude no campo, o papel do Estado capitalista na sociedade de classes, dentre outros temas trabalhados.

Nos anos 1990, surgiram os cursos de formação de Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), tendo em

vista a produção e comercialização dos produtos da reforma agrária. Nos anos 2000, no contexto da resistência ao avanço das corporações produtoras de agrotóxicos, transgênicos, etc. a agroecologia entra na agenda do MST. Foi neste momento que surgiram inúmeros cursos de educação profissional e oficinas não escolares de socialização de conhecimentos entre camponeses, tendo em vista a transição agroecológica e a auto-organização dos educandos (Novaes et. al, 2015; Caldart, 2013)⁸¹.

Merece destaque também as graduações em Pedagogia, História, Agronomia, Veterinária, entre outras, que permitiram a entrada de muitos camponeses na universidade pública, influenciando e sendo influenciados por suas correntes teórico-ideológicas (Lerrer, 2010). Nesse sentido, a formação dos próprios educadores tem sido vital para o MST. Poderíamos citar o caso do Paraná, onde houve a combinação de formação realizada através da graduação em Pedagogia pela UNIOESTE e inúmeros cursos de formação na Escola Itinerante Zumbi dos Palmares (Cascavel).

Em todos esses cursos a história oficial, eminentemente pacificadora, é colocada em cheque, com distintos graus de radicalidade e contato com o materialismo. As lutas dos trabalhadores são trazidas para o palco da história. Datas comemorativas do assassinato de lideranças são lembradas para manter acesa a chama da luta. As forças do trabalho aparecem como guia da história e não a história de empresários bem sucedidos, imperadores ou presidentes.

Na tese de doutorado de um dos autores, desenvolveu-se

⁸¹ Este tema foi desenvolvido nos capítulos de João Henrique de Souza Pires e Lais dos Santos nesta coletânea.

o tema da formação política no MST na década de 1980, destacando os vínculos que foram estabelecidos com as diretrizes estratégicas advindas do Partido dos Trabalhadores (Rodrigues, 2013).

O PT foi criado em 1981, e, conforme ressaltou Virginia Fontes (2010), este partido teve um papel muito importante na década de 1980, como referência para um conjunto significativo de movimentos sociais em luta. O PT atuava como conexão entre os diversos movimentos populares, como base para ampliação do teor e do escopo das lutas sociais.

Se de um lado o PT teve esse papel unificador, houve também na década de 1980 a consolidação e o crescimento das ONGs, que consistiam numa forma de organização fortemente apoiadas em fontes de financiamento internacional e coligadas a demandas específicas. No interior das ONGs desenvolveu-se uma profissionalização da assessoria prestada aos movimentos populares. Houve, desse modo, uma diluição importante do engajamento social e das possibilidades de percepção da real dimensão da luta que se trava, contribuindo para velar a composição de classes.

As ONGs cresceram nos anos 1980 e passaram a ter papel ainda mais expressivo nos anos 1990 com a adoção das políticas neoliberais e o refluxo dos movimentos sociais em todo o país. O potencial transformador dessas organizações é bastante reduzido, há pouca possibilidade de atrelar as suas pautas específicas com as contradições de classes instaladas na realidade brasileira, este parece ser um dos grandes desafios a nós colocado nesse momento histórico (Montaño, 2002).

Considerações finais

Os desafios econômicos e sociais impostos ao país em meados da década de 1950 colocavam na ordem do dia a configuração das classes, a correlação de forças entre capital e trabalho, que se evidenciava especialmente nas lutas sindicais, bem como nas lutas por terra. A ditadura militar esmagou o conjunto dos movimentos sociais brasileiros, restando pouco espaço de organização e resistência, que a partir dos anos de 1970 teve lugar nos setores à esquerda da Igreja Católica. Os anos de 1980 foram palco de uma realidade bastante controversa, de um lado uma ascensão das lutas sociais, em diversos âmbitos, unificada na luta pelas diretas-já e no aparecimento e crescimento do PT. De outro lado, uma intensa compartimentalização das lutas, dificultando uma visão mais abrangente dos desafios impostos ao capitalismo brasileiro, e nesse cenário mesmo a luta pela Reforma Agrária arrefece.

As teorias mais recentes acerca dos movimentos sociais, tais como a Teoria da Mobilização Política e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais têm por característica não realizarem análises mais abrangentes que relacionem a existência dos movimentos a causalidades estruturais e orgânicas da ordem vigente. Essas Teorias, conforme destacou Virgínia Fontes (2010), penetram de maneira importante no cenário intelectual brasileiro a partir dos anos de 1980 e juntamente com a fragmentação da luta contestatória, como fruto da ditadura, contribuem para a dificuldade de aglutinação do conjunto das organizações, segundo uma base classista.

No Brasil, o MST, oriundo desse mesmo período, se tornou o mais importante movimento social da América Latina. Com origem histórica nas ocupações de terra ao sul do país, na contestação das políticas agrárias dos governos autoritários, o MST, ao longo de sua trajetória histórica, foi percebendo cada vez mais que sua luta não poderia se restringir apenas ao acesso à terra, incluindo também a questão educacional, tanto no âmbito da escola pública, quanto da formação política de sua militância (Rodrigues, 2013). O MST tem explicitado em seus escritos atuais sobre o projeto da Reforma Agrária Popular a necessidade de perceber a questão agrária brasileira como uma que toca o conjunto da classe trabalhadora brasileira, por diversas vias, desde aquelas que dizem respeito às condições de trabalho no campo e na cidade, bem como à qualidade dos alimentos que são comercializados (MST, 2014). Por isso, o MST ressalta a importância de que a luta pela reforma agrária seja encampada pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Enquanto a discussão teórica do MST tem ido na direção apontada, a realidade concreta tem sido de extremas dificuldades para o encaminhamento dos embates, o que pode ser verificado pela diminuição expressiva do número de ocupações de terra nos últimos anos.

O refluxo dos movimentos sociais é uma realidade destacada a partir dos anos 2000, em paralelo o Estado, tomado pelas políticas neoliberais, diminui o amparo às necessidades básicas da população, com cortes orçamentários recorrentes que precarizam cada vez mais a saúde, a educação e outros serviços públicos.

Portanto, o desafio para as lutas sociais intensifica-se ao mesmo tempo em que pioram as condições de organização e educação política para a compreensão dos problemas brasileiros a partir de uma ótica que inclua uma análise da totalidade e coloquem como central a luta de classes em nossa realidade.

Referências

- AARÃO REIS, D. A. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- AGACINO, R. Chile In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2013, vol II.
- AGAZZI, D. L. Trabalho e alienação no paradigma marxiano: uma discussão teórica e uma reflexão sobre a sua aplicação no capitalismo contemporâneo. 2000, 317 f. Tese (Doutorado em Economia), FEA – USP, São Paulo, 2000.
- AIZICZON, F. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2013, vol II.
- ALANIZ, E. P. A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011): análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e do CFES nacional. 2012. 371 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALANIZ, E. P. *Qualificação Profissional: um estudo das práticas educacionais em uma empresa de autogestão*. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: Lua Nova Revista de Cultura e Política, n.76, p.49-86, 2009.

ALTIERI, M. *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevidéo: Nordan–Comunidad, 1999.

ANTUNES, Caio. A concepção de educação na obra de István Mészáros. In: BATISTA, E.; NOVAES, H. T. (orgs.) *Trabalho e reprodução social*. Bauru/Marília: Canal 6/Praxis, 2013, 2ª edição.

ANTUNES, R. (1992) *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, R. Apresentação da coleção *Trabalho e Emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, s/d.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho – ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. *Palestra*. VI Colóquio Internacional Marx e Engels. Unicamp, IFCH, outubro de 2010.
- ANWEILER, O. Os conselhos na Revolução Húngara de 1956. In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). Teoria e prática dos conselhos operários. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 201-212.
- ARANTES, P. F. Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ASSIS, M. O Alienista e outros contos. São Paulo: Moderna, 1995.
- AZEVEDO, J.; THOMAZ JÚNIOR, A; OLIVEIRA, A. M. S. . A nova ofensiva do capital canavieiro e os desdobramentos para o trabalho no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista (SP). Geografia em Atos (Online), v. 1, p. 10-17, 2006.
- AZPIAZU, D.; BASUALDO, E. *Concentración económica y regulación de los servicios públicos*. 2001. Obtido em: www.wilsoncenter.org/topics/docs/concentración%20economica.doc. Retirado em junho de 2007.
- BARAVELLI, J. O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Dissertação de Mestrado, 2005.

BARRETO, M. J. Territorialização das agroindústrias canavieiras na Região do Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BARRIGUELLI, J. C. Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956). São Carlos: UFSCAR, Arquivo de História Contemporânea, 1981. 3v.

BARROS, F. *Capítulo 2 – a Escola Madre Celina Polci*. Dissertação de Mestrado, FAU, USP, São Paulo, 2012.

BATISTA, E. Terceirização no Brasil e suas implicações para os trabalhadores. Campinas: Pontes, 2013. 2ª edição.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.v.2.

BENINI, E. FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, vol. I. Disponível em: gestaopublicaesociedade.blogspot.com/

BENINI, E. Sistema orgânico do trabalho. Rio de Janeiro: Ícone, 2012.

BENINI, E.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.) *Gestão Pública e Economia Solidária*. São Paulo: Outras expressões, 2012.

BENINI, E. NOVAES, H. T. *As lutas por uma educação para além do capital na América Latina e a criação do curso de especialização “Gestão Pública e Sociedade”*. In: BENINI, E.; SALES, A. L.; NOVAES, H. T.; SILVA, M.R. *Gestão Pública e Sociedade: balanço e resumos dos trabalhos da 3ª edição do curso de especialização*. São Paulo: Outras Expressões/Cromosete, 2013.

BENSAID, D. Sobre a questão judaica. In: MARX, K. *A questão judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BERNARDO, J. (1997) Apresentação. In: PEDREIRA FILHO, V. *Comissões de Fábrica – um claro enigma*. São Paulo: Editora Entrelinhas.

BERNARDO, J. *A Autogestão da Sociedade Prepara-se na Autogestão das Lutas*. Revista Piá Piou, 2006.

BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERNARDO, J. *MST e agroecologia: uma mutação decisiva*. Passa Palavra, 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/03/97517>>.

BERNARDO, J.; PEREIRA, L. *Capitalismo Sindical*. São Paulo: Xamã, 2008.

BERNARDO, João. “A autonomia das lutas operárias”. In: BRUNO, L. e SACCARDO, C. (coordenadoras). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.

BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. 20 anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas brasileira dos PACs às EPS. Brasília: Venâncio, 2003.

BIONATUR, cooperativa de produção de sementes agroecológicas. Disponível em <http://www.mst.org.br/video-bionatur>. Obtido em 14 de junho de 2010.

Bionatur. 2013. [online] Disponível em :

< <http://www.youtube.com/watch?v=wGTmm9xU7LA> >.

Acesso em: 14 de junho de 2010.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BORGHETTI, R. Limites e possibilidades de uma alternativa de educação: análise do projeto Barracão da Cáritas Diocesana de Marília. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRIE, M. Prefácio. In: LOUREIRO, I. M. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo: UNESP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

BRUNO, L.E.B.N. O que é autonomia operária. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRUNO, L. Estudos sobre poder político, ideologia, trabalho e educação. 2004. 512 f. Tese (Livre-Docência), FE – USP, São Paulo, 2004.

CABRAL, F. Arte para pensar a vida e educar os sentidos. In: MENDONÇA, S. G. L. et al. (Orgs.). Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012. p. 377-398.

CABRAL, F. Arte para pensar a vida e educar os sentidos. In: MENDONÇA, S.G. L. et al. (Orgs.). Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012. p. 377-398.

CALDART, R. A pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. (org) *Caminhos para a transformação escolar*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CAMPOS, F. A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, 2009.

CANO, W. As raízes da concentração industrial do Estado de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2005.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. Análise Multidimensional da Sustentabilidade - uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.

- CARDOSO, E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vol. 4, n° 3, p.140-153, set/dez, 1994.
- CARONE, E. Movimento Operário no Brasil. São Paulo: Difel, 1981.
- CARTER, M.; CARVALHO, H. M. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (org.) Combatendo a desigualdade social. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- CASTRO, M. Aprendendo a construir um mundo novo: feminismo, agroecologia e trabalho associado na experiência da Rede Xique-Xique. Marília, mimeo (impresso), 2012.
- CASTRO, M. E. et. al. Extensão e Autogestão na Construção Civil: reflexões sobre a experiência junto à Cooperativa União. Campinas, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Unicamp, 2012.
- CERIOLI, P. Educação para a cooperação: experiência do curso técnico em Administração de cooperativas do MST. São Leopoldo, UNISINOS-RS, 1997 (Especialização).
- CERIOLI, P.; MARTINS, A. Caderno de Cooperação Agrícola - Sistema Cooperativista dos Assentados. n. 5. São Paulo: MST, n. 5, 1999.
- CHESNAIS, F. (org.) A finança mundializada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- CHINA Blue. Direção de Micha X. Peled. Estados Unidos: Teddy Bear. 2005. Dvd.

CHRISTOFFOLI, P. I. O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2000.

CHRISTOFFOLI, P. I. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST – desafios e potencialidades. In: BENINI, E.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, vol. I. Disponível em: gestaopublicaesociedade.blogspot.com/

CHRISTOFFOLI, P. I. O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2000.

CHRISTOFFOLI, P. I. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CIAVATTA, M. Formação integrada: entre a cultura da escola e a cultura do trabalho. In: CIAVATTA, M. (org.) *Memória e Temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2007.

CLEAVER, H. *Leitura política do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- CONTERRÂNEOS velhos de guerra. Direção de Vladimir Carvalho. Rio de Janeiro: Vertovisão, 1984. Videocassete.
- COSTA NETO, C. P. L. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: COSTA, L. F.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro, 1999, v. 2, p. 299-321.
- COUTO, A. M. M. (2003) Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência. São Paulo: Annablume, 2003.
- CRUZ, A.C. M. da. A diferença da igualdade: a dinâmica da Economia solidária em quatro cidades do MERCOSUL. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- DAGNINO, R. Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico. Campinas: UNICAMP, 2008.
- DAGNINO, R. (org.) Tecnologia Social – ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Instituto de Geociências-Unicamp, 2009.
- DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique T. “As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros”. Revista Organizações & Democracia, Unesp, Marília, v. 7, 2007.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão. São Paulo: Ícone, Fapesp, 2008.
- DALMAGRO, S. 25 de maio: vida e luta de uma escola do campo. In: _____. Alternativas de escolarização dos assentamentos

e acampamentos do MST. Veranópolis, 2003.

DEL ROIO, M. Os prismas de Gramsci. A fórmula política da frente única. São Paulo: Xamã, 2004.

DELGADO, G. C. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo/Campinas: Ed. Ícone/ Ed. da Unicamp, 1985.

DIAMANTE de sangue. Direção de Edward Zwick, 2006.

DIEESE. Relatório sobre o mundo do trabalho. 2012.

DÓRIA, F. O nordeste: 'problema nacional' para a esquerda. In: QUARTIM DE MORAES, J.; DEL ROIO, M. (orgs.) História do Marxismo no Brasil – Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, vol. VII.

DOS SANTOS, T. Teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOWBOR, L. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo, agosto de 2001. Disponível em <http://ppbr.com/ld>. Obtido em novembro de 10/10/2001.

DREIFUSS, R. 1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, N. Vigotski e o “aprender a aprender”: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiana. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

ELISALDE, R.; AMPUDIA, M. “Movimientos sociales y escuelas populares de jóvenes y adultos. Notas sobre la construcción de un proyecto de educación popular”. Marília, Mimeo (impresso), 2011.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Essays. [Edited with an introduction by Warren Dean].

Armonk, N. Y.; M. E. Sharpe.

EWBANK, E. G. Autogestão: possibilidade de organização da força de trabalho na construção civil e suas implicações. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 2007.

FARIA, J. H. (1987) Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas. Curitiba: Criar.

FARIA, M. S. Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: Editora em Debate, 2011.

FARIA, M. S. de. (2011) Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: UFSC/Em Debate.

FARIA, Maurício S. Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: Editora em Debate, 2011.

FARIA, Maurício. S. ; NOVAES, Henrique T. Brazilian recovered factories: the constraints of worker control. In: AZZELLINI, D.; NESS, I.. (Org.). Ours to máster and to own – workers control from the Comunne to the Present . 1ed.Chicago: Haymarket Books, 2010, v. 1, p. 350-372.

FERNANDES, F. (2006). A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Global.

- FERNANDES, F. Nova república? São Paulo: Zahar, 1986.
- FERNANDES, F. O circuito fechado. Rio de Janeiro: Globo, 2006.
- FERNANDES, F., A revolução burguesa no Brasil. 5ªed. Rio de Janeiro: Globo, 2006b.
- FERREIRA, E. B.; GARCIA, S. R. O. O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção nos estados do Espírito Santo e do Paraná. In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.) Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2010. 2ª Ed.
- FERRO, S. (2006) Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo: Cosacnaify.
- FERRO, S. (Entrevista). Arquitetura: Uma construção coletiva e livre. Brasil de Fato n. 161, 2006. Retirado em <http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/161/cultura/materia.2006-04-06.1810849998> . Obtido em 20/11/2006.
- FERRO, S. (Entrevista). Arquitetura: Uma construção coletiva e livre. Brasil de Fato n. 161, 2006. Retirado em <http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/161/cultura/materia.2006-04-06.1810849998> . Obtido em 20/11/2006.
- FERRO, S. Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo: Cosacnaify, 2006.
- FONTES, V., O Brasil e o Capital imperialismo – teoria e história. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FRAGA, Lais. Extensão e transferência de conhecimento: As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Unicamp, 2012.

FRAGA, L.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Educação em Ciência, Tecnologia e Sociedade para as engenharias: obstáculos e propostas. In: DAGNINO, R. (org.) Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e Política de Ciência e Tecnologia – abordagens alternativas para uma nova América Latina. João Pessoa: EDUEPB, 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo, *Educação como prática da liberdade*. 24ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

FREITAS, L. C. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAK, M. M. *A escola-comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 8-100.

FRIGOTTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FURTADO, C., *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

- GENNARI, A. M. (1999) Réquiem ao capitalismo nacional: lei de remessas de lucros no Governo Goulart. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.
- GOHN, M. da G., Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e contemporâneos. 10ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. *Agroecologia*. In: CALDART, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (orgs.) Dicionário de educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 57-66, 2012.
- GUILLERM, Alain.; BOURDET, Yvon. Autogestão: uma visão radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HABERMAS, Jüger. "Autonomy and Solidarity". Entrevistas; edição e introdução de Peter Dews. London: Verso, 1986.
- HARDMAN, F. F. (2002) Nem pátria nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp. 3ª Ed.
- HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HENRIQUES, F. C. Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil e na Argentina. Doutorado (Planejamento urbano e regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- HENRIQUES, F. C. et. al. *Empresas recuperadas pelos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

HENRIQUES, F. C. O Engenheiro na Assessoria a Empreendimentos de Autogestão. In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. (orgs.) Economia Solidária e Transformação Social: rumo a uma sociedade para além do capital? Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.

HENRIQUES, F.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T. “Os distintos caminhos das fábricas recuperadas no Brasil e na Argentina” In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

HILSENBECK FILHO, A. O MST no fio da navalha – dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2013.

HILSENBECK, Filho A. O MST e o Teatro – potencialidades pedagógicas. 2012. Obtido em:

<http://passapalavra.info/2012/11/66247>. Retirado em 15/11/2012.

HIRAO, F. H.; LAZARINI, K.; ARANTES, P. F. Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo – a experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST). Córdoba (Argentina), 5º Seminário Latino-Americano de Ciência e Tecnologia para o Habitat, 2010.

HIRATA, Helena. Transferência de tecnologia de gestão: o caso dos sistemas participativos. 1994.

- HIRATA, H. Nova divisão sexual do trabalho? São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOLYOAKE, G. Os vinte oito tecelões de Rochdale. Rio de Janeiro: GB, 1933.
- IANNI, O. (1965) Estado e capitalismo, estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IANNI, O. Estado e Planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.
- IANNI, O. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- IASI, M. Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. Revista Universidade e Sociedade, Distrito Federal, n. 48: 122-30. Jul. 2011. (Transcrita a partir da palestra no 5º EBEM – Encontro Brasileiro de Educação e marxismo – Florianópolis, abril de 2011).
- IASI, M. Ensaios sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- IBGE. www.ibge.gov.br 2012
- IBRAHIM, J. (1986) O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica. São Paulo: Global.
- ILHA DAS Flores. Direção de Jorge Furtado. Porto Alegre: Casa de cinema de Porto Alegre, 1989.
- INFRANCA, A. Trabajo, individuo, historia: el concepto de trabajo em Lukács. Buenos Aires: Herramienta, 2005.

- INFRANCA, A. Trabajo, individuo, historia: el concepto de trabajo em Lukács. Buenos Aires: Herramienta, 2005.
- JINKINGS, Ivana. NOBILE, Rodrigo. (Org.). István Mészáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- KAPP, S. et. al. (2008). Architecture as Critical Exercise: Little Pointers Towards Alternative Practices. Obtido em: http://www.field-journal.org/uploads/file/2008%20Volume%202%20Architecture%20as%20Critical%20Exercise_MOM.pdf
- KOLLING, E. J.; VARGAS, M. C.; CALDART, R. MST e educação. In: MST, Boletim da Educação n. 12. – II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, Dez. 2014.
- KONDER, Leandro. Marxismo e Alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KORSCH, Karl. O que é socialização? Um programa de socialismo prático In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). Teoria e prática dos conselhos operários. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 141-170.
- KOURY, A. P. (2004) Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro. São Paulo: Edusp.
- KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998, p. 33-58.

KUENZER, A. Z. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

LAMOSA, R.; LOUREIRO, C. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. [Obtido na Internet] 2013.

LEANDRO, J. B. Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão-SP. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp, 2003.

LEFÉBVRE, Henri. Critique de la vie quotidienne. Paris: Arhc, 1968.

LEHER, R. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americana. In: SADER, E; GENTILI, P; ABOITES, H. (compiladores). La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después. - 1a ed. - Buenos Aires: CLACSO, 2008.

LIMA FILHO, P. A. Carta sobre a Universidade Federal da Grande Fronteira Sul. Campinas, Impresso, outubro de 2008.

LIMA FILHO, P. A. de; MACEDO, R. A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.) Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

LIMA FILHO, P. A. et al. O Projeto Universidade Popular: um marxismo para o Século XXI. In: II Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: “Concepção e Método”. Curitiba: UFPR, 2006.

LIMA FILHO, P. A. O Projeto Universidade Popular. São Paulo, impresso (mimeo), 1999.

LIMA FILHO, P. A. Os devoradores da ordem: exclusão social no capitalismo incompleto. In: GALEAZZI, M. A. (Org.). Segurança alimentar e cidadania: a contribuição das universidades paulistas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996. p. 45-77.

LIMA FILHO, P. A.; MACEDO, R. A poeira dos mitos: Revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria. In: BENINI, É.; SARDÁ DE FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 150-182.

LIMA, A. C. Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana. 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

LIMA, A. GUHUR, D. TONÁ, N.; NOMA, A. *Reflexões sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios dos cursos técnicos do Paraná*. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H.T.; BATISTA, E. L. (orgs.) *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

LIMA, A. S. A Militância Comunista e as Lutas Camponesas no Interior Paulista (1945-1958). Dissertação de mestrado. UNESP, Marília, 2009.

LIMA, M. A.; VARGAS, M. T. (1986) Teatro operário em São Paulo. In.: PRADO, A. (org.) Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense.

LINHART, D. A desmedida do capital. São Paulo: Boitempo, 2007.

LOMBARDI, J. C. Educação e ensino na obra de Marx e Engels. Campinas: Alínea, 2011.

LOPES, J. M.; RIZEK, C. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. Rio de Janeiro, Revista da Finep, 2005.

Obtido em:

http://www.habitare.org.br/doc/docs_revista/artigoFinep_usina.pdf . Retirado em 25/07/2009.

LUKÁCS, G. The process of democratization. Albany: State University of New York, 1991.

LUKÁCS, G. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Gyorgy. Socialismo e Democratização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

LUKÁCS, G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010.

- LUKÁCS, Gyorgy. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo. Boitempo, 2013.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo, Ed. Expressão Popular, 1999.
- MACEDO, R. O governo Lula e a miséria brasileira. Tese de Doutorado. Araraquara, FCL, UNESP, 2012.
- MAMANI, P. *Destotalización Del poder colonial/moderno - Rotación del poder y la economía otra - El caso de El Alto-Bolivia*. Mimeo, 2012.
- MAMANI, P. El poder anti-liberal. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2013, vol II.
- MANDEL, E. Control obrero, consejos obreros, autogestión. Madri: Editora Era, 1974.
- MANDEL, Ernest. O lugar do marxismo na história. São Paulo: Xamá, 2001.
- MANFREDI, S. M. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARIÁTEGUI, J. C. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARICATO, E. A política habitacional durante o regime militar. (1987). Petrópolis: Vozes.

- MARTINS, A. Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 2004.
- MARX, K. A Guerra civil na França. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. O Capital. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. III e IV.
- MARX, K. A questão judaica. In: _____. Manuscritos econômicos - filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993. p. 35-76.
- MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996, volume I.
- MARX, K. A miséria da filosofia. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. *A questão judaica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b.
- MARX, K. Crítica do programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844. Lisboa: Avante, 1994.
- MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. O capital. Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

- _____, ENGELS, Friedrich, Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular. 2008.
- MATEUS, D. Entrevista a Henrique Novaes, João Henrique Pires e Douglas Silva. Agudos, maio de 2015.
- MAZALLA NETO, W. Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais. Campinas: Átomo e Alínea, 2013.
- MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MÉLO, C. Estado e Educação pela imprensa: o debate de Florestan Fernandes ante a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1959 - 1961). 2009. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá.
- MENEZES NETO, A. J. Além da terra: a dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, USP, 2001.
- MÉSZÁROS, István. La Rivolta Degli Intellettuali in Ungheria. Turim: Einaudi, 1958.
- MÉSZÁROS, I. Marx: a teoria da alienação. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MÉSZÁROS, I. A necessidade do controle social. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MÉSZÁROS, I. Filosofia, ideologia e controle social. São Paulo: Ensaio, 1993.

- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZÁROS, I. Marxismo e direitos humanos. In: MÉSZÁROS, I. Filosofia, ideologia e ciência social. Ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2004b, p.157-68.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- MESZÁROS, I. Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. O conceito de dialética em Lukács. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MINTO, L. W. A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2011.
- MOLINA, M.; ARELARO, L.; WOLF, S. Resumo do 2º Encontro do Residência Agrária, Brasília, agosto de 2015.

MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONIZ BANDEIRA, L. A. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7ª ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. UnB, 2001.

MONTAÑO, C. Terceiro Setor e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAIS, C. S. Elementos sobre a teoria da organização no campo. Caderno de Formação, nº 11. São Paulo: MST, 1986.

MORISSAWA, M. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, C. As rebeliões no Estado de São Paulo. In: MOURA, C. Rebeliões da Senzala. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. 5ª edição.

MST ORGANIZAÇÃO. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Pagina eletrônica. [São Paulo]: 02 nov. 2012.

Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>>. Acesso em novembro 2012.

MST. Assentados conquistam 1º agroindústria do Terra Forte em SP. <http://www.mst.org.br/2014/09/25/assentados-conquistam-1-agroindustria-do-terra-forte-em-sp.html> Obtido em 20/01/2015.

MUSTO, M. Revisitando a concepção de alienação em Marx. In: DEL ROIO, M. (org.) Marx e a dialética da sociedade civil. Marília: Oficina Universitária, 2014, p. 61-94.

- NASCIMENTO, C. (s/d) A oposição sindical no exílio: sindicalismo e autonomia. [Mimeo]
- NASCIMENTO, C. Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias). SENAES, Abril 2005. www.mte.senaes.gov.br, 2005.
- NASCIMENTO, C. *Autogestão: Economia Solidária e Utopia*. Revista eletrônica Otra Economía, 2008, p. 27-40.
- NASCIMENTO, C. Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia e pedagogia da autogestão. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (Orgs.). Educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI. Bauru, SP: Canal 6; Londrina: Praxis, 2011, p. 130-166.
- NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. Disponível em:
<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf> Acesso em jan.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.
- NETTO, J. P. Introdução. In: MARX, K. Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 7-16.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo e reificação. São Paulo: ICP, 2014.
- NETTO, José Paulo. Marx em Paris. In: MARX, Karl. Cadernos de Paris e Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 9-178.

NOVAES, Henrique T. Qual autogestão? São Paulo, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 22, maio de 2008.

NOVAES, H. T. Peasant Leagues. In: AZZELLINI, D.; NESS, I. International Encyclopedia of Revolution and Protest - 1500 to the Present, 2009.

NOVAES, H. T. O fetiche da tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 2ª edição.

NOVAES, H. T. (Org.). O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOVAES, H. T. Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, H. T. A Autogestão como Magnífica Escola: notas sobre a educação no trabalho associado. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (orgs.) Educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6/Praxis, 2011.

NOVAES, H. T. ; CASTRO, M. . Em busca de uma pedagogia da produção associada. In: BENINI, É.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R.. (Org.). Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 153-188.

- NOVAES, H. T.; BENINI, É. Quem controla o Estado Brasileiro: o capital rentista e a dívida pública. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.) *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- NOVAES, H. T. A miséria ideológica da política educacional paulista. Marília, mimeo, 2013.
- NOVAES, H. T. A decadência ideológica da política educacional do Estado de São Paulo – notas sobre a precarização estrutural do trabalho docente. Marília – XIV Jornada Pedagógica, 2014.
- NOVAES, H. T. O trabalho associado como princípio educativo e a educação escolar: notas a partir das fábricas recuperadas brasileiras e argentinas. Revista HisterBr online, 2013.
- NOVAES, H. T. Os 8 pilares do Trabalho Associado. Palestra proferida na UNESP – Franca, outubro de 2013.
- NOVAES, H. T.; CHRISTOFFOLI, P. I. As contradições da auto-educação no trabalho associado: reflexões a partir da experiência das fábricas recuperadas brasileiras. In: MARAÑÓN, B. (org.) *Economia Solidária*. Buenos Aires: Clacso, 2013c.
- NOVAES, H. T.; SANTOS, L. *Produção Destrutiva, Agroecologia e Educação Agroecológica do MST-PR*. V Congresso Teoria Política do Socialismo, Marília, agosto de 2013d.
- NOVAES, Henrique T.; NEMIROVSKY, Gabriel. Gyogy Lukács e István Mészáros no Levante Popular Húngaro de 1956. Marília, mimeo, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil– um retorno aos dossiês. *Agrária*, São Paulo, No. 12, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. Os Agrocombustíveis e a Produção de Alimentos. In: SIMONETTI, M. L. (Org.). *A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. 1ª ed. São Paulo/Marília: Cultura Acadêmica/Oficina Universitária, 2011, v. 1, p. 159-180.

OLIVEIRA, E. *Toyotismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, F. *Noiva da Revolução – Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. *O ornitorrinco. Crítica a razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, S. B. *Espaços sociais contra-hegemônicos: organização e autonomia de trabalhadores na comuna urbana do MST a partir de suas relações de produção. Trabalho de Conclusão do Curso e Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina – 2009/2010*. Unicamp, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, S. B. *Repensando a (re)produção social do espaço – um estudo de caso da Comuna Dom Hélder Câmara - MST*. Dissertação de Mestrado, UNIFESP, São Paulo, 2013.

- PAIVA, V. Paulo Freire e o nacional-desenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.
- PANZIERI, R. The capitalist use of machinery: Marx versus the 'Objectivists'. In: SLATER, P. (org) Outlines of a critique of technology. Londres: Ink Links, 1980.
- PANZIERI, Ranieri. Mais-valia e Planejamento. In: TRONTI, M. et al. (Org.) Processo de trabalho e estratégias de classe. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- PATEO, F. V. Economia solidária: limites e avanços dos trabalhadores sob o controle do processo e do sentido do produto do seu trabalho. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2013, vol. II, no prelo.
- PEDREIRA FILHO, V. Comissões de Fábrica – um claro enigma. São Paulo: Editora Entrelinhas, 1997.
- PEREIRA, V. A. Terra e poder – formação histórica de Marília. Marília: Unesp, 2005.
- PINASSI, M. O. Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PINASSI, M. O. Palestra na disciplina “Pedagogia Histórico-crítica e os movimentos sociais”. Campinas, Unicamp, 2011.
- PINASSI, M. O. Prefácio. RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 7-14.

PINASSI, M. O.; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (Orgs.) Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 141-158.

PINASSI, Maria O.; CRUZ NETO, R. G. La minería y la lógica de la producción destructiva en la Amazonia brasileña. Herramienta (Buenos Aires), v. 51, p. 121-134, 2012.

PINASSI, Maria O.; MAFORT, Kelly. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E.. (Org.). Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

PINHEIRO MACHADO, L. C. Correio eletrônico enviado para Henrique Novaes. 10/10/2009.

PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. (orgs). Teoria e prática dos conselhos operários. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PINHEIRO, S. A máfia dos alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: 2005.

PISTRAK, M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PISTRAK, M. M. (org.) A escola-comuna. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- PRADO JR, C. A revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PUIGRÓS, A.; GAGLIANO, R. La fábrica del conocimiento – los saberes socialmente productivos en América Latina. Rosario: Homo Sapiens, 2004.
- QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B.S. (org.) Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 300-345.
- RAGO, L. M O controle da fábrica: os anarquistas e a autogestão. In: RAGO, L. M. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMOS, M. Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil. Rio de Janeiro: EPSJV/ UFRJ, 2010.
- RANIERI, J. A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.
- REDE XIQUE XIQUE. Disponível em <<http://redexiquexique.blogspot.com.br/p/instituicao.html>>. Acesso em 10/04/2013.
- RIBAS, A. D. . MST, Cooperativismo e território: dinâmica e contradições. In: THOMAZ JR., A. (Org.). Geografia e Trabalho no Século XXI. Presidente Prudente: Centelha, 2004, v. 1, p. 8-40.
- RIBEIRO, D. Confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- ROCHA, G. (2004) Revolução do cinema novo. São Paulo: Cosac Naify.
- RODRIGUES, F. C. Educação política dos trabalhadores: a centralidade da exploração do trabalho na análise da questão agrária no Brasil - a contribuição de Octávio Ianni. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2013, vol. II.
- RODRIGUES, F. C. MST - Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP, Campinas, 2013.
- RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012. v. I.
- RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (Orgs.). Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2014. v. II.
- ROSAR, M. F. Centros de Ensino Médio Integrados na região da Baixada Maranhense: pontos de desenvolvimento territorial? In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.) História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.
- RUGGERI, A. (org.) La economía de los trabajadores - Autogestión, cooperativas y empresas recuperadas en tiempos de crisis global. Buenos Aires: Continente/ Peña Lillo, no prelo.

- RUGGERI, Andrés. Que son las empresas recuperadas por sus trabajadores? Buenos Aires: Continente, 2014.
- RUSCHEL, V. B. Pedagogia da organização coletiva: a cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola 25 de Maio. In: VENDRAMINI, C. R. (Org.). Educação em movimento na luta pela terra. Florianópolis, SC: UFSC-CED, 2002.
- SACHS, I. Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1986.
- SADER, E. (1988) Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAMPAIO JR. P. A. *Entre a Nação e a Barbárie*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- SAMPAIO JR., P. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (org.) Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.
- SANFELICE, J. L. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. Nuances (UNESP Presidente Prudente), v. 18, p. 145-160, 2010.
- SANFELICE, J. L., Movimento Estudantil. A UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas: Alínea, 2008.
- SANTOS, Selma Aparecida dos. A trajetória do Assentamento Reunidas: o que mudou? 133f. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia, Unicamp, 2007.

SANTOS, Selma. História da Coopava. In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.) Questão agrária, cooperação e agroecologia, vol II. São Paulo: Outras Expressões, 2015, no prelo.

SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D. et al. (org.) O legado educacional do século XX. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 9-57.

SAVIANI, D. História das Idéias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. (Edição Comemorativa). Campinas: Autores Associados, 2008. 20ª Edição.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHAFF, Adam. La alienación como fenómeno social. Barcelona: Crítica, 1979.

SCHIOCHET, V. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. In: BENINI, E.; FARIA, M.S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.) Gestão Pública e Trabalho Associado. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SCHWARZ, R. Cultura e Política – 1964-1969. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SCOPINHO, R. Controle do trabalho e condições de vida em assentamentos rurais: possibilidades e limites da cooperação autogestionária. Controle do Trabalho e Condições de Vida em Assentamentos Rurais: Possibilidades e Limites da Cooperação

Autogestioária. In: VII Congreso Latino Americano de Sociología Rural, 2006, Quito-Ecuador. VII Congreso Latino Americano de Sociología Rural. Quito-Ecuador: ALASRU, 2006.

SEVÁ FILHO, O. Populações e territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (Orgs.). Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2013. v. II, p. 24-50.

SÈVE, Lucien. Aliénation et émancipation. Paris: Éditions La Dispute, 2012

SHELLEY, M. Frankenstein. Porto Alegre: L&PM, 2000.

SHIVA, V. Biopirataria: a Pilhagem da Natureza e do Conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SILVA, F. A Fábrica como Agência Educativa. Araraquara: Editora Cultura Acadêmica-Unesp, 2005.

SIMÃO, A. (1966) Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus Editora.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da Economia Solidária. In: SANTOS, B.S. (org.) Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129.

SODRÉ, N. W. Evolução Social do Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1988.

- SOUZA, Rafael Bellan. A mística no MST: mediação da praxis formadora de sujeitos históricos. 320f. Doutorado em Sociologia. UNESP – Araraquara, 2012.
- SOUZA, S. M. R. A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- STORCH, Sergio. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R.M (Org.) Processo e Relações de Trabalho no Brasil. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.
- SVAMPA, M., PEREYRA, S. Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras. 1º ed. Buenos Aires: Biblos, 2003
- TARDIN, J. M. Brasil não tem política para agroecologia [Entrevista]. Obtido em: <http://www.mst.org.br/node/1863>. 10/03/2013.
- TARROW, S., O poder em movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político. São Paulo: Vozes, 2009.

- TAVARES, J. C. Universalidade e singularidade do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 – 2000). Tese de Doutorado, Florianópolis, UFSC, 2008.
- THEIS, I. M.; MENEGHEL, S. M. *Universidade, desenvolvimento e meio ambiente*. In: WULF, C.; BRYAN, N. P. (Org.). *Desarrollo sostenible: conceptos y ejemplos de buenas prácticas en Europa y América Latina*. Münster: Waxmann Verlag GmbH, 2006, v. 22, p. 85-97.
- TIRIBA, L. *Pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.
- TIRIBA, L.; FISCHER, M.C.B. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo/Coimbra, Almedina Brasil Ltda/Edições Almedina S.A., 2009, p. 293-298.
- TOLENTINO, C. *O farmer contra o Jeca - O projeto de revisão agrária do Governo Carvalho Pinto*. Marília: Oficina Universitária, 2011.
- TRAGTENBERG, M. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.
- TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

TRAGTENBERG, M. Sobre educação, política e sindicalismo. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

TRAGTENBERG, M. Reflexões sobre Socialismo. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

TRAGTENBERG, M. Autonomia operária. São Paulo: Unesp, 2011.

USINA. Luta por moradia e autogestão na América Latina - uma breve reflexão sobre os casos do Uruguai, Brasil, Argentina e Venezuela. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

USINA. Obtido em :

<http://www.usinactah.org.br/index.php?/apresentacao/>. Retirado em 5/11/2013.

VARSAVSKY, O. Ciencia, Política y Cientificismo. Caracas: Monte Ávila, 2007 [1969].

VARSAVSKY, O. Por uma Política Científica Nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VASAPOLO, L. Trabalho atípico e precariedade. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VAZQUEZ, A. S. As ideias estéticas de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VAZZOLER, M. R. Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, I. F. (Orgs.). Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro - reimpressão. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VENTURELLI, R. M. Terra e poder – as disputas entre agronegócio e resistência camponesa no sudoeste paulista – uma abordagem do uso das terras públicas. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 2013.

VIEITEZ, C.; DAL RI, N. Trabalho associado. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIEITEZ, Candido. ; DAL RI, Neusa M. Trabalho associado. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIOLA, S. Palestra no Seminário de Direitos Humanos. Marília, Unesp, out. 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. Uma política de esquerda para o século XXI ? ou teoria e práxis novamente. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J.C.; CEVASCO, M. (orgs.) O espírito de Porto Alegre. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WELCH, C. A. A semente foi plantada – as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WIRTH, I. G.; FRAGA, L.; NOVAES, H. T. Educação,

Trabalho e Autogestão: limites e possibilidades da Economia Solidária. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (orgs.) Educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6/Praxis, 2011.

WIRTH, I. Mulheres na Triagem, Homens na Prensa. Questões de Gênero em Cooperativas de Catadores. São Paulo: Annablume, 2013.

Filmes

A classe operária vai ao paraíso. Direção: Elio Petri. Roma: 1976.

A corporação. 2002. Direção de Jeniffer Abbott e Mark Achbar. 2002. Canadá. Dvd.

A terceira morte de Joaquim Bolivar. Diretor: Flávio Candido (1999).

ABC da Greve. Diretor: Leon Hirszman (1979)

Acervo (Tempo Glauber)

<http://www.tempoglauber.com.br/english/>.

Barravento. Diretor: Glauber Rocha. (1962).

Bolivianos. Diretor. Kiko Goifmann. Sescv, dezembro de 2012.

Braços Cruzados Máquinas Paradas. Diretores: Roberto Gervitz e Sergio Toledo (1978)

Capitalismo – uma estória de amor. Michael Moore, 2009.

China Blue. Direção: Micha X. Peled. 2005

Cidadão Boilesen. Diretor: Chaim Litewski. (2009).

Contrerrâneos velhos de guerra. Direção: Vladimir Carvalho. Rio de Janeiro: 1984.

Contrerrâneos velhos de guerra. Vladimir Carvalho, 1984.

Deus e o Diabo na terra do Sol. Diretor: Glauber Rocha. (1964)

Entre os muros da escola. Laurent Cantet, 2006.

Entrevista com Daniel Becker. www.canalsaude.fiocruz.com.br . TVNBR, 12/02/2013.

Escola Nacional Florestan Fernandes.

Ilha das Flores. Direção: Jorge Furtado. Porto Alegre: 1989.

Macunaíma. Diretor. Joaquim Pedro de Andrade. (1969).

Me matam se não trabalho e se trabalho me matam. Direção de Raymundo Gleyzer. Buenos Aires, 1974. Videocassete.

Notícias de uma guerra particular. Diretor: João Moreira Salles, 2002.

O Som ao redor. Diretor: Kleber Mendonça. 2012.

O veneno está na mesa. Diretor: Silvio Tendler. Ano: 2008.

Os companheiros. Direção: Mario Monicelli. Roma: 1964.

Os Fuzis. Diretor: Ruy Guerra. (1964).

Ou tudo ou nada. Diretor: Peter Cattaneo. Londres: 1998.

Os companheiros. Direção de Mario Monicelli. Roma: 1964.
Videocassete.

Precários inflexíveis. Diretor: Giovanni Alves, 2012.

Pro dia nascer feliz. Diretor: João Jardim, 2005.

Rio 40 graus. Diretor: Nelson Pereira dos Santos. (1957)

Segunda feira ao sol. Direção: Fernando Leon de Aranoa.
Madrid: 2002.

Sickso – SOS Saúde. Michael Moore, 2006.

Terra em Transe. Diretor: Glauber Rocha. (1967)

Vidas Secas. Diretor: Nelson Pereira dos Santos. (1963)

Sobre o autor

Henrique Tahan Novaes é docente da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) UNESP, campus de Marília e do Programa de Pós Graduação em Educação.

Autor dos livros: “O fetiche da tecnologia - a experiência das fábricas recuperadas” (já na 3ª Edição em português e também publicado em espanhol); “A relação universidade-movimentos sociais – reatando um fio interrompido” (em espanhol) ; “O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores” (1ª Edição pela Editora Expressão Popular, 2ª Edição pela Editora Lutas anticapital, 2020) e “Mundo do Trabalho Associado e Embriões de educação para além do capital” (Lutas anticapital, 2018).

Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão sobre produção destrutiva, cooperação, agroecologia e escolas de agroecologia.

É um dos coordenadores do Curso de Aperfeiçoamento Itinerante “Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas” (UNESP/IBEC-GPOD), já na sua 11ª edição. Coordenador do Mini Curso Itinerante “Questão Agrária, cooperação e agroecologia”, já na sua 7ª Edição.

Foi coordenador do Curso Pós Médio em Agroecologia, em parceria com o Centro Paula Souza, os Movimentos Sociais do Campo e o Pronera.

Atualmente é coordenador do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, com ênfase em agroecologia e agrofloresta, com essas mesmas entidades.

hetanov@gmail.com